



**GIL** ▶  
**VICENTE**

---

PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE  
MANUEL ALVES DE OLIVEIRA  
RUA DE FRANCISCO AGRA, 161 — Guimarães

---

COMPOSTO E IMPRESSO NAS GRANDES OFICINAS  
GRÁFICAS «MINERVA», DE GASPAR DINTO DE  
SOUSA, Successores, Ld.ª-V.ª N.ª DE FAMALICÃO-1943

---

# GIL VICENTE



NÚMEROS 1 a 12

JANEIRO A DEZEMBRO

VOLUME XIX

# GVIMARÃIS

MCMXLIII



O sangue o diz e o sangue não se engana!  
Que ver o Rei, na sua fôrça calma,  
É ver a Pátria, com figura humana.

ANTÓNIO SARDINHA.



À PORTA DOS JERÓNIMOS: — Da esquerda para a direita: Capitão João Amado, Armando de Aguiar, dr. João do Amaral, D. João de Almeida (Lavrádio), S. S. M. M., dr. Rui de Andrade, Conde das Alcaçovas e Visconde do Torrão

# NOIVADO REAL

## Documentos para a história

A cerimónia religiosa do casamento dos dois príncipes de Bragança : —um descendente de D. Miguel I, outro de D. Pedro I, ambos filhos de D. João VI e da Rainha D. Carlota Joaquina — e a recepção que a Família Imperial do Brasil ofereceu no palácio Grão Pará, no dia 15 de Outubro de 1942, à alta aristocracia luso-brasileira e ao corpo diplomático, revestiram-se de requintada elegância e rara distinção que, a opinião duma alta personalidade portuguesa, recentemente chegada do Rio de Janeiro, classificou como um dos acontecimentos mundanos de maior importância ocorridos nos últimos 80 anos, desde os casamentos da princesa Isabel com o Conde d'Eu e do duque de Saxe com a princesa Leopoldina.

Com o maior rigor protocolar que o ministro Macedo Soares, Director do Departamento do Cerimonial do Itamarati, superiormente dirigiu, coadjuvado por dois secretários, o cortejo nupcial, que foi admirado fora da igreja por uma enorme multidão, entrou no majestoso templo precedido por camaristas portugueses e brasileiros.

A noiva vinha levemente apoiada no braço de seu irmão, o príncipe D. Pedro, e o noivo, a seguir, pelo braço da princesa Elizabeth. A infanta D. Filipa Maria, ao lado do príncipe D. João, que ostentava o uniforme de gala da F. A. B., e a linda princesa D. Maria Teresa, ao lado do conde de Almada. A baronesa de Saavedra fazia de camarista da noiva.

Serviram de caudatários: na entrada da igreja, o sr. Cândido Guimarães, brasileiro, e, à saída, o sr. Luiz de Albuquerque d'Orey, português.

Terminada a cerimónia religiosa, depois do sr. D. José Pereira Alves, Bispo celebrante, ter proferido uma brilhante oração, foi lido o seguinte telegrama com a bênção apostólica de S. S. o Papa Pio XII :

«Príncipe D. Duarte Nuno — Sua Santidade concede de coração a bênção apostólica a Vossa Alteza Real, por ocasião do seu consórcio com a princesa Maria Francisca, invocando os favores da Divina Providência para o augusto lar. — *Cardial Maglione*, Secretário de Estado.»

A recepção no palácio Grão Pará esteve concorridíssima. Os noivos e a Família Imperial recebiam no salão nobre os cumprimentos dos seus convidados, os quais não escondiam a satisfação de prestar homenagem a tam ilustres príncipes. Há muito que não se realizava um casamento celebrado com tanto esplendor. Muito contribuiu para o brilhantismo da festa o gentil acolhimento dos noivos, merecendo um lugar de destaque as lindas *toilettes* e a elegância e distinção das senhoras que emprestaram à recepção um colorido de inexcedível beleza.

Entre a numerosa assistência notavam-se principalmente: os embaixadores de Portugal, França, Inglaterra e Perú; os ministros da Dinamarca, Suécia, Canadá, Polónia e outros membros do corpo diplomático, acompanhados de suas esposas. Os viscondes de Carnaxide, marqueses de Barral e Montferrat, Albino de Sousa Cruz, Cónego Eugénio Avivar y Avivar, ministro Macedo Soares, baronesa de Bomfim, sr.<sup>a</sup> Darcy Vargas, comendador Raíno, condes de Zamoiski, embaixador Maurício Nabuco, ministro Oswaldo Aranha, monsenhor Aloisi Masella, Núncio Apostólico; condessa de Morcaldi, almirante Castro e Silva, ministro Salgado Filho, embaixador Afranio de Mello Franco, ministro Renato Lago, monsenhor Uchoa, e muitas outras ilustres personalidades.

A *corbeille* da noiva ocupava uma das salas do primeiro andar do palácio.

Entre os muitos e valiosos presentes recebidos pela princesa de Bragança, destacava-se o maravilhoso colar de pedras preciosas oferecido pelas senhoras brasileiras e uma grande salva de prata cinzelada com as armas do Brasil, Brasil-Reino e Brasil-Império, com a seguinte dedicatória: «Aos Príncipes de Bragança — a homenagem de Getúlio Vargas».

Admirava-se, igualmente, uma linda colecção de turmalinas do Amazonas; um valioso conjunto de ametistas; um serviço de chá em prata cinzelado, oferta do embaixador Martinho Nobre de Melo; um broche de diamantes e safiras, oferecido pela infanta D. Filipa Maria, e muitos outros brindes de grande valor histórico e artístico.

Depois da maioria dos convidados haverem retirado, o príncipe D. Pedro permitiu que a multidão curiosa, que assistia fora do parque, entrasse em sua casa e compartilhasse da alegria dos descendentes dos imperadores do Brasil.

Por se reconhecer importância e curiosidade se transcreve integralmente o texto da acta da cerimónia do casamento dos príncipes de Bragança.

É do seguinte teor o notável instrumento lavrado em pergaminho:

« Aos quinze dias do mês de Outubro do ano da graça de mil novecentos e quarenta e dois, às onze e meia horas, na Igreja-Catedral de São Pedro de Alcântara, nesta cidade de Petrópolis, depois de habilitados canonicamente, por palavras de presente na forma do ritual, em presença do eminentíssimo Senhor Cardial-arcebispo Dom Sebastião Leme da Silveira Sintra e transmitida a bênção apostólica, aos augustos nubentes enviada pelo nosso Santíssimo Padre gloriosamente reinante, perante Deus se receberam em matrimónio sua alteza real o príncipe senhor Dom Duarte Nuno Fernando Maria Miguel Gabriel Rafael Francisco Xavier Raimundo António, Duque de Bragança, bailio e grã-cruz da Ordem Soberana de Malta e sua alteza imperial e real a princesa D. Maria Francisca Amélia Luíza Vitória Teresa Elizabeth de Orleans e Bragança; êle, português, com trinta e cinco anos de idade, nascido e baptizado no Castelo de Seebenstein a 23 de Setembro de 1907, filho legítimo de sua alteza real o Duque Dom Miguel de Bragança e de sua alteza real a princesa Dona Teresa de Lowenstein-Rosemberg, Duquesa de Bragança; ela, brasileira, com vinte e oito anos de idade, nascida e baptizada no Castelo d'Eu, a 8 de Setembro de 1914, filha legítima de sua alteza imperial e real o príncipe do Grão Pará, o Senhor Dom Pedro de Alcântara Luiz Filipe de Orleans e Bragança e de sua alteza imperial e real a princesa Dona Elizabeth de Orleans e Bragança.

Logo após o casamento, Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Dom José Pereira Alves, Bispo diocesano, celebrou a missa *Pro Sponso et Sponsa*, recebendo suas altezas reais as bênções nupciais e dirigindo-se após à Capela Imperial, onde oraram perante os túmulos de suas majestades o imperador e a imperatriz.

Foram padrinhos, por parte do augusto noivo, Sua Alteza Real o Infante Dom Juan Carlos Teresa Silvério Afonso de Bourbon, Príncipe das Astúrias, bailio e grã-cruz da Ordem Soberana de Malta, cavaleiro da Ordem do Tosão de Ouro, representado por Sua Excelência o Senhor Dom Lourenço de Jesus Maria José Vaz de Almada, 4.º Conde de Almada e 16.º Conde de Avranches, e Sua Alteza Real a Senhora Dona Filipa de Bragança, Infanta de Portugal; por parte da augusta noiva, Sua Majestade a Rainha viúva de Portugal a Senhora Dona Amélia, nascida princesa da França, representada pelo antigo ministro de S. M. Fidelíssima, Sua Excelência o Senhor Conselheiro João de Sá Camelo Lampreia, e Sua Alteza Real o Príncipe Henrique Roberto Ferdinando Maria de Orleans, Conde de Paris, representado por Sua Alteza Imperial e Real o Príncipe Dom João Maria Filipe Gabriel de Orleans e Bragança.

E, para constar, eu, Monsenhor Francisco Gentil Costa, Arcipreste, lavrei este termo que vai assinado pelos Reverendíssimos Prelados e Augustas Pessoas presentes e subscrito em três vias que serão arquivadas no Arquivo Paroquial, no Arquivo da Casa Imperial e no Arquivo da Casa de Bragança, sendo a segunda via entregue em mão de Sua Excelência o Senhor Coronel Cândido Tôrres Guimarães que, nas cerimónias, serviu de camarista de Sua Alteza Imperial nubente, e a terceira a Sua Excelência o Sr. João António Gomes de Castro, 4.º Conde de Castro, que nas mesmas cerimónias serviu de camarista de Sua Alteza Real nubente ».

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas: Dom José, Bispo diocesano, e celebrante do casamento no impedimento de Sua Eminência o Senhor Cardial-Arcebispo do Rio de Janeiro; Dom Duarte de Bragança, Dona Maria Francisca de Orleans e Bragança; Dona Elizabeth, princesa de Orleans e Bragança; Dona Teresa Maria de Orleans e Bragança; Dona Filipa, Infanta de Portugal; João de Orleans e Bragança; Dom Pedro; conselheiro Camelo Lampreia; conde de Almada, conde de Castro; barão de Saavedra; Darcy Sarmanho Vargas; Delminda Aranha; Grace Charles; Jorge Prado, embaixador del Perú; Williams Daniel; Alexandra Nobre de Melo; David Alvistegui; Tadeu Skowronski, ministro da Polónia; Henrique Dodsworth, conde de Saint-Quentin, embassadeur de France; V. de Jenestead, ministre de Danemark; Marcio Alves; L. R. M. Simões Correia; João Nelson Machado; Yves de Matos Vieira e Mário Aluizio Cardoso de Miranda.

De regresso a Portugal, partiram no dia 23 num avião de Pan-American, os príncipes D. Duarte e D. Maria Francisca de Bragança. Estiveram no aeropôrto a apresentar cumprimentos de despedida, entre outras pessoas, a princesa Elizabeth, a infanta D. Filipa Maria, os príncipes D. Pedro e D. João, o barão de Saavedra, o conde de Pombeiro, o cônsul geral de Portugal, o comendador Raínho da Silva e também o Dr. Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

Com o feliz casamento do senhor D. Duarte, foi possível, ao fim de tantos anos, mais uma vez, unirem-se os dois ramos da Casa Real portuguesa na descendência de D. Pedro e D. Miguel, encerrando-se agora e definitivamente, o triste ciclo de divisão dinástica e de discórdia civil, que ensombrou os horizontes da história e enlutou milhares de famílias, no século passado.

ABÍLIO COELHO.

---

# Perfil de António Sardinha

**N**ASCEU António Sardinha em Monforte do Alentejo, aos 9 de Setembro de 1887. A sua terra natal,

...nobre vila,  
com grandes tórres no brasão cimeiro,

foi tema inspirador de algumas das suas mais perfeitas composições: — em *A Epopeia da Planície* o soneto *A certa vila onde eu nasci* e em *Quando as nascentes despertam...* o famoso *Conto do meu Natal*, que começa:

Nasci, — olhai-me —, numa vila branca,  
junto à muralha do bom Rey Diniz.

Também o belo soneto intitulado *Na pedra da campa* (inserto em *Quando as nascentes despertam...*) evoca a tranquilidade rústica da pequena vila de origem, onde o poeta, ternamente, aspira a dormir o sono último:

Darei à tua argila a minha argila,  
meu barro quer o teu por companheiro,  
a paz final eu lá irei dormi-la,  
já que foi lá que vi a luz primeiro!

Ainda aluno da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, António Sardinha concorreu, em 1909, aos Jogos-Florais de Salamanca, onde a sua *Lyrice de Outubro* recebeu o prémio supremo, a *Flor natural* que a Infanta Isabel de Espanha colocou, entre aplausos, na batina do jovem estudante laureado. Desta forma, o temperamento artístico e a inconfundível individualidade poética de António Sardinha conquistaram, rapidamente, as atenções do Portugal culto.

Em 1910, com o pseudónimo de *António de Monforte*, publica o seu primeiro livro, *Tronco reverdecido*, onde, pela mão de Eugénio de Castro, que nêles fez inserir um soneto de abertura, António Sardinha inicia a sua brilhante carreira de escritor. Influenciado já pela corrente tradicionalista que começava a desenhar-se no nosso país, o poeta dedica a sua obra

*A todos os do meu sangue e em memória dos meus Mortos*, afirmando assim aquela solidariedade com o passado que tão belamente, depois, havia de iluminar tantas das suas páginas.

Em 1911 concluiu António Sardinha a sua formatura em Direito, na qual obteve altas classificações, e três anos depois lança-se fervorosamente na difusão das ideias nacionalistas e monárquicas, redigindo, de 1914 a 1916 com alguns dos melhores valores da sua geração, a revista de filosofia política *Nação Portuguesa*, órgão do agrupamento que se denominou *Integralismo Lusitano*.

Mas a sua constante actividade não se limitava à colaboração na revista de que havia sido um dos fundadores. Nas colunas dos jornais *A Nação*, *Restauração*, *A Ordem*, *O Dia*, entre outros, espalhou também vários escritos seus. Em Abril de 1915, no salão nobre da Liga Naval, pronuncia a primeira das conferências sobre *A Questão Ibérica*, série promovida pelo Integralismo Lusitano. Ocupou-se António Sardinha de *O Território e a Raça* e essa sua notável lição acha-se inserta no livro publicado em 1916 com o título que deu o nome às palestras realizadas. Semanas depois, defende em provas públicas de concurso para professor da Faculdade de Letras de Lisboa a sua tese *O Valor da Raça*, saindo classificado em mérito absoluto. No mesmo ano ainda, lança a público *A Epopeia da Planície*, extraordinário livro de poemas que o consagra como um dos maiores poetas portugueses contemporâneos.

Nos princípios de 1917 aparece o primeiro número do diário integralista da tarde *A Monarquia*. António Sardinha é um dos seus mais assíduos colaboradores. Chega, então, a hora da sua mais intensa actividade de apóstolo das ideias contra-revolucionárias, de doutrinador dos princípios monárquico-tradicionalistas. São dessa época alguns dos seus mais notáveis artigos de filosofia política, de crítica das ideias, de erratas à história. Eleito deputado por Elvas, em 1918, defende, com brilho, no Parlamento, o reinado de D. João VI, rehabilitando a sua memória e fazendo salientar as vantagens que para a Nação advieram da retirada da Corte para o Brasil em 1807. Êste período de grande labor intelectual de António Sardinha encerra-se com o exílio em Espanha, originado pela tentativa monárquica do Norte, em Janeiro e Fevereiro de 1919.

Mais de dois anos esteve António Sardinha fora de Portugal, onde só regressou, amnistiado, no verão de 1921. Em contacto com um escol de estudiosos e de artistas do reino vizinho, à inteligência e à sensibilidade de António Sardinha novos horizontes de ideias se depararam. O seu nacionalismo amplia-se, e um mais profundo conhecimento da história e

das tradições espanholas revela-lhe a obra de unidade peninsular em que portugueses e castelhanos, ao longo dos séculos, se encontraram tantas vezes. Daí a sua concepção do *Hispanismo*, aspiração puramente cultural e de civilização, que Portugal e Espanha, independentes, mas lado a lado, serviriam, e à qual António Sardinha dedicou todo o melhor do seu esforço, realizando em Madrid conferências em defesa das suas doutrinas.

Entretanto, em *A Monarquia*, mantinha galhardamente o seu pôsto de combate ao liberalismo e a tribuna de exposição das suas novas teorias nacionalistas. De regresso à Pátria, afasta-se da política activa, e em Elvas, na sua Quinta do Bispo, prepara as edições dos seus livros e entrega-se por completo ao puro trabalho mental. Um novo livro de versos confirma o seu grande talento poético: — *Quando as nascentes despertam...*, publicado em 1921, e onde nos legou algumas das mais belas demonstrações da sua maneira artística, sempre inspirada e portuguesíssima.

Suspensa a publicação do diário integralista, um novo período começa para o fervoroso apostolado de António Sardinha. Reaparece, sob a sua direcção, em Agosto de 1922, a revista *Nação Portuguesa*, e à existência dêsse intenso foco de cultura nacionalista consagrou o grande escritor os derradeiros anos da sua vida. Essa segunda série da *Nação Portuguesa* acha-se enriquecida de notáveis estudos, alguns incompletos, que atestam a que ponto havia chegado a maturidade dêsse grande espírito. Dois volumes de formosíssimos sonetos consolidam os seus créditos de enterrecido poeta: — *Na Côte da Saúde — Sonetos de Toledo* (1922), livro de impressões nostálgicas do exílio, e *Chuva de Tarde — Sonetos de Amor* (1923), talvez a mais delicada e sentida das suas obras.

Finalmente, em 1924, com pequeno intervalo, saem a público o *Ao Princípio era o Verbo* e *A Aliança Peninsular* — o primeiro, uma compilação de alguns dos melhores artigos de *A Monarquia* e da *Nação Portuguesa*, o segundo, dedicado ao estudo do problema hispanista. O êxito alcançado pela publicação destas duas obras foi enorme: — em breves semanas estavam ambas completamente esgotadas, tendo atingido os últimos exemplares um elevadíssimo preço. Um admirável futuro político e literário abria-se, de par em par, a António Sardinha. A 10 de Janeiro de 1925, porém, o notabilíssimo escritor falecia em Elvas, quasi inesperadamente, vitimado por uma septicemia.



Porque, como escreveu Elísio de Carvalho «morreu em plena batalha das ideas», não chegou António Sardinha a alinhar vitoriosamente todos os trofeus conquistados na dura peleja, ao inimigo em derrota — e que são os destroços grotescos dos ídolos e dos manipanços derrubados pela destreza do seu processo crítico, que Afonso Lopes Vieira sublinhou com suprema elegância, quando duma vez lhe chamou *caçador de superstições*.

Espalhada pelas páginas das revistas, semeada, ao acaso, nas colunas dos jornais, a obra de António Sardinha só depois da sua morte se tornou verdadeiramente conhecida do grande público. De 1925 para cá, os seus artigos de construção política, os seus ensaios de revisão histórica, os depoimentos da sua campanha tradicionalista, coleccionados em volumes por dois dos seus companheiros de luta, vêm sendo lançados, com progressivo êxito, na refrega cotidiana das ideas e no embate permanente das doutrinas.

Primeiro, foi o *Ao ritmo da ampulheta*, preparado ainda em vida do autor, e que veio continuar a série brilhantemente iniciada com o *Ao Princípio era o Verbo*. Notas de filosofia reaccionária, erratas à História liberal, sínteses críticas de singular luminosidade, *Ao ritmo da ampulheta* foi, na verdade, um punhado precioso de grão arremessado à terra prometedora e fecunda. Monumento admirável de pensamento político, pelas conclusões apresentadas, pela lucidez filosófica, pela forte cultura revelada é a *Teoria das Côrtes Gerais*, longo e erudito prefácio à reedição, benemèritamente lançada a público pelo actual Visconde de Santarém, da bela obra do grande ministro de D. Miguel.

Depois, novos livros se seguiram a estes, ardendo todos no mesmo desejo insaciável de verdade: — *Na Feira dos Mitos, Durante a fogueira, A' sombra dos pórticos, Da hera nas colunas, Purgatório das Ideas, De Vita et Moribus, A prol do comum, Processo dum Rei, Glossário dos Tempos*. Se acrescentarmos a êste espólio formidável três livros de versos — *Era uma vez um menino... Roubo da Europa e Pequena Casa Lusitana* — verifica-se que uma edição integral da obra de António Sardinha (em que se não poderá esquecer a sua volumosa correspondência, depoimento preciosíssimo para a história contemporânea) dificilmente se poderá fazer com menos de vinte tomos. Recordando que todo êste maravilhoso edifi-

cio de inteligência, de cultura e de sensibilidade se ergueu em pouco mais de dez anos de lutas, de exílios, de contrariedades de toda a ordem, não hesitaremos em atribuir a tão singular constituição, simultaneamente erudita e poética, um lugar único na história das ideias e das letras em Portugal.

Morreu António Sardinha nas vésperas dos grandes acontecimentos que determinaram o advento duma nova época da nossa História. Como ninguém, ele pressentiu os tempos que chegavam e toda a grandeza da obra que ia realizar-se. Como ninguém, ele preparou o terreno sobre o qual se ergueram depois os caboucos da nova construção. Morreu fascinado pelo maravilhoso clarão de aurora que surgia no horizonte. Nos átrios da Cidade Nova, à vista da Terra de Promissão, sucumbiu com a certeza firme da vitória, que para ele, na hora derradeira, estendeu certamente as suas grandes e belas asas vingadoras.

Numa daquelas profecias, que resplandecem a-miúde na sua obra, cheia sempre das visões prometedoras do dia de amanhã, António Sardinha terminava assim o último ensaio saído da sua pena, pondo um fecho admirável ao seu pensamento político: — «No revólto laboratório o Futuro se delinea e aperfeiçoa. Delineia-o e aperfeiçoa-o o simultâneo labor de destruição e de renovação, em que temos o nosso papel, a nossa acção. Acendamos a lâmpada do estudo — e invoquemos a Jesus, Pai dos Séculos, Pastor das Nações. E é já poeira do túmulo, pobre cadáver ambulante, aquêle que à glória intraduzível de ser um antecipado preferir jazer no charco em companhia das rãs, coaxando a miséria insolente da sua irracionalidade...».

«A glória intraduzível de ser um antecipado...» Pois foi essa que Deus lhe concedeu, como prémio altíssimo da sua fecunda passagem pela Terra. E que a voz do Mestre nos não desampare nunca, ao clamar, já com a morte emboscada, prestes a avassalá-lo: — «Adiante, por sobre os cadáveres! Mais longe, muito mais longe ainda!»

RODRIGUES CAVALHEIRO.

# TEÓFILO BRAGA

**P**OR ter nascido em 24 de Fevereiro de 1843, está a bater-nos à porta, o primeiro centenário do nascimento de Teófilo Braga, em Ponta Delgada. Creio que se preparam já as loquelas para as grandes manifestações comemorativas, e se apuram as penas para as graves escrituras apologéticas.

Não se levará a mal que, a um mês de distância, faça o meu depoimento, para não perturbar o garganteio dos prègadores, nem pôr uma nota discordante no cortejo dos que escrevem.

Como sempre, procurarei ser inflexivelmente justo. E êste meu propósito absorve-me cada vez mais, chegando mesmo a tolher-me. É que cada vez mais verifico quão fàcilmente nos enganamos no juízo que formamos dos homens.

Mas não é só por isso. É que Teófilo Braga foi um dos deuses mais amados da minha mocidade irreverente e independente.

Quando cheguei a Coimbra, com dezasseis anos, cândidos, quási inocentes, o Teófilo Braga que eu conhecia era o Teófilo das polémicas de Camilo.

Na cadeira de História do Direito português, falava-se muito nêle. Mas eu só havia de estudar a História do Direito português — depois de formado. De modo que o Teófilo da *Pátria Portuguesa* não me interessava. Mas interessava-me o das *Modernas ideas da literatura portuguesa* — e foi êste que, logo ao chegar a Coimbra, num distante Outubro de 1899, eu abordei.

Caí numa república de boa gente — veteranos que me amimavam, creio que todos já a esta hora a dormir o sono que nada altera ou interrompe...

Trazia eu no cérebro sonhos daninhos, teorias fantásticas, ideas sem pés nem cabeça, mas que os meus dezasseis anos e a minha candura consideravam a chave de todos os enigmas, a solução de todos os problemas.

Espiolhara, catara com pertinácia e amor, num grande abandono de mim mesmo, com ingénua confiança, a riquíssima livraria da Sociedade

de Martins Sarmento. Nada me tinha escapado. Era assim... Nesse estado me encontrava, ao entrar, pela primeira vez a Porta-férrea.

Versejava. A minha harpa era fúnebre, e eu declarava-me, a tôdas as horas, à Morte — talvez porque possuía a Vida.

Amimado, como disse, pelos meus companheiros, um deles teve artes de juntar um punhado de versos meus, com o intuito generoso e carinhoso de os sujeitar à apreciação de Teófilo Braga, tudo muito em segredo, não fôsse eu perceber, e amuar.

E, um dia, com muitas festas e felicitações, colocaram-me diante do facto consumado — a resposta de Teófilo Braga.

Não sei como começaram as minhas relações epistolares com êste, porque não tenho à mão a colecção completa das suas cartas.

Quando, em 1904, vim a Lisboa pela segunda vez, uma tarde estava eu a folhear cartapácios na Livraria Universal, do Tavares, pai, ali na Calçada do Combro; a certa altura, entrou Teófilo que eu conhecia dos retratos de jornais. Perdi a vergonha — e dirigi-me a êle, dizendo quem era.

Fêz uma cara de grande espanto, por me ver tão novo, supondo-me já muito entrado em anos.

E ficamos amigos.

Para que diabo veio ao mundo a República, não me dirão?

Para que foi que a Monarquia a fêz? Se nunca se tivesse proclamado, não teriam fenecido as ilusões de tantos, e a República continuaria a ser uma coisa bela. Ainda hoje eu seria republicano, e fiel a um sonho que, por se não ter realizado, continuaria a encantar-me e a arrastar-me. E a amizade respeitosa que eu nutria por Teófilo não se teria quebrado. E não se teria quebrado, principalmente, porque a integridade moral de Teófilo Braga não teria sofrido provações desgraçadas.

Para que veio ao mundo a República, não me dirão?

Mas a Monarquia, muito convencida da superioridade da República, não descançou enquanto não fêz a República.

E esta... Mas deixemos isso, por causa das môscas...

Pois desde aquêlê Maio de 1904 em que nos encontramos na Livraria da Calçada do Combro, ficamos, Teófilo Braga e eu, amigos.

Êle, cercado da sua aura; eu, na humildade da minha mocidade inquiridora — a bater todos os caminhos do Saber.

Ainda hoje me lembro da impressão que me causaram as suas aplicações do Positivismo à Política portuguesa ou à História do Portugal contemporâneo. Embrenhado nos matagais da Metafísica — desde os catorze anos, Pai da Vida!; bêbedo de Hegel, Hartmann, Kant, e outros

figurões, como de Kropotkine e Bakunine; atascado de Nietzsche e Stirner, nunca enfrentara Augusto Comte.

Foram os livros de Teófilo Braga que me puseram na via que me levaria ao Positivismo. E êste operou o milagre da minha disciplina mental. Se eu não tenho estudado a fundo, em meses e meses seguidos, dia e noite, com raras horas de sono, o *Curso de Filosofia Positiva* e a *Política positiva*, não sei, por onde andaria hoje o meu espírito.

Foi Augusto Comte que me levou a respeitar o Catolicismo; foi êle que me ajudou a entender a Idade-Média, a tomar a sério o Celibato eclesiástico, a considerar a Família como base da Sociedade, a reconhecer a falsidade dos princípios da Revolução francesa, a ver a relatividade dos nossos conhecimentos científicos, etc., etc.

Aos rapazes de hoje, agnósticos, fazia-lhes muito bem uma cura de estágio positivista, ainda mesmo que fôsse através dos comprimidos de Miss Harriet Martineau.

Teófilo pôs-me no caminho. E eu segui. Era Teófilo positivista? O Positivismo de Teófilo foi uma lenda.

O Positivismo é um sistema, não é uma frase ou uma colecção de frases. Se desde muito novo me não acompanhasse a preocupação das fontes, e me tivesse limitado a conhecer o Positivismo ministrado por Teófilo nas citações que fazia de Comte, eu nunca teria conhecido o Positivismo. Mas tive sempre a curiosidade de ir ver.

Diante das citações que Teófilo fazia, um dia, fui ver...

Mendes dos Remédios (saúdoso Amigo!) requisitou para sua casa o *Curso de Filosofia Positiva*, e emprestou-mo.

E deu-se no meu espírito essencialmente lógico, coerente e sincero, a grande revolução.

Teófilo Braga nunca foi positivista: foi litréista — o que é muito diferente. A uma metafísica, substituiu outra; a um racionalismo abstracto, substituiu outro. Os que chamam a Teófilo Braga positivista, nunca o leram, ou nunca conheceram o Positivismo. E não lhes quero mal por isto, porque estudar o Positivismo não é para todos.

O Positivismo é um sistema, repito; mas o sistema de Teófilo Braga, e de que tantos o acusaram, não tem nada de positivista. É um sistema metafísico — o sistema da Enciclopédia.

O agnosticismo de Comte é, em Teófilo, anti-catolicismo a roçar por um deísmo ateu. Teófilo foi inimigo declarado e permanente da Igreja; o Positivismo nunca foi hostil à Igreja: a sua posição é muito outra. O Filósofo que tentar a conciliação do Positivismo com os dogmas católicos

fará no mundo do Espírito uma Revolução maior do que a de S. Tomaz, ao conciliar o Estagirita pagão com o Catolicismo.

O Positivismo-sistema anda no ar: todos nós o respiramos sem o sentirmos. Muito se ilude quem cuida que a *Vida de Jesus* de Renan ou a de Strauss, que os trabalhos cristológicos de Guignebert ou de Loisy são informados pelo Positivismo, quando guinam para o racionalismo negativista. Positivistas são-no, no bom sentido, no sentido legítimo, os trabalhos da Escola Bíblica de Jerusalém, a *História da Alemanha* de um Janssen, a *História dos Papas* dum von Pastor, a *História bíblica* dum Schuster-Holzammer, a *História da Igreja* de Fliche et Martin, etc. Obras de ciência, e não obras de Apologética, obedecem rigorosamente à objectividade positiva.

Teófilo Braga nunca foi positivista: foi um espírito essencialmente reaccionário, aferrado aos mitos do Livre Pensamento e da Democracia, da Enciclopédia e da Revolução francesa — incapaz de se emancipar do domínio das Nuvens e dos Manipansos da Democracia.

Só num problema êle aceitou a posição nítida de Augusto Comte: no do Divórcio. Mas a sinceridade da sua adesão à doutrina salutar do Positivismo, nessa matéria, ficou muito desacreditada, quando se verificou que ela não o impediu de subscrever o decreto sinistro que introduziu em Portugal o Divórcio.

Que belo exemplo de integridade mental e de coerência moral não teria dado Teófilo, se tivesse aberto crise política sôbre tal acontecimento!

Em Teófilo Braga, há, de um modo geral, o Poeta, o Historiador da Literatura Portuguesa, o Pensador ou Doutrinador.

A sua actividade literária alargou-se ainda a outros domínios mais ou menos conexos com estes. Mas são estes os que caracterizam a sua personalidade. Poderíamos, mesmo, talvez, dizer que o que êle foi, essencialmente, foi historiador da Literatura portuguesa.

O Poeta tem os seus melhores versos na Antologia chamada *Alma Portuguesa*. Os seus poemas dos oitenta anos revelam que se a fibra lírica não quebrara, a técnica sofrera muito. No entanto, esta quadra do soneto *A uns dezóito anos* é bem modelada:

Vão deslizando entre ilusões sinceras  
Num céu azul onde o porvir se alcança!  
São pombas mensageiras de bonança  
Anunciando felicidades veras!

O que prejudicou o Poeta Teófilo Braga foi a sedução do Poema social, humanitário, universalista. Pode êste, como concepção, atingir alturas fascinantes. Realizado, é o albatroz poisado no convés do navio:

« Ses ailes de géant l'empêchent de marcher ».

As próprias epopeias nacionais — é ver os *Lusíadas*, têm colapsos, porque o Poeta só excepcionalmente pode ser centro receptor de sentimentos alheios. Vítor Hugo, em Paris, nunca poderia escrever os *Châtiments*, que são, aliás, muito mais poema lírico que poema social.

Como Pensador ou Doutrinador, Teófilo desempenhou um grande papel: agitou problemas sem conta. Deficiente ou nefasto nas soluções que lhes deu, prestou o grande, o incontestável serviço de os ter abordado. Quem o acompanhou nas soluções perdeu-se; quem se ficou apenas no conhecimento dos problemas ganhou, e deve gratidão a Teófilo.

Como Historiador...

Teófilo Braga, além da *História da Literatura portuguesa*, em que se especializou, tratou vários assuntos históricos deixando até um plano para a História de Portugal.

Foi, como historiador, que mais trabalhou. E é, como historiador, que é mais perigoso.

A *Pátria Portuguesa* é um amontoado de dislates. O brasileiro Sílvio Romero abriu-lhe cova funda, enterrou-a sob vinte braças de pedra e cal, e nunca mais ela voltará à vida. No seu aspecto negativo, o livro de Sílvio Romero é irresponsável.

A *História da Universidade de Coimbra*, em quatro grossos volumes, não é mais do que um subsídio para uma História da Universidade de Coimbra. Basta dizer-se, para se fazer uma ideia do que ela é, que Teófilo a compôs, quási sem ter passado pelo Arquivo da Universidade de que conhece, e pela rama, o *Livro Verde*, e pouco mais. Os trabalhos recentes dos srs. Profs. Mário Brandão e A. da Rocha Madahil, para o período pré-pombalino, e do Prof. Lopes de Almeida, para a época do Marquês, constituem, com as *Notícias cronológicas* de Leitão Ferreira, a primeira base séria da História da Universidade a escrever.

Pròpriamente a *História da Literatura portuguesa* em que Teófilo consumiu a sua vida inteira é um vasto armazém de ferro velho onde há de tudo, desde as preciosidades mais raras às superfluídades mais inúteis. Destrinçar o que vale é obra para outra vida. Quem se abeira dessa obra com espírito crítico depressa perde a confiança nela. E como o ter de

verificar tudo corresponde quasi que a fazer tudo de novo, é-se tentado a prescindir do trabalho de Teófilo — no seu conjunto. É a maior injúria que se pode fazer a um escritor!

Tenho a suspeito de que em Teófilo Braga havia mais a preocupação de publicar fôsse o que fôsse, do que a de apurar a verdade. E isso entranhou-se-lhe tanto no feitio, que não hesitou, no fim da vida, em compor essa monstruosidade que se chama a *Mocidade de Teófilo* encabeçando-a no nome de Francisco Maria Supico. E tão insensatamente o fez, que chega às mais fantásticas aberrações cronológicas.

Querem ver um exemplo? Em 16 de Dezembro de 1862, Teófilo escreve ao seu amigo: «O documento é precioso porque contém todos os nomes da geração académica de 1861 a 1868... Quasi todos os nossos homens públicos saíram dessa extraordinária geração académica!» (pág. 169). Pois houve quem louvasse este procedimento de Teófilo! Realmente isto de, em 1862, se definir a geração de 1861 a 1868 é singularmente raro!

Há, em Teófilo, alguma qualidade digna de ser imitada? Há: a tenacidade no trabalho. Teófilo deu-nos a todos o exemplo vivo duma dedicação permanente ao trabalho do Espírito.

Nisso, foi Mestre de várias gerações, e Mestre há-de ser das que vieram. Raríssimos trabalharam como êle.

Fala-se muito no nacionalismo de Teófilo. Curioso nacionalismo êsse! Um nacionalismo cheio de elementos anti-nacionalistas. Foi um nacionalismo que assentava em duas negações, as negações das verdades eternas da Pátria: a Igreja e o Rei. Também o Bolchevismo é nacionalista, e não me parece que seja digno de louvor ou imitação. Nacionalismo é rótulo que facilmente se cola às mais variadas e avariadas mercadorias. O nacionalismo de Teófilo é um nacionalismo partidarista.

Em síntese: tanto na intenção, como na realização, a obra de Teófilo Braga deve ser encarada sob tôdas as reservas.

24, Janeiro, 1943.

ALFREDO PIMENTA.

## COUSAS DA MADEIRA

# Credos & Superstições Milagres & Outros Sucedimentos...

### Milagre do Senhor Crucificado do Convento de S. Francisco <sup>(1)</sup>

É de tradição em quási todos os antigos. Refere-o em sua *História Seráfica*, o historiador da Ordem Fr. Manuel da Esperança; narra-o o *Agiologio Lusitano* dando-lhe foros grande de veridicidade. Seremos pois breve na descrição do milagre, por já muito conhecido e melhor tratado.

Certo poderíamos deixá-lo no esquecimento mas, na hierarquia dos milagres acontecidos em terras islenhas de nosso descobrimento, verdade é ter sido êste o primeiro na longa série, e ainda por sucedido com Helena, uma das filhas de Zargo, primeiro capitão do Funchal,

«... de Célebre Ascendencia  
Heroe, Neto de Heroes, e de Heroe Filho,  
De quem fazia estima, e confidencia  
O Infante, que do Pai seguia o trilho.»

Não há pois que negar registo a êste interessantíssimo facto da nossa história islêna.

Conta a tradição dos antigos que no dia de primeira oitava do Natal de 1481, achando-se grande número de fiéis assistindo à missa conventual da Igreja de S. Francisco do Funchal, — sita no local onde em nossos dias, e mercê do camartelo municipal de uma edilidade infeliz, se encontra o

---

(1) Para maior desenvolvimento queira o leitor consultar o nosso trabalho *O Convento de S. Francisco-«o-novo» e o Milagre de 1481*, onde se trata exhaustivamente dêste sucedimento milagroso, e se dá em apenso o acto tabeliônico que dêste facto se mandou lavrar por sentença do Bispo do Funchal, D. Frei Lourenço.

Jardim Municipal do Funchal, — aconteceu ter o Santo Crucifixo de aquella casa despregado da cruz um dos braços. Era o braço direito, e com êle assim esteve até o dia seguinte que era o da segunda oitava depois do nascimento do Menino-Deus, tendo neste dia o braço tornado a seu lugar.

Prodígio de outras eras, milagre de tôdas as gerações, êste clamoroso e divino successo não foi visto por todos quantos eram presentes ao sacrificio santo.

À missa, assistia cheia de recolhimento e devoção, a piedosíssima Helena Gonçalves da Câmara, filha muito querida do vélho Zargo, e espôsa amantíssima de Martim Mendes de Vasconcelos, — o vélho como lhe chamavam, — homem de grande valia por sua nobreza, e mais ainda por sua entranhada fé e gram virtude.

Helena, sempre muito assídua às cerimónias do culto divino que naquele templo com recato e muita pompa todo o ano se realizavam, era aquella mesma dona a quem por vezes o mesmo Senhor crucificado falara, e de cujo successo correra já fama entre as gentes, por denúncia de criada inconfidente...

O Senhor é de altura de quatro palmos, de *madeira forte, sem enganos, ou quebradura* nos braços, no dizer de Henrique Henriques de Noronha, o historiador probo desta nossa Província.

Representando estar morto, tem a bôca aberta, como se falara vivo.

Sòmente em dois dias do ano estava esta Santa Imagem patente à muita devoção dos povos: no dia dos dois apóstolos SS. Simão e Judas que se passa a 28 de Novembro de cada ano, e a 26 de Dezembro, dia em que se passa êste sucedimento milagroso.

Do portento mais tarde se lavrou acto tabeliônico, por sentença do Bispo D. Fr. Lourenço de Távora, e no ano de 1615: o tabelião refere o facto como sucedido no tempo de 1482, o que, para Noronha é manifesta confusão motivada no successo se ter passado no primeiro dia depois do nascimento de Cristo.

Era de grande romagem e devoção a procissão que, uma vez em cada ano, ou em casos de grande precisão ou de calamidade pública e nos quais os povos sempre mereceram o bom despacho, saía pela cidade, com percurso pelas principais ruas do Funchal, entre filas compactas de povo prostrado: a acompanhar o Senhor nestas ocasiões, o que se costumava fazer *de noite sem estrondos*, concorriam muitos penitentes, alguns deles descalços de pés mas vestidos da mais profunda fé.

Na sua mais nua singeleza é êste o facto milagroso.

**O mais horroroso caso**  
**: succedido no Funchal :**

Corria célere na voragem dos tempos êsse ano da graça de 1492, quando o Senhor Capitão João Gonçalves da Câmara, segundo tanto no nome como na jurisdição do Funchal,

*De Zargo o Promogenito Valente,*

e tão valente por suas acções que dele o Poeta cantará mais tarde ter sido

*Com as armas na mão Soldado Forte*

o qual :

*Aos Mouros mostrará valor robusto,  
E a cada golpe seu, que leva a Morte,  
Arzila, e Ceuta tremerão de susto,*

— quando resolvendo-se êste Capitão sair para o Reino deu encargo a D. Constança de Noronha, sua filha dilecta, da construção do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, para cuja fábrica já conseguira breve pontifício passado em Roma a 4 de Maio de 1476 anos pela Santidade de Xisto IV.

Deu D. Constança pronta realização ao desejo de seu pai, dispondo no necessário de tal modo que por 1495 se encontrava razoavelmente preparada a clausura. E no mesmo ano, ou sejam três anos após a sua elevação ao sólio pontifício, autoriza o Papa Borgia pelo Breve *Ex injuncto nobis*, que esta Casa seja de regular observância, obedecendo em tudo ao guardião do Funchal, e, do mesmo passo, envia para ali os fundadores e a algumas religiosas do Mosteiro de Beja. Nomeia-se ainda pela citada Bula, para primeira abadessa a D. Joana de Noronha, outra filha do fundador, e a esta é entregue o Padroado Conventual.

Tiveram as recolhidas muitas regalias, entre as quais como mais importante a de comer carne, lacticínios e ovos *na forma em q. o fazem os seculares*, acompanhados todos estes privilégios de bênçãos especiais para doadores e visitantes.

Mas, nem só de Alexandre VI bem mereceram as religiosas, pois vimos o venturoso D. Manuel I a cumulá-las com obséquios: concedeu-lhes êste monarca faculdade de possuírem Juiz privativo para execução de seus rendeiros e, possivelmente, muitas mais outras dádivas ainda, no que êste monarca sempre foi tão generoso.

Na igreja dêste mosteiro repousa o glorioso companheiro de Tristão e quási todos os seus descendentes até Simão Gonçalves da Câmara, 1.º Conde da Calheta, 2.º do nome e 5.º Capitão Donatário.

Muitas foram as religiosas que, neste retiro, floresceram em virtude, mas também muitos são os sucessos com que, para as desviar do caminho do dever e da santidade, o inimigo as trouxe alarmadas. Socorrendo-nos de Henrique Henriques de Noronha <sup>(1)</sup> diremos algo sôbre aquêlê que maior pavor ocasionou na vida pacata do Funchal de então.

Gaspar Frutuoso nas *Salúdades da Terra* <sup>(2)</sup> e Frei Fernando da Soledade na continuação que fêz da *História Seráfica* <sup>(3)</sup>, de Frei Manuel da Esperança, fazem referência ao acontecimento. Gaspar Frutuoso dá para o facto os anos que decorrem entre 1515 e 1520; Frei Fernando errou na data pois aponta a de 1650. Em rigor porém o ano de 1650 referido na *História Seráfica* tanto pode ser o do acontecimento como aquêlê em que foi escrita a memoria que serviu de fonte ao trabalho do franciscano; com efeito diz Frei Fernando que «*achamos a Memoria deste caso no Archivo da Provincia com a advertencia de que fora escrita no anno de 1650 & como não diz o tempo em que aconteece, supomos que seria neste proprio Anno.*»

Para Noronha, sempre tão exacto nas suas memórias, o facto só poderia dar-se no espaço de tempo que preenche os anos de 1515 a 1520, pois em 1521 era já falecido o mestre-escola protagonista do episódio, como facilmente poderemos deduzir pela nomeação para esta dignidade de Gonçalo Martins, que em 21 de Julho do mesmo ano ainda dirigia os trabalhos na igreja do padroeiro Santiago.

Mas é tempo de passarmos à narrativa do caso que tanto impressionou os islenhos de então...

Era, por estes tempos que deixamos dito, a solidão claustral sobressaltada por um terrível fantasma que, pela calada da noite e quando no côro se procedia às leituras rituais, originava terramotos na igreja e arrastando pesadas cadeias, gemendo e suspirando, perturbava de modo tal o sossêgo monástico que fazia com que as freiras fugissem da prática de seus deveres.

Aliava João Rodrigues Burio, mestre-escola de aquêlê recolhimento, à

---

(1) In *Memórias Ecclesiásticas e Seculares*, Cap. vi do Tít. vii.

(2) Cap. xxx.

(3) Tômô III § 607 na parte escrita por Frei Fernando da Soledade, da mesma ordem Seráfica.

sua boa conduta moral, uma coragem pouco vulgar, e assim, resolve-se em certa noite pôr a limpo tão horripilante atentado contra as virtudes claustrais.

Ei-lo encerrado na igreja, depois das Avé-Marias, acompanhado unicamente de seu natural valor.

Revestido de sobrepeliz e estola, expõe o Santíssimo e prostra-se diante do altar. Havia pouco recolhido em piedosa devoção, eis que sente o *estrepido de hum horrorozo e repentino estrondo q. lhe pos deante os olhos o medonho transunto do Inferno*. Não se amedronta o corajoso homem e dá vozes para que, *da parte de Deos diccesse o q. queria e q.<sup>m</sup> era*.

Surge-lhe o inimigo com quem parlamenta em breve discurso. De regresso à sacristia da casa, desparamenta-se. E depois... ordena a abertura de sepultura certa havida de fresco na mesma Igreja.

Havia tempos fôra ali enterrado o cadáver de homem notável no mundo por sua virtude e honradez mas ao qual — no dizer de Frutuoso — o mafarrico, decerto para perdição de sua alma, fizera com que à hora da morte duvidasse do Santíssimo Sacramento *sendo por isso que lho acharão na boca, quando o desenterrarão*.

Trasladam-se os restos, por ordem de Rodrigues Burio, para um sítio pouco acima do Mosteiro *onde chamão a Achada*, e ali, entre uns vinhedos, dão à terra o corpo.

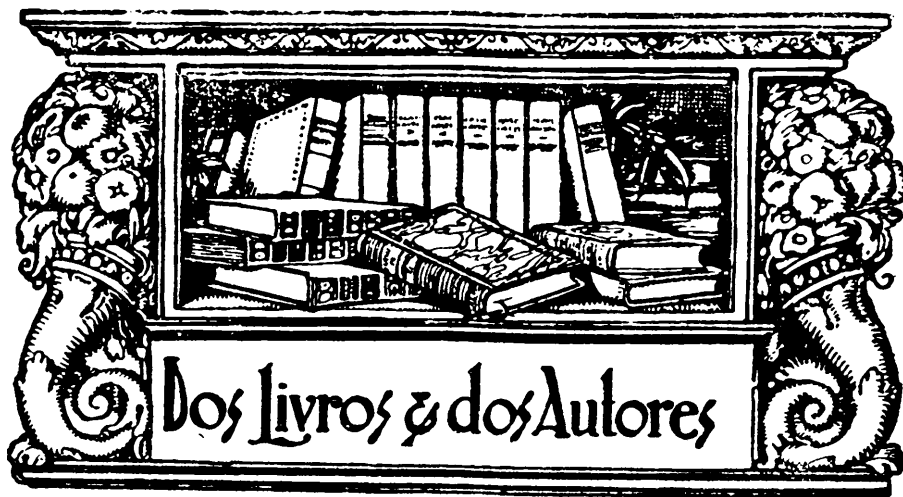
Foi êste local mais tarde assinalado com uma cruz e de aí o nome ao sítio, que se ficou chamando *das Cruzes*.

A verdade é que, segundo Noronha, o claustro ficou desde então *dezabafado* e o Mestre-Escola *dali emdiante como assombrado*, sendo certo *q. não viveu m.<sup>tos</sup> annos depois deste successo*.

E assim puderam então as freirinhas de Santa Clara, por muitos e bons anos ainda, dedicar os seus ócios ao aperfeiçoamento de suas especialidades doceiras, livres de tão incómodo como detestável visitador.

(*Continua*)

FERNANDO DE AGUIAR.



EPOPEIA VULGAR DUM POBRE DIABO,  
por Azinhal Abêlho. 1941.

Perante êste livro de poemas de Abêlho não posso deixar de filiá-lo entre os poetas modernos — sem que por modernos entenda definitivamente se é futurista ou cubista, se é super-realista ou dimensionista. O que a poesia de Abêlho está é integrada em o novo movimento artístico que de Marinetti passou por Picasso, deu Breton e criou escola. É a escola da rebelião, das atitudes pessoais e sempre admissíveis como fundamento de arte, é a escola sem mestre e de trabalho presente olhando o futuro, é a classe que defende a sinceridade, combate a hipocrisia, defende a dinamização das ciências, das letras e das artes. É a poesia de Fernando Pessoa, de José Régio, de Sá Carneiro — expoentes do novo rumo dado à poesia entre nós e que tem seus admiradores. É uma poesia anti-formal, puramente ao sabor da vivência poética de cada poeta, a-rimada, mas obedecendo ao ritmo da sensibilidade de cada artista e de suas almas similares.

O que creio, entretanto, é que a chamada, imprópriamente, arte modernista, está por ora a procurar moldes sem que, por moldes, entenda as formas rijidas da produção do artista. Mas quer Pessoa, quer José Ré-

gio, têm-nos dado, nos seus últimos poemas, sinais de estabilidade formal. É o que observo, também, em Abêlho neste seu livro. Curioso ainda pelo aspecto de misticismo que envolve alguns poemas, o que localiza Abêlho em um lugar particularíssimo e pessoalíssimo entre as novas gerações. Afora Guilherme de Faria, que foi um lírico e um místico, poucos terão atingido a ascensão de Azinhal Abêlho para o mundo da fé, como poeta moderno. Guilherme de Faria cantava :

*Quero ser a canção dos astros e dos céus  
E sentir, na minha alma, a luz de Deus !*

Azinhal Abêlho ora contritivamente :

*Eu pecador me confesso,  
a ti, Senhor da minha e de tôdas as estradas,  
de todos os todos e de todos os nadas.  
Confesso que peço e que pequei  
porque a minha fraqueza é monstruosa.*

Ou, então, evoca a sua mãe, o amor filial sente-se em quâsi tôda a poesia de Abêlho, como protectora da sua alma :

*Mãe !  
Oh ! minha mãe, dá-me a alma,  
aquela que me fugiu não sei para onde.*

---

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

---

Em este livro de Abêlho há a notar uma acentuada evolução para um equilíbrio entre a liberdade concedida ao poeta, como criador de novas formas, e aqueles cânones que são peculiares à própria poesia e deram o encanto da cantiga de amigo e a musicalidade da redondilha e a beleza do soneto.

Azinhal Abêlho é uma alma insatisfeita e vive o drama duma geração inquieta, ansiosa e sem finalidade definida, mas êle sabe viver êsse drama, e dar-lhe forma artística, agora melhor do que nos seus primeiros poemas — futuramente melhor ainda, se Deus quiser.

JORGE ANTUNES.



CALCANHAR DO MUNDO. *Romance*, por Vergílio Godinho. 1.ª edição, MCMXLI. 2.ª edição melhorada. MCMXLII. Edições GAMA. Lisboa.

Estava, havia muito, escrita a nótila crítica a este romance, quando surgiu a 2.ª edição. Houve, por isso, que reler a obra para não se tornarem impertinentes as observações do crítico, as quais, entre muitos defeitos que possam ter, têm pelo menos um mérito e êsse o reivindica enérgicamente: o da sinceridade.

*Calcanhar do Mundo* é a estreia do sr. dr. V. G. como romancista. Em poucas palavras se resume o entrecho. João Pedro, filho ilegítimo do mestre-escola de Vale de Lagoas (aldeola escondida no «calcanhar do Mundo»), e duma perdida, consegue pela sua inteligência e pelo seu esforço subir a maioral duma quinta, cujo dono, já velhote, tem uma filha, Maria dos Prazeres, com quem o pai um dia o casa, como prémio da sua compostura e da sua lealdade. Três anos mais tarde, regressando a casa ao anoitecer, João Pedro ouve altercar dentro do seu lar.

Era a mulher a discutir acaloradamente com um primo, Serafim de nome, recentemente saído da cadeia por morte de homem. Atónito, o rapaz vem a saber que o assassino forçara a prima antes dela casar, e que êle, João Pedro, fôra ludibriado pelos pais da mulher com a qual o haviam casado para evitar a deshonra. Desesperado, lança-se sobre o malandrim, mata-o com um pontapé, e expulsa em seguida a mulher e o filho, que não supunha seu, tanto mais que nascera apenas com sete meses de gestação.

Entrega-se voluntariamente à prisão, mas é absolvido após o julgamento, regressando ao trabalho. Passa então a fazer vida de simples jornaleiro, sem aceitar vantajosas propostas para maioral de outras quintas. Entretanto, o sogro, o velho Francisco Mendes, querendo desherdar a filha e o genro, faz venda suposta dos bens a um compadre muito rico, quando êste preparava uma falência fraudulenta. Declarada esta, o velho Mendes aceita de-bona-mente as explicações do patife, mas não resiste à notícia da quebra da casa bancária em que tinha o dinheiro, morrendo dum ataque apoplético. A quinta do velho Mendes vai, então, à praça e é adquirida pelo pai de João Pedro, o velho mestre-escola de quem o rapaz ignora a paternidade.

Um incêndio declara-se na quinta, pondo em risco iminente a vida do pequeno Carlitos, filho de Maria dos Prazeres e de João Pedro. Êste, então, sentindo dentro de si a voz do sangue, lança-se nas chamas e salva o pequenito, mas perde a vista. O seu acto de abnegação reconcilia os dois cônjuges a quem o velho mestre-escola, que morre pouco depois, manda entregar a quinta que adquirira em praça, e juntamente certidão da perfilhação de João Pedro, que, desde então, pode usar legitimamente um nome.

Sendo uma estreia é natural haver hesitações, incertezas, deslizos e até incongruências. Estranho era o não os haver. Ao crí-

tico consciente cumpre apontar os mais importantes para o escritor procurar corrigir-se em obras futuras. Vejamos, antes de mais, os passs em que encontramos algo digno de censura por razões de variada ordem.

Se a linguagem em diferentes pontos empolga, é de lamentar que em muitos outros seja pouco pulida, roçando pelo termo baixo, mal soante e sempre criticável quando não reproduza a própria fala dos personagens. Dado que nenhum destes (salvo os juizes e advogados que aparecem metedricamente) pertence sequer à classe média, o autor, talvez por contaminação, deixa decair o estilo a tal ponto que deslustra muitas páginas. Ao acaso aponto, na 2ª edição, as págs. 35, 67, 73, 77 e tantas outras em que o termo ou a expressão baixa estraga uma página por vezes bela.

Descrevendo em certo passo a perigosa doença do pequeno Carlitos, o autor interrompe quási abruptamente a narrativa para nos descrever uma vindima na quinta do vêlho Mendes, com cantigas ao desafio e tudo o mais.

Tampouco são justificáveis os solilóquios político-sociais do Autor que aqui e ali entrecortam a narrativa, como a pág. 219 e seguintes, o que não liga com o corpo do romance senão muito vagamente. Não sendo *Calcanhar do Mundo* um romance de tese, e a que vem, pois, aquela longa tirada, e os comentários que o esmaltam de vez em quando?

Também nos parece pouco justificável e até simplesmente aceitável a promessa de Maria dos Prazeres, que consegue vencer o bom senso do marido e promete dedicar o filho a sacerdote se a Virgem de Fátima der vista a João Pedro. O misticismo exaltado da rapariga, agravado com o desejo de ver o marido curado, poderia sugerir-lhe tal pensamento, que João Pedro, sisudo e sensato como era, deveria combater, porquanto nenhum pai tem o direito de dispor dos destinos dum filho. E demais, são ainda

hoje freqüentes, infelizmente, os exemplos comprovativos de que não é por essa forma que se concorre para a dignificação do sacerdócio.

Vejamos agora o reverso da medalha. As duas cenas do julgamento estão bem observadas e com muita espírito. A descrição da matança do porco, a-pesar-de prolixa, é magnífica, como o é a da romaria e a da volta de João Pedro à aldeia, no regresso da prisão. Uma das mais fortes cenas, verdadeira página de antologia pelo colorido e vigor da expressão, é a passada entre João Pedro e Serafim, quando êste é morto por aquê. A descrição da pág. 265 e seguintes é também magnífica, em meias tintas, mas à maneira impressionista de Corot, e revela bem as capacidades artísticas de V. G.

Os personagens são bem observados, *sur le vif*, embora a nossa inteligência só dificilmente possa admitir que em tal meio de « gente fusca » pudessem ter surgido um João Pedro e uma Maria dos Prazeres, cuja espiritualidade se não compadece com o meio que V. G. não diz ser de sã moral, e até nos mostra agindo tantas vezes contra ela. O próprio mestre-escola perde muito da simpatia que sôbre êle o autor quere chamar, pois como homem digno nunca deveria consentir que o filho fôsse enxovalhado à conta da mãe, não tendo, para maior agravo, um nome que pudesse usar.

O sr. dr. V. G. é escritor de recursos, cujo talento se nos mostra neste romance com que se estreou. O tempo lhe trará o equilíbrio de forma próprio dos mestres. E de que o autor poderá vir a sê-lo é prova *Calcanhar do Mundo* que, com todos os seus defeitos, não deixa de ter lugar à parte na escassa produção dos últimos anos. Afirmam os Editores na *Nota* com que abrem a 2.ª edição, que V. G. « não escreve por desfastio ou diversão » e acrescentam que êle crê « na alta missão do escritor, e, de modo especial, do escritor nosso contemporâneo » (pág. 8). Por isso nos parece bem augu-

rar-lhe futuro prometedor, incitando-o a prosseguir na carreira escolhida e tam auspiciosamente encetada, fazendo votos por que em obras futuras atinja aquela perfeição que se mostra esquiva apenas com os que não têm capacidade para a poder alcançar, ou para os que preferem os fáceis êxitos de livreria à glória que não traz proveitos materiais.



A GUERRA DA RESTAURAÇÃO EM VALENÇA, por *José da Mota Lopes*. Separata de *O Minhoto*. 1940.

Este opúsculo é formado por dois artigos — *Quem vai à guerra...*, e *Dios se vuelve portuguez* — publicados pelo Autor no *Minhoto* para comemorar o 3.º centenário da Restauração. Subsidiário do *Portugal Restaurado*, do Conde de Ericeira, o sr. J. da M. L. procurou, sobretudo, divulgar dois factos históricos em que Valença, sua terra, se ilustrou durante a longa e gloriosa guerra da Restauração. Pena é que o tipo de letra, por gasto, torne tantas vezes difícil a leitura, que o papel inferior mais dificulta.



LIVRO DE CONTOS, pelo *Conde de Aurora*. Editora Educação Nacional. Pôrto, 1942.

A obra do sr. Conde de A. é já hoje vasta, mas não tem nada de homogênea. De facto, este Autor, como as borboletas na Primavera, parece comprazer-se em saltitar de flor em flor, quero dizer, de assunto em assunto, em busca de emoções novas que parecem atrai-lo particularmente. Percorrendo o elenco dos seus trabalhos já publicados, salta-nos logo à vista a verdade do que afirmamos. Todavia não julgamos errar afirmando irem as preferências do illustre Magistrado, sobretudo, para o romance

e para a novela. Com efeito, entre as suas obras figuram dois romances — *D. Aleixo* e *O Pinto*, e dois livros de novelas — *Flor de Pecado* e *Livro de Contos*. Cremos ter provado as preferências acima referidas.

Alguns dos contos do volume agora publicado já os conhecíamos de publicações periódicas em que os lêramos. Isso, porém, não diminuiu em nada o nosso interesse pela obra: os anos haviam já passado, lentos ou vertiginosos sobre o momento da nossa leitura, e o espírito dum homem de hoje, fatalmente contagiado do dinamismo e da vertigem dos tempos actuais, é levado a esquecer o que leu ontem, como amanhã esquecerá o que acabou de ler agora.

Por isso foi com um interesse novo que lemos as páginas palpitantes (desculpem o lugar comum) deste Escritor tam século xx. A linguagem do sr. Conde de A. poderá não ser clássica (longe disso), muitas vezes até a construção da frase roça pela incorrecção; mas tem um tal poder de vibração e uma tão grande comunicabilidade, que nos fazem esquecer os defeitos para seguirmos o Autor dócilmente.

Os contos do sr. Conde de A. são todos muito século xx: nervosismo, dinamismo, elasticidade de expressão, colorido alacre, veia, brevidade, expressionismo e pitoresco. Em alguns — v. g. *Pdinho* — a nota sentimental faz-se sentir fortemente; noutros — v. g. *Noite de núpcias* — é a veia cáustica que nos impressiona. Em todos eles a mesma linguagem trepidante, saltitante e cintilante que tam originais torna as obras deste Autor. Sente-se que é neste género de literatura, o conto, que o sr. Conde de A. está como em casa sua. Porque não continuar? Onde estão hoje os verdadeiros contistas portugueses? Três, quatro nomes, mais nada; o resto não conta. Sr. Conde de A., continue V. Ex.ª, porque nos quer parecer que será isso que lhe dará um lugar à parte na *selva oscura* das letras pátrias.

ÁFRICA DE SANGUE, DO OIRO E DA MORTE, por *Norberto Gonzaga*. Edições Universo. Lisboa, 1942.

Nas palavras do próprio Autor os artigos que constituem a obra «são apenas *instantâneos* que fixei nestas páginas». É, pois, o livro dum jornalista curioso que percorreu grande parte da África em busca de emoções. E ela, a África misteriosa doutora, que já hoje perdeu grande parte desses mistérios, foi pródiga nas que lhe ofereceu.

Percorreu o sr. N. G. a África Equatorial Francesa até aos limites do deserto do Saará, e a nossa província de Angola. De todas as suas andanças nos deu relato claro, preciso, vibrante e eloquente, bastas vezes esmaltado de comentários feitos ao que via, objectivos sem segundas intenções, como convém ao jornalista que procura documentar-se. Muitas vezes se embrenha pelos dados áridos das estatísticas, no que, se não agrada a todos, revela a probidade dos seus processos. O seu estilo é a cada passo de grande beleza expressional, conseguindo comunicar ao leitor as impressões próprias do Autor ante aspectos da Natureza ou dos homens, que lhe feriram a retina. Por vezes é certo que nos deixa desencantados quando supúnhamos encontrar uma África primitiva, bárbara mas sincera na sua barbárie, e nos defrontamos com uma África moderníssima, com o automóvel cortando a estrada da selva, o negro trajando à europeia e pedalando por entre a pujante vegetação tropical, e hotéis novinhos em folha a alvejarem pelo meio do verde mate do arvoredado a milhares de léguas do mundo civilizado. Mas até nisso o sr. N. G. é sincero. Outro que fôsse e recorreria ao cansado material de outros tempos para nos pintar uma África virgem e cheia de pitoresco, impressionando-nos com as suas descrições feéricas, próprias do folclore oriental. Mas o Autor não procura armar ao original; conta o que viu e

como viu, *nuamente* como o velho Fernão Lopes, mas como ele conseguindo efeitos inéditos do seu estilo simples e chão.



MEMÓRIA ECONÓMICO-POLÍTICA SOBRE A LIBERDADE DO COMÉRCIO DOS GRÃOS, por *José Acúrsio das Neves*. Guimarães, 1941.

Os nossos leitores conhecem já esta obra, visto como constitui separata desta Revista. É precedida de extenso estudo do sr. dr. Fernando de Aguiar, em que se refere largamente à organização corporativa medieval portuguesa, provando a sua superioridade em relação à organização profissional que o liberalismo instituiu, concluindo ao depois com o estudo propriamente das doutrinas económicas de José Acúrsio das Neves.



BREVES NOTAS AO SONETO «ALMA MINHA GENTIL...», por *Alfredo Pimenta*. 1941.

Os meus leitores conhecem já este substancioso trabalho de A. P., porque safu em tempos nas páginas desta Revista. Trata-se de mais uma obra, embora breve, em que seu ilustre Autor estuda um problema literário de grande importância adentro das obras de exegese camoneana.

Camões tem sido há anos a esta parte, como se sabe, uma espécie de «terra de ninguém» que competentes e incompetentes têm ido explorar. Dado o que há de nebuloso na vida do grande poeta lírico, parecia de elementar prudência não se afoitar a gente demasiadamente para além dos limites do cognoscível, evitando todas as afirmações que não se fundamentassem em provas claras e dignas de fé, ou que, pelo menos, pudessem inferir-se dos textos sem lhes torcer o sentido. Tal não tem sido.

Dá as hipóteses mais ou menos aceitáveis, mais ou menos extravagantes que à volta da vida e da obra do poeta se têm erguido, lançando a confusão nos espíritos desprevenidos que, por dever de ofício ou por curiosidade, se aproximam da obra de Camões.

Uma das afirmações mais correntes, sem grande fundamento aliás, é a de que o famoso soneto *Alma minha* (um dos «gavadinhos», como lhe chamava o Verney) fôra escrito no Oriente, ou à memória da decantada Natércia, ou duma moça chinesa, a Di-na-men morta no naufrágio junto do Mekong.

Foi devido aos esforços de Diogo do Couto, «matalote e amigo» de Luiz de Camões, que o poeta, então em Moçambique onde vivia na indigência, regressou definitivamente ao Reino. Na *Década VIII*, da ed. de 1786, afirma o cronista que no regresso de Macau «se foi perder na Costa de Sião, onde se salvarão todos despidos e o Camões por dita escapou com as suas *Lusiadas* como elle diz nellas e aly se lhe afogou hũa moça China que trasia m.to fermosa com q. vinha embarcado e muyto obrigado, e em terra fez sonetos a sua morte em que entrou aquelle q. diz:

*Alma minha gentil que te partiste...*»

O dr. A. P., folheando uma cópia manuscrita da 2.<sup>a</sup> parte da *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes e feita em 1532 por Alvaro do Couto de Vasconcelos, descobriu uma versão, embora muito incorrecta, do soneto de Camões, com grandes variantes da versão clássica, o qual aparece a fls. 149. Quere dizer: em 1535, antes de Camões partir para a Índia e até para Seuta (pois a sua saída de Lisboa para o Oriente só se efectuou em 1553, 18 anos depois dessa data) já o soneto estava feito e o que era mais, era conhecido e citado.

Concluía-se daqui que Diogo de Couto se enganou ao dá-lo como dedicado em

1559 (?) à memória de Di-na-men, o que era natural por o cronista escrever a *Década VIII* em idade já avançada, ou que o famoso passo é apenas uma falsificação posterior, como lembra o sr. Aubrey Bell.

Por outro lado tem-se aceitado o ano de  $\pm$  1524 como o do nascimento do poeta. A ser assim, e sendo o soneto já conhecido em 1532, somos obrigados a crer que aos oito anos Camões já escrevia sonetos lapidares! E nada há que nos prove que o grande lírico foi um talento precoce como Vitor Hugo, Mozart e tantos outros. De modo que, como A. P. propõe:

«1.<sup>o</sup> O problema da localização temporal do soneto *Alma minha gentil* tem que ser pôsto de novo;

2.<sup>o</sup> Tudo leva a supor que a composição desse soneto é anterior à partida do Poeta para a Índia;

3.<sup>o</sup> A coincidência das variantes do Ms. de Luiz Franco e do Códice de Alvaro do Couto impõe a revisão da lição clássica.»

A não ser, seja-nos permitido acrescentar, que se dê com o famoso soneto o que se tem dado com muitos outros atribuídos a Camões: que não fôsse escrito pelo autor dos *Lusiadas*.



TRATADO DE VERSIFICAÇÃO PORTUGUESA, por Amorim de Carvalho.  
Edição do Autor. Pôrto, 1941.

São já bastantes os tratados de versificação escritos em português, mas não devemos inferir disso que a técnica do verso é melhor conhecida. Partindo daqui, o sr. A. de C., poeta distinto, escreveu o seu *Tratado* destinado ao estudo dos alunos dos Liceus e de quantos pela versificação se interessam, *Tratado* que é um resumo de obra de maior fôlego que pensa publicar com o título de *Os problemas da versificação*. Está o *Tratado* dividido em três partes: na 1.<sup>a</sup> estuda a metrficação e as leis do verso; na 2.<sup>a</sup> os vícios contra a pureza mu-

sical, a harmonia imitativa e a rima; na 3.<sup>a</sup> as estrofes e os sistemas estróficos. Contém mais um « Apêndice histórico », resumo da versificação através da poesia portuguesa.

Escrito com elegância e clareza, parece-nos que corresponde perfeitamente ao fim para que o Autor o escreveu, elucidando os curiosos acêrca da técnica do verso, das suas leis, dos vícios que maculam a poesia, e ensinando-os a conhecer a beleza do verso, exemplificando com excertos dos nossos poetas. As definições são acessíveis à inteligência dos estudantes, que ficam desde agora com mais uma obra que poderão consultar com proveito.

Permita-nos agora o sr. A. de C. umas observações, que em nada diminuem o mérito do seu trabalho. A primeira é a de que « ainda não existe nenhum tratado de versificação portuguesa actualizado » (pág. 8), quando há poucos anos o dr. Alfredo Pimenta editou um dos melhores que conhecemos e quasi exaustivo.

A segunda é o exemplo dado para a *rima interna*, o conhecido verso da *Lágrima*, de Junqueiro (pág. 60):

Vem brilhar por *Jesus* na *crux* da minha *espada*;

Haverá ali de facto rima interna ou simples encontro fortuito de palavras rimantes. A leitura da *Lágrima* não autoriza, cremos nós, a concluir pela *rima interna* que obriga à sua repetição em toda a poesia escrita nesses moldes. Na mesma página apresenta-nos o Autor um exemplo característico de Feijó, e a pág. 107 outro de Garrett.

A terceira é a frase com que a pág. 108 fecha o *Tratado*: « Já não se poderá ir além de novas combinações de formas métricas mais ou menos conhecidas. » Linhas acima conclue que « dadas as exíguas possibilidades musicais da linguagem verbal, nós podemos considerar praticamente esgotado o campo da inovação ». Parecem-nos tanto uma como outra afirmações demasiado do-

gmáticas e, como tal, ousadas, quando o génio do homem, apesar de tudo, não atingiu o seu apogeu.



A EXPRESSÃO DA LIBERDADE EM ANTERO E OS VENCIDOS DA VIDA, por Feliciano Ramos. Edições « Ocidente ». Lisboa, 1942.

Em elegantíssimo volume editado pela revista *Ocidente* saiu há tempos este novo trabalho do antigo Reitor do Liceu desta cidade, professor distinto e ilustre escritor, sr. dr. F. R., que também é colaborador desta Revista, onde tem publicado valiosos ensaios e estudos.

O sr. dr. F. R. procura definir o que o grande Antero entendia por « liberdade », concluindo por verificar « que o êxito da sua arte e do seu pensamento, no que estes contêm de mais vivo e tocante, provém do seu inconformismo, da sua adesão à liberdade espiritual », acentuando logo a seguir que « a liberdade anteriana, exuberantemente manifestada na sua obra lírica e filosófica, não se há-de propriamente definir ou descrever, mas reconhece-se e surpreende-se nas suas diferentes realizações: afirmou-se original, revoltado contra o passado e o presente, incompatível com o romantismo moribundo, nas « *Odes Modernas* »; opôs-se ao parnasianismo e distanciou-se do mundo representativo, libertando-se da opressão fenomenalista, n'« *Os Sonetos* »; ficou independente do Positivismo e defendeu a Metafísica nas *Tendências Gerais da Filosofia* e na *Philosophia da Natureza dos Naturalistas* ».

E logo a seguir concretiza: « à sua liberdade criadora, sem nada ter de anárquico, é por conseguinte, um acto de equilibrada harmonia e de elegância mental. Esta suprema normalidade artística demonstra que Antero, para além do que em si houve de mórbido e de frágil, nos legou uma herança

de idéias que sempre sobreviverá a tôdas as contingências. É nessa perene idealidade que vive o verdadeiro Antero em tôda a sua majestade de especulativo e sonhador» (págs. 109 e 110).

Nas próprias palavras do Autor fica sintetizado o fim e o significado da obra com a clareza devida. Descabidas, são, por isso quaisquer outras tendentes a explicá-la. Por isso as reproduzimos.

O sr. dr. F. R. é um anterianista enternecido que a cada passo aproveita a figura de Antero para a estudar sob diversas facetas. O grande poeta encontrou neste distinto professor pessoa superiormente apetrechada para penetrar no íntimo das suas idéias e as dissecar, explicando-as, o que nem sempre é fácil tarefa. O pensamento de Antero é, de facto, por vezes obscuro e até incongruente, mas a sua linha geral manteve-se durante tôda a vida. O que se requer para se compreender, é sólida preparação filosófica, porque Antero mais que poeta foi filósofo, ou melhor, foi um espírito filosófico que encontrou na poesia a sua melhor forma expressional. Isto é o que esqueceu a muitos que lhe abordam a obra dando-nos depois um Antero deformado. O sr. dr. F. R. tem procurado dar-nos um Antero tanto quanto possível real e tem-no conseguido como profundo conhecedor que é da obra poética do autor da *Beatrice*.

Neste seu novo trabalho completa-se o anterior *Antero de Quental na poesia filosófica*, publicado já há anos e a que tivemos ocasião de referir-nos noutro lugar. Escrito com sobriedade e elegância, fica a constituir espécie valiosa na bibliografia anteriana, ainda tão restrita, pelo que de fundamental encerra para o conhecimento da obra do autor dos *Sonetos*. No cap. IV — O «Grupo dos Cinco» e a *decadência do naturalismo* — há também muitos dados

que ajudam a compreender e a interpretar a obra e o pensamento dos mais notáveis dos *Vencidos da Vida*.

Este volume é ilustrado com retratos e bustos do poeta, alguns deles pouco conhecidos, com uma fotografia do famoso *Grupo dos Cinco* e com um belo desenho à pena da autoria do distinto pintor e professor Joaquim Lopes.



AS MIL E UMA NOITES. *Adaptação e resumo de Barros Ferreira*. Com um ensaio preambular de Mário Gonçalves Viana, 1940. Editora Educação Nacional, L.da, Pôrto. 2 vols.

A' sua «Colecção Juventude» acrescentou agora a Editora Educação Nacional as famosas *Mil e uma noites*, devidamente seleccionadas e resumidas por Barros Ferreira. Não é, nem podia ser, uma edição integral, contraindicada para o fim que se propôs a casa editora, mas dá aos jovens leitores, e a muitos adultos, uma idéia perfeita da natureza duma obra que há tantas e tantas gerações deleita os seus leitores. Nesta adaptação, feita em estilo corrente e simples, figuram as histórias mais conhecidas da colecção de Galland, como a de Sindbad o marinheiro, a de Aladino e a lâmpada maravilhosa, e a de Ali Baba e os quarenta ladrões, que fizeram as delícias da nossa infância.

Para cada um dos volumes escreveu o dr. Mário Gonçalves Viana um ensaio preambular, sobre a influência árabe na literatura e na vida, e a literatura de fantasia e o psiquismo humano.

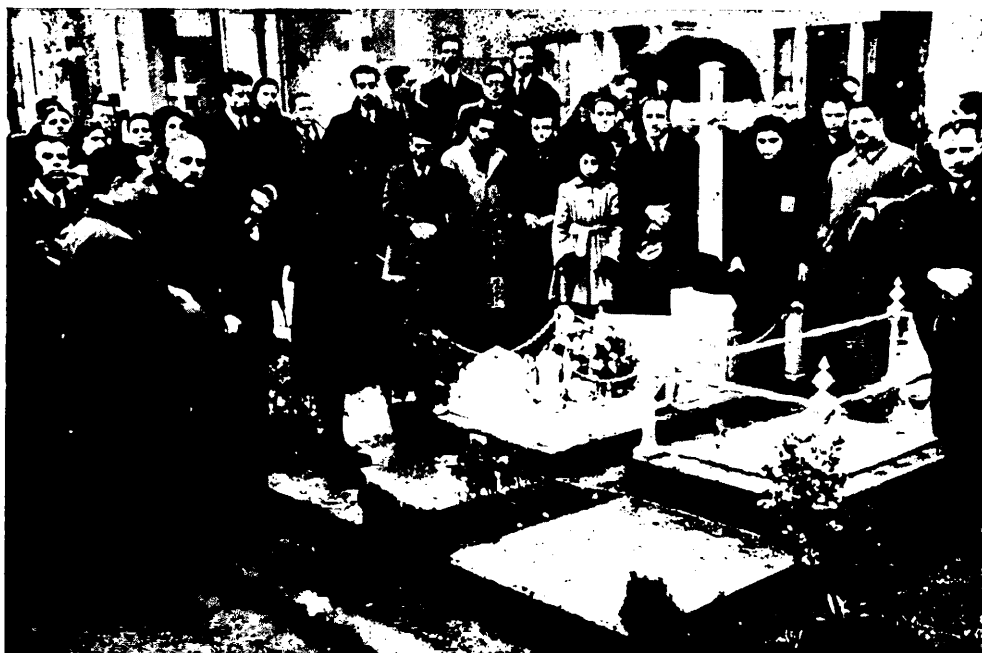
ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.



JOSÉ FRANCISCO DA SILVA JÚNIOR



O ilustre membro da JUNTA CENTRAL DO INTEGRALISMO LUSITANO, sr. Dr. Luiz de Almeida Braga, discursando junto da Campa de José Francisco da Silva Júnior, no Cemitério de Agramonte, no Pôrto, em 10 de Janeiro passado.



Aspecto parcial da assistência à Homenagem póstuma a José Francisco da Silva Júnior, promovida pelos seus Camaradas de pensamento e de acção.

---

# Romagem de Saüdade

**É** este fascículo consagrado, quási na sua totalidade, à memória de um camarada dedicado e destemido, José Francisco da Silva Júnior.

Mas, nesta romagem de saüdade, queremos também lembrar outros mortos queridos, sempre vivos na nossa lembrança e no nosso coração de portugueses.

•

**D. Maria José de Bragança** Causou muito pesar em Portugal a notícia do falecimento, em Viena, em 11 de Fevereiro, da Infanta Senhora D. Maria José de Bragança, Duquesa em Baviera. A distinta senhora, de uma grande cultura e de espírito profundamente português, herdado de seu Pai, o grande Rei D. Miguel I, visitou algumas vezes o nosso País. A última vez, que entre nós esteve, foi em 1938, na companhia de sua sobrinha, a Senhora Infanta D. Felipa, que actualmente se encontra em Portugal. Em tôdas as pessoas com quem falou deixou uma profunda impressão de gentileza e inteligência e amor à Pátria dos seus Maiores.

Bem conhecido era em Bronnbach, em casa de El-Rei D. Miguel I, o entusiasmo da Senhora Infanta D. Maria José e de todos os Filhos daquele grande soberano pela Terra de Portugal, a sua verdadeira Terra de Promissão. São inúmeros os actos de patriotismo daquela ilustre Família de sacrifício e abnegação, para manter sempre o carácter português. Muitos dêsses actos, porém, só os conheceram os íntimos, os que de perto conheciam as suas virtudes.

As virtudes cívicas da Régia Família se reuniam as virtudes domésticas. O exemplo de amor filial e de veneração daqueles Príncipes pelo augusto Exilado, que foi seu Pai, era admirável. Por essa Europa fora se levantou uma campanha terrível de calúnias contra o Rei D. Miguel.

A Senhora D. Maria José empreendeu uma acção corajosa e viril: coligir documentos irrefragáveis, que demonstrassem quanto a

campanha era caluniosa e infundada. Neste empenho levou a vida e nunca cessou de pedir aos seus amigos que prosseguissem na coligenda de documentos e informações.

Seus filhos — os príncipes D. Sofia, D. Isabel, D. Maria Gabriela, Luiz Guilherme e Francisco José — foram educados no culto mais acrisolado da virtude e da honra. Disso é exemplo admirável a heróica Rainha Isabel da Bélgica, a segunda das suas filhas.

Deus tenha no seu eterno descanso esta princesa, que honrou a sua Pátria de origem e o nome dos seus Maiores.

**Príncipe Gabriel de Thurn e Taxis** Em combate, na frente oriental, morreu o Príncipe Gabriel de Thurn e Taxis, filho de Sua Alteza Real a Senhora Infanta D. Isabel Maria, Augusta Irmã de S. M. El-Rei, e de seu marido o Príncipe Herdeiro Francisco José de Thurn e Taxis.

O Príncipe Gabriel que contava apenas vinte anos de idade, era uma inteligência brilhantíssima e um coração generoso.

Católico integral, sentiu fervorosamente na sua alma e na sua inteligência a necessidade da luta contra o bolchevismo materialista e ateu. Representante de uma alta e nobilíssima tradição, o Príncipe Gabriel morreu gloriosamente em combate, como príncipe e como soldado.

Curvados perante o corpo ensangüentado do heróico Príncipe, apresentamos, com respeitosa comoção, a SS. MM., o testemunho do mais profundo pesar.

**D. Maria Adelaide Corrêa de Oliveira** Em 4 de Fevereiro passado, faleceu, em Lisboa, esta ilustre senhora, grande alma de Mulher, católica e monárquica, e espôsa amantíssima do glorioso Poeta António Corrêa de Oliveira.

Dotada de espírito vivíssimo e de uma inteligência e cultura excepcionais, piedade activa e caridade sempre vigilante, encanto pessoal associado à mais simpática simplicidade, a senhora D. Maria Adelaide da Cunha Sotto-Mayor Corrêa de Oliveira, descendente de uma das mais nobres famílias do Minho, vivia exclusivamente para os seus, para a obra do Poeta, para o seu Lar.

Numa época de egoísmo, ela soube ser flor de abnegação. Devemos-lhe uma grande parte da obra gloriosa e imortal de Corrêa de Oliveira, a quem, nesta hora de dor, abraçamos comovidamente.

A nossa revista fez-se representar nos funerais da senhora D. Maria Adelaide pelos nossos amigos e colaboradores Cláudio e António Corrêa de Oliveira Guimarães, sobrinhos do Poeta Corrêa de Oliveira.

**David da Silva Moreira** Faleceu em 19 de Janeiro último em S. João da Madeira, onde residia e onde ocupava uma situação de destaque, êste nosso querido camarada do Bom Combate.

Muito culto, dotado de rara vivacidade de espírito, David Moreira vinha de longe na nossa campanha.

Fêz parte da Junta Municipal do Pôrto do Integralismo, em 1929, e deixou esparsos por inúmeros jornais e revistas belos artigos de doutrinarismo político.

Nesta revista publicou David Moreira, há longos anos, um excelente trabalho, de carácter doutrinário.

Segundo nos consta, tencionam os seus amigos e camaradas do Pôrto, prestar-lhe em tempo oportuno, condigna homenagem.

**Abílio da Silva Vilaça** Mais um excelente camarada desaparecido do número dos vivos.

Em Celeirós, Braga, sua terra-natal, faleceu, em 16 de Março findo, êste conhecido elemento Nacional-Sindicalista, do Pôrto, que ocupou, dentro dêste movimento político, um lugar de direcção.

Monárquico, foi um soldado da Boa Causa, pela qual se sacrificou.

Trabalhou na preparação do 28 de Maio, e provou, com inalterável coragem, o pão amargo do exílio e a dureza dos cárceres.

# JOSÉ FRANCISCO DA SILVA JÚNIOR

(Alguns elementos para a sua biografia política)

MUITO novo ainda — quasi criança — José Francisco da Silva Júnior foi atirado para o exílio, depois de curta mas tirânica prisão na Tutoria de Infância do Pôrto. Viveu, então, em Inglaterra, uma vida agitada e dificultosa; ali teve ocasião de prestar, a quando da Grande Guerra, relevantes serviços aos seus compatriotas.

Na imperial Londres, o encontrou a notícia da proclamação da Monarquia, no Pôrto, sua terra natal, em 19 de Janeiro de 1919. Alvorçado de entusiasmo, conseguiu (escondido num navio mercante, visto não ter meios materiais para o fazer de outra forma) regressar ao seu País, onde chegou porém, por infelicidade sua, quando de novo a República dominava e com ela o democratismo indígena.

Impressionado pelo ideário do *Integralismo Lusitano*, que António Sardinha e os seus pares vinham prègando, há alguns anos, nas páginas immaculadas d'*A Monarquia*, José Francisco da Silva Júnior filiou-se, pouco depois, neste organismo político, que tanta atracção estava exercendo na mocidade portuguesa coetânea.

Natureza extremamente combativa, cheia de dinamismo e de vida, José Francisco da Silva Júnior ocupou sempre, herdicamente, as primeiras linhas dessa trincheira e foi, durante o período de tempo que vai de 1919 a 1927, o alvo constante da ira demagógica. Não têm conta as prisões que curtiu, as agressões que sofreu. Sòzinho, sem nunca ter utilizado,

em defesa própria, armas de fogo, bateu-se nas ruas da cidade do Pôrto, com centenas, milhares de inimigos, em rudes e sangrentas pelejas.

Entre as numerosas agressões de que foi vítima este ardoroso soldado da Boa Causa, duas há que não resistimos a referir aqui. A primeira delas, foi realizada de noite, a coberto da escuridão, no Passeio das Virtudes, onde José Francisco da Silva Júnior vivia. Atacado, traiçoeiramente, por um numeroso grupo de revolucionários civis, arrastado pelo chão até ao gradeamento de ferro que daquela velha esplanada portuense domina Miragaia, teria sido atirado sobre o casario do típico bairro ribeirinho, se lhe não houvesse valido a aproximação milagrosa e fortuita de uns agentes de Polícia, quando já se encontrava suspenso sobre o horrível precipício. A segunda agressão que referimos, foi realizada na Praça da Batalha, com requintes de ferocidade tigrina. Intimado pelos grupos civis do burgo a não comparecer naquela Praça, quartel general desses grupos, José Francisco da Silva Júnior não se intimidou com isso. Sôzinho foi ali e ali fez frente a centenas de terríveis inimigos, que, só depois de demorada e tremenda luta, conseguiram dominá-lo, já em tão grave estado que teve de recolher à sala de observações do Hospital Geral de Santo António.

Por esse tempo, José Francisco da Silva Júnior era de franzina constituição física, muito magro, esguio como um álamo (assim diria o romancista irlandês Howard Spring).

Apesar disso, o bravo Camarada possuía a resistência e a alma de um *forte*. Sob a enganosa aparência duma natureza fria e serena, escondeu-se a chama muito viva e contagiante dum temperamento entusiasta, sempre disposto à luta e ao sacrifício.

Inimigo acérrimo da Maçonaria, José Francisco da Silva Júnior foi o promotor ou o colaborador número um de várias jornadas anti-maçónicas, realizadas não só no Pôrto como em todo o Norte do País.

Nas vésperas dos movimentos militares de 18 de Abril e 28 de Maio, para os quais muito trabalhou, José Francisco da Silva Júnior foi um dos melhores alentadores destas duas revoluções nacionalistas. Da sua acção decidida nos alvores do 28 de Maio fala aqui o nosso camarada António Corrêa d'Oliveira Guimarães, no expressivo discurso que adiante publicamos.

Quando em 1929 se reorganizou, no Pôrto, o Integralismo Lusitano, até aí afastado da actividade por superiores razões de ordem política, José Francisco da Silva Júnior prestou excelente colaboração aos organismos integralistas locais.

Sabe-se que a acção empreendida, nessa altura, pela Junta Municipal do Pôrto do Integralismo Lusitano, em conjunto com o Círculo de Estudos Nacionalistas, foi a mais brilhante e profícua de quantas, até então e desde então, se desenvolveram na capital nortenha. A série admirável de conferências do Teatro Apolo, realizadas por algumas das mais salientes figuras do Nacionalismo Português, marcou como um altíssimo acontecimento político, de profunda ressonância e largos resultados doutrinários.

Para o bom êxito dessas conferências, assim como para muitas outras realizações dos organismos integralistas, muito concorreu a actividade, entusiasmo e abnegação de José Francisco da Silva Júnior.

Neste mesmo número, no artigo intitulado «Uma conferência de Pequito Rebêlo em Braga», conta o nosso Director sr. D. José Ferrão um episódio curioso dêsse combate integralista, em que José Francisco da Silva Júnior teve papel primacial.

Quando apareceu o *Nacional Sindicalismo*, dirigido pelo dr. Rolão Prêto, movimento político que, segundo a designação exacta de Félix Correia, foi a actualização do Integralismo Lusitano, José Francisco da Silva Júnior tornou-se um dos mais activos e corajosos dos seus elementos militantes, tendo tido ocasião de lhe prestar inúmeros e assinalados serviços de vária ordem.

Se nas horas de triunfo José Francisco da Silva Júnior foi um dos mais esforçados e inteligentes paladinos do Bom Combate, nas horas de adversidade — que tantas foram! — soube manter sempre uma atitude de firmeza inquebrantável, de coerência absoluta, de exemplar isenção moral.

Bem mereceu o saudável Camarada a grande homenagem que os seus amigos e companheiros de pensamento e de acção lhe prestaram, no dia 10 de Janeiro passado (18.º aniversário da morte de António Sardinha), no Pôrto.

Depois de ouvida missa na Igreja de Cedofeita, por piedosa intenção da alma de José Francisco da Silva Júnior, dirigiram-se os seus admiradores e camaradas ao Cemitério de Agramonte, onde, junto da sua campa,

foi descerrada uma lápide de mármore, com a seguinte expressiva legenda: *A José Francisco da Silva Júnior — Vida heróica, dada à Pátria em luta ardente, com excepcionais sofrimentos e exemplar constância — Os seus companheiros de pensamento e de acção.* Esta lápide foi descerrada pela filha do homenageado.

Usaram em seguida da palavra vários oradores. Primeiro, o prestigioso membro da Junta Central do Integralismo Lusitano, sr. dr. Luiz de Almeida Braga, que num emocionante discurso improvisado, de impecável recorte literário, exaltou a vida heróica de José Francisco da Silva Júnior, que tão bem conheceu e admirou.

Depois, o sr. Manuel Maria Martins da Rocha, nosso dedicadíssimo Camarada do Pôrto, da Comissão Organizadora da Homenagem, leu as vibrantes palavras do sr. dr. Rolão Prêto, que aqui inserimos, sob o título de «Longe de nós... perto de nós».

Para finalizar os discursos, o publicista António Corrêa d'Oliveira Guimarães, um dos mais antigos e constantes companheiros de acção de José Francisco da Silva Júnior, recitou o trabalho literário, de sua autoria, que também publicamos, neste número de Homenagem.

Junto da sepultura de José Francisco da Silva Júnior foi deposto um formosíssimo ramo de cravos naturais.

Os srs. drs. Luiz de Almeida Braga e Rolão Prêto deram a esta grandiosa romagem, enormemente concorrida, a sua presença activa, que foi também a presença corporal e espiritual dos Chefes políticos do valoroso Militante Nacionalista, tão cedo desaparecido de entre os vivos.



# Longe de nós... perto de nós

**(Palavras escritas para a homenagem póstuma a José Francisco da Silva Júnior, e lidas no Cemitério de Agramonte pelo sr. Manuel Maria Martins da Rocha)**

Camaradas :

Neste longo caminho do Resgate — quantos Camaradas tombaram já! Nesta dura marcha de Revolução, quantos deles não chegaram a ver, do alto da colina a que trepamos, a terra prometida da libertação e da Justiça!

José Francisco da Silva Júnior caiu, há pouco. O bom e entusiasta Camarada que nos acostumamos a encontrar em todos os lances em que a galhardia e a audácia imperiosamente se assinalam — o Camarada valente, generoso e firme de tôdas as horas difíceis — acaba de sucumbir.

Amigos, glória à sua alma e que o seu exemplo ilumine a nossa esperança inquebrantável de Revolução!

Camaradas,

José Francisco da Silva Júnior vinha de muito longe e ocupou sempre um dos primeiros lugares na nossa trincheira de sacrifício e luta.

O seu primeiro protesto de batalhador incansável foi ainda um impulso dos verdes anos, mas já tinha, contudo, o cunho que havia de marcar para sempre o feitio do lutador: rebeldia contra todo o tirano, revolta instintiva, violenta e explosiva contra tôdas as tiranias.

Abençoado seja o seu nome, pelo exemplo sagrado que nos deixou!

Parou e desceu à terra o seu pobre e inquieto coração, onde tanta emoção revolucionária vibrou em tumulto, reclamando Justiça; fecharam-se

para sempre os seus olhos, abertos ansiosamente a tãda a claridade que denunciasses uma aurora; findou, desfez-se o seu sonho sôbre a terra... Qual porém de nós, os que tivemos José Francisco da Silva Júnior por Camarada, poderá pensar que êsse grande sonho de lutador se não continuará, mais belo e claro, na luz divina do para além do túmulo?

Amigo, o teu sonho, a tua alta visão dum Portugal maior em Justiça, constitue, igualmente, o pensamento e a aspiração constante dos teus Companheiros vivos. Por isso êles aqui se encontram, não só para chorar o amigo caído, mas, também, para recobrar alento e alma junto da tua última morada.

Aqui estão todos os teus Camaradas do Pôrto, dêsse Pôrto que jamais falta, nesta luta pela liberdade e dignidade da Pessoa Humana. Aqui estão aquêles Companheiros de luta que contigo sofreram a cadeia e a tortura da desesperança — as horas más — como contigo comungaram na glória das horas boas, de esperança.

Aqui estão os teus Amigos, e com êles está, em espírito, aquêles que empunhava e empunha a bandeira das nossas comuns e sagradas reivindicações, da nossa comum e sagrada fé.

José Francisco da Silva Júnior:

O mundo vêlho continua em derrocada, sem esperança. Cada dia é mais profunda a sua agonia e mais definitiva a sua condenação. Cada dia é também maior o nosso anseio e mais largo o nosso sonho dum mundo novo a construir, para além das lágrimas, das dores e das ruínas do mundo que morre.

José Francisco da Silva Júnior, Camarada, que o teu conselho de além da morte nos anime, nos conforte e nos inspire na batalha.

Amigos, a luta continua!

ROLÃO PRETO.

# **EPITAFIO DUM HEROE HUMILDE POR ALBERTO DE MONSARAZ**

**UM  
SOLDADO  
MORREU...  
SEPULTADO,  
AQUI  
JAZ:**

**NENHUM  
BATALHADOR  
EU  
CONHECI,  
TÃO  
ESFORÇADO  
E  
TÃO  
PUGNAZ...**

**COM  
ASSOMOS  
DE  
VALOR  
E  
ABNEGAÇÃO,  
FOI  
BOM  
E  
FOI  
HEROE  
COMO OS  
QUE  
O  
SÃO!**

**FAMA  
E  
GLORIA  
À  
SUA  
MEMORIA,  
— MEMÓRIA  
SUA  
QUE  
A  
NOSSA  
AGORA,  
SONORA,  
PROCLAMA  
REMOÇA  
E  
PERPETUA;**

**GLORIA  
À  
HISTORIA,  
BEM  
OBSCURA,  
DO  
SEU  
NOME;  
AO  
SEU  
PLEBEU  
RENOME  
DE  
BRAVURA,**

**QUE,  
SÓ  
POR  
SI,  
JÁ  
O  
ERGUEU,  
ENTRE  
OS  
HEROES,  
DO  
PÓ  
DA  
SEPULTURA,**

**POIS  
QUE  
JÁ,  
NO  
LENTO  
TEMPO  
CINZENTO,  
LHE  
ASSEGURA,**

**QUE  
RELUZ  
SEMPRE...**

**E  
QUE  
PERDURA...**

HONRADO,  
FORTE,  
VIRIL,  
ESSE  
CRUZADO  
OUSADO  
E  
VARONIL,

PELA  
ALTA  
E  
BELA  
FÉ,  
QUE  
ATÉ  
Á  
MORTE  
O  
EXALTA,

PELA  
FAMA,  
AUSTERA  
E  
SEM  
EGUAL,

DE  
TOTAL  
DEVOÇÃO  
AO  
INTERESSE  
GERAL,

AO  
FECUNDO  
BEM  
COMUM,

— ESSE  
SOLDADO,  
NÃO  
ARMADO,

QUEM  
É  
QUE  
O  
ESQUECE,  
UM  
SEGUNDO,  
CÁ  
NO  
MUNDO?

QUEM  
O  
OLVIDA  
EM  
PORTUGAL,

NESSA  
VIDA  
SUICIDA,  
ARTIFICIAL,  
VIVIDA  
Á  
PRESSA  
E  
DE  
FUGIDA,

NESSE  
PASSADO  
FEBRIL,  
QUE  
ERA  
TÃO  
MAU  
E  
TÃO  
VIL?

ASSIM,  
NAQUELE  
CEU  
SEM  
FIM,  
ONDE  
ELE  
MORA,

E  
ONDE  
A  
HORA  
PARDA,  
QUE  
CHORA,  
O  
ESCONDE  
E  
O  
GUARDA;

LÁ  
NO  
CEU,  
INFINDO  
E  
LINDO,  
QUE  
JÁ  
AGORA  
O  
ACOLHEU,  
SORRINDO,  
E  
O  
AMA,

E  
O  
TEM  
EM  
BEM;

AFIM  
DE  
QUE,  
ASSISTINDO-O  
AÍ,  
SUA  
ALMA  
DE  
BOM  
CHRISTÃO  
POSSUA  
E  
GUIE...

— A  
ESSA  
RARA  
E  
LÊDA  
ALMA,  
SEM  
VEUS,  
GRANDE  
CHAMA'  
INCONSUMIDA,  
QUE  
NÃO  
PASSA  
COM  
A  
VIDA;

QUE  
EM  
LUZ  
SE  
INFLAMA  
E

SE  
EXPANDE  
PELOS  
BELOS  
UMBRAES  
DOS  
CEUS,

PURA,  
CLARA,  
VIVAZ,

BEM  
DEPRESSA  
DEUS  
CONCEDA,  
NA  
ETERNIDADE  
QUE

A  
INVADE...  
NA  
GRAÇA  
DA  
CLARIDADE...

MAIS  
CALMA,  
DOÇURA  
E  
PAZ!

# Uma Conferência de Pequito Rebêlo em Braga

(Em memória de José Francisco da Silva Júnior)

QUANDO, há semanas, assisti, à grande homenagem junto da Campa de José Francisco da Silva Júnior, em Agramonte, fixei os meus olhos embaciados pela comoção nas figuras enternecedoras da Espôsa e da Filha do valoroso Camarada desaparecido, que ali estavam doloridas e chorosas. Elas evocaram na minha memória certa agitadíssima romagem contra-revolucionária a Braga. A filha de José Francisco da Silva Júnior indicava-me a data dessa romagem, com os seus 12 anos de idade, florescentes de esperanças.

Há portanto 13 anos que ali fomos com Pequito Rebêlo e alguns outros Amigos (recordo entre eles os drs. Simeão Pinto de Mesquita e Mário Cardia, Cláudio e António Corrêa d'Oliveira Guimarães, Alberto Pinto de Melo). José Francisco da Silva Júnior compareceu também, acompanhado pela sua Noiva. Tinha casado na véspera, e a singularidade dessa presença mostrava assim que nada o detinha na sua paixão política. Há 13 anos, a marcha da acção contra-revolucionária corria incerta e cheia de perigos, pois a *democracia-bolchevista* de Espanha era uma preocupação gravíssima. O procedimento dos nossos governantes afirmava-se duvidoso. Assim, tendo-se garantido que a autoridade assistiria à Conferência do grande doutrinário nacionalista com elementos de ordem, ninguém ali apareceu.

O Teatro, — o Salão Recreativo — estava completamente cheio de pessoas, em absoluto concordantes com o pensamento reaccionário do conferente. Todos foram sugestionados pelo nome incomparável de Pequito Rebêlo que muitos consideram hoje o Nun'Álvares da Contra-Revolução, pelo misticismo sublime e inabalável das suas crenças religiosas e políticas, pela indómita coragem posta ao serviço das suas convicções. Êle esteve na Guerra de 1914, êle foi um dos grandes heróis de Monsanto onde, ferido

gravissimamente, pode dizer-se que ressuscitou por milagre. Combatente da Guerra Nacionalista de Espanha, ali foi consagrado pelas palavras justíssimas do grande escritor José Maria Péman. De lá regressou, coberto de glória, galardoado pelo Govêrno Espanhol e mais tarde galardoado até com a Tôrre e Espada pelo Govêrno Português.

Na paz, é ainda um herói dominante nessa magnífica campanha da produção de trigo, em que batalha há dezenas de anos. Para ela escreveu livros notabilíssimos, folhetos e artigos dispersos em várias publicações, expondo os resultados de experiências constantes e de observações pacientíssimas, descrevendo a aparelhagem por êle inventada e adequada aos seus processos agrícolas. Nesta formidável campanha, Pequito Rebêlo peregrinou pela Europa e pela América, sempre sensacionalmente apreciado, nos meios científicos da sua especialidade.

Assim, ia defrontar-se em Braga — como já na véspera se defrontara no Pôrto, no vêlho Teatro Apolo — com os restos dos elementos democráticos de Afonso Costa locais, um dos maiores portugueses do nosso tempo. Como obscurecer a enorme projecção da Conferência? Inutilizando-a. Para obter tal *desideratum*, o democratismo indígena servir-se-ia de todos os elementos ao seu alcance: o insulto, a agressão, a berraria dos energúmenos.

Ao dar-se início à leitura do magistral trabalho de Pequito Rebêlo, umas boas dezenas de desordeiros manifestaram-se ruídosamente, entre ameaças e de punhos cerrados. Luiz de Almeida Braga, que era o presidente da mesa, grande orador, de recursos raríssimos, figura sugestiva e imponente como uma lâmina de aço afiadíssima, avançou desde o palco, através da coxia, até perto dos díscolos, falando eloqüentemente, invectivando-os com um poder de convicção irreductível. No entanto, o nosso José Francisco da Silva Júnior deixa a sua Noiva e, acompanhado por alguns dos seus bravos companheiros do Pôrto (seis ou sete se tanto), atira-se aos manifestantes, que eram empregados dos açougues da cidade, segundo me informaram. O semblante da sua figura esguia mas decididamente enérgica, transformou-se por uma exaltação incomparável. Nada o detinha, sem mesmo considerar que estava em frente de algumas dúzias de desordeiros profissionais, especialmente recrutados para o distúrbio e para a violência, e que ia, portanto, bater-se em circunstâncias difíceis ou impossíveis.

Assim não sucedeu, porém. A atitude decidida dos moços integralistas do Pôrto obrou prodígios. Os agitadores bracarenses foram, por êles, atirados para a rua, depois de rija refrega, dentro do Teatro. José Francisco da Silva Júnior, foi, em verdade, o grande herói dessa tarde memorável. Pequito Rebêlo leu a sua magnífica Conferência porque a supremacia dos nossos princípios e a qualidade dos nossos homens se impuseram a setenta ou oitenta carnicheiros de Braga.

No dia seguinte, o *Diário do Minho*, enaltecia, num entusiástico artigo do seu Director, ilustre sacerdote minhoto, com nome vinculado já a várias campanhas reaccionárias, a intervenção corajosa de José Francisco da Silva Júnior e dos seus bravos companheiros.

Em verdade, êste incidente constituiu o maior sucesso da Conferência de Braga.

23 de Fevereiro de 1943.

JOSÉ FERRÃO.

# DISCURSO

pronunciado por Antônio Corrêa d'Oliveira Guimarães, por ocasião  
da homenagem-póstuma prestada a José Francisco da Silva Júnior,  
\_\_\_\_\_ pelos seus companheiros e amigos \_\_\_\_\_

Camaradas:

MORREU José Francisco da Silva Júnior! E a dolorosa realidade dêste acontecimento — tão simples e tão trágico! — feriu há semanas o nosso coração, como um punhal...

No aquietado remanso emotivo em que vivíamos, êsse imprevisto *golpe de funda* obrigou-nos a meditar de novo no mistério dramático da Morte, e a concluir também que esta equivale, em certos casos, — ó criaturas singulares que tal merecem! — a uma autêntica ressurreição.

Qual se arremessada fôsse sôbre serena superfície líquida (em exausta imagem, assim a alma do homem se assemelha...) logo essa brusca pedrada do destino difundiu, à sua volta, os simbólicos círculos visíveis em que geralmente se transformam as iniciais manifestações de tôda a funda e humana mágoa.

¿ Acaso volverá, um dia, à flor do nosso sentimento, ora contristado e confuso, a serenidade antiga? Nem por isso a amargura deixará de persistir nêle, em impressão estável, habitando-lhe a profundidade recôndita e sensível, tornada mesmo, por ideal forma, aquática, visto que a sua essência se liquefaz em lágrimas...

Sob a agreste sensação daquela hora extrema estamos hoje aqui, vítimas ainda do poderoso traumatismo sentimental que, a princípio, surpreendeu e alvoroçou a nossa emotividade, para a confranger, em seguida, brutalissimamente...

Debruçando-se agora sôbre êste túmulo, ela mostra-se porém dolorida e sangrante, como nesse momento de profunda, intensa e mesmo fraternal angústia...

A vida do Homem — quebradiça fieira de ilusões e cuidados! — é por natureza efêmera e de si transitória: — astro que fulge e logo expira, inexoravelmente fadado para tal declínio em seu sidéreo curso... Fica dela apenas — quando fica! — a resplandecente centelha com que freuiu no espaço ou rutilou no céu...

Almenara viva, e para sempre acesa, no esforçado itinerário que seguimos para honrar e remir Portugal, o magnífico exemplo de dignidade política e de coerência doutrinária que êste bravo Camarada ergueu na terra, alumbra e incentiva já a actividade a que se votam ardentemente os seus gémeos companheiros de armas.

Ouso empregar — Amigos! — com profunda intenção — creio que a entenderéis! — certa linguagem paradoxal, para muitos outros talvez descabida e estranha. De mim próprio inquiri, assim como de quantos me escutam, enternecidos: — ¿Terá realmente José Francisco da Silva Júnior morrido, ou viverá (hoje mais de que ontem, amanhã mais de que hoje...) na memória de todos nós e na alta lição que nos legou?

Estou certo — certíssimo! — de que esta humílima campá florirá um dia, magnificamente, em bênçãos, bafejada por uma futura primavera do espírito, logo que pulsem, com extravasante euforia e expansivo júbilo, os nervos já trepidantes da Nação!

Sob vários aspectos salientes dos seus méritos, José Francisco da Silva Júnior foi o primeiro de todos nós, inegalável e até mesmo inegalado na particular bravura com que pelejou o Bom Combate e na decidida aceitação do sofrimento que essa árdua batalha lhe trouxe.

Eu o afirmo (e mais ainda: — testemunho!) evocando, em impressionante síntese, o adusto fragor dos pleitos — tantos foram! — em que êle soberanamente afirmou o seu prodigioso instinto de sacrifício e a sua singular tenacidade combativa.

O panegírico justo (sôbre todos oportuno — e máximo!) que, em colectivo nome, acentuo aqui, é o de nunca haver sido necessário estimular a êste audaz Companheiro de luta a sua assombrosa capacidade militante. A-miúde, sim, fomos obrigados a contê-la, esmorecendo-lhe o férvido impulso, atenuando-lhe o fluxo irremovível e a vibração ardente!

Por espontânea deliberação do seu ousado temperamento de lutador, José Francisco da Silva Júnior ocupou sem cessar (quási desde a infância...) a aguerrida trincheira a que o amor de Portugal o conduziu com juvenil freima.

*Sans peur et sans reproche*, a sua máscula presença assinalou-se continuamente na valorosa dianteira desta Cruzada portuguesa e cristã. Conheceu o perigo, através de uma intemerata e até ininterrupta convivência. E foi dos que reclamaram, nessa hoste, o lugar mais duro, aquê que o risco seguiu de perto e a morte tantas vezes demandou. Expôs-se assim, conscientemente, à fereza de tregos golpes, sobranceiro a qualquer hesitação e rebelde a tôdas as tibiezas. Em lídimo voluntariado, a varonilidade do seu carácter ofensivo revelou-se sempre anímica, veemente e perfeita!

Não é que êle amasse a luta com estéril prazer de diletante, usando-a apenas, com sádico gôzo, pelo que a luta comporta de negativo e dissolvente no seu conteúdo simplista, pleno de violência ou demonismo. Tão pouco o guiou aí qualquer mórbido desejo de vindicta ou qualquer mesquinho intuito de represália. Tais estreitos sentimentos, sempre arredados foram do seu caminho por esta consciência esclarecida e por êste esplêndido coração.

Aceitou, porém, integralmente, sem limites nem evasivas, a histórica fatalidade de batalha que recaiu — e recai ainda! — sobre o destino das últimas e atormentadas gerações. Sofreu-a mesmo — como ninguém! — em ampla medida e ingente afã, na plenitude das suas gravíssimas responsabilidades e na total extensão das suas mais extremes conseqüências.

Subordinando-a a um pensamento disciplinado e a um puro objectivo espiritual, reconheceu e proclamou implicitamente o soberano valor daquelas hierarquias morais em que a força se sublima, de todo liberta de inútil fim.

Durante um largo quarto de século, o admirável Camarada que lembramos provou o rossalgar e o fel de tôdas as desventuras — as mais rudes! — que o ostracismo político pode impor. Conheceu o desconforto da soledade e a fundente nostalgia do exílio. Respirou — dezenas de vezes! — a doentia atmosfera dos mais lóbregos cárceres. Gemeu em enfermarias e hospitais. Fremiu ao dramático ultrage de tôdas as sevícias. E foi ferozmente perseguido na sua própria vida íntima, — reçoando inviolável que ninguém tinha o direito de invadir!

Manietado a cada gesto mais vivo da sua irrequieta índole batalhante — quantas vezes sem culpa! —; barbaramente aguardado e agredido a cada esquina — só porque foi, na corajosa pertinácia do seu credo político, uma visível sigla de desassombro! —; prejudicado ainda — e muito! — no conceito e no afecto de alguns seres que estimava e nem sempre souberam compreendê-lo ou imitá-lo; acossado sem dó de tôdas as situações que garantiam materialmente o seu sustento ou se lhe tornavam esquivas e inacessíveis por culpável facciosismo de partido; — José Francisco da Silva Júnior agüentou — quasi só! — o torvo ódio do jacobinismo portuense, através dêsse revôlto período demagógico que à lembrança colectiva avulta hoje em sangrento sudário...

Acompanhando intimamente, e bem de perto, durante extenso vicénio, a sua agitada e trágica existência, jamais soubemos que qualquer dos seus e nossos adversários o houvesse procurado lealmente — e sozinho! A-par de uma exemplaríssima intransigência, tornou-se bem cedo proverbial, neste rapaz, a sua indómita e esplêndida bravura!

Entre os antagonistas de José Francisco da Silva Júnior alguns houve, de-certo, capazes de fazê-lo, sem covardia. Em consciência, nunca os autorizou porém-a tal desfôrço a susceptibilidade de uma ideologia combatida por êle à margem de malquerenças pessoais ou vesgos sectarismos. Nesses honestos opositores da sua fé política outro sentimento clamou mais alto, rendendo-os à dignificadora admiração desta vontade intrépida e vigorosa que não torceu, nem quebrou sequer, à ameaça mais grave ou à agressão mais ferina e brutal. Sempre a honradez entendeu a honradez alheia e nesse sentimento se exaltou...

Os tíbios — escória humana! — procederam de ínvio modo. Insistentemente buscaram no deprimente instinto de bando, que cultivam, o recurso compensador da sua abjecção e da sua impotência. Nesse peculiar cobardismo de horda, que nenhuma regra ética utiliza ou respeita, atreveram-se a agredi-lo infamemente, por rancoroso sestro de torpeza e de irracionalidade. E desnudaram assim, com selvática fereza, a deshumana necrofilia de vingança, a vergonhosa crueldade de processos e a primeva tendência de arruaça que conduziu então o País à mais ignara ditadura da plebe...

Revejo agora, em introspectiva imagem, certos passos arriscados dessa luta incessante, que para êle não concedeu quartel nem reservou tréguas... Sempre José Francisco da Silva Júnior manteve de pé a sua alta

independência de opinião, sabendo-a defender a todo o transe, em episódios violentíssimos e intensos, que com outros se não repetiram tão duramente, nem sequer tão duramente se esboçaram...

Os pulhastras das alfurjas juntaram-se às manadas para o enfrentar: — aos dez, aos vinte, aos trinta, aos cem... Individualmente temerosos, adquiriram assim a fortaleza e a audácia de alcateia que um rumor mais vivo ou um lampejo de archote apavora e dispersa...

¡Pormenor singular: — assombrou a todos a admirável serenidade com que o querido Amigo em si próprio confiava, resistindo, sozinho, de mãos livres, sem auxílios alheios e sem armas, às situações mais graves... Ele amparou-se apenas na tenacidade da sua alma, mais robusta de que um escudo, e no valor de sua ousadia, mais cortante de que um gládio!

Pobre vítima! Bramiu a tempestade à sua roda, em éstos de destruição e de demência, amarfanhando-lhe a vida, sacudindo-lhe àsperamente o corpo maltratado e débil. A-pesar do seu ímpeto arrasante, tais adversos ventos nem mesmo assim lograram triunfar da vontade pertinaz e heróica que um frágil envolvero físico transportou.

Através desse martirológico cruciante — e único! — José Francisco da Silva Júnior esculpiu, em fúlgido modelo, aquela assombrosa resistência moral que para sempre singulariza a sua biografia.

Nenhum de nós, por mais afoito de resolução ou forte de ânimo, agüentaria assim a malaventurada odisseia que o perseguiu em signo atrozíssimo. Pancadas, coacções, deslealdades, encarceramentos, insultos, voluntariosas ou impostas fomes, tudo tombou sobre os seus ombros e ele intemeratamente recebeu!

Subindo, por aspérrimas verêdas de imolação, esse intenso calvário (quási o crucificaram em vida!) o corajoso Companheiro que recorde jamais desfaleceu ou transigiu. Nunca a consciência da derrota — receio suicida! — o subjogou com a sua dúbia sombra! A palidez dos tímidos ou a letal anemia dos cépticos não se quadraram de facto à sua resoluta fisionomia de combatente. Ele ignorou por completo a côr do medo — e até à própria prudência foi esquivo! E por tal guisa transcendeu o bom senso acomodaticio, a bovina conformidade, o relapso comodismo, a mesquinhez burguesa dessa época esmorecida, que muitos o olharam apenas com ultrajante comiseração... ¡Quantos o consideraram somente louco, sem atentarem — tristes deles! — que tal desvairo, ao lucro hostil e ao temor desatento, é a mais pura e incompreendida seiva do heroísmo!

Também o entusiasmo — alto alento de esperança que ora transborda, Amigos, do nosso peito para os domínios da paixão nacional — inflamou a admirável consciência política de José Francisco da Silva Júnior, fundindo-a em escaldantes temperaturas de combatividade e de renúncia, erguendo-a numa sagrada febre de exaltação. E se apenas — como é crível — nos culminantes lances dessa renhida peleja mantida contra inimigos e estrangeiros da sua própria Pátria (antevendo próxima aquela integral vitória, a-miúde subtraída ao nosso anseio) êle se levantou em apoteótica alumbrada, sempre persistiu fiel ao seu carácter tenacíssimo, sob a serena aparência (interior brasa a arder!) da mais viçosa e lúcida confiança.

No crepitante brasido da sua alma nada apagou o fogacho ascendente. Para além de todos os horizontes — e imensos foram! — de desespero, de apatia ou de desânimo, que aos menos ardorosos se impuseram, o querido Morto vislumbrou — íntima perspectiva! — a luz da manhã, em incuba génese...

Quis Deus chamá-lo cedo demais, antes que essa transfiguradora madrugada — como a esperamos! — rompa para aleluia e alegria comuns. Em nosso humano entendimento, e pela elevada soma dos seus serviços e esforços, cremos que êle bem merecia vê-la, e saudá-la...

Julgo contudo, agora, que um superior horóscopo assim o quis para que mais eloqüentemente ressalte a nossos olhos a lição de fidelidade que José Francisco da Silva Júnior nos deu. E é esta: Pela beleza moral do sacrifício e pela consciência do dever exemplarmente cumprido em prol da Grei, vale bem a pena lutar com férreo afinco, sem recompensa imediata e sem fadiga, como êle fez. Pouco importa — Amigos! — que ingrata sorte nos exima igualmente à contemplação do triunfo final, há longos anos aguardado em expectativa inquieta, que a ventura não tem sabido premiar...

Vencidas foram — eu sei! — as mais íngremes etapas do caminho. E da difícil escarpa que trepamos, com os pés doloridos e a alma em vôo, divisa-se já — Deus louvado! —, em vastíssimo panorama interior, o proveito espiritual desta jornada!

Ao eminente Pensamento que o orientou, ofereceu êste incansável defensor do Bem Comum a tranqüilidade de toda a sua existência e o sangue das suas numerosas feridas. Só uma doutrina viva poderia exigir-lhe renúncias tamanhas, sem alardes pessoais, nem orgulhosas jactâncias, nem gratos benefícios. Ela não foi, apenas, um romântico conjunto de

abstracções teóricas ou de dissociadores interesses partidários, totalmente desprovidos de grandeza e de utilidade nacional. Confessou o Verbo, — o Verbo que ressurgue e que edifica!

Dentro de si, José Francisco da Silva Júnior criou e manteve, em sarça activa, o fogo alastrante de uma Mística, ofertando-lhe tudo com fervor fidelíssimo e com profunda e veemente devoção.

Amou e serviu a Pátria, realidade forte e tangível que sentiu palpar à sua volta na identidade total dos sentimentos e ideas que os seus mais próximos semelhantes usufruíram e de que êle absorventemente participou. Mediu-lhe a alma — se isso é fácil! — com férvido culto, na Crença e na História, na Língua e no Sangue, na Oficina, no Pelourinho, no Lar. Impregnou-se da sua anímica essência, talvez inconsútil — mas vivida, tersa, imortal! Ouviu a voz dos sepulcros e a embalante sinfonia dos berços em que se continua a Nação... E dominado pelo mesmo anseio de Unidade que nos comanda quis que a Raça, para ser grande, fôsse também feliz, e que a todos os portugueses se repartisse fraternalmente o pão da boca, para que colocada estivesse por êles, na linha divisória da fronteira, mais de que uma imperante razão histórica de independência, a garantia da própria ventura colectiva.

Lido e instruído, José Francisco da Silva Júnior meditou e reteve útilmente as magistras páginas daqueles Mestres políticos que melhor definiram e defenderam a consciência lusitana, a afirmação do nosso prestígio e da nossa universal grandeza, e viu Portugal com *olhar grande*, na luminosa irradiação das suas possibilidades presentes e no alto rumo imperial e europeu que o espera...

A êsse súpero desiderato nacionalista dedicou, por inteiro, o seu profuso labor construtivo e as excepcionais energias militantes que geraram o seu infortúnio — e também a sua glória!

Espírito arguto, que uma permanente mocidade de inteligência foi actualizando dia a dia, êste febril rapaz, tão dolorosa e juvenilmente experimentado, apreendeu ainda, com notável sagacidade indagadora, na privança dos homens e no incessante desenvolvimento dos factos a que assistiu, a exacta amplitude espiritual e política do seu tempo. E praticamente confirmou, nesse renovado estudo cotidiano, a Verdade Portuguesa com que lhe haviam falado à inteligência aquêles outros historiógrafos e doutrinares eminentes.

Na confusão babélica das ideas em que Portugal se perdia, tornou-se-lhe assim fácil optar pelos mais rectos caminhos de resgate e

escolher também o supremo comando de alguns Chefes prestigiosos, naturalmente designados pela elevada gerarquia da sua Estirpe ou por suas virtudes e talentos.

A margem da psicologia inquieta, estuante e nervosa, que lhe impôs uma constante ebulição de carácter moral e o levou a procurar febrilmente o tumulto de tôdas as investidas e a adulta rudeza de todos os recontros, José Francisco da Silva Júnior obedeceu sempre sem reticências, zeloso e disciplinado, à autorizada direcção daqueles adafs conscientes que melhor encarnaram ou simbolizaram o espírito da comunidade lusitana.

Por tudo isto — e é tanto! — quisemos erguer aqui esta simples lápide, a que a singeleza não apouca a clara e pura expressão. Ela nada acrescenta — eu sei! — à memória dêste intemerato soldado da nossa causa, valor activo que tão precocemente desaparece do convívio sentimental dos seus Camaradas e da impetuosa refrega em que ainda nos movemos...

O comovido epitáfio deposto, há pouco, sôbre êste túmulo, subsistirá sômente, em seus dizeres concisos, como um derradeiro acêno de admiração, de saúde e bemquerença — reflexo de almas sensíveis e entristecidas...

A recordação dos Pensadores ou dos Estetas vive e perdura para longínquas eras através das teorias que criaram ou das imortais obras de arte em que o génio lhes floresceu e vibrou... A lembrança dos Bravos — bem mais precária! — brilha às vezes apenas um minuto, fulgindo instantâneamente no vertiginoso ascenso dos combates, para quási logo se diluir e morrer...

Sabendo-o, não é demais que o nosso constante culto pelo incomparável Companheiro que perdemos para sempre se exprima e materialize em duradouro mármore!

Amigo:

Pronunciadas são as palavras que estimaria — e deveria! — ter dito no lancinante momento em que te acompanhei a êste lugar. Não quis porém abandoná-las — pobres delas! — ao acaso de um improviso, para mim difícil — e pungente! A comoção impôs-se tirânicamente ao meu desejo, e o agitado fluxo dos sentimentos íntimos, em maré tresmalhada, de todo tornou afónica esta voz...

Desculpa — Amigo! — o singular silêncio com que te vi sepultar... Silêncio exterior — bem sabes! — pois julgo — sinto! — que fácil foi ouvir

subjectivamente, nesse dominador mutismo, de que não tenho culpa, os frêmitos de uma sensibilidade amachucada e dorida, que os vocábulos apenas lograriam traduzir em eco fugaz...

Há um mês — pouco mais — gelou-me a dor empolgante de sentir evolir-se contigo, bruscamente, grande parte — a melhor parte! — daquele tumultuário passado que vivemos em comum liderança. Sumido é agora, no meu espírito, êsse amargo sentimento de decepção. O extenso horizonte de refrega em que notavelmente se assignalou para a posteridade o teu vulto édul, ressalta mesmo, mais forte e subjugante, na minha reacordada memória. Recolho-me e interrogo-me em íntimo solilóquio para reflectir a majestade do teu exemplo e invocar — ó isócrono necrológico! — as surpreendentes facetas em que a tua individualidade política se moldou.

Já que converso contigo, em familiar intimidade que a própria morte não consegue arrefecer ou perturbar, deixa que eu agradeça, comovido, a inalterável sinceridade da estima que por ti inteiramente me foi votada, através de um próximo e exemplar convívio de vinte anos. Tu foste para mim — e para todos! — um Camarada lealíssimo e perfeito, nunca eximido a prestar aos mais, gostosamente, os deveres daquela solidariedade moral, a que uma nítida consciência obriga, e sempre pronto a robustecer os elos daquela sólida concordância política que a luz dos mesmos prélios consagrou. De braço dado comigo, nessa ardorosa lide de duas décadas, a-miúde participante da fileira de vanguarda onde formamos — por mútuo orgulho! — e da mesma vivaz acção, nunca a malha subtil da intriga, da felonía ou do despeito te enleou...

Sob a aparência algo brusca e nervosamente sacudida do teu carácter, difficil de avaliar e entender, pulsou um formoso coração, sensível a tôdas as dores humanas e propenso a amenizar tôdas as desditas alheias, com flagrante sacrificio da própria alegria ou bem estar, — êsse maravilhoso egoísmo de fazer bem que é o único egoísmo humanamente lícito... Suavisando o estranho infortúnio e apagando fomes, a tua alma floriu em pura beleza cristã, silenciosamente, como ordena o preceito evangélico, e com essa extraordinária caridade da pobreza, que mais do que a dos ricos agrada a Deus...

Alguns dos que se encontram aqui, devem-te mesmo, em horas de miséria, o próprio pão da bôca, e de-certo êsse alimento, liberto de material substância, por grátulo virtuosismo se converte em pranto...

A tua generosidade — Camarada! — foi ainda mais longe, por amigos e inimigos repartida com igual franqueza e modo espontâneo, alheia a quaisquer distinções subtis e a tôdas as reservas especiais — mesmo as mais justas.

Adversários, sincera e dignamente paladinos da sua fé política, jamais receberam de ti o menor acinte, e nem sequer podem queixar-se de desatenção irreverente ou de desprezo moral. A tua humana tolerância a todos concedeu, sem reservas, o respeito que tantos outros te negaram por censurável exacerbação de facção.

O erro nem sempre é culpável — tu o sabias! Admite-se e perdoa-se quando deriva de causa estranha à intenção de quem o serve. E creio que, entre os homens de boa vontade e liso intuito, nenhum sério afastamento subsiste quando os inspiram as mesmas generosas leis morais.

Dignos de ti, êsses contrários corresponderam em atitude idêntica — e louvável! — a essa viva identidade humana que é basilar dictame de paz social. Retribuíram pròdigamente, em lealdade, a tua inquebrantada lealdade, e admiraram a magnânima firmeza de um carácter que nos seus infinitos sofrimentos soube esquecer rancores e relevar até ofensas mortais...

Vários e extremados propugnadores das erradas doutrinas que a tua inteligência fogosamente repeliu, enfileiraram também — eu o lembro! — no fúnebre préstito que a esta humilde jazida te trouxe. (Tu bem os viste — ó Companheiro! — com os olhos da alma, para lá da morte singularmente abertos ainda à visão e ao discernimento das acções terrenas...) Gestos assim exaltam espiritualmente quem os pratica com tão perfeita espontaneidade e mais afervoram o preito que certas virtudes políticas (as tuas, as deles!) exigem de tôda a gente honrada.

Por muitos outros — os que pior te conheceram e ainda menos se respeitaram — o teu nome foi malèvolamente vilipendiado e escarnecido, motivo de ironias inconscientes e de chacotas sem justificação nem pudor, como se fôsse possível exautorar assim na praça pública, pelo motejo ou pela calúnia, quem ali resistiu sempre às suas tigrinas arremetidas e às suas crudelíssimas brutalidades.

Eu fui daqueles que melhor vislumbraram, em extenso trato, os translúcidos horizontes em que a tua essência emotiva formosamente se

expandiu. E é deveras comovente para mim o ensejo, ora colhido, de relembrar junto a esta campa, a natural bondade da tua natureza afectiva, — essa primacial qualidade das criaturas, que tudo e tudo ultrapassa, a própria erudição ou o mais lídimo e modelar heroísmo...

Em serena desafronta de interpretações ultrajantes e de maledicências premeditadas e torpes, quero afirmar a todos (indiscreta referência a que me atrevo!): a punição do delinqüente, pelo teu braço outrora tentada com decidido gesto, não resultou de qualquer violenta animosidade política (aliás incompreensível para a tua idade) nem de qualquer obscuro e censurável conluio. Obedeceu, apenas, na sua visível singeleza, à infantil exaltação de um profundo e ingénuo amor filial, exacerbado pelo desolante panorama da ara apagada e da mesa vazia... Se mesmo assim teve culpas — o que duvido! — por ti elas foram remidas, tôda a vida, a alto juro, em atroz captiveiro de dores, com magnânimas liberalidades de alma...

Lamento o belo Amigo que perdi mas exalto com júbilo — se é possível! — a magnífica significação da tua conduta, legionário de Portugal que sempre de recta fé e liso intuito remou contra as abastardantes imposições do senso prático e jamais atendeu a mesquinhos interesses materiais. Em troca de um prolongado sacrifício de tôda a vida — incomparável sacrifício êsse! — nada por ti foi pedido ou reclamado à Nação: — nem proventos, nem galardões. Rebelde a constrangimentos e a castigos, também te não venceram outras armas: — a lisonja que perturba tôda a mal entendida vaidade, a promessa de uma vitória remuneradora ou rápida, a aliciante tentação de um subôrno trivial e fácil. — Nem vencido, nem corrompido!

De-certo houve quem te sobrelevasse na sôfrega recolha de lucros e de honras — ¡que não no contributo da alma em sangue ou da inteligência em nítido holocausto, penoso esforço que aos videirinhos não seduz! Ante tais solertes adventícios, de duvidosa origem e incerto credo, mais avultou ainda a integral sinceridade da tua desinteressada intenção...

No entanto — é lícito dizê-lo! — sôbre todos êles adquiriras, em arriscadas gestas, em exaustivos tormentos pessoais e políticos, uma definida prioridade moral. Direi até: — uma indiscutível antecedência cronológica. ¡Quantas vezes a tua ousadia, aos mais espantosos atrevimentos afeita e pronta, forçou insuperáveis obstáculos, removeu escolhos, abriu horizontes

na emmaranhada selva de inércia em que tantos e tantos outros jaziam, coactos!

À tarda memória dos amnésicos um episódio recordo apenas. E é este: — Num indignado relâmpago de revolta, saíra há curtas horas da baíinha, para o Movimento libertador do 28 de Maio, a gloriosa espada de Gomes da Costa. No Pôrto — o govêrno democrático imperava ainda, num ambiente túrgido de expectativa ansiante e de justificadíssimo temor. E eis que a voz corajosa de José Francisco da Silva Júnior tudo inflamou e aqueceu... — Êle foi o primeiro — o primeiro! — a erguer aqui, ousadamente, em plena rua, com alto e sonoro timbre, o grito da Revolução Nacional!

Se para além do mortal transe que te colheu a noção da proximidade física acaso subsiste — deve agradecer ainda à tua tumular camaradagem a companhia de outros dois Mortos — nossos Mortos também — que êste Cemitério guarda para a eternidade.

Falo de Xavier Cordeiro, Mestre e guia da tua inteligência juvenil, já nacionalista extreme e esclarecido nesse remoto — ó bem remoto! — tempo em que o Nacionalismo foi apenas, para tantas gélidas mentalidades, ingenuamente pragmatistas, uma cândida e bisantina ficção...

Aludo a Carlos Ribeiro, desventurado Companheiro de ontem, sucumbido — tão cedo! — para a amizade e admiração de todos nós. Na lúcida agonia que o prostrou, ainda êle — belo moço! — teve alento para afirmar, tersamente, a inalterável fisionomia da sua fé política, num iluminado testamento de esperança...

Estreitando-os agora no maternal abraço do mesmo húmus, esta singular coincidência reúne-te assim, na morte, a dois legítimos representantes daquele ideário nacional pelos três ardorosamente professado e mantido.

Um evoca a origem do pensamento tradicionalista que os teus primeiros heroísmos proclamaram em recontros cruentos. (É no berço do passado que o presente e o futuro se embalam...).

O outro afirma a clara expressão de modernidade e de actualismo em que êsse pensamento se esculpiu e ora impera, vitrice e adulto, sob o poderoso influxo doutrinário que Portugal agita e o mundo renova.

Antes que de ti me despeça — Amigo! — espiritualmente quero sagrar-te Paladino da nossa acção, valoroso como raros e experimentado como nenhum — eu o repito! — nas desditas e nos reveses da mais cruel adversidade.

Em simbólico acto, desdobro mesmo sôbre o arrefecido corpo que aqui descansa aquela pulcra bandeira que a tua fé patriótica amou e serviu com arroubos mestos. O Pelicano, ave heráldica, sangra nela, feliz... Dá-se assim, inteiramente, às vidas que o prolongam, em sacrifício máximo e bem afim da estóica abnegação com que te dedicaste também — ó Camarada! —, com incomparável desdém do interêsse próprio, às gerações vindouras...

Escolho mesmo, para te agradar e comover, a inquieta flâmula integralista que a-miúde e orgulhosamente erguêste à luz e ao vento... Na sua voz de sêda, cício brando, ela falará de-certo — íntimo oaristo! — à tua convicta inteligência e mesmo à tua alma amorosa... A preceito a bordaram — ç lestras-te? — aquelas suaves mãos femininas — mãos de Noiva, mãos de Espôsa... — que foram teu afago e doce enlêvo...

Em invisível gesto, envergo-te ainda a tua «camisa» de combate, e para sempre te amortallo nesse sagrado símbolo de inconformismo.

Podem outros duvidar talvez da sinceridade com que a usaste — não eu, que fui teu par na grandeza do mesmo sonho e na mesma terminante intransigência! Sei a que extremo a labareda revolucionária então ardeu em ti — centelha desgarrada no escuro céu que as sombras da inércia povoavam. E por fiadora dêsse propósito tôda a minha consciência se levanta!

Animou-te então a certeza — ó Companheiro! — de que êsse momento incerto e dúbio era daqueles que, desde logo, quisessem fundir em si, com energia máscula, a alma e o espírito dos tempos novos... Na confusão epiléptica da tormenta em que os mais altos valores éticos se apagavam, às decididas vontades coube a glória de encontrar a estrada certa — e segura!

Assim procedeste tu, virilmente, ouvindo o instante apêlo daquela voz — ç eco de longe ou primavera! sopro de juventude? — que afirma a perpetuidade social da vida sôbre os sucessivos crepúsculos de que ela sempre renasce... (A cada geração incumbe transmitir — e a tua o fêz! — à hora em que vive, uma luz matinal).

Assim procederam também quantos, teus Camaradas, pesaram a ciclópica acuidade dos problemas que o mundo actual depara — e há-de resolver do melhor modo...

Nesse profundo debate espiritual estava em jôgo a existência da Nação e o prestígio da própria dignidade humana que a torrente liberalista ofendeu e o boçalismo comunista tentou depois animalizar... Perante êle,

a mocidade consciente assumiu logo uma posição definida e viril. E só por isso, que é tão pouco e é tudo, a chave do problema, que então abria apenas as abracadabrantes portas do inferno, já hoje desvenda soluções diferentes...

O teu acto de rebeldia — igual ao nosso! — equivaleu, portanto, a um providencial rompimento com tôdas as utopias e misérias dessa secular loucura em que o homem se divinisou em orgulho herético e em egocentrismo corrupto, feito escravo dos ilógicos postulados políticos que só românticamente o haviam emancipado...

Discordando fundamentalmente das concepções económicas e sociais que o marxismo apregoa e sintetiza numa verdadeira doutrina de estepe, o teu espírito não lhe atribuiu porém tôda a culpa dos males que acaso transmitiríamos em pérvida herança...

De facto, só o êrro, na sua dúplice expressão de maldade ou de ignorância, poderá olvidar e diminuir as proeminentes responsabilidades que à sociedade burguesa cabem na fatal ruína do nosso tempo. A funesta ilusão que o demo-liberalismo inventou há uma centúria, origina pelos abusos a que dá aso — e até justifica! — a legitimidade espiritual de tôdas as reacções. Por isso mesmo, lhe recusamos tôda a espécie de simpatia ou de aplauso, e a combatemos, obstinadamente, com tôdas as armas da inteligência e da sensibilidade.

O mundo de ontem — insensato mundo! — merece apenas de nós uma impiedosa tarefa de desmantelamento. Nada une a nossa existência à viciada miragem dos sofismas que êle criou. Tudo veremos mesmo ruir com alegria e sem saúde, para que a arquitectura do futuro se venha a erguer, um dia, sôbre planos correctos e estáveis. Basta que fiquem de pé certos princípios sagrados e necessários (Pátria, Família, Justiça Social e Paz Económica) — precisamente aquêles que são anteriores ao conceito social do liberalismo e o desatino burguês comprometeu.

Sentiste — Camarada! — com desusado ímpeto o impulso transformador que nos conduz agora à purificante sombra de uma Cidade Nova... E desta fôste obreiro entusiasmado, edificando-a sôbre o teu corpo em chaga, dando-lhe a dôr por robusto alicerce, e da sinceridade fazendo a sua insígnia vitoriosa...

A natural displicência com que atentaste (se atentaste!) em tôda a vã tentativa de reforma, trouxe-te assim ao serviço de uma Revolução salvadora, resgatador movimento de almas, corpo vivo e não aparência enganosa,

em que a própria intenção construtiva da Lei se ratifique e antecipe em estado anímico, transcendendo, pelo dinamismo, a melopeia fria dos códigos, para exaltar, com espiritual alvoroço e juvenil frémito, os fundamentos essenciais da Ordem futura!

Elevamos, há pouco, a Deus as nossas comovidas preces cristãs — e a Deus, agora e sempre, as erguemos ainda, para que te conceda — ó Companheiro! — na paz da morte, a justíssima compensação dos sofrimentos que a tua cálida têmpera aceitou com épico denodo, fé apostólica, sem máculas e sem balisas.

Repousa — Amigo!

Camaradas:

Ainda a vós:

Insignificante resultaria esta homenagem se calássemos aqui, por modorra moral ou por comprometedora tibieza, aquêlto alto sentimento de confiança que, em idênticas circunstâncias, José Francisco da Silva Júnior exprimiria. Penso mesmo que o seu mandato de além (paro a escutá-lo em audição misteriosa) moralmente obriga agora a dizer com terminante clareza e erecto entono:

Superior a tôdas as contrariedades e desalentos que nos assaltam, a esperança nacional não esmorece em nós, antes cotidianamente se aviva e resplandesce, à medida que a nossa pura razão política ascende na consciência desperta dos portugueses.

Reafirmamos assim a melhor certeza no triunfo definitivo de Portugal, reposto acima de tôdas as dissensões efémeras e de tôdas as doutrinas pecaminosas ou falsas que o traíram, na suprema consonância do seu porvir histórico e na total fortuna dos seus filhos.

...Para o cumprimento indeclinável de tal desígnio — o mais anti-loquo e o mais útil que conheço! — desde já nos prestamos todos — se tanto fôr mister — a novas e agitadas lutas. E o merecimento pessoal dessa atitude reflectirá apenas um dever sem prémio, para o qual não reconhecemos esquivanças nem partilhamos abdições!

Por nosso intermédio, também José Francisco da Silva Júnior responderá então à varonil chamada... Quanto mais áspera fôr a empreza em que o esforço dos seus Camaradas vivos se empenhe, mais nítida será nêles essa reconfortante presença espiritual e o dominador império de tal estímulo.

Plenamente confio em vós, testamenteiros magníficos do seu exemplo, e até de mim próprio — que sou o último! — não descreio. Integralmente reivindicaremos, todos, nesse feliz momento de reconquista, a tarefa de suprir a sua falta — funda falta, a que não podemos medir ainda a longínqua extensão e o frio vácuo... Nas mais acérrimas e tôrvas conjunturas, ultrapassar-nos-emos assim em redobrada energia e em inquebrantável vontade de vencer!

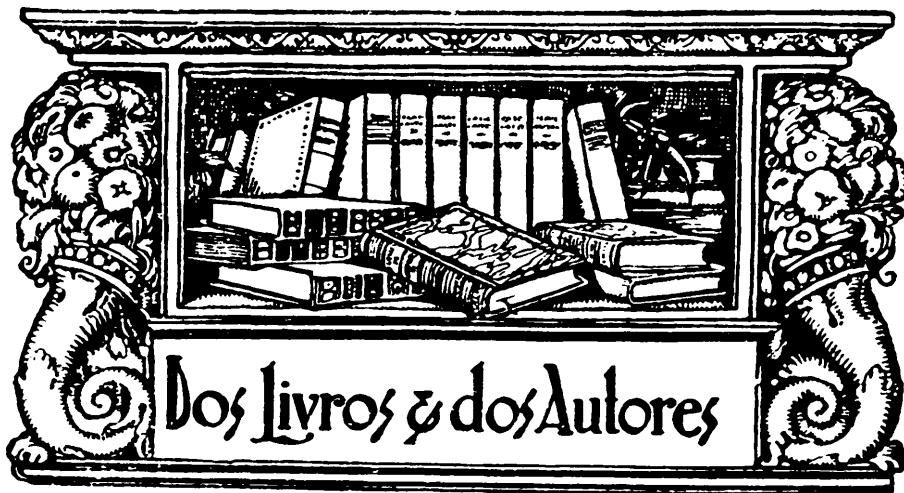
A portuguesíssima inteligência dêste valoroso militante nacional deliberará, sem custo, através da nossa inteligência, e o seu braço agirá afoitamente pelo nosso braço, onde quer que o exija a honra colectiva ou a felicidade da Nação!

... E porque tal Companheiro permanece vivo dentro de nós, em alma e em espírito, em potência e em acto, invoquê-mo-lo agora e por êle respondamos, saúdosos mas confiantes, com sentido viril e lusitano modo:

— José Francisco da Silva Júnior!

— PRESENTE!





PELOS CAMINHOS DA VIDA E DENTRO  
DO CORAÇÃO, de *Campos Tei-*  
*xeira*, 1940. Editora Educação  
Nacional, L.<sup>da</sup>, Pôrto.

Constituem este volume doze pequenos contos de intenção moral, escritos em linguagem simples, sem largos vãos que, aliás, não se compadeciam com a índole da obra. Cremos ser a estreia do Autor como prosador, pois nos anuncia como publicadas umas *Trovas portuguesas* que desconhecemos. Nalguns dos contos (v. g. *Doida varrida*) é estigmatizada a moral moderna que transforma completamente as criaturas; noutros é o ideal religioso que é exaltado, em contraste com a fê morta ou a descrença.

Trata-se duma estreia que esperamos o público aplauda, porque o merece.



POETAS DO SÉCULO XVIII (*Árcades e Pre-românticos*). *Seleção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa*. Lisboa, 1941.

É mais um volume da excelente colecção «Textos Literários», a que já nos referimos há tempos. Como os anteriores, tem este

um prefácio em que o seu inteligente organizador resume os caracteres do século XVIII português, ao qual chama «a época do jurista literato», salientando-lhe a curiosidade científica e a tendência para o experimental, bem como o «filosofismo» que se traduziu na rebeldia dos literatos e dos filósofos contra as idéias tradicionais, quer no campo da política, quer no religioso. Vêm, a seguir, breves notas biográficas e críticas sobre os poetas cujas poesias se transcrevem no corpo da obra: Garção, Cruz e Silva, Quita, Filinto, Xavier de Matos, Gonzaga, Marquesa de Alorna e José Agostinho de Macedo.

As poesias foram criteriosamente seleccionadas, figurando no volume, entre outras, a *Sátira sobre a imitação dos antigos* e a *Cantata de Dido*, de Garção; a *Ode pindárica* que Cruz e Silva escreveu em louvor do Marquês de Pombal; a *Carta ao amigo Brito*, de Filinto Elísio; cinco excertos da *Marília de Dirceu*, de Gonzaga; e vários excertos dos outros poetas acima indicados.

Tôdas as poesias são copiosamente anotadas, e para cada uma delas se explica como e porquê foi escrita.

Na antologia não figuram Bocage e os poetas mineiros (a que Gonzaga, aliás, per-

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

tencia) porque, no dizer do sr. dr. Rodrigues Lapa, deverão entrar em volumes especiais a êles dedicados.



PALMEIRIM DE INGLATERRA, por Francisco de Moraes. Lisboa, 1941.

O operoso professor sr. dr. Rodrigues Lapa continua estrênuamente na sua benemérita missão de tornar acessíveis aos estudiosos e aos simples curiosos as mais representativas obras da nossa rica literatura. Coube agora a vez ao famoso *Palmeirim de Inglaterra* que, com o não menos famoso *Amadis de Gaula*, mereceu do Cura e do Barbeiro do «D. Quixote», no famoso y gran escrutinio da admirável novela cervantina, a honra de ser preservado do fogo a onde foram lançados todos os demais da inominável *lineaje* de Amadis e Oriana.

Sabe-se que os nossos vizinhos reivindicaram para si a glória de haverem escrito o célebre romance que hoje, nacionais e estrangeiros atribuem, fundadamente, a Francisco de Moraes. No prefácio desta obra, juntamente com um resumo da vida do autor, refere-se o sr. dr. R. L. ao problema que está «definitivamente resolvido» e «não é mais que uma curiosidade histórica» (pág. vi). Neste mesmo prefácio analisa a obra de Moraes, que «é em muitos pontos, uma imitação do *Amadis de Gaula*, como aliás mais ou menos todas as novelas de cavalaria» (pág. xiii), entendendo, porém, que «o romance de Moraes não atinge a perfeição do velho romance de aventuras, que permaneceu inextinguível, por essa mistura picante de fantasia e realismo que é a sua característica» (pág. xiv).

O resto do volume é constituído por excertos, devidamente ligados entre si por notas prévias, que auxiliam a compreender a correlação dos capítulos, entre os quais sobressai a célebre aventura de Miraguada no castelo de Almourol.

Dada a raridade do romance moraisiano, agravada com a dificuldade que ao leitor médio oferece hoje a sua leitura na ortografia da época, esta antologia do *Palmeirim* vem chamar a atenção para a obra que, por certo, despertará o interesse do estudante a despeito da era prosaica que atravessamos.

O sr. dr. R. L. esclarece em notas o significado de certos termos arcaicos, explicando por vezes a sua formação.

Como o anterior, faz parte da colecção «Textos literários» que a Empresa Seara Nova vem editando há anos e a que já nos temos referido por diversas vezes.



A ARTE DE PENSAR, por Mário Gonçalves Viana. Editora Educação Nacional, L.da, Pôrto, 1941.

É o 3.º volume da «Colecção didáctica» que o sr. dr. M. G. V. dirige e de que há já publicados *A Arte da leitura* e *A Educação integral*, ambas da autoria do mesmo infatigável publicista.

Escrito em linguagem simples e sem fugas retóricas, que prejudicariam os seus intuitos de divulgação, o livro do sr. dr. M. G. V. lê-se com agrado e interesse, pela maneira como soube ligar entre si os diferentes assuntos versados na obra. São muito sensatos os seus conselhos, e pena é que a epidemia do dinamismo contemporâneo não permita aos estudantes, e até a muitos intelectuais, lê-lo com o vagar que requiere para meditar os seus conselhos cheios de bom senso. Se aqui e ali há afirmações que, por demasiado genéricas, entendemos deveriam ser devidamente desenvolvidas, pelo menos em notas, a verdade é que a obra está bem ordenada e preenche perfeitamente o fim que Autor e Editor puseram na sua publicação.

Saiba, ao menos, o público corresponder-lhe lendo-a com a atenção que ela merece.

IBERO-AMERIKANISCHES ARCHIV. Jahrgang XIV. Heft 4, Januar 1941.

Como os anteriores volumes, contém este variada colaboração referente aos países hispano-americanos, escrita em alemão e com resumos em castelhano. O presente fascículo publica: *Wesen und Bedeutung des spanischen Hidalgo*, por Alfonso Garcia Valdecasas; *Amazonien als organischer Lebensraum*, por Philipp von Luetzelburg; e *Argentinien in der deutschen Literatur*, por Wilhelm Keiper.

Encerra mais o habitual boletim bibliográfico de obras sobre os países hispano-americanos ou aí publicadas e remetidas para a revista.



1640, RICHELIEU E O DUQUE DE BRAGANÇA, por Rodrigues Cavalheiro. Livraria Clássica Editora. Lisboa, 1942.

A revolução de 1640 ainda não foi totalmente estudada. Muitas das suas causas próximas não se conhecem inteiramente, como se não sabe ainda com toda a clareza qual foi a acção do Duque de Bragança, que alguns historiadores do século passado tão mal trataram. A celebração do duplo Centenário em 1940 teve o condão de chamar as atenções dos historiadores para o nosso século XVII, e no Congresso do Mundo Português leram-se bastantes comunicações tendentes a esclarecer pontos obscuros da preparação do movimento libertador de Portugal.

O sr. dr. Rodrigues Cavalheiro, que já nos seus *Temas de História* focara aspectos da nossa Restauração, neste livrinho propôs-se estudar a questão das relações do poderoso Ministro de Luís XIII com o futuro D. João IV, retomando o fio de Maugin que os historiadores subseqüentes deixaram cair e desprezaram. Escrito com intenção de divulgação (faz parte da « Colec-

ção Gládio ») não deixa, no entanto, de ser estudo sério e consciencioso, embora pelo seu próprio carácter o Autor não pudessem dar-lhe o desenvolvimento que desejaríamos. Contudo o problema está bem pôsto e depois da leitura do livrinho já não nos parece lícito negar, senão por ignorância, as relações directas de Richelieu com o Duque de Bragança nos anos que precederam de perto a revolução libertadora.

Sabe-se que a Richelieu, então empenhado em luta de morte com a Casa de Áustria, convinha uma instante diversão de forças que contribuísse para o enfraquecimento da Espanha. O governo espanhol lançara Portugal no desespero. Como escreve o distinto historiador, o « domínio espanhol atirou-nos para a extrema decadência, sugou-nos o último cruzado, desmantelou-nos por completo o arcabouço económico, asfixiou-nos o comércio e a agricultura, reduziu à derradeira extremidade a marinha e a defesa nacional, escancarou-nos os domínios ultramarinos à cobiça e à invasão estrangeiras. Depois, arrastando-nos para as lutas em que se achava envolvida, Castela fazia-nos partilhar do peso das suas infelicidades e das suas derrotas » (pág. 16).

Os depoimentos de estrangeiros, especialmente franceses, começaram a chegar aos ouvidos do Cardeal, que mandou, depois, enviados secretos e espiões encarregados de auscultar os ânimos dos portugueses a fim de preparar o terreno para uma futura insurreição. E as idas e vindas dos emissários de Richelieu foram constantes nos anos mais próximos a 1640. O Duque de Bragança era a figura para quem se erguiam os olhos dos portugueses escravizados, pelo que era lógico que o Ministro francês procurasse abordá-lo e sondá-lo, o que fez. E se não há provas claras e palpáveis do entendimento entre os dois, há indícios seguros que no-lo deixam perceber, pelo que em fins de Novembro de 1640 o Duque, contrariamente à opinião expandida

pelos historiadores do século XIX, estava firmemente decidido a soltar o grito de revolta, embora, cautelosamente, o não deixasse transpirar. Nas vésperas do dia famoso de Dezembro, o desânimo invadiu os conjurados de Lisboa, e só a atitude firme do Duque os levou a dar o golpe que se daria ainda que eles não se revoltassem então. Como explicar de outro modo o facto de D. João soltar «nos seus domínios o grito libertador ainda antes de chegarem as primeiras notícias do acontecimento»? (pág. 73).

O livrinho do sr. dr. R. C. constitui uma espécie bibliográfica digna de apreço entre as numerosíssimas obras que hoje possuímos sobre a revolução de 1640. A sua documentação é séria e abundante e as suas conclusões lógicas e imparciais, ajudando a lavar definitivamente a figura de D. João IV tão conspurcada por muitos que não compreenderam qual seja a verdadeira missão do historiador, fazendo da história arena de combate a idéias e instituições que odiavam.



BIBLIOTECA DE ALGIBEIRA. Edição de  
Portugália Editora. Lisboa.

Segundo as palavras dos editores expressas em breve nota introdutória ao primeiro volume, esta nova colecção pretende «pôr ao alcance de todas as mãos, não só pelo que respeita a preço, mas a volume também, uma hora de leitura aprazível e instrutiva» para o que «terá o cuidado de escolher os volumes que farão parte desta biblioteca entre as obras dos melhores autores, quer portugueses quer estrangeiros».

São sempre simpáticas estas iniciativas que perduram enquanto o público as amparar. Efectivamente temos visto morrer tantas e tão belas iniciativas à nascença por falta de interesse do grande público, que receamos sempre que mais uma seja, por sua vez, um insucesso mais. Muitas vezes este é devido ao desejo de alguns

editores de irem contra o gosto do leitor vulgar, ministrando-lhe leituras para que não está preparado ou por que não sente interesse; outras vezes o desinteresse do leitor (tão vario este ultimo é) provém da categoria inferior das obras que lhe são apresentadas a preço acessível.

Pelos três volumes da «Biblioteca de algibeira» que temos aqui presentes, e pelos que são anunciados para breve, vê-se que houve o duplo cuidado de escolher bons autores e destes obras de curto fôlego e interessantes. Queremos crer que mantendo-se os Editores no mesmo plano inicial, e a despeito da hora incerta que atravessamos, a sua colecção vai ter um êxito lisonjeiro o que lhe apeteçamos da melhor vontade. Efectivamente o leitor médio português está saturado de certa espécie enfartante de literatura que infesta o mercado livreiro e derranca o gosto do público. Urge desviar a corrente sob pena de vermos as melhores obras amarelecer nos escaparates, às mãos.

Os volumes que temos presentes são: a *Carmen* e o *Mateo Falcone* (num volume), de Prosper Mérimée; *Oléssia, a feiticeira* e *A Judia* (num volume), de Alexandre Kuprine; e *O Coronel Chabert*, de Balzac. A crítica destas obras está feita e por mãos de mestre. Nada adiantariam para o caso quaisquer palavras que sobre os méritos próprios de cada uma delas aqui disséssemos. Conhecidas, como são, os leitores de antemão sabem que vão passar umas breves horas de magnífica leitura que algum proveito espiritual lhes trará.

Ao interesse próprio de cada obra há que acrescentar o que lhe vem da edição, em excelente papel, tipo perfeitamente legível, formato de bolso e com capa ilustrada. Cada volume tem uma breve nota biográfica do seu autor e a indicação das suas principais obras. O primeiro volume é traduzido por D. Mécia e Gaspar Simões; os dois últimos devem-se à sr.<sup>a</sup> D. Maria Franco. São, em geral, correctas, embora

aqui e ali haja pequenos deslizes, de pouca monta, que poderiam ter sido mondados em revisão cuidada.



O CIÚME. *Romance*, por Arminda Fortes. Domingos Barreira, Editor. Pôrto, 1942.

A sr.<sup>a</sup> D. A. F. conta já quatro romances no seu activo de nável escritora e promete-nos para breve mais dois — *Uma alma de mulher* e *Exaltação*. Entrada recentemente no campo das letras, escolheu a distinta Autora de *Ciúme* um género difícil por ingrato. De facto, como ainda há pouco notava o crítico José Régio na revista *Ocidente*, não é fácil dizer quando é que um romance é ou não é romance. Escrever umas centenas de linguados e intitulá-las *romance*, é relativamente fácil. Mas ¿corresponderá o que se escreveu ao que se pretendia? Muitas vezes, infelizmente, não.

*Ciúme* não pode considerar-se própria-mente um romance, antes uma novela cujo entrecho decorre em ambiente um pouco vago, e os caracteres de cujos personagens são um tanto imprecisos. Não pode dizer-se que *Ciúme* fôsse estudado na vida, mas parece-nos antes fruto da inteligência da Autora, que o architectou sem prèviamente ter estudado com cuidado os personagens. Por isso estes carecem de vida interior, aparecendo-nos bastante irreais nas suas atitudes como nas suas falas.

A sr.<sup>a</sup> D. A. F. tem qualidades para se

abalançar à novela e mesmo ao romance. Achamos, porém, que se preocupa mais com a quantidade do que com a qualidade. E se não busca apenas os êxitos de livraria, relativamente fáceis de obter com uma propaganda devidamente organizada, se na realidade quer ocupar um lugar de relêvo e *ficar*, então terá de preocupar-se mais com a architectura das suas obras, sujeitá-las a uma crítica severa, pôr de parte idéias feitas, que a levam a escrever para um público restrito que a lê e a elogia, para se dedicar antes a escrever para o grande público obras de interêsse realmente humano. Só dessa forma poderá marcar realmente a sua personalidade sem que a crítica sincera e justa (porque só essa a deve interessar) lho faça sentir e porventura magoá-la.

Não conhecemos as anteriores obras da Autora, pelo que ignoramos se houve progresso. Pelas páginas de espécime de *Uma alma de mulher*, publicadas em anexo a *Ciúme*, vemos que os seus processos persistem. Por isso julgamos prudente chamar-lhe a atenção para o facto, e estamos convicto de que a sr.<sup>a</sup> D. A. F. compreenderá que não lho diríamos tão lealmente se não lhe reconhecessemos qualidades. Quantas vezes um escritor falha ou segue errado caminho, só porque a crítica responsável lhe não soube falar com sinceridade. Alguns exemplos encontramos na nossa literatura. Esperamos sinceramente que a sr.<sup>a</sup> D. A. F. não venha a constituir mais um.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.



*O Senhor Dom Duarte com Luis de Sommer*

# LUÍS DE SOMMER

«DUAS palavras» gizadas sôbre o Amigo e Camarada que a Morte tão cedo arrebatou ao Serviço de El-Rei?

— Sim, poderia dá-las desde já, pois há séculos que andam juntas estas duas palavras, tão vulgares outrora, mais raras hoje: — **HOMEM BOM.**

Permitam, porém, os leitores, que a saúde desfolhe, dêsses termos já consagrados pelo Tempo, os conceitos formosíssimos com que os Antigos os ornaram; e, em síntese direi: — Homem Bom, êsse foi, o quasi lendário Penteado, que no primeiro cêrco de Diú, entregou ao serviço de Sua Real Senhoria, Dom João Terceiro do Nome, a renúncia total da sua pessoa de Ventureiro da Índia.

Fernão Penteado, ferido na frente ao ajudar à defesa do revelim do Baluarte do Mar e buscando curativo junto do único cirurgião da Fortaleza, ouviu voz de que, por uma das tranqueiras eram entrados os turcos; sem hesitar, volve à luta, recebendo outro profundo gilvaz sôbre o primeiro! Duas vezes avisado pela morte, pretende curar-se, mas como os golpes andassem baratos, o físico mal acudia aos mais necessitados... Enquanto esperava sua vez, como clamassem por reforços do Baluarte dos Combates, aí correu para colher o mimo de terceiro entalhe sangrento de um pique, que lhe encravaram no corpo esforçado e assim foi indo, nesse arriscado lance do nosso Asiático Império de 1538, até colecionar bem contada dúzia de ferimentos expostos, nunca pensados, sendo pelo último trazido em braços ao Hospital, mas conseguindo, por fim, assistir à vitória do levantamento do cêrco, pelo renegado Coge Sofar, capitão do Sultanato do Cairo com sua multidão de escolhidos janízaros, basta artilharia, cavalos e milhares de gentios que ferozmente odiavam os cristãos e em especial os Portugueses.

— Luís de Sommer também acudiu sempre ao revelim, à tranqueira, ao baluarte na defesa do *Senhor* (como êle chamou a El-Rei) se o avisavam que a ameaça pairava por perto ou por longe.

Acudiu sempre, sem curar de si mesmo.

Foi um Homem Bom, à antiga portuguesa!

Mas não logrou ver o Fim, para o qual, com tanta nobreza empregou os meios...

Foi mais infeliz do que o Soldado da Índia!

Dele dizia outro Bom Homem (ainda alguns há, por este mundo...): «Com mais cem, como este Sommer, fácil seria fazer subir a Portugal a Curva de Vico, estabelizando a Raça a tôda a sua altura!»

— Como se sabe, João Baptista Vico, genial filósofo napolitano, determinou no gráfico político, três idades na vida das nações: a infância, ou Idade Divina, a maioridade, ou Idade Heróica e a decadência, ou Idade Humana. Pois bem, na opinião desse raro amigo, bastariam mais 99 como Luís de Sommer, para esta Pátria sair da decadência e regressar à tradicional Idade dos Heroísmos. Penso assim também e, comigo, andam Outros Bem Mais Altos Pensamentos.

Quando Sua Alteza Real a Senhora Infanta, Irmã de El-Rei, regressou do Brasil em Março do ano corrente de 1943, retardado o paquete «Mousinho» por imprevista arribada a Gibraltar, quem isto escreve, por carta e telegramas quis saber do sempre bem informado Luís de Sommer, a data exacta da entrada do nosso vapor no pôrto de Lisboa. Logo na volta do correio me respondeu com a sua última carta, por outrem lançada a um marco postal, precisamente à mesma hora em que, no Estoril, expirava o signatário... Pobre e dedicado Camarada!

No dia seguinte, finalmente, Sua Alteza a Senhora Dona Filipa desembarcava e instalava-se no histórico Palácio Fronteira e então, em vez do usual ramo de dourados cravos de Miramar, enviei à Grande Senhora essa derradeira prova de dedicação inquebrantável do amigo de Seu Irmão! É que, nessa carta, da primeira à última linha, irradiava o carinhoso cuidado por Aquela Pessoa que tão de perto toca o — *Senhor* —, o seu, e *Senhor Nosso!* E Sua Alteza agradeceu a penhorante dádiva como de rosa mui rara, — flor de lealdade e de dedicação, como só sabem granjeiar à Sua volta Êsses Representantes das Seculares Dinastias, sem a deselegância de uma hesitação, de um abandono, de uma deserção.

Luís de Sommer faz falta. Foi curta, sem dúvida, a sua vida de trabalho; mas cumpriu completa, integral e absolutamente o seu dever de bem servir a Deus, a Pátria e o Rei. Morreu, porém, novo de mais para a sua memória formar entre as dos Mortos da Velha Guarda... Sem mesmo rogar ao Desembargo do Paço a necessária licença, ousará esta velha pena de cortesão da Desgraça, promover o saudável Amigo a Veterano da Legitimidade, porque foi um Homem Bom em tôda a plenitude

dos vocábulos e arreigado à sua crença com tôdas as virtudes de um Homem que soube viver e morrer bem.

«Homem de bens...» dirão, talvez, algumas invejas que a Fortuna sempre engendra, apesar da constante e dinheirosa esmola de que era pródigo Luís de Sommer... Homem de Bem,— dizem todos os que tiveram a honra de conhecer, no seu feitio sincero, tão diamantino carácter.

— Amigo! Que o Senhor de todos os *Senhores* vos assista na morte, como eis assistido na vida ao Augusto Proscrito — Filho de Proscrito — Neto de Proscrito...

CONDE DE ALVELLOS.

Junho de 1943. Pôrto.



---

*« Nas antigas monarquias, a extensão e força do poder real, ligadas à hereditariedade da função, podiam fazer da dinastia o fiel depositário do pensamento politico. A obra da conquista, formação e povoamento do reino, a empresa das descobertas, o esforço da restauração metropolitana e ultramarina são exemplos frisantes do que podem representar dinastias na fidelidade a um pensamento e na prossecução de uma política. »*

SALAZAR.

# Recordando Luís de Sommer

CONHECI Luís de Sommer, há mais de 20 anos, na magnífica residência do Mosteiro da Costa, nesta terra de Guimarães, onde o meu querido Amigo António Leite de Castro, morto prematuramente há anos, deixou uma grande obra de restauro e de reintegração, gastando com largueza e com o mais perfeito critério artístico. Leite de Castro, Vimaranesense ilustre mas ainda incompreendido dos seus patrícios, mandou fazer, entre muitas outras obras, um jardim grandioso e encantador, integrado completamente no conjunto arquitectónico primitivo do célebre Convento dos Jerónimos.

O distinto diplomata e insigne escritor Alberto de Oliveira, num artigo que escreveu sobre Guimarães, atribuiu, injustamente, o magnífico jardim aos cultíssimos frades que lá viveram, de tal maneira lhe pareceu identificada a traça do jardim com o aspecto geral do convento.

Assim, não é de estranhar que Luís de Sommer gostasse de frequentar a Costa, nas muitas peregrinações que fazia para fortalecer a sua cultura nacionalista, que foi sempre, durante a sua vida, uma preocupação constante.

É que, apesar de ser oriundo de uma raça estrangeira, foi sempre um grande português que amou entranhadamente a sua Pátria, as suas crenças, a sua paisagem e os costumes tradicionais e tão característicos da nossa gente.

Nas suas propriedades agrícolas, famosas e modelarmente tratadas, sobretudo na Agolada, o visitante depara logo, surpreendido e encantado, com uma residência de construção moderna mas de linhas sóbrias e sugestivas da nossa arquitectura típica, que se debruça sobre um belo jardim de carácter regional. Na Cardiga, essa grande e famosa residência monacal dos Templários, adaptada com o mais apurado critério e com uma sensibilidade artística requintada a moradia de uma família nobre, Luís de Sommer, influenciado pela ambiência impressionantíssima da sua capela magnífica e pela serenidade enternecedora do seu claustro, manteve sempre, dominando o seu espírito, uma grande Fé Religiosa que, impregnada de um alto misticismo, enternecia vivamente todos os

que lá o acompanhavam e êle recebia com uma nobreza e generosidade principescas.

Compreendia e amava a paisagem dêste Minho incomparável, com uma clareza absoluta, pois interessava-se por todos os detalhes e visitava tudo com o mais esclarecido critério. De uma educação perfeita, encantava e prendia todos os que tinham a felicidade de se aproximar dêle e logo ficavam subjugados pelo seu carácter incomparável.

Pelo seu culto ao Passado, que era absolutamente integral, chegou à convicção completa da Verdade Monárquica, em que colaborou nos últimos anos da sua vida, duma forma inimitável. Casualmente, tive ocasião de o acompanhar nalgumas das suas peregrinações em que êle, como um frade mendicante, exortava, cheio de fé inabalável, e procurava, com grande eloquência e sinceridade, convencer os descrentes, os egoístas e os comodistas. E nunca o preocupou o ter de sair do conforto magnífico do seu lar, da sua casa sumptuosa, para através de tôdas as incertezas e das faltas de senso crítico da nossa gente cumprir qualquer missão de que se encarregasse ou fôsse encarregado.

De uma generosidade magnânima em tudo o que se ligasse ao movimento monárquico ou ao culto do seu Rei, deu sempre os maiores exemplos de abnegação e de absoluto desinterêsse, pelo que pode figurar ao lado dessa altíssima e incomparável figura de Pequito Rebêlo, que a graça de Deus certamente conservará viva para exemplo e sugestão de todos nós.

*Gil Vicente* publica hoje a última fotografia de Luís de Sommer, que, por singular coincidência, o juntou com o Senhor Dom Duarte. Assim se poderá afirmar que os seus últimos momentos foram passados juntos da personificação da sua maior aspiração, do seu mais alto ideal, da sua preocupação constante.

Guimarães, 17 de Junho de 1943.

JOSÉ FERRÃO.

---

*« No Estado moderno, a excessiva preocupação da defesa dos direitos e liberdades individuais contra os possíveis abusos do Rei e seus Ministros pôs por tôda a parte em crise a chefatura do Estado: foram atingidos o poder, a permanência, a duração das funções de direcção superior e com elas as possibilidades que em si continham. »*

SALAZAR.

# Os Duques de Bragança

**E**XTINTA a linha sucessível de D. Maria II e de D. Manuel II, é o Senhor D. Duarte o Chefe da Família Real Portuguesa, como representante — nunca é de mais afirmá-lo — do Rei fundador da Monarquia e do Rei restaurador da Nacionalidade.

A Casa de Bragança foi fundada por D. João I para seu filho D. Afonso, que teve o direito ao título de primeiro Duque de Bragança, com todas as honras e privilégios.

D. Afonso casou com D. Beatriz Pereira Alvim, filha da Condessa D. Leonor Alvim (sobrinha de Pedro Coelho que se achou na morte de Inês de Castro) e do Condestável D. Nuno Álvares Pereira.

D. Fernando, casou com D. Joana de Castro (Cadaval).

D. Fernando, casou com D. Leonor de Meneses. Em 1470 contraíu, em segundas núpcias, casamento com D. Isabel, filha da Infanta D. Beatriz e do Infante D. Fernando, Duque de Viseu e de Beja.

D. Jaime, casou em 1500, com a Duquesa D. Leonor de Medina-Sidónia. Foi muito infeliz este Duque com o seu primeiro casamento. A linda Duquesa enamorara-se perdidamente dum pagem de tenra idade, o que lhe valeu ser degolado sem dó nem piedade, o mesmo acontecendo àquela que tanto amara e que tão trágico fim tivera. Anos depois, casava D. Jaime com D. Joana de Mendonça, que foi muito celebrizada pelos poetas da corte manuelina, em especial por Gil Vicente, Manuel de Góis, etc.

D. Teodósio, casou com D. Isabel, filha de D. Denis de Portugal, e D. Beatriz de Lencastre.

D. João, casou com sua prima D. Catarina, neta de D. Manuel I.

D. Teodósio, casou com D. Ana Velasco.

D. João IV, o restaurador, casou em 1633, com D. Luíza de Gusmão de Medina-Sidónia.

D. Pedro II, casou com sua cunhada D. Maria Francisca Isabel de Sabóia em 1668. Mas razões de Estado obrigaram este monarca a contrair segundo matrimónio com a princesa D. Maria Sofia de Neuburgo, em 1687.

D. João V, consorciou-se em 1708, com a arquiduquesa D. Maria Ana de Austria, filha do Imperador da Alemanha, Leopoldo I.

D. Pedro III, casou em 1760, com sua sobrinha D. Maria I.

D. João VI, casou em 1784, com D. Carlota Joaquina de Bourbon.

D. Miguel I, casou no exílio, em Kleinheubach (Baviera), em 1851, com a princesa D. Adelaide Sofia de Rosemberg.

Pode dizer-se que D. Miguel foi talvez o mais amado e querido soberano que houve em Portugal. Quando da sua morte, ocorrida em 1866, foram celebradas missas em todo o país por alma do Rei cuja memória é sempre lembrada com profunda saúde.

D. Miguel II, casou duas vezes. A primeira em 1877, com a princesa D. Isabel de Thurn e Taxis, do qual teve três filhos. A segunda vez, com sua prima, a princesa D. Maria Teresa de Rosemberg, que foi celebrado em 1893, do qual houve oito filhos.

D. Duarte II, é o actual Duque de Bragança. Nasceu no dia 23 de Setembro de 1907, no castelo de Seebenstein, a poucos quilómetros de Viena de Austria.

De regular estatura, bem constituído, singelamente distinto na apresentação, adequada com simplicidade à sua alta categoria, impressiona-nos desde logo o olhar franco e suave ao mesmo tempo, denotando reflexão e bondade. (Excerto dum artigo do saudável conselheiro Fernando de Sousa).

Depois de ter freqüentado as aulas de Reicholzheim e a Escola de Pau, com notável brilho, tirou o curso de engenheiro-agrônomo na Universidade de Toulouse, especialidade que escolheu com os olhos na Pátria por ser talvez a mais útil a Portugal. A êste respeito diz-nos o almirante João de Azevedo Coutinho: «Defendeu tese por tal forma que todos os professores o felicitaram com calor. E não imagine que se trata de um curso platónico, de um mero ornamento. É uma força que muito provavelmente terá de aproveitar na vida prática, trabalhando para si, para os seus. Aquêlê que é, para os monárquicos — Rei de Portugal, — não foi criado em berços de ouro.»

Conсорciou-se em 15 de Outubro de 1942, em Petrópolis (Brasil), com sua prima a Princesa Senhora D. Maria Francisca de Orleans e Bragança. Os Augustos Senhores fixaram residência em Guntem (Suíça).

O Herdeiro dos Reis, que governaram Portugal durante oito séculos, sofre com resignação um destêrro iníquo, longe da Pátria e dos seus servidores.

ABILIO COELHO.

# Cristianismo-Comunismo

(Tese apresentada ao Congresso do Apostolado  
da Oração em Ponte do Lima, em 1938)

O primeiro perigo, o maior, o mais geral é certamente o comunismo sob tôdas as suas formas e em todos os seus graus porque ameaça tudo, apodera-se de tudo, infiltra-se por tôda a parte, abertamente ou disfarçadamente...

(Palavras de S. S. Pio XI na inauguração da Exposição da Imprensa Católica).

O comunismo não é simplesmente um sistema económico: é uma concepção do universo.

(R. P. Delaye — *Pour connaître le communisme*).

Excelentíssimo e Reverendíssimo Arcebispo e Senhor de Braga,  
Excelentíssimas Autoridades,  
Illustres Congressistas,  
Minhas Senhoras e meus Senhores :

O meu pároco mandou-me aqui vir e eu vim, sem curar de saber se a vastidão do assunto se poderia enquadrar em tempo tão limitado <sup>(1)</sup> ou se a sua complexidade não seria superior às minhas forças. Mas vim sem delonga, sem uma hesitação, porque a hora não é de renúncias — porque a hora não é de transigências — porque a hora não é de fraquezas nem de covardias e necessário se torna, cada vez mais, que todos, sem desfalecimentos *combatam o bom combate*.

E vim afoitamente e sem receio, porque até no prolóquio popular se promete, acêrca do pilriteiro, não pedir a cada um mais do que aquilo

---

(1) Tinha sido determinado para a apresentação das teses o espaço de vinte minutos.

que êle pode dar. E assim fique explicada em resumidas palavras a audácia da minha presença aqui.

\* \* \*

Por vezes, num quadro maravilhoso de beleza e graças, penso reviver, nos pendores de uma montanha longínqua, uma hora decisiva da Pobre Humanidade. É na minha imaginação uma hora crepuscular de paz e quietude. De entre uma multidão, indefinida nas sombras do entardecer, há uma figura, que surge em espiritual claridade lactescente. E ouço, do longínquo dos séculos, uma voz arrebatadora e pura clamar bem alto:

— Bem aventurados... Bem aventurados... Bem aventurados os pobres em espírito...

Revivo, muitas vezes, essa hora transcendente. É que, nessa hora magnífica, uma civilização nova começava. A hora da Redenção estava ainda nò porvir, mas naquela uma civilização nova começava — com fundamentos novos para a moral — com novas bases para as relações sociais — com uma nova Ética para guiar o pensamento dos povos.

A civilização cristã começou assim com palavras de bênção para os humildes e para os deserdados e partindo, nessa hora serêna, dêsse cume de montanha alastrou pelo mundo e há-de abarcar a Terra.

Alastrou pelo mundo, infiltrou-se na sociedade mais civilizada de então. E logo subiu dos humildes e dos simples aos mais altos espíritos <sup>(1)</sup>, impregnou a cultura mais brilhante e mais bela, que até hoje se conheceu: a cultura greco-latina. — Venceu. — E venceu sem violência, e venceu sem agredir, e venceu sem efusão de sangue — só o sangue dos mártires que se davam em testemunho e em sacrifício pela Idéia Nova. Porquê? Porque tôda ela é uma grande verdade — chamemos-lhe a Divina Verdade.

---

(1) È un errore credere che il cristianesimo sia stato accolto e si sia diffuso soltanto nelle classi inferiori. Gli studi archeologici e storici hanno omai assodato che il cristianesimo a Roma sin dagli inizi si diffuse in tutte le classi sociali dalle infime alle più alte: sono cristiani gli Acili Glabrioni de antichissima gente patrizia; è cristiano un ramo della famiglia imperiale dei Flavi. E penetra dovunque il cristianesimo, fin nella corte: San Paolo manda ai Filippensi i saluti dei cristiani «della casa di Cesare»; il graffito della casa Geloziana dimostra che cristiani non mancarono fra gli ufficiali stessi dell'Imperatore. » (Alfonso Bartoli — Il Foro Romano — Il Palatino — Il Graffito con la «Crossifissione»).

Essa Idéia Nova, que tem vinte séculos, nunca deixou de ser uma Idéia Nova. Tem ainda todo o vigor, toda a exuberância, tôda a vitalidade de uma idéia nova. Idéia Nova sempre vitoriosa... Quando os seus inimigos a julgam dominada, confundida, subjugada, ela ressurgue sempre viva, sempre intensa, sempre intemerata. Por isso mesmo que é uma verdade divina.

\* \* \*

Ora aquela mesma voz que numa tarde mística começou esta civilização perfeita com palavras de bênção para os simples, preveniu-nos também:

— «Levantar-se-ão muitos falsos profetas e enganarão a muitos.»

*Falsos profetas* são êsses que, com Proud'hon, com Marx, com Faure, com Bacounine, com Gide, com tantos outros prometem à humanidade um paraíso na Terra, surgido espontâneamente da subversão, da ruína e da morte da sociedade contemporânea. É só destruir, é só matar, é só subverter e, por uma arte mágica, dessa morte, dessa ruína, dessa subversão surgirá uma sociedade de puros, uma sociedade de generosos, uma sociedade que nós, os crentes, chamaríamos de santos. Que utopia!...

*Falsos profetas* são êsses, que nos prometem uma paz perpétua, nascida do desencadear das paixões humanas e da luta exasperada das classes — como se a luta, mesmo incruenta, não gerasse fatalmente ruínas, capitulações, ódios.

*Falsos profetas* são êsses que prometem o afloramento espontâneo de virtudes — que deixarão as cristãs numa penumbra — do tumultuar desenfreado do vício e dos humanos animais instintos.

*Falsos profetas* — falsos e covardes — são êsses que preconizam, neste momento, uma política de mãos dadas sem quererem reparar — o mais cego é aquêlê que não quer ver — sem quererem reparar que, se uma mão se nos estende, aberta, a outra se reserva, em ameaça, com o punho cerrado, como se pudesse haver entendimento entre duas correntes ideológicas cujos fundamentos são: numa o mais puro espiritualismo, na outra o mais geométrico, o mais sêco, o mais calcinado e agressivo, dos materialismos.

*Falsos profetas* são ainda êsses, que nos vêm segredar, desalentados, que as idéias em marcha têm muita força e sempre vencem (*Vivos aplausos*). Porquê? Que sabem êles das idéias errôneas que têm surgido e

a verdade extirpou logo ao nascer, que nem traço deixaram da sua lembrança?

Então não houve, porventura, heresias que hoje só lembram pelo nome por que se designam?

Não. A idéia só vence, mesmo se no seu conjunto é errónea, quando nela há uma soma, maior ou menor, de verdade — é, por exemplo, o caso do Liberalismo.

Um claro espírito, que de uma vez tive a boa sorte de ouvir na sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, um claro espírito do catolicismo, o Cardeal Baudrillart, estudando a posição da Fé em face da ciência contemporânea êle, que foi amigo e companheiro de Berthelot, ensinou-me que devemos sempre encarar de frente, com sinceridade e sem paixão, qualquer, problema social que se estude e verificar serenamente quais as condições da sua viabilidade, sobretudo quando representar, como o comunismo, para nós, alguma concepção execranda.

Execranda!... O tempo é-me limitado; por isso não poderei demonstrar-vos com exemplos as conseqüências monstruosas da aplicação de tais doutrinas. Mas muitos são bem conhecidos. Têmo-los bem perto, flagrantes, precisos, convincentes, nessa Espanha flagelada.

Quais são as condições da sociedade contemporânea que favorecem o comunismo?

Primeiro o aparecimento da grande indústria que foi deslocar o trabalho, do lar das famílias para as grandes fábricas e para as grandes oficinas. O que é a população de certas empresas industriais não se concebe à primeira impressão. É preciso, para os aceitarmos, ler e tornar a ler os números que a representam. Só a bem conhecida casa Bayer, de produtos químicos e farmacêuticos ocupa cerca de trezentos mil operários. Uma empresa nacional que não é a mais poderosa e que tem em Portugal várias congêneres, declarava há dias ocupar dez mil.

Concentrou-se o trabalho, mecanizou-se o trabalho. Já não são necessárias siglas para assinalar a tarefa de cada um. O trabalho despersonalizou-se e o operário, o melhor operário, é aquêle que se tornar mais perfeito autômato. Assim se criou o proletariado. Assim se reduziu o valor da personalidade do operário a um factor equiparável à máquina ou ao animal de tiro. Lamentável...

Ora o comunismo propõe-se aparentemente e ostensivamente a resolver os problemas e a reparar as injustiças que esta organização da indústria gera fatalmente. É, pois, a aspiração — a miragem enganadora — de milhares de homens e a simpatia de tantos outros.

O comunismo é constitucionalmente internacionalista: «Operários de todo o mundo unide-vos», foi o primeiro grito de Marx. Contudo nunca se falou tanto em nacionalismo, nunca se defendeu tanto o nacionalismo como agora. Não podemos deixar de pensar em certas reacções que a fisiologia observa em alguns estados patológicos. É que muitas e muitas criações humanas dêste momento de paroxismos inventivos favorecem, como nunca, o internacionalismo.

A horas certas as emissoras de cada país — de aqui a pouco será de cada particular — falam *urbi et orbi*, e às vezes ao mesmo tempo. Os postos vizinhos confundem as línguas. Voltamos à Babel bíblica. Que mais não pode favorecer o internacionalismo!...

E o avião, a locomotiva, o transatlântico?... O nosso Vasco da Gama levou dois anos a chegar à Índia. Hoje um avião chega lá em horas, uma locomotiva em dias, um transatlântico em semanas. Em três dias e dezanove horas fechou-se ante-ontem a mais recente das voltas ao mundo, a mesma que os navios de Magalhães fizeram em quatro anos.

O automóvel vai e vem pelas fronteiras ao sabor da fantasia ou das conveniências de cada um. Dentro em pouco os Estados não poderão contrariá-lo.

O jornal de cada dia tanto nos dá notícia do que se passa nas nossas ruas como do que acontece em Sidney ou Melbourne ou em Moscovo ou em Barcelona.

O cinema fala também em tôdas as línguas e tanto êle como o desporto generalizam os costumes — sobretudo os maus costumes. — Um que começa a invadir-nos caracteriza frisantemente essa tendência confusa e antipática. A nossa ceia de Natal que todos na Santa Noite comiam com a Família ante o ardente cepo ancestral está a transformar-se no *Reveillon* que, numa confusão anti-familiar, se come em promiscuidade, no restaurante, no clube ou no café, ordinariamente acompanhado de dança e música de pretos (*Repetidos e vivos aplausos*). É assim.

Ora, diante do comunismo internacionalista só aparece outra força social também internacionalista que se lhe oponha. E, devemos precisar, outra força internacionalista que queira resolver — mas pacificamente — os mesmos problemas. É a da Igreja. Quanto não poderíamos agora discorrer, se tempo houvesse, sobre essas admiráveis encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo ano*, monumentos admiráveis de humanas mas divinamente inspiradas inteligências, que procuram no edifício social

harmonia e justiça, sem atropelos violentos, sem crueldades ferinas ou brutalidades criminosas.

Igreja, força social internacionalista!... Mas o internacionalismo comunista quer destruir as fronteiras, subvertendo as Nações, desorganizando os Estados. O catolicismo dá força aos Estados com a sua doutrina construtiva e passando por sobre as fronteiras, que deixa intactas, respeita a autoridade constituída, une os povos na mesma aspiração espiritual de perfeição e de bondade, daquela bondade activa a que o cristianismo chamou caridade.

Diante da amoralidade do comunismo levanta-se serena e inflexível a Igreja católica e diz: — Não!...

É por isso que o comunista odeia, quasi com demência, tudo o que fôr cristão. «Odeio a Deus, dizia Lenine, como meu inimigo pessoal».

\* \* \*

Acabamos de ver o mais negro do quadro. Acabamos de ver as circunstâncias do momento que favorecem o alastrar destas doutrinas de destruição. Vejamos agora se — como certos irracionais — havemos de atar as mãos na cabeça e deixar-nos engulir pela voragem ou se podemos e devemos e como, reagir.

Não! Não nos deixemos vencer miseravelmente.

O comunismo é um êrro social que só se propagará, só alastrará, só triunfará se nós quisermos.

A sociedade — está hoje a reconhecer-se melhor do que nunca — é um agregado de famílias e em que a Família desempenha a função activa de uma célula viva. A sociologia não deixará de ser, numa fase mais completa dos seus conceitos e das suas realizações, um capítulo mais ou menos misterioso, da misteriosa Biologia.

Mas, seja como fôr, a Família, a meu ver, só vale para a sociedade pela sua integração num Lar. É essa relação da Família com o Lar que importa para a sociedade e para o Estado. Uma família de nómadas — vemos isso com as famílias dos ciganos, que por vezes nos passam à porta — pouco vale dentro do agregado social. São como essas vegetações flutuantes perdidas no meio do mar. Só valem quando as apreendem e fixam à terra para a fertilizar. Mas a família que se fixa num Lar: imprime carácter à sua região, contribui para dar feição inconfundível à

sua Pátria. E tanto se correlacionam Família, Lar, Pátria, que sem exorbitar é à primeira que na hora do perigo a Pátria vai buscar os que a defendam até à morte.

É no lar que nós encontramos o regaço materno que primeiro nos acalenta. É a um lar que nós aspiramos quando começamos a pensar sèriamente na vida.

É no lar, no nosso lar, que recebemos de Deus os nossos filhos e os criamos e os educamos e os guiamos, às vezes com sacrifícios, mas também com que alegria.

E é no Lar, na paz, na serenidade do Lar que nós desejamos que um dia nos encontre essa morte certa, que para o cristão não é um fim, mas um comêço.

O comunista não tem Lar. Não quer um Lar. Não tem família. Não quer família. Os filhos das mulheres — porque voltáramos ao matriarcado primitivo — pertencem ao Estado.

Repito: — A espíritos serenos, a espíritos tranqüilos, a espíritos normais custa a acreditar que seja necessário combater, com idéias sãs, estas aberrações.

Daqui se infere, pois, que é procurando que cada família possa ter um lar que nós combateremos eficazmente o comunismo. Não é só porque a grande casa de rendimento é desfavorável à boa educação das crianças mas porque nelas bem depressa os laços de família se obliteram. Nessas grandes casernas a promiscuidade, as questões, a falta de asseio, o contágio do mau exemplo de alguns, bem depressa se comunica a todos.

Após a Grande Guerra o discurso do trono, lido pelo rei Jorge V de Inglaterra precisamente proclamava: «Se não queremos revolução social devemos construir casas uni-familiares e decentes para os operários. E não devemos esquecer que todos os congressos de Urbanismo — como bem se vê nos Relatórios dos Congressos da Federação Internacional da Habitação e de Urbanização das Cidades — sempre tem recomendado a casa uni-familiar principalmente para a classe operária.

E depois é procurando fazer com que nesses lares floresçam e se pratiquem as virtudes cristãs que combateremos ainda eficazmente o comunismo. E, entre nós, é procurando que nesses lares vivam e se perpetuem os bons e tradicionalmente cristãos costumes portugueses que combateremos eficazmente o comunismo.

Concluindo: Tôdas estas afirmações se condensam em três idéias claras que precisa e concisamente se podem formular pelas seguintes palavras:

1.º O comunismo — longe de ser o benefício dos pobres e dos operários representa a sua redução à escravidão mais dura, mais desapiadada, mais cruel; a redução à escravidão dos pobres, dos remediados e dos ricos. De todos.

2.º O comunismo é um mal social que se pode dominar e é necessário combater desde já sem desfalecimentos: na sua ideologia errónea, na sua moral desvairada e até nos seus costumes paganizados e naturistas. Quanto não teríamos aqui a desenvolver, numa época em que as mulheres honestas se pintam e continuam a dizer-se honestas e um grande homem de Estado se desnuda <sup>(1)</sup> para falar às turbas.

3.º O comunismo, sendo essencialmente anti-cristão só se combate com eficácia, pela infiltração, nas famílias, de um arreigado, puro e valeroso espírito cristão.

F. TEIXEIRA DE QUEIRÓS.

---

(1) Mussolini, para mais atrair as atenções do mundo, falou aos cultores de trigo, do alto de uma ceifeira, tendo-se desnudado até à cintura.

---

*« A Rússia, que por suas próprias mãos se excluiu da sociedade humana, aguça as suas garras na noite polar e prega, com os lábios secos pela fome e ascese, a sua filosofia do ódio e da morte. »*

WINSTON CHURCHILL.

# O CRISTIANISMO EM ALEXANDRE HERCULANO

A Mestre Alfredo Pimenta

Ao seu espírito, à sua cultura, à sua intransigência.

«Ensinar-me a fé?! Tão bem em Portugal como em Roma sabemos que Christo nasceu da Virgem; tão certo, como vós outros romãos, cremos na Sancta Trindade.»

A nossa época, de superficialidades e fachadas em tantos sectores sociais, raras vezes nos permite concentração e espírito crítico sereno para intelectualmente dissecarmos a carapaça doirada das coisas, em cujo interior há a maior diversidade de objectos. É que fitando os corpos não auscultamos as almas, da mesma forma que olhares cobiçosos encontram pábulo através de sêdas, por detrás de veludos... Sinal dos tempos fúteis em que vivemos é a ausência notável de personalidade em tanto e tanto sem preocupações de coração e inteligência, e para cujo viver-bem é preciso sòmente

Enterrar partes, se as tem  
E andar dos outros vestido,

longe da frase de Bieito:

Taes somos, quais nos mostramos,  
Ou no trato, ou no vestido.

¿Por que não havemos de mostrar sempre o que somos, de revelar-nos a nós próprios em tudo o que sai da nossa mão, quer seja pirâmide vencedora do tempo ou bola de sabão que, mal se expira, logo desaparece?

Infelizmente nem sempre a coerência caracteriza o nosso proceder, que em vez de retratar o plano ideal existente, o escurece e nega; e

aquela precisa demonstração de carácter, nada flexível mas íntegro, não vem coroar-nos de merecimentos. Por isso é bom, como alento e exemplo de cada um, conviver com alguém de qualidades que nos movam e levem à imitação daquilo que nos dignifique, de alguém a nosso lado na vida ou em frente de nós na morte.

Alexandre Herculano, na galeria dessas personagens de quem a vida é lição eloquente e necessária a contemporâneos e vindouros, constitui no seu conjunto cívico, literário e religioso voz de incentivo moral.

Em conformidade e refôrço dêste meu parecer refiro o que já alguém escreveu:

«A. Herculano não foi um grande artista, nem um poeta perfeito, nem sedutor, nem «galantuomo». Mas foi com certeza, o mais humano e castiço dos escritores portugueses e é ainda, sem dúvida alguma, uma das mais raras forças espirituais a que nos podemos abrigar.»

Estudado como cidadão, Herculano incute-nos o amor ao Portugal de além tempos, de nossos avós e pais, à Pátria «que Deus escolheu para si no extremo-ocidente e sobre cujo berço desceu a sua bênção»; como literato ensina-nos a procurar e servir a verdade mesmo à custa do bem estar pessoal; dá-nos a mãos cheias beleza duradoira, poesia eterna: o Eurico jamais esquecerá; e quanto a religião, prega-nos a fé na doutrina revelada e o respeito à autoridade, não abandonando, é certo, o direito de crítica por querer ser católico consciente, esclarecido, razoável. Nessa crítica teve excessos, talvez; mas não lhe fizessem transbordar o cálix da paciência com ultrages imerecidos e prolongados anos fora, vindos de homens desgraçadamente dotados de zêlo irreflectido, desprovidos, porém, de ciência e caridade, êles que deviam ser irrepreensivelmente virtuosos e sábios.

A questão clerical, movida à volta do escritor, serviu de escarmento aos que a agitaram com precipitação e injustiça; e, se temporariamente lançou sobre a vítima nódoas mordentes, não conseguiu, todavia, unanimidade de aplausos que calcassem por terra o homem sempre igual a si mesmo, sempre indiviso e uno, sem pseudónimos nem disfarces. Que atentem bem nisto aquêles para quem Herculano é anti-cristão ou anti-católico.

Se catolicismo fôsse a paixão política servindo-se sacrilegamente do púlpito, ou atrevimento estúpido e insolente a manifestar inferioridade intelectual, dir-se-ia, com razão, ser Herculano um católico rebelde digno de expulsão do grémio da Igreja. Mas no seu estandarte nunca se leu o *non serviam* de Satan!

Defendendo-se, usou os dardos fornecidos pelos adversários que êle não confundia com a verdadeira Igreja, instituição de que eram ministros.

Distinção esta sempre vantajosa, embora poucas vezes fácil e feliz...

Roubemos, portanto, alguns momentos aos afazeres da matéria e passemos em revista, rápida mas cuidada, as obras de Herculano, para se ver até que ponto nos poderá servir de exemplo o seu cristianismo.

## **Herculano e os mistérios da Fé**

Alexandre Herculano de Carvalho Araújo, nascido de gente humilde e pobre, o que lhe impediu a aquisição de diploma universitário, mas lhe deu independência pessoal, era por natureza uma alma poética, entranhadamente desejosa da contemplação do belo. A sua formação e educação com os frades oratorianos, a convivência com Alorna e outros espíritos marcantes da época, e depois o ambiente literário internacional completaram e desenvolveram o que nêle havia em gérmen.

O Romantismo que não é sòmente literatura mas vida, também, de contradições e excessos, por vezes, tem em si uma grande dose de espiritualismo verdadeiro, de insatisfação em busca da paz descida do céu. Por isto é que ser romântico é ser optimista, com fé num bem desejado que só a religião pode fornecer-nos.

Venham lutas e decepções que desanimem; o farol da crença não se apagará.

A génese dêste modo de ser romântico está em grande parte no amor à Idade Média, essencialmente religiosa.

Mas A. Herculano viveu mais que simples religiosidade; viveu a religião cristã, católica do país.

Vejamos, pois, a sua atitude quanto aos dogmas.

O Cristianismo é a crença em Deus Padre Todo Poderoso, uno em essência e trino em Pessoas, a segunda das quais incarnou no seio de uma Virgem, deixando-se matar para nos remir e ficar depois connosco na Igreja Católica, Apostólica Romana, aquela estalagem de que fala Gil Vicente, onde nós, caminhanes da vida, devemos procurar conforto e amparo.

Todo o cristão é obrigado a professar estes dogmas sob pena de deixar de pertencer ao rebanho do Senhor; negá-los é confessar-se herético; não os viver representa desconhecimento da dignidade humana.

Em artigo publicado numa revista sôbre o cristianismo do autor da *Harpa do Crente* diz-se o seguinte: «é inegável o aspecto religioso da

sua poesia (...). Mas a crença num Deus criador e onnipotente e na sua adorável Providência — tema freqüente dos versos de Herculano — não constituem pròpriamente o que é típico da religião cristã. A essa crença, que um simples deísta admite, é preciso juntar a fé explícita na missão de Nosso Senhor Jesus Cristo; no mistério das suas duas naturezas, divina e humana; nas verdades que revelou e no carácter sobrenatural da obra que instituiu» (...) «A existência dum Deus criador e da sua Providência é indiscutível; o que é falso, porém, é resumir-se nisto a verdade religiosa total. Para além do que a razão alcança, é preciso admitir também os mistérios da fé. Manifestam as poesias de Herculano crença viva nestes mistérios?»

E deixando em suspenso a conclusão, o articulista passa a analisar várias poesias e responde:

«Se tomarmos a expressão «poesia cristã» no seu rigoroso e pleno significado, para a pergunta formulada no título dêste artigo só pode haver uma resposta: não.»

Na opinião do autor, Herculano não merece o apelido nobilitante de poeta cristão, porque a sua poesia só revela crença em Deus e sua Providência, o que não constitue exclusivo da religião cristã; falta o essencial: a fé em Cristo redentor e na sua obra.

Se bem entendo o crítico e o criticado, sinto-me na obrigação de discordar do primeiro e de substituir a negativa chave do artigo pela afirmativa peremptória: Herculano foi poeta cristão.

Foi-o porque além de admitir Deus onnipotente e providente, confessa a sua crença em Cristo, filho de Deus e rehabilitador dos homens a quem deixou a Igreja com o poder de perdoar pecados; e por isso não será exagêro dizer ainda mais: — Herculano foi poeta católico.

Foi-o pela protecção, defesa e compaixão dos perseguidos discípulos de Cristo.

Foi-o pelo carinho votado ao que ligado estava à mesma crença.

Não sei explicar o caminho pelo qual o colaborador da citada revista chegou àquêle desfecho do artigo.

Ora abramos a *Harpa do Crente* e poisemos os olhos na primeira composição «A Semana Sancta», de 1829.

Os sentimentos do poeta, aí expressos, são lamentos de tristeza e dó num mundo ingrato porque esquecido dos benefícios do Senhor:

... epocha mesquinha,  
Eu que vim peregrino a ver o mundo.

Que os demais esqueçam, muito embora, a Paixão de Jesus; Herculano, solidário com a natureza que pela voz do vento reza e chora salmos penitenciais sob as abóbadas dos templos, chora e reza também ao recordar o Crucificado:

.....  
Nenhuma voz humana ainda recorda  
Os hymnos do Senhor. A natureza  
Foi a primeira em celebrar seu nome  
Neste dia de lucto e de saudade!  
Trevas de quarta-feira, eu vos saúdo!  
.....  
Eu chorarei — que as lagrymas são do homem —  
Pelo Amigo do povo, assassinado!  
Por tyrannos, e hypocritas, e turbas  
Envilecidas, barbaras, e servas.

Por que há-de o homem voltar costas ao Senhor, êle que nada vale e é

... apenas som, que, o ar ferindo,  
Murmurou, esqueceu, passou no espaço,

e gastar-se inútilmente na descrença para terminar no nada, o nada que o coração não pode admitir?

.....  
... Atheu, entra no templo;  
Não temas êsse Deus, que os labios negam,  
E o coração confessa...  
.....  
Tu...  
Que nada crês, e em nada esperas, olha,  
Olha o conforto do christão. Se o cális  
Da amargura a provar os céos lhe deram  
Elle se consolou: bálamo sancto  
Piedosa fé no coração lhe verte.  
.....  
Atheu...  
Teu futuro qual é? Quaes são teus sonhos?  
No dia da afflicção emmudeceste  
Ante o espectro do mal. E a quem alçarás  
O gemente clamor? — Ao mar, que as ondas  
Não altera por ti? — Ao ar, que some  
Pela sua amplidão as queixas tuas?  
Aos rochedos alpestres, que não sentem,

Nem sentir podem teu gemido inutil?  
Tua dôr, teu prazer existem, passam  
Sem porvir, sem passado, e sem sentido.  
Nas angustias da vida, o teu consolo  
O suicidio é só, que te promete  
Rica messe de goso, a paz do nada!

Como atrever-nos a pôr palavras tais na bôca de um deísta? Sentirá êle a compaixão do cristão pelo Deus Redentor? De forma nenhuma; nem mesmo reconhecerá o dever de sacrifício por Quem se sacrificou até à morte na cruz em favor dos homens, o único capaz de saciar-nos e consolar-nos.

O que fica transcrito lembra o convite do Evangelista a que amemos quem primeiro e sempre nos amou e quer ouvir as nossas confidências que nem as gotas do mar, as moléculas das rochas e do ar entendem ou sentem.

Cristo é para todo aquêlê que sofre e n'Ele crê «bálsamo santo» e a sua religião é «do mísero conforto».

Como êstes, outros versos há de Herculano igualmente demonstrativos da sua crença na divindade e missão de Jesus Cristo. Mesmo a poesia «A Cruz Mutilada» que se apresentou como deísta e não cristã, mesmo essa em vários passos prova a verdade do contrário.

Nela Herculano vê a cruz injuriada e coberta de desprezo; perante isto sente revolta contra os que nutrem tão criminosos sentimentos. E por quê?

Por ela ser alto símbolo de benefícios inúmeros concedidos por seu intermédio. Se assim não fôra, a cruz merecia a consideração indiferente de qualquer objecto grosseiro e aviltante, ou até a repulsa completa, por ser memória perpétua de baixezas e crimes, indignidades e ódios, que sempre envergonharão o género humano. Herculano, pelo contrário, profliga

Dos oprimidos de outrora os livres netos  
Por sua ingratidão dignos de opprobrio,

que seriam ainda assim como os avós se a tragédia do Gólgota não fôsse realidade, se nela não tivesse nascido o respeito pela pureza e virgindade desconhecidas antes da cruz aparecer de braços abertos no Calvário, se ela não tivesse sido purificada e transformada em trono de onde Cristo, Filho de Deus, clamou

... Sanctos, sublimes,  
Sereis ante meu Paç.

E o poeta sofre com o desolador espectáculo de abandono a que a Cruz e a crença nela resumida são votadas, e protesta não ser do número dos ingratos, porquanto saúdará sempre o símbolo do «Filho do Homem que perdoou, expirando, aos seus perseguidores.»

Não valia a pena ao poeta fazer simples literatura, se para além da palavra escrita não estivesse a fé em Deus Padre Onnipotente, em Jesus Cristo um só seu Filho, nosso Senhor; nem mesmo lho consentiria a rigidez do seu carácter incapaz de faltar à verdade em assunto de tal monta...

Ao escrever as suas poesias ou as obras em prosa, Herculano pretendia manifestar as suas idéias e sentimentos religiosos, em contraste com o clima geral do tempo de revolta contra a autoridade, de negação sistemática, de racionalismo indomável, e não fazer formulários de catecismo ou tratados de apologética. Não obstante, as afirmações de fé mais ou menos explícitas encontram-se repetidas.

Sem querer espraia-me em considerações a propósito do «Eurico», com certeza uma das obras mais belas de todos os povos e tempos, cuja leitura nos banha de compaixão, ternura e lágrimas com os desejos de paz de quem sofre, com o amor apaixonado de quem se deseja, com o respeito pelos compromissos religiosos voluntariamente abraçados mas indignamente assumidos, cito alguns versículos de um hino do presbítero, que Herculano nos diz serem assim:

«Quem revelou aos pequeninos e oprimidos esta divina guarida?

Quem a ser feliz pela fé no meio das agonias?

— Foi Christo, o teu filho querido.

A tua justiça condenava à dor o genero humano ainda no berço: elle nos conquistou para a felicidade no meio dos tormentos da Cruz.»

E prosseguindo neste mesmo tom o sacerdote-poeta, encarnação do nosso romântico, parece recitar «A Cruz Mutilada»:

«Que reine para sempre a cruz!

Erguei-a (...)

E depois, que o genero humano se proste e adore nella a redempção que nos trouxe o Ungido de Deus.»

Não encontro aqui deísmo, vago espírito religioso, mas, pelo contrário, fé em Cristo Deus e Homem.

(Continua)

A. SARAIVA DE CARVALHO.

---

## COUSAS DA MADEIRA

# Credos & Superstições Milagres & Outros Sucedimentos...

### O Santo servo de Deus

NÃO julgue o leitor desavisadamente ir encontrar-se aqui com o mundano servo de Deus, criado pela imaginação do sr. Aquilino Ribeiro num dos seus romances; não, não curaremos de Bigorril, mas de um verdadeiro e santo varão desaparecido do mundo dos maus, em foros de muita santidade e virtudes pelos anos de 1505.

E, se dos novos poucos hão consagrado atenção e laudas em obséquio de Frei Pedro da Guarda, certo é terem seus milagres que foram muitos <sup>(1)</sup>, e suas virtudes tamanhas, servido de tema a alguns dos nossos clássicos. António Cordeiro não esqueceu referir-se-lhe na sua *Historia Insulana*.

O mui Reverendo Padre-Mestre da Seráfica Ordem frei Fernando da Soledade, na sua continuação à Crónica franciscana de fr. Manuel da Esperança <sup>(2)</sup>, tratou com a costumada erudição e probidade dos inumeráveis prodígios dêste Servo de Deus; Henrique Henriques de Noronha não querendo esquecer alguns dos acontecimentos milagrosos atribuídos pela piedade dos povos à santidade do frade, também êle <sup>(3)</sup>, nos narra

---

<sup>(1)</sup> «Desde 1505, anno do seo fallecimento, até 1597, fez seiscentos milagres, que todos foram authenticados, e constam de processos existentes em Roma, e de hum Decreto Pontificio, que principia: *Obillius virtutes indigniter fuit.*» Nota do dr. Álvaro R. Azevedo às *Saúdades da Terra*, de Gaspar Frutuoso. *História das Ilhas*, etc. Funchal, na Tip. Funchalense, 1873, in-8.º gr. de XI-920 págs., no capítulo «Lendas Franciscanas da Ilha da Madeira — O beato Fr. Pedro da Guarda». Neste capítulo Álvaro R. Azevedo, utilizando apontamentos do Padre António Neto, dá-nos um curioso estudo desta época e diz-nos dos trâmites que seguiu o primeiro processo que foi enviado a Roma, e cujo original se guardou no Convento de S. Francisco, no Funchal.

<sup>(2)</sup> Vide *História Seráfica*, tómo II, c. 15-17, § 119.

<sup>(3)</sup> In-Memorias Ecclesiasticas e Seculares. Ms. do séc. XVIII. Cap. IX do Título X.

*dous cazos, que em Frei Fernando se não encontram, e dos quais se faz menção no mesmo dia, por certidão autentica de hum Taballiam, no Cartorio do Convento de S. Bernardino* (1).

Por muito trabalhado em escritores de tanta nomeada não há, pois, que muito discorrermos para difusão das façanhas milagreiras dêste Santo Servo, mas para que se não diga termos olvidado seu nome e suas virtudes algo mais diremos em breves reflexões.

Em sítio desprevenido, rodeado de montes e junto a pequeno ribeiro em múrmur constante, existe, na encosta que, da vila de Câmara de Lôbos, sobe e leva ao Estreito do mesmo nome, o Convento de S. Bernardino de Sena, pertença do Arciprestado e Vigaria de Câmara de Lôbos, donde dista *para o norte dous tiros de besta* (2).

É de data muito antiga (séc. XV) (3), e tendo sido recolhimento de austera clausura, sempre bem mereceu das gentes de bens avultados.

Fundou êste Convento Frei Gil Carvalho, o mesmo que, sendo seu superior, figurou no protesto que em 28 de Janeiro de 1479 fizeram os religiosos por não quererem reconhecer o Provincial de Lisboa. Passados vinte anos é seu superior Frei Jorge de Sousa, quem muito engrandeceu a Casa.

Em 1485, veio ali tomar gasalho um virtuoso e santo religioso da Província de Portugal que, por se apartar do mundo das impurezas e dos louvores, escolheu aquêlê êrmo de Deus como meio de procurar humilde viver, para assim melhor exercitar sua piedade sem as ostentações dos grandes meios.

Mas, a sua modéstia suportou, para maior exemplo de desapêgo terreno, com as romagens que dos quatro pontos a êle vinham, por sua fama ter corrido ao mundo do pecado: conhecidas foram suas maravilhas, e quando a falta era manifesta a Frei Pedro da Guarda se recorria.

Nascera Pedro, no ano de 1435 e na cidade da Guarda, donde mereceu a alcunha, sendo filho legítimo de João Luís, tecelão de ofício, e de Águeda Gonçalves.

---

(1) Pode consultar-se também o *Agiologio Lusitano*, onde se faz memória das virtudes e da vida do Santo Servo. vir-

(2) Neste convento está instalado um Seminário. Aqui se ministra ensino dos primeiros dois anos, pelo que serve de preparatório para o Seminário do Funchal.

(3) Foram doadores do sítio, para o convento, João Afonso, escudeiro do Senhor Infante e sua mulher Inês Lopes, primeiros povoadores da Ilha e *Progenitores nella da dilatada familia dos Correias*. Uma filha dos doadores, D. Isabel Corrêa, casou com Rui Mendes de Vasconcelos, neto de Zargo.

Aos vinte anos, ou seja em 1455, professava como leigo na Seráfica Ordem, e por muitos anos gozaram os religiosos dos conventos do Reino das primícias dos seus prodígios. Desejoso por apartar-se da nomeada que por sua austeridade de viver ganhara, pediu transferência para um convento da Ordem que, por apartado do mundo, o trouxesse para sempre arredado das adulações do profano.

Deferida a solicitação recolheu-se, pelos anos de 1485, a este Convento de S. Bernardino de Câmara de Lôbos, onde grangeou fama maior de muita santidade; e, quando neste Convento <sup>(1)</sup>, que muito ilustrou pela prática de suas virtudes cristãs, se finou com 70 anos de idade <sup>(2)</sup> conseguiu público altar, embora a Santa Sé nunca se pronunciasse para canonicamente se lhe poder prestar culto <sup>(3)</sup>.

Diz-se, e a voz corre, que Frei Pedro fixou com antecedência o dia de sua morte, e Frei Fernando da Soledade afiança-nos que *«Deus, a quem sempre agradara na vida»*, quis dar a conhecer ao Mundo o alto preço de suas perfeições, ordenando aos sinos do Convento repenicassem em alegre canto a morte do puro, porque estes *«agitados de superior impulso começarão a dobrar-se, sem que os movesse pessoa alguma»* e que tendo os frades acudido amotinados aos sinais miraculosos *«acharão o Servo de Deus, defunto, com os braços em cruz, os olhos pregados em o Ceo, vestido no seu hábito e lançado com muita compostura sobre o feixe de vides»* que sempre lhe servira de cama.

Em 1653, movido pelas muitas exposições e relatos, concedeu El-Rei D. João IV, por, alvará datado de 13 de Setembro, que *«ametade das condenações das justiças fosse applicada á beatificação de Fr. Pedro da Guarda»*.

Seguiram em Roma alguns processos de canonização; mas é tradi-

---

<sup>(1)</sup> No claustro existiam duas capelas do Servo de Deus; a primeira levantava-se no lugar da sua sepultura, onde haviam algumas relíquias de seu corpo; a segunda, a chamada Capela da Cozinha do Servo de Deus ficava no próprio lugar onde, sendo êle cozinheiro, Pedro costumava orar e recebia a visita dos Anjos que vinham ajudá-lo nas lides e canseiras do seu trato diário no preparo do sustento dos frades da ordem.

<sup>(2)</sup> Morreu a 27 de Julho de 1505.

<sup>(3)</sup> Os Bispos do Funchal fechavam os olhos a esta beatificação sem justo título.

Só em 1835, António de Santa Catarina Braga, governador do Bispado, proibiu, depois de investigação sumária dos feitos do Beato, se lhe prestasse culto público; mas na alma dos crentes continuou Frei Pedro reinando como puro.

O auto de fé da Imagem do Beato, a que se procedeu por ordem de Santa Catarina Braga, foi motivo de escândalo entre as gentes em revolta.

ção entre o povo que Pedro não obteve beatificação pela Igreja por, no Consistório, se haver como provado ter por costume, em vida e por vício, fungar rapé.

Ainda em nossos dias a credence popular atribui virtudes de Santo ao Servo de Deus; e, é de superstição que as águas da fonte do Convento, as quais, segundo reza a memória, brotaram em nascente por graça do Beato ainda ontem operavam milagre quando bebidas em convicta devoção.

Se Pedro, na sua longa passagem terrena, muitos benefícios espalhou, entre os povos, dando vista aos cegos, ou curando os enfermos da alma, saciando os famintos, sarando os feridos, ou até mesmo mitigando a sede nos menos sedentos, depois de seu transunto na morte, muitos mais prodígios ainda espalhou sobre a terra que o vira nascer e onde, em vida, humilhando-se tanto se exaltara.

Trataremos aqui, para não causar cansaço no leitor, tão somente dos dois casos que nos são referidos por Noronha, o culto e consciencioso memorialista islenho do séc. XVIII, por serem êsses os menos conhecidos <sup>(1)</sup>.

Narremo-los:

Em certo dia do ano de 1685, deu Frei Pedro da Guarda, sendo já morto ao tempo como o sabemos, fala a um mudo de três dias que da serra descera à sepultura do Santo Servo, em preito de singela romagem e muita devoção.

Milagre! clamariam as gentes e para melhor testemunho da verdade do facto e lição no futuro quizeram se fizesse lavrar nas notas de público tabelião a fama do sucedido.

Para isso, a rôgo, veio, ao Convento, Inácio de Gouveia Barcelos, com notas em Câmara de Lôbos, a quem, segundo se vê do instrumento que lavrou, se pediu registasse o milagre para que sua notícia se não perdesse entre as gentes.

Ao mesmo tempo pedia-se a Inácio Barcelos firmasse testemunho do milagre de dar vista a um cego, o que tudo consta da mesma *«certidão autentica de hum Taballiam, no Cartorio do Convento de S. Bernardino»*, que, como nos assegura Noronha, reza dêste modo:

«Ignascio de Gouvea Barcellos, Taballiam proprietario do publico judicial, e notas neste lugar de Camara de Lobos, por Sua Mag.<sup>de</sup> q̃. Deos guarde, etc. Certifico, e dou fee, em como hoje, q̃. se contam 28 do mes de janeiro de 1685 annos cheguei a este Con-

---

(1) Lugar cit. do Ms. inédito de Henrique Henriques de Noronha.

---

vento de S. Bernardino, onde achei quantidade de gente com os religiosos do dito Convento, na Capella do Servo de Deus, S. fr. Pedro da Guarda, e todos louvando a Deos, cada qual, como podia, principalm.<sup>te</sup> estava de joelhos Manoel Martins de alcunha o gordinho, o qual com m.<sup>ta</sup> agoa nos olhos, e alegria no Coração, estava dizendo — *graças vos dou meo Santo da minha alma, por me restituíres por vossos rogos a falla q̃. tinha perdidos ha tres dias.* — e logo sim perguntando eu Taballiaõ ao dito povo, q̃. presente estava, se viraõ ao dito Manuel Martins sem falla, responderaõ todos, a hũa vós, q̃. por elle vinhaõ fazer romaria porq̃. lhe viera da Serra este homem havia tres dias sem falar hũa só palavra, queixandose só do coração, q̃. depois de se lhe cantar hũa missa; q̃. pedio com outros rogos q̃. seo Pay, May, e Irmans fizeraõ, entraraõ na cova do Bemaventurado Santo, e nesse instante falou e disse já não tinha molestia algũa, pello q̃. dava m.<sup>tas</sup> graças a Deos, pello beneficio q̃. recebera. No mesmo tempo, e óra me fallou na mesma couza João Vieira Pedreiro, o qual me pedio com m.<sup>ta</sup> instancia lhe firmasse o prezente milagre, q̃. recebera do Servo de Deos, pois perdendo a vista do olho direito com hũa lasca de pedra q̃. lhe dera dentro no dito olho, ficara saõ depois de assistir na Cova do Sancto 24 horas, q̃. foi de manhã á manhã, e q̃. promettia della senaõ tirar em nove dias, e de fazer ao Servo de Deos hũa obra de q̃. a sua Igreja mais necessitasse. da graça, e de hum, e outro successo foraõ testemunhas os R.R. religiosos, com as mais pessoas abaixo, alem de q̃. m.<sup>tas</sup> mais se acharaõ presentes, e por verdade passei esta na verdade, q̃. assignei de meos signaes publico, e Razo, q̃. tais saõ. = Ignacio de Gouvea Barcellos || em testemunho da verdade. fr. João do Sp.<sup>o</sup> S.<sup>to</sup> Presidente, fr. Jacintho da Estrella, fr. João da Conceição, fr. Fr.<sup>co</sup> de Ascensão, o Alcaide An.<sup>to</sup> Caldr.<sup>a</sup>, fr.<sup>co</sup> de freitas da Silva, M.<sup>el</sup> de freitas, Manoel de Mendonça (1).

Esta Igreja era muito freqüentada por devotos que de tôda a ilha vinham em romaria à sepultura de Frei Pedro da Guarda. A sua festa principal tinha lugar no primeiro dia de Novembro, dia em que em S. Bernardino se reüniam os povos dos mais distantes lugares da Ilha.

E é o que, por enquanto, nos cumpre dizer do Servo de Deus (2).

(Continua)

FERNANDO DE AGUIAR.

---

(1) Vide Ms. de Henrique Henriques de Noronha, lugar cit.

(2) Estudaremos melhor este interessantissimo facto da história islenha num nosso próximo trabalho.

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1843

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

## Janeiro

**Dia 1** — Por ter sido dissolvido o Batalhão n.º 14, aqui aquartelado, começaram a dirigir-se para os seus novos corpos os oficiais e soldados que aqui estavam. Assim, ficou esta vila sem corpo algum de tropa. (P. L.).

**Dia 2** — Tomou posse a nova Câmara eleita, composta dos vereadores: — Bacharel António Joaquim de Eça Leiva, presidente; médico Souto, João António de Gouveia (Carreira), Pedro de Barros, Custódio José Ribeiro, Francisco Ribeiro de Agra, etc. Também tomou posse da Administração do Concelho João António de Oliveira Cardoso, homem probo e recto. Foi nomeado pelo Governo, segundo a Lei, ficando substituído João António de Gouveia (Carreira). O novo Administrador era formado em cânones e tinha servido na Magistratura. (P. L.).

**Dia 9** — Chegaram a Guimarães os «Meninos Gordos», dois irmãos piemonteses de extraordinária gordura. O menino, com apenas 10 anos, pesava 17 arrobas e a menina, com 8 anos, pesava 14. Vieram de Braga, cada um em seu carro de bois, com uma cobertura apropriada, para não serem vistos pelo caminho, e eram acompanhados por uma escolta de 8 de infantaria. Exibiram-se na praça de N. Senhora da Oliveira, numa casa junto da do António Manuel Martins, pasteleiro, custando cada entrada 60 réis.

**Dia 13** — Comandado por um capitão e dois subalternos, chegou aqui um destacamento de infantaria 8, estacionado em Braga (P. L.).

**Dia 23** — Iniciam-se as obras no extinto convento dos Capuchos para a instalação do Hospital da Misericórdia. (P. L.).

## Fevereiro

**Dia 19** — Faleceu em Lisboa D. João da Madre de Deus Araújo, cônego regente de Santo Agostinho, que exerceu elevados cargos naquela Ordem, como Vigário, D. Prior, visitador da Congregação e substituto do D. Prior Geral. Foi, também, vice-cancelário na Universidade de Coimbra e vigário-capitular de Elvas. Nasceu em Guimarães em 1760. Estudou no Colégio de Sapiência, Filosofia e Teologia Dogmática e escreveu bastantes obras. — Vide Dic. Portugal, 4-698.

**Dia 21** — Pela 1 hora da tarde, pouco mais ou menos, caiu um raio na torre da Colegiada desta vila, que, na sua trajetória, entrou, depois, pela igreja, onde fez bastantes estragos, quebrando algumas peças de madeira e queimando bastante ouro, não só das cornijas como também dos arcos, não sofrendo nada a tribuna nem a capela do Santíssimo Sacramento.

O raio caiu no remate da cúpula da torre, que era de ferro, e deitou abaixo o martelo do relógio e uma bica do tanque, tendo quebrado a maior parte dos vidros, tanto da igreja como de muitas casas da Praça da Senhora da Oliveira, e rebentado, em diferentes partes daquela Praça, o cano das águas públicas. O estampido do trovão seguiu-se logo ao relâmpago e foi tal que os habitantes desta vila ficaram aturdidos e fora de si. A cúpula incendiou-se, pelo que foi necessária a intervenção dos bombeiros e o adminis-

trador mandou guardar a igreja por forças do destacamento do 8 e polícia. Não houve desastres pessoais, o que foi tomado por grande milagre, visto que andavam carpinteiros a trabalhar na torre. Na mesma ocasião caiu uma faísca na torre da igreja de S. Paio, mas o dano que causou foi quasi imperceptível. Tanto neste dia como nos anteriores e posteriores, houve grandes temporais. (P. L.).

## Março

**Dia 2** — A Câmara representa às Côrtes contra o decreto de 13 de Agosto de 1832 que ordenava a extinção dos forais e anulava as doações dos bens da Corôa, extinguindo todos os foros, censos e prestações, de qualquer qualidade, impostos nos sobreditos bens por virtude dos forais e emprazamentos, ou de qualquer outro título permanente, deixando aos Donatários os bens que possuíam, em todo o domínio, e declarando uns e outros alodiais. (P. L.).

— Nos fins deste mês appareceu no nosso horizonte um cometa ao qual só se pôde descobrir a cauda. Esta aparição impressionou a gente do povo que a fez precursora de grandes desgraças e até como um anúncio do fim do mundo. Ou por influência do cometa ou qualquer outro que lhe não era estranho, os meses de Fevereiro e Março deste ano foram cheios de grandes e continuadas tempestades, com muitas trovoadas, furacões de vento, etc., as quais fizeram grandes estragos em todo o reino (P. L.).

## Abril

**Dia 4** — Deram-se repiques de sinos ao despertar da aurora, ao meio dia e à noite por motivo da passagem do aniversário de S. M. a Sr.<sup>a</sup> D. Maria II. A' noite e por convite da Câmara, por meio de bando, houve luminárias; porém foram poucas e de pouca duração, estralejando alguns foguetes. Assim foram festejados os anos de uma inocente Rainha, pelo desgosto geral em que toda a nação estava (P. L.).

**Dia 10** (Segunda-feira Santa) — Saíu da capela dos Terceiros de S. Francisco uma procissão de penitência, levando muitos penitentes e prégadores. Seguiu

por S. Dâmaso, Senhora da Guia, Praça da Senhora da Oliveira, Claras, Carmo, rua do Gado, rua de Val-de-Donas, Misericórdia, Toural, S. Domingos, Domínicas e Lages, recolhendo a S. Francisco. O povo que a acompanhava era imenso. De manhã, conforme o costume, saíram os irmãos terceiros em turnos, indo pelas ruas com uma campainha, uma cruz com uma disciplina e um cilício, uma caveira e um eclesiástico da Ordem Terceira com um crucifixo nas mãos. Todos levavam lenços pretos nas cabeças e cordas. (P. L.).

— Também neste dia saíu da igreja de S. Domingos a procissão das Dores, que não saíu no Domingo de Ramos, como era costume, devido ao mau tempo. Esta procissão revestiu-se do maior esplendor, tanto pelos andores como pelas figuras, excedendo em muito as que se tinham realizado, as últimas das quais nos anos de 1822 e 1825. A despesa foi feita a expensas de vários Terceiros. Tanto a Ordem de S. Domingos como a de S. Francisco levavam muitos irmãos, concorrendo para isso a rivalidade em que ambas andavam. Os andores estiveram expostos na igreja por não caberem na capela da Ordem, e ali affluíu imenso povo, quer da vila quer das aldeias, apesar do mau tempo. Pouco depois da saída da procissão choviscou alguma coisa, mas não transtornou o seu andamento. O percurso foi pela Porta da Vila, terreiro da Misericórdia, rua de Val-de-Donas, rua do Gado, Carmo, Santa Clara, Praça da Senhora da Oliveira, Senhora da Guia, S. Dâmaso, S. Francisco, Lages, Mulianas, Domínicas e rua de S. Domingos. Para maior grandeza, pegavam ao pátio os cônegos da Colegiada. (P. L.).

**Dia 13** (Quinta-feira Santa) — Houve exposição do Santíssimo em todas as igrejas, como de costume. Porém nas capelas dos Terceiros de S. Francisco e de S. Domingos esse costume foi excedido, principalmente nesta última, onde, além dos muitos lumes que havia na tribuna e nos altares, estavam cerca de 800 castiçais de praça com velas, o que tudo aceso fazia com que estivesse na capela um calor intensíssimo, pelo que tiveram de prevenção bacias com água e as bombas para obstem a algum incêndio que se pudessem dar. De Braga, escoltados por soldados, vieram perto de 200 castiçais,

arranjados lá por António de Nápoles, que estava servindo de administrador geral. (P. L.).

## Maio

**Dia 2** — O Cabido recebe a noticia official de ter sido confirmada em Roma, em consistorio realizado em 3 de Abril d'este ano, a eleição do Arcebispo de Braga, D. Pedro Paulo de Figueiredo e Melo. Em consequência desta noticia, repicaram os sinos da Colegiada e os de todas as igrejas. (P. L.).

**Dia 26** — Deu-se principio a obras de reparação na igreja de S. Francisco, que consistiram em forrar de castanho toda a igreja. Para a despesa desta obra concorreu a Ordem Terceira de S. Francisco (a quem tinha sido dada a igreja depois da extinção dos frades), bem como as irmandades collocadas na mesma igreja. (P. L.). Esta obra concluiu-se em igual dia de 1844.

— Nos fins d'este mês ainda as chuvas eram copiosas. Tinham principiado em Fevereiro e continuaram sempre até este tempo. (P. L.).

## Junho

**Dia 1** — A Mesa e Definitório da Ordem Terceira de S. Domingos deliberam representar à Rainha pedindo para que não seja aprovado o projecto apresentado às Côrtes sobre a extinção ou reforma das irmandades.

— Pela manhã principiaram a tocar os sinos das irmandades todas da vila a chamar pelos irmãos, a fim de se fazerem representações às Côrtes em consequência de uma proposta de Lei que o Governo apresentou à Câmara dos Deputados, na qual parecia que eram atacados os interesses das irmandades, applicando-se os seus fundos para os hospitais e outros estabelecimentos pios. Também foi feita uma representação em nome dos habitantes da vila, subscrita por grande número de assinaturas e que maior seria se ela não atacasse o Governo. Algumas das representações das irmandades também iam redigidas no mesmo sentido, manifestando-se assim uma grande reacção originada pelo grande descontentamento que havia. (P. L.).

— Neste dia principiaram a entrar doentes para o novo Hospital Civil estabele-

cido no Convento dos Capuchos, em que se tinham feito já alguns reparos para esse fim. Os que promoveram a mudança para os Capuchos tomaram o expediente de mandar os doentes que se apresentassem no Banco para não mudarem os que já estavam no antigo Hospital, para não fazer sensação em muitos dos habitantes da vila que não sympathizavam com esta mudança, por conhecerem que ella se fazia mais para alguns sujeitos (o Baptista e Castro do Passeio do Toural) obterem o terreno do hospital antigo, e não para o bem dos pobres. (P. L.).

**Dia 2** — A Mesa e o Definitório da Ordem Terceira de S. Domingos, em virtude das difficuldades, por falta de meios, de continuarem as obras de pedreiro da sacristia, casa do despacho e traseiras do hospital, aceitam, para a referida obra, a quantia de 451\$530 réis, que lhe emprestam sem juro, sendo do beneficiado José do Sacramento e Silva 143\$540, do padre Fr. Custódio Ribeiro igual quantia e de José Gomes Fernandes Baptista 164\$450 réis.

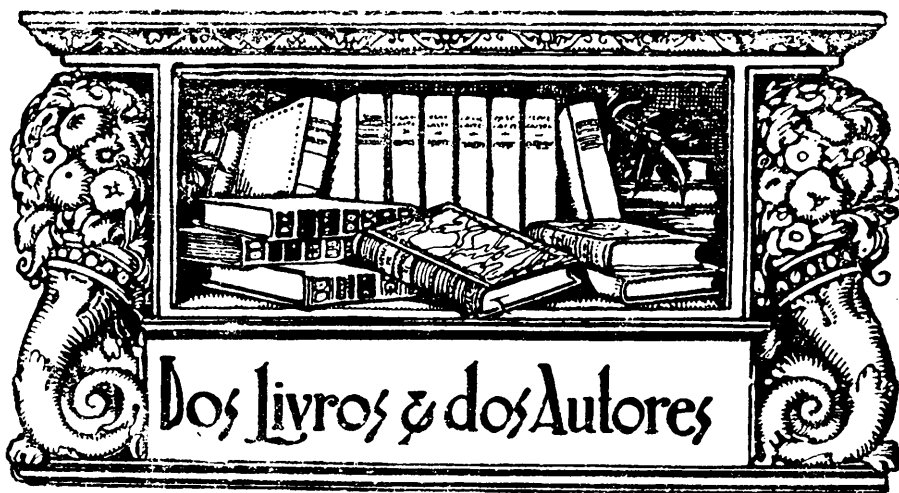
**Dia 3** — A Procissão das Candeias saíu de S. Francisco.

**Dia 7** — A Câmara Municipal representa às Côrtes acerca do projecto de lei apresentado pelo Ministro do Reino, em sessão de 11 de Maio último, respeitante a irmandades e confrarias, que, com justo receio, agitara os povos d'este municipio.

**Dia 24** — A Misericórdia resolve aceitar o donativo de mais duas casas a Trás de S. Paio, que lhe oferece o seu antigo boticário José Joaquim da Silva Pinheiro, para no terreno delas e de outras que já tinha, destinadas aos entrevados, se edificar uma casa que lhes servisse de asilo, com a condição de nunca poder ser applicada a outro fim.

**Dia 29** — Fizeram-se preces na Colegiada e nas mais igrejas da vila, para que Deus Nosso Senhor desse sol, pois já há muito tempo as chuvas eram tão copiosas e continuadas que ameaçavam um ano de fome, não se podendo colher os cereales e fazendo mal aos milhos, pelo que os preços dos géneros subiam cada dia.

JOÃO LOPES DE FARIA.



DESCOBRINDO ILHAS DESCOBERTAS,  
por *Hipólito Raposo*. Edições  
«Gama». Lisboa, 1942.

Este livro de Hipólito Raposo vem confirmar-nos que o culto pelo tradicionalismo não é uma paragem no Tempo, nem tão pouco uma inépcia para a criação literária.

Hipólito Raposo aproveitou a viagem feita aos Açores para nos oferecer um punhado de notas vivas, cheias de brilho e de interesse pelo que viu, pelo que ouviu e pelo que descobriu.

Estamos portanto em presença duma magnífica manifestação espiritual do contestista da *Lagoa Escura* e do penetrante ensaísta de *Pedras para o Templo*.

A leveza da prosa e o estilo claro que animam *Descobrimo ilhas descobertas* prendem o leitor desde a primeira página à última. Mas onde Hipólito Raposo consegue arrebatat, com o seu modo de exortação, é no empolgante discurso a propósito das Comemorações Nacionais dos Centenários. Aí está o orador nato conjugado ao escritor profundo, e não se consegue acabar a oração literária sem um estremecimento: a mesma emotividade que os felizes ouvintes ilheus so-

freram ante o discurso de Hipólito Raposo.

O observador atilado está presente a cada lugar: e por isso o pormenor, que passa aos olhos da vulgaridade, ressalta à observação do escritor e serve-lhe para as mais profundas considerações.

É um bom livro que um espírito penetrante e glória duma geração literária soube escrever com o cérebro e o coração.



MESTRE E PRECURSOR, por *A. Luís Vaz*. Edições «Gama». Lisboa, 1942.

A. Luís Vaz interessou-se, num gesto simpático, por uma figura de arqueólogo cuja obra científica assenta na seriedade e que os tempos, ou por mal dos homens, velaram ao conhecimento das gerações.

Martins Capela, precocemente inteligente e atraído para a cultura, era um espírito temerário. Os seus actos ou a sua obra de escritor levavam-lhe anos a incubar.

A única explicação que se encontra para demonstrar que um espírito tão culto deixasse obra tão reduzida (quatro volumes e alguma colaboração dispersa) é a

---

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

---

sua timidez ao lado da preocupação em dar brilho literário à prosa que anima os seus livros.

A. Luís Vaz lembrou-se em momento feliz de trazer à luz o nome e a obra de Martins Capela e esse seu gesto ressalva a dispersão do tema principal de *Mestre e Precursor*, quando A. Luís Vaz entra em considerações alheias ao estudo que se propôs.

Mas tem possibilidades de escritor A. Luís Vaz, mais de escritor de ficção do que de biógrafo — que para este é preciso dissecar o biografado até ao extremo de nos deixar o homem e a obra numa imagem ímpar e decisiva.



NA FEIRA DOS MITOS (2.<sup>a</sup> edição),  
por *António Sardinha*. Edições  
«Gama». Lisboa, 1942.

O construtor de doutrina tem de ser um espírito de formação completa e a essência da sua obra plena de argumentos objectivos. A maior ou menor eficácia do trabalho têm a sua origem no mais lato ou no mais reduzido poder criador do doutrinário. Claro que a projecção da idéia resulta também do brilho da forma que o pensador imprimir à sua obra.

Grande número de livros é arredado da nossa análise porque não tem a chama que anima permanentemente o seu conteúdo e a construção oscila dando-nos a imagem de que ao fim e ao cabo tudo sossobra. O homem de idéias tem pois de ser fortemente objectivo e rodear-se de brilho literário para na leveza da prosa encontrarmos o encanto do pensamento.

O caso António Sardinha é o exemplo que serve para explicar os anteriores argumentos: a sua prosa é límpida, tocada de nervosismo interior e a sua idéia geral vinga pelo poder convincente que anima o ensaísta.

Não se lê António Sardinha sem que

nos reste uma vontade de acção, uma fuga ao marasmo que é incruiador, uma ansia de seguir o trilho traçado com critério tão definido. E depois a sua obra não é confinada ao tempo do Autor: ela, como as grandes acções, é sempre actual e está sempre em nós. Vive pela oportunidade da sua essência e a sua mensagem dirige-se permanentemente numa solicitação profunda do espírito ansioso. O valor, o maior valor, de António Sardinha, assenta na sua actualidade.

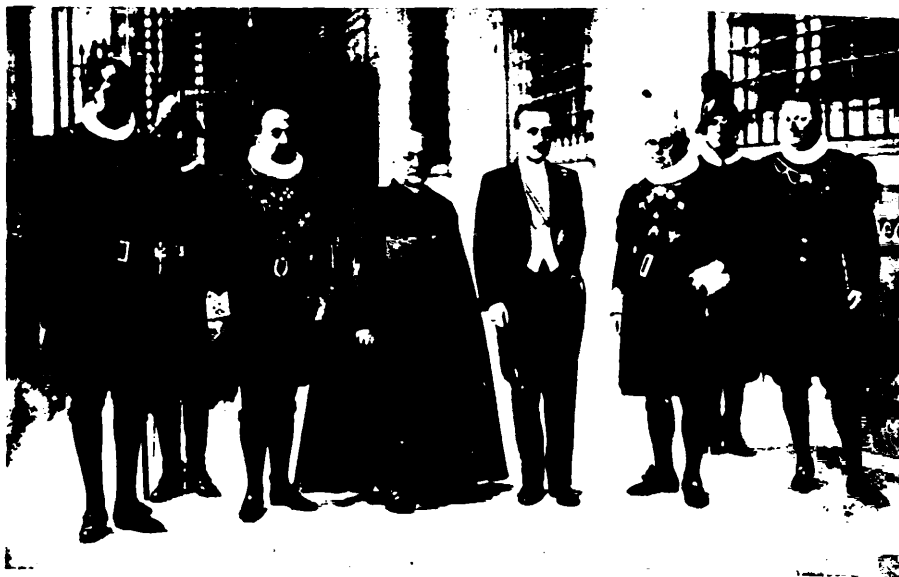
Este seu livro *Na feira dos Mitos*, é a presença espiritual de António Sardinha no fogaréu destruidor do fim do século passado, apontando-lhe as causas e traçando a redenção que surgiria tempos depois ou a notícia do biógrafo que toma uma figura e a eleva ou a aniquila definitivamente.

Ao crítico não ficam elementos para sujeitar o livro a ousios analíticos: parece que entre a obra e a análise está o snobismo intelectual de Sardinha que ao invés da toleima dos balofos tem uma razão de existência. A superioridade com que contemplava o descabro português e a força que encontrava na doutrina de que era o guia, haveriam de produzir um escritor acima da lufa-lufa do dize tu direi eu e acastelado no seu reduto impondo com orgulho a sua essência perene de brilho.

Não lhe escapam Teófilo Braga, nem o Parlamento, nem a Rússia; erguem-se, ao seu hino de marcha guerreira, Nun'Álvares, João Coutinho, a Raça (cantando o gesto de Teófilo Duarte, nos Jerónimos, ante Sidónio); evoca a sua Elvas dando uma lição de História Pátria a Afonso Costa, prisioneiro no Forte ou transforma em poema a Noite de S. Silvestre...

Quem resiste a contraditar o lirismo de António Sardinha, mestre duma corrente doutrinária e formação superior da Literatura Portuguesa?

JORGE ANTUNES.



O Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, quando da sua passagem por Roma, com altos dignitários da Còrte Pontificia.



O Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança e a Senhora Infanta D. Filipa, no Palácio Fronteira (Benfica), quando da sua passagem por Lisboa, em Maio de 1942, a caminho do Brasil.



O Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, observando as ruínas da igreja do Carmo.

# O Príncipe Perfeito

**N**ÃO tendo o Senhor D. Manuel II, após a sua trágica morte ocorrida inesperadamente em Londres, a 2 de Julho de 1932, deixado sucessão, passou seu primo, o Senhor D. Duarte, a ser considerado legítimo pretendente ao trono de Portugal, como representante do ramo dinástico de seu avô El-Rei o Senhor D. Miguel I.

Assim, investido no direito de Chefe da Casa de Bragança, partiu o Senhor D. Duarte para Paris, nos princípios de Outubro de 1935, e a 13 do mesmo mês seguiu para Londres, onde foi recebido, quer pela Família Real, quer pela alta aristocracia inglesa, com a mais significativa cordealidade.

Cumprida a sua missão em Inglaterra, a 13 de Novembro, regressou de novo a Paris, tendo-se avistado com a Rainha Senhora D. Amélia, que o recebeu afectuosamente no seu Castelo de Bellevue, em Versalhes.

Dias depois da sua estada na grande capital francesa, publicou o diário parisiense *Le Jour*, a 21 do mesmo mês, uma entrevista com o Duque de Bragança, cuja tradução integral se transcreve:

«Vindo de Londres, achava-se ontem em Paris o Duque de Bragança. Tivemos a fortuna de o encontrar e pedimos-lhe que nos fornecesse algumas declarações sobre as suas intenções.

O herdeiro da dinastia que reinou em Portugal é alto e magro, de fisionomia franca, olhos claros e exprime-se em francês muito à vontade, sem hesitações.

As palavras que nos disse são tanto mais dignas de ser registadas quanto é certo que, segundo nos parece, é a primeira vez que este Príncipe se pronunciou com clareza sobre o regime político de Portugal e sobre as suas intenções pessoais.

—Tenho prazer em reconhecer— disse êle — os bons serviços que Salazar prestou ao meu país, tais como o restabelecimento do princípio da autoridade, sem o qual não há sistema político que valha, e o robustecimento das finanças do Estado, obra em que a Nação decisivamente o auxiliou.

Mas, sejam quais forem as vantagens do plano governamental, os resultados não poderão ser duradouros, se a continuidade não fôr assegurada, e essa garantia é, com efeito, um dos privilégios do regime monárquico.

A União Monárquica portuguesa não é um partido político, pois é mais do que isso: testemunho vivo do passado histórico da nossa nacionalidade, constitui uma reserva nacional, a garantia do futuro.

Quando Portugal julgar possível ou necessário o regresso da Monarquia, o meu país poderá contar sempre comigo, que considero a coroa o símbolo da unidade nacional; e pode estar certo de que à Monarquia a que tanto quero, presidirão a justiça, a autoridade e a competência, e nela os sentimentos e princípios religiosos da grande maioria dos portugueses que serão devidamente respeitados pelo Estado.

O meu pensamento ultrapassa o interesse pessoal e tem por horizonte o futuro.

Sinto-me satisfeito por ter agora ocasião de estar uns dias em Paris. Sei muito bem a enorme influência que a França exerce sobre a mentalidade dos portugueses que sabem devidamente apreciar o que há de nobre e generoso na alma francesa.»

De regresso à Austria, não quis o nosso Príncipe deixar de visitar Roma. Depois de efectuadas as diligências preparatórias para visitar o Santo Padre, foi o Senhor D. Duarte recebido na Côrte Pontifícia, com tôdas as honras inerentes à sua elevada jerarquia. Um alto dignatário conduziu o régio visitante até junto de Pio XI. Durou cerca de meia hora a conversa com Sua Santidade, e ao retirar-se, com o mesmo cerimonial da entrada, recebeu o neto do Senhor D. Miguel a bênção do Santo Padre para si, para os seus e para a sua Pátria.

No dia imediato, foi o Duque de Bragança recebido no Palácio do Quirinal pelo Rei Vítor Manuel III. Manifestou o Senhor D. Duarte ao soberano da grande nação latina, a sua satisfação por visitar um país de tão grandes tradições históricas e o seu interesse pelas organizações sociais, hoje tão necessárias para o bem dos povos.

Aproveitando a oportunidade da estada do Duque de Bragança em Roma, quis, igualmente o Príncipe de Chigi, Grão-Mestre da Ordem de Malta, prestar homenagem ao Chefe da Família Real portuguesa, entregando-lhe as insígnias da Grã-Cruz da Ordem de Malta, tão intimamente ligada à nossa história. Como em Londres e Paris, a nobreza e a aristocracia romana, cumularam de atenções o pretendente ao trono de Portugal.

De regresso ao Castelo de Seebenstein, confiou o Senhor D. Duarte a um jornalista francês as impressões da sua viagem pelas principais capitais da velha Europa, das quais se transcrevem os seguintes períodos:

«Esta viagem estava projectada de há muito. Sensibilizou-me particularmente o afectuosíssimo acolhimento que me dispensaram os soberanos ingleses — o que só confirma a grande amizade que desde sempre uniu as Casas reinantes da Grã-Bretanha e de Portugal. Outra excelente recordação que trago de Londres, é a da visita do embaixador do Brasil.

Conversámos largamente àcerca dos múltiplos laços que unem as nossas duas pátrias e tive ensejo de lhe dizer quanto me alegraria poder realizar em breve um dos meus sonhos mais queridos: visitar o Brasil.»

E, de facto, sete anos decorridos, os antigos desejos do Senhor D. Duarte tornavam-se em realidade.

Na tarde do dia 29 de Maio de 1942, partiu para o Rio de Janeiro, acompanhado de sua irmã, a Infanta Senhora D. Filipa Maria, do Conde de Almada, do Conde de Castro e do Dr. João do Amaral, o Príncipe Real D. Duarte de Bragança, o qual se consorciou com sua prima a Princesa Imperial do Brasil, D. Maria Francisca de Orleães e Bragança, no dia 15 de Outubro do mesmo ano.

Horas antes da sua partida para terras de Santa Cruz, concedeu o Senhor D. Duarte, ao Dr. José Alvim, para os *Diários Associados*, do Rio de Janeiro, uma entrevista, da qual se transcreve o seguinte:

«Há muito desejava conhecer êsse aristocrata — pelo sangue, pela educação e pela inteligência — que guarda sob o louro aspecto de um Lowenstein, as virtudes ancestrais de um Bragança.

São dezassete horas. O palácio de uma família amiga, onde D. Duarte se hospeda, está repleto. Como tocados por uma mensagem anónima, todos os amigos da Família Real e defensores da Causa Monárquica descobriram o esconderijo do soberano incógnito e estão presentes.

Sou conduzido, no meio da multidão, até uma sala antiga e sóbria onde se encontra o herdeiro do trono de Portugal, o neto de D. Miguel e sobrinho-neto do nosso ardente e inquieto D. Pedro I.

O Príncipe, com os seus trinta e cinco anos que não representam mais do que vinte e cinco primaveras, está em pé, no meio da sala. Veste-se com uma simplicidade encantadora e sorri com o inimitável sorriso dos puros e dos bons. Uns após outros, chegam-se a êle os fiéis amigos, par-

tidários e admiradores vindos de todos os cantos do país. Cabeças negras e cabeças brancas curvam-se com o mesmo respeito e a mesma fé ante o Moço que encarna a eternidade de uma idéia. Todos querem, ajoelhados, depor o beijo de obediência e do amor nas mãos finas e brancas de D. Duarte. O Príncipe, reconhecido e emocionado, aceita a intenção da homenagem mas procura evitar, modestamente, o gesto que a consubstancia.

O ancião, ainda rijo, que agora acolhe, com a devoção de um crente, a saudação do seu rei, é um antigo oficial do exército, reformado após o levante de Monsanto.

Chega enfim a minha vez. Sou talvez o único que não faz tenção de ajoelhar-se ou de beijar a mão do Príncipe Perfeito. Mas o apêto de mão que D. Duarte me tributa, o sorriso com que me acolhe são os mesmos de há pouco. Delicadamente, faço sentir a quem amanhã será um dos hóspedes mais ilustres e certamente mais queridos do meu país, a honra que tenho de o conhecer e a satisfação que terá o meu povo de o hospedar. Saúdo-o, também, em nome da cadeia dos *Diários Associados*, para quem peço duas palavras de Sua Alteza. D. Duarte, falando impecavelmente o português, embora com o sotaque dos que vivem longe da pátria, disse-me as seguintes palavras que envio como um cartão de visita dêsse Príncipe admirável, aos jornais de Assis Chateaubriand:

— «Pode dizer aos brasileiros que estou encantado com esta viagem que é uma velha aspiração da minha vida. Sei que vou encontrar um país maravilhoso, onde brasileiros e portugueses vivem unidos e inseparáveis, como só vivem os irmãos pelo sangue e pelo pensamento. Não sei se desta vez poderei demorar-me muito tempo no Brasil. Um mês... Quem sabe? De qualquer forma e seja qual fôr o tempo que lá me demorar, estou certo de que os brasileiros e eu seremos grandes e sinceros amigos. Pois não somos todos da mesma família?»

Tendo em atenção o grande interêsse em trazer de novo à publicidade artigos ou cartas que a poeira dos tempos amareleceu, e que possam servir para definir a personalidade do Senhor D. Duarte, se toma, com a devida vénia, a liberdade de incluir neste artigo tais documentos.

Assim, transcreve-se o excerto de um artigo do Dr. Hipólito Raposo, escrito a 9 de Setembro de 1920:

«O Príncipe Real Senhor D. Duarte Nuno é hoje aclamado pela convicção e pelo entusiasmo de todos os portugueses que mais consciente-

mente servem a Causa Nacional, pelo seguro destino da Monarquia dos Municípios, das Províncias e das Corporações da Inteligência e do Trabalho.

A esperança da sua mocidade identifica-se com a esperança da nossa vitória, com a certeza do nosso definitivo triunfo.

Honrá-lo é honrar a Pátria. Servi-lo é trabalhar pela Restauração da Monarquia e pelo resgate da Herança Histórica de Seus Avós, que em sete séculos regeram e governaram com amor, justiça e glória, o Povo de Portugal.

D. Duarte há-de erguer em sua mão, para as batalhas do resgate, a espada gloriosa e honrada que por estrangeiros foi vencida em Évora-Monte.

Que Deus mantenha e guarde, para bom e glorioso destino, o Príncipe D. Duarte Nuno, até ao dia da última vitória sobre os inimigos da Pátria, quando o alferes-mor do Reino, entre aclamações, possa erguer a bandeira das Quinas e gritar ao Povo, conforme o estilo antigo :

*Real! Real! Real! — por D. Duarte II, Rei de Portugal!»*

No ponto de vista africano, que tanto nos interessa, e no da nobreza, de não menor importância, escreveu o Senhor D. Duarte, em 1933, ao Senhor Conselheiro Azevedo Coutinho, duas cartas que são, a meu ver, da maior actualidade e que definem o preclaro espírito do neto do Senhor D. Miguel.

«Sobre a questão dos capitais que o Govêrno quere aplicar em trabalhos públicos, parece que não me fiz bem entender. A minha idéia de empregar de preferência êsses fundos na colonização, visava exactamente a combater o desemprego. Assim realizava-se êsse fim de uma maneira mais definitiva do que com as obras públicas na metrópole que só durariam pouco tempo. Mas a razão principal da minha idéia é que já há muito tempo a má colonização da nossa África dá pretexto à cobiça do estrangeiro. Continuo convencido de que a colonização rápida e em grande escala e a defesa militar são os dois problemas mais urgentes.»

. . . . .

«Acêrca da questão dos títulos, a minha orientação é a de não confirmar, revogar ou criar títulos enquanto não fôr Rei de facto, isto é, enquanto não tiver o poder necessário para fazer respeitar êsses títulos. Atendendo, porém, à necessidade que me expõe na sua carta, concordo em que talvez se possa fazer u na comissão ou conselho de Nobreza, mas apenas com

as funções de estudar e registar, a pedido dos interessados, os títulos hereditários e os nomes das pessoas a quem caibam, não me pronunciando eu próprio sobre o assunto, mas servindo esse registo como base para a confirmação oficial a fazer mais tarde, quando um dia a Monarquia se restaurar. É de supor que a publicação desse registo venha a dar bastante satisfação moral aos interessados. A estes, porém, só seriam estudadas as pretensões, provando previamente, por meio de documento oficial da Causa, estarem em dia com as suas obrigações de monárquicos; e também, é claro, não se admitiriam os moralmente indignos. E parece-me bem que esse Conselho tivesse também o encargo de escrever nos seus registos os actos notáveis de benemerência nacional ou monárquica, pois não compreendo uma nobreza que não seja aberta tanto para os novos valores que apareçam como para aquêles que por indignidade devam sair. •

Com a divisa : Deus, Pátria, Rei, se termina este artigo.

ABÍLIO COELHO.



# ESCLARECENDO

O sr. Jaime Duarte Silva, distinto advogado aveirense, deu-me a honra de me escrever uma carta em que me enche de gentilezas que não mereço e só devo à excessiva generosidade de sua excelência, convidando-me a esclarecer certa afirmação feita há tempos, em artigo publicado na imprensa.

Diz o sr. Jaime Duarte Silva:

«No artigo... há uma passagem que, francamente, não entendo: *Se o Senhor D. Manuel tivesse filhos, o problema da Sucessão não se formulava — e a situação política da Monarquia portuguesa seria delicada e complicada.*

É esta última parte que eu não percebo.

Porquê?

Porque foi que a falta de descendência do Senhor D. Manuel simplificou a situação?»

Se tivesse a certeza de que só do sr. Jaime Duarte Silva eu não me fizera entender, responder-lhe-ia em carta particular, como particular é a sua.

Mas é bem possível que doutros mais me não tenha feito compreender. E porque, além disso, se trata de matéria de interesse geral, sirvo-me desta forma, para esclarecer o que, por insuficiência própria, ficou obscuro ou incompleto.

Disse que o sr. Jaime Duarte Silva me honrou, escrevendo-me, por me ter lido.

Efectivamente, um escritor do meu feitio, da minha qualidade e das minhas intenções não pode aspirar a outra coisa que não seja o ser lido e meditado.

Ninguém calcula o desprezo ou tédio que sinto, quando, em referência a determinados artigos, perguntando a êste ou àquele monárquico: — «leu o meu último artigo?» «leu o artigo tal?», — oiço a resposta: «não, não li!»

Apetece-me logo replicar: «que diabo de monárquico é o senhor,

que não lê a *Voz*, nem lê o que escrevem nela os doutrinadores monárquicos? que espécie de monárquico é o senhor, que não lê o que eu escrevo — precisamente para que o senhor leia?

Lê-me o sr. Jaime Duarte Silva, como se vê. E se é certo que me não faz favor, também é certo que me sensibiliza sobremaneira com essa atenção.

E respondo à carta de sua excelência.

Poucas vezes terá tão justa aplicação como agora, a célebre distinção da *tese* e da *hipótese*.

Em tese, ter o Senhor D. Manuel descendência ou não ter, era circunstância secundária ou inútil para o problema da Sucessão dinástica e para a situação política da Monarquia portuguesa.

Na hipótese das realidades portuguesas, o caso muda de figura.

Como disse no meu artigo, havia, à data do falecimento do Senhor D. Manuel, três forças monárquicas: 1) Integralismo Lusitano; 2) Acção Realista Portuguesa; 3) Monárquicos constitucionais e liberais.

O Integralismo representava, doutrinariamente, a Monarquia legítima, ante-, e anti-constitucional, numa palavra, a Monarquia tradicional vencida em 1834.

A Acção Realista Portuguesa representava, doutrinariamente, a mesma Monarquia.

Os Constitucionais representavam, doutrinariamente, a Monarquia liberal.

As duas primeiras forças ocupavam posições distintas em relação ao Rei.

O Integralismo reconhecia o Senhor D. Duarte — depois de se ter desligado da obediência ao Senhor D. Manuel.

A Acção Realista Portuguesa reconhecia como Rei quem, em Outubro de 1910, Rei era — o Senhor D. Manuel.

A posição da Acção Realista Portuguesa só não era ilógica e absurda, porque o Senhor D. Manuel incansavelmente proclamava que na Causa Monárquica cabiam todos. Embora, até 1926, se lembrasse sempre de que fora Rei constitucional, obediente à Carta, a verdade é que não excluía da sua obediência os monárquicos que, claramente e constantemente, se declaravam contra a Monarquia liberal e a Carta.

A Acção Realista Portuguesa chegou, por ordem expressa do Rei, a ter assento no mais alto organismo dirigente da Causa — a Comissão Executiva do Conselho Superior da Causa Monárquica. E a mim e a outro coube precisamente o representá-la nessa Comissão. Prova de que o Rei não era contra a nossa doutrina.

É claro que três forças divergentes não podiam levar a bom resultado. Era indispensável obter-se a unidade dos espíritos. O Integralismo e a Acção Realista tinham a doutrina, que é a nota real legítima da Política; os Constitucionais só possuíam valor eleitoral e financeiro — porque a sua doutrina tinha-se revelado contrária ao Interêsse Nacional.

Êste poder eleitoral e financeiro tinha apenas um papel legítimo a desempenhar: colocar-se à disposição da Doutrina. Se tivessem compreendido que era êsse o seu dever, e o tivessem cumprido a tempo — muitas coisas se teriam evitado, e talvez outro fôsse o aspecto actual da Política portuguesa.

Adiante.

O Senhor D. Duarte, Rei para o Integralismo; o Senhor D. Manuel, Rei para a Acção Realista Portuguesa, quando o Integralismo e a Acção Realista liam pelo mesmo cânone, e acertavam pelo mesmo passo, e aspiravam à mesma solução — era o Absurdo e a Confusão.

Fugir dêste Absurdo e desta Confusão estava fora da alçada tanto do Integralismo como da Acção Realista: o primeiro não podia renegar o Senhor D. Duarte; a segunda não podia repudiar o Senhor D. Manuel.

Só um milagre, um acto da Providência poderia pôr têrmo ao Absurdo e à Confusão.

Se o Senhor D. Manuel tivesse filhos — era o Absurdo e a Confusão que se prolongavam: o Integralismo continuava obediente ao Senhor D. Duarte; a Acção Realista não se desligaria do filho do Senhor D. Manuel.

E a Monarquia? Impossível.

Ainda mesmo que o filho do Senhor D. Manuel repudiasse o mito liberal, a dualidade dos Reis impedia a fusão das duas forças doutrinalmente homogêneas, a não ser que um se sacrificasse ao outro.

Não tendo o Senhor D. Manuel descendência, e escapando-lhe tôda e qualquer espécie de interferência na Sucessão, podia a Acção Realista Portuguesa declarar, sem ofender o Senhor D. Manuel, que o seu legítimo herdeiro era o Senhor D. Duarte. E assim o fez sempre.

Hoje, a Monarquia Portuguesa tem *uma* só doutrina: a que era comum ao Integralismo e à Acção Realista; e tem *um* Rei.

Se o Senhor D. Manuel tivesse deixado descendentes, êstes teriam herdado os *seus* direitos; haviam de reclamá-los, e a Acção Realista Portuguesa, em obediência à lógica, à coerência e ao seu próprio doutrinarismo, teria que lhes ficar subordinada. E seria o caos, — com o Integralismo para um lado, a Acção Realista para o outro — soldados da mesma bandeira, divididos e hostis.

A circunstância de o Senhor D. Manuel não ter descendentes, ou herdeiros dos seus direitos, evitou êsse caos. Quando Deus o chamou inesperadamente a Si, todos os monárquicos portugueses que a doutrina *unia*, mas as pessoas do Rei *separavam*, se fundiram na mesma fôrça, e realizaram, automaticamente, a *unidade* indispensável, tornando possível a Monarquia. Não foi preciso lançar mão de combinações, contratos, entendimentos diplomáticos, ou transigências de parte a parte. Tudo se passou à margem dêles.

Ao Rei a que a Acção Realista obedecia, sucedeu-o a que obedecia o Integralismo, e era, para ela, o herdeiro natural daquele. Foi a Providência que compôs as coisas, e produziu aquela unidade indispensável ao Futuro. Para mim, católico, esta circunstância não é, e não pode ser indiferente ou secundária.

O pesadêlo desapareceu. E aquilo que era, no meu espírito, preocupação angustiosa, e problema quâsi insolúvel, porque a um casamento estéril podia seguir-se um casamento fecundo, transformou-se, embora sob uma dor intensa, em caminho aberto, e céu sem nuvens.

Quando me perguntavam: «como há-de ser?!» — eu respondia: «Deus nos ajudará!» E ajudou-nos.

A falta de descendência do Senhor D. Manuel simplificou a situação política da Monarquia portuguesa, porque era de ver que o têrmo da dinastia de Bragança-Coburgo-Gotha implicava a Sucessão da Dinastia de Bragança.

Quando a Acção Realista aclamava o Senhor D. Duarte como herdeiro do Senhor D. Manuel, não o fazia com o intuito de forçar os factos ou desvirtuá-los: estava dentro do mais puro campo jurídico. A sua posição dependia da circunstância de o Senhor D. Manuel não ter filhos. Se eu fôsse conselheiro do falecido Rei, ter-lhe-ia sugerido a declaração de que, não tendo filhos, o seu Sucessor seria o Senhor D. Duarte, porque não podia ser outro, porque não havia outro, porque a êle e só a êle pertencia a Sucessão, acima de quaisquer desejos ou pretensões.

Quando o Senhor D. Manuel morreu, o Senhor D. Duarte recuperou, por direito próprio imprescritível e inalienável, a eficiência dos seus direitos. Êle é o que é, pelo que é.

Parece-me que não pode haver, agora, no espírito do sr. Jaime Duarte Silva, qualquer sombra de dúvida, no seu desejo de aperceber-se bem do meu pensamento.

Casa da Madre de Deus, 4 de Outubro de 1942.

ALFREDO PIMENTA.

# COSTUMES E APTIDÕES DOS INDÍGENAS AFRICANOS (\*)

**N**AS diversas hipóteses apresentadas por historiadores acêrca das invasões dos diferentes territórios africanos desde séculos anteriores a Cristo até aos princípios do século XV, é possível que a fantasia complete algumas conclusões tiradas de investigações científicas de grande valor.

Sabemos que a simpatia, a antipatia e a paixão levam a escrever o que mais agrada a estes sentimentos.

Sabemos também que a imaginação completa, por vezes, o que a observação não descobre.

Lemos hoje descrições históricas de um passado muito próximo que destroem por completo tudo quanto estava dito anteriormente por outros escritores de igual valor. Amanhã outros aparecerão a descrever os mesmos factos e a referir-se às mesmas pessoas de forma perfeitamente diferente, dando motivo, estas narrativas, às maiores confusões no espírito daqueles que procuram instruir-se nos livros de bons autores e que ficam, em face destas contradições, sem saber quem fala verdade, a quem se deve dar crédito.

Ora, se temos estas dúvidas acêrca de factos quási contemporâneos e que deixaram vestígios, muitas mais deveremos ter nas investigações científicas referentes às mais remotas épocas, a terras que só se conhecem relativamente há pouco tempo e a povos que não deixaram monumentos ou templos, nem escritos, nem vestígios de valor que servissem de fundamento a estudos conscienciosos.

Ponho, pois, de parte essas remotas épocas e referir-me-ei, sòmente, ao que está devidamente conhecido.

---

(\*) Conferência feita em 8 de Abril de 1943 na Sala dos Estudos Portugueses (Palácio de Cristal) Pôrto.

\* \* \*

O sangue dos Mocarambos, Botongos, Macúas, bem como o dos Matchonas, Buschemans, Dámaras, Hottentotes e o de outras tribus que invadiram Moçambique e Angola, com alguns glóbulos de sangue árabe, é o que gira nas veias dos actuais indígenas que habitam estas duas colónias, predominando, em cada uma das suas regiões, o das tribus que nelas permaneceram mais tempo.

Há quem afirme que em Angola não houve grandes invasões, atribua a evolução dos povos à supremacia de umas tribus sobre as outras e considere os indígenas desta Colónia descendentes do Buscherman.

É grande a variedade de línguas e dialetos que se falam, sendo diferentes de tribo para tribo e até de região para região e, de tal maneira diferentes, que chegam os diversos povos a não se compreender entre si.

Há numerosas tribus com diversos costumes e organizações políticas. Os seus Reis ou Sobas, régulos, sobetas, lengas, macotas ou seculos, têm um grande número de regalias, privilégios, poderes, prerogativas, honrarias, etc.

O Soba tem vencimento pelo orçamento da colónia e uma percentagem na cobrança do imposto.

Este Soba Grande preside às retiniões do seu Ministério, onde se discutem assuntos de importância e se nomeiam funcionários com várias atribuições.

\* \* \*

Calculo que se tenha passado em África, apròximadamente o mesmo que em todo o mundo, ou seja, o forte a vencer o mais fraco deixando este as terras conquistadas a outros mais poderosos, para, por sua vez, as entregar aos que se apresentassem com mais poder. E, assim, estes povos foram vivendo até se poderem fixar definitivamente nas terras que finalmente ocuparam e das quais ninguém os desalojou.

A História mostra-nos estes factos assim passados em todo o mundo e estamos agora a assistir a repetições do que houve em tempos idos, apresentando-se a Humanidade sem modificar as suas ambições e apenas dotada de instrumentos cada vez mais aperfeiçoados para matar, destruir e para praticar as maiores barbaridades.

\* \* \*

Fixou-se, pois, esta gente, em terras africanas, com os seus régulos e diversas autoridades, com os seus costumes, com as suas crenças, com a sua legislação, com liberdade, julgando-se, assim, absolutamente senhores delas.

Por meios pacíficos ou de força, sendo esta constituída por expedições militares enviadas da Metrópole ou por tropas formadas por contingentes militares que se encontravam nas colónias, aumentados pelos civis que, voluntariamente, se alistavam como auxiliares, foi Portugal estabelecendo o seu domínio em todos êstes povos que se tinham fixado nas colónias, praticando-se, nestas ocupações, actos brilhantes que enriqueceram as páginas da nossa História. Em Moçambique, Angola e em outras colónias portuguesas, um grande número de distintos oficiais praticaram actos de heroísmo e valor muito admirados no País e no estrangeiro.

Em 1915, com a ocupação definitiva do Cuanhama, tôdas as nossas terras coloniais ficaram sob o domínio português.

Feita esta rápida descrição, referir-me-ei às aptidões, costumes e índole do indígena, às suas virtudes e defeitos, à forma como êle é e deveria ser tratado, aos erros cometidos pelo europeu, a mil coisas que têm concorrido para o atraso em que as nossas colónias se encontram.

\* \* \*

O indígena é geralmente bom, muito aproveitável e naturalmente habilidoso para tudo.

Aires de Ornelas, no seu livro intitulado *Raças e línguas indígenas de Moçambique*, publicado em 1906, diz que — «o indígena é um selvagem que precisa de ser, antes de mais nada, domesticado. Depois, deve haver uma legislação bem amoldada à diversidade dos seus costumes e raças.

«Entende que foi um êrro fazer-se do prêto um cidadão português e um eleitor, carregar-se para cima dêle com tôda a legislação da Metrópole, uniformizar-se tudo no papel julgando assim civilizá-lo.

«As vizinhas colónias inglêsas, têm leis próprias para as raças indígenas. Da constituição indígena da família, da sua organização governativa, da administração da sua justiça, da constituição da sua propriedade, se devem tirar elementos para uma legislação apropriada com a qual se irão modificando os usos selvagens, cortando-lhes as partes bárbaras, mas sem se pretender fazer do indígena *um branco de côr preta*.

«Eles são inferiores a nós porque em quatro séculos de contacto com a civilização europeia, não têm revelado, na generalidade, grandes aptidões para a nossa cultura.

«Nas escolas e nas missões, a criança indígena, depressa alcança e até excede o nível da criança branca. Privada de qualquer ajuda, a criança indígena basta-se a si própria muito mais cedo do que a branca. Mas esta, vai desenvolvendo e abrindo a inteligência quando a indígena já estacou e se tornou incapaz de maior progresso. O seu intelecto tornou-se preguiçoso, incapaz de aprender mais. O crescimento e o desenvolvimento da sua inteligência, cujos alvares tanto prometiam, parou exactamente quando a do europeu começa a adquirir o seu pleno vigor.

«Parece que isto se deve a fazer-se a ossificação da sutura craniana, no negro, muito mais cedo do que no branco — dos 15 aos 20 anos, em geral — e fazer-se de diante para trás ao inverso do que sucede entre os brancos.

«É evidente que numerosos indivíduos prêtos, têm sobressaído da massa mostrando capacidade. O célebre Chaka, fundador do Império Zulo, não era, por certo, um homem vulgar. Talvez tivesse faculdades mentais semelhantes às do europeu; mas a simplicidade da sua credence e imaginação revelam *criancice que é a tara da raça negra*. Comparado o actual indígena com o que era o contemporâneo das primeiras relações com os árabes e europeus, investigando as línguas, usos e tradições, pode concluir-se que a raça mostra retroceder e não progredir, chegando a dizer-se que, se os negros puros nestes cinco séculos estivessem isolados de qualquer influência árabe ou europeia, teriam revertido ao tipo nem já humano.

«O negro ainda não está na altura de compreender a civilização.

«A corpulência, costumes, crenças, língua e moral do indígena, varia conforme a sua região».

É assim que Aires de Ornelas se refere ao prêto.

## COSTUMES INDÍGENAS

O adultério dá motivo ao divórcio. Mas o marido atraído, contenta-se com uma indemnização em gado, em fazendas ou em dinheiro.

Representa, às vezes, o adultério, uma indústria bastante lucrativa para certos maridos.

Esta interessante modalidade na vida conjugal indígena, já tem sido

seguida por alguns europeus que nunca deixam perder as boas ocasiões para fazer o seu negócio.

Há regiões onde a mulher que não tiver cometido adultério, é mal apreciada pelo marido que vê, naqueles actos, uma forma de aumentar os seus haveres. Noutras regiões, pelo contrário, a mulher adúltera é desprezada.

Está muito em uso a poligamia entre os indígenas e, em algumas regiões, se o homem apenas tem uma mulher, esta manifesta-lhe o desejo de que elle se ligue, pelo menos, a outra para lhe fazer companhia e a ajudar nos serviços caseiros.

As várias mulheres vivem em cubatas separadas ou, pelo menos, em quartos separados e nenhuma come com o marido. Ao homem cabe o trabalho pesado, como derrubamento de árvores, transporte de cargas, etc. À mulher cabe o trabalho de casa e o da agricultura. E, como a mulher toma a seu cargo o principal trabalho, representa ela, entre os indígenas, uma riqueza em braços para trabalhar nas terras, sendo considerados mais ricos os que mais mulheres tiverem.

Há alguns brancos — *de profissão casados* — que consideram a mulher como uma espécie de caixa económica com dinheiro à ordem do marido.

\* \* \*

Na vida conjugal indígena, o indivíduo desaparece no grupo. O grupo impõe ao indivíduo deveres ao mesmo tempo que lhe dá direitos. A família é constituída pelo pai, mãe e filhos.

A mãe adora os filhos enquanto são pequenos e pouco caso faz d'elles quando crescidos. Os filhos, depois de grandes, não têm afeição pelos pais.

O indígena é sensível à correcção, ao desprêzo, ao motejo. No seu meio, não conhece a vil baixeza, a lisonja servil, e exprime, com dignidade e sem medo, a sua opinião.

Entre os indígenas há grande franqueza, consideração e civilidade mútuas.

Há menos rixas e proferem-se menos palavras injuriosas que entre os brancos. Cada um sente a obrigação e a devoção de socorrer o próximo, de ser hospitaleiro. As próprias crianças, quando recebem alguma coisa, logo partilham com os companheiros. É interessante ver os indí-

genas sentados no chão, em círculo, passando um cigarro de bôca em bôca para todos poderem dar uma fumaça e ter a sua parte naquele prazer. E o que cada um tem para comer, é sempre distribuído pelos que ali se encontram. Entre os indígenas nunca há a verdadeira miséria individual, porque todos se socorrem e se ajudam de forma a que, quando o mal fôr geral, todos o suportem com a possível igualdade.

Os adultos acham natural emprestar mutuamente as ferramentas ou qualquer coisa que possuam, chegando a emprestar as próprias mulheres. Ajudam-se, como disse, no trabalho e nas necessidades. Têm orgulho em possuir alguma coisa mais do que os outros e são cruéis quando exercem autoridade.

\* \* \*

As tribus dividem-se em numerosos grupos, tendo cada um o seu régulo.

A sucessão do régulo passa, por via materna, ao filho mais velho da sua irmã. Se este não fôr apto para tomar a sucessão, o cargo passará então para o irmão do régulo falecido.

O poder do régulo é limitado. A sua popularidade e influência depende da maneira como exerce a justiça nos litígios dos seus súbditos. O mando transtorna-lhe algumas vezes o carácter levando-o a praticar abusos e injustiças, a ambicionar riquezas, a favorecer os amigos em prejuízo de outras pessoas com mais direitos. O que assim procede, termina por ser odiado e até, muitas vezes, destronado.

\* \* \*

A tatuagem, os mais variados penteados, o corte de cabelo com diversos formatos, os enfeites na cabeça com plumas ou chifres de animais, os fios de cobre enrolados nas pernas e braço das mulheres, os panos, peles, cascas de árvores, tecidos, com ou sem contas, presos à cinta e caídos adiante até próximo do joelho, os botões, moedas, rodela de madeira, ou outras coisas que cravam nos lábios deformando-os e tornando as mulheres horrorosas para nós, mas sedutoras para eles, as argolas de metal que atravessam o nariz, as orelhas ou os lábios, o corte, arranque,

aguçamento em bico ou em triângulo dos dentes incisivos e as unturas do corpo, representam costumes dos indígenas, variáveis conforme a região.

A indumentária é variável; uns trazem apenas a tanga, outros camisa e tanga, outros aparecem já vestidos à europeia, as mulheres, nas principais cidades de Angola e Moçambique, embrulham-se em panos prêtos que até lhes cobrem a cabeça.

Os penteados também são variados, conforme as regiões, estando alguns dêles a ser copiados pela civilização europeia.

\* \* \*

O lobolo — em Moçambique — ou o alambamento — em Angola — e que corresponde a um dote, representa a quantia em dinheiro, variável conforme a tribo, que o noivo entrega ao pai ou ao tio materno da noiva com quem quer casar. É um costume de quási tôdas as tribus da África meridional.

A mulher solteira escolhe livremente o seu noivo e os pais ou tio dela, não recebem o lobolo sem o seu consentimento.

Há, porém, algumas regiões, onde os pais da noiva ajustam o casamento sem a ouvirem. Às vezes, êste ajuste faz-se antes de a noiva nascer ou sendo ela criança de colo, tendo de casar com quem os pais lhe destinem logo que atinja a idade própria.

O lobolo ou o alambamento, representa uma compensação que um grupo dá a outro, com o fim de manter o equilíbrio entre as várias unidades colectivas que compõem a tribo.

Um dos grupos adquire pelo casamento de um homem seu componente, um novo membro representado pela mulher com quem aquêlê vai casar e que, naturalmente, irá viver no povoado do grupo do marido. O outro grupo a que pertence a rapariga, sente-se assim diminuído pela retirada da mulher que casa e, por isso, reclama um pagamento que lhe permita adquirir outra, por meio do casamento de um dos seus homens, naquele ou em outro grupo.

A mulher indígena, casada por meio do lobolo, nunca pode ser considerada como uma propriedade individual do homem com quem casa. Quando muito, poderá representar uma propriedade colectiva do grupo a que fica pertencendo.

Se houver motivo justificado, o homem pode entregar a mulher aos

pais ou tio materno dela e exigir a restituição do lobolo. Se o homem se desmandar e a mulher tiver razão para se divorciar, pode ela ir para casa dos pais sem estes serem obrigados a restituir o lobolo.

E como, nem o noivo, nem os pais ou tio da noiva, querem perder esta importância, todos procuram evitar procedimentos que dêem motivo ao divórcio.

O lobolo ou alambamento originam sérios conflitos que geralmente são resolvidos pela autoridade administrativa europeia.

Se o Milando é resolvido com aquela verdadeira justiça que o prêto conhece por intuição, a autoridade fica cheia de prestígio e é respeitada. Se é mal julgado e se se procede com injustiça, a autoridade perde o prestígio e valor perante o indígena.

\* \* \*

O prêto exerce com perfeição e facilidade qualquer profissão. Por isso o vemos como *chauffeur*, mecânico, serralheiro, carpinteiro, marceneiro, marinheiro, nos trabalhos difíceis de marfim e de ourivesaria, a manifestar uma notável competência e a produzir trabalhos artísticos.

\* \* \*

As marimbas são constituídas por pequenas tábuas, espécie de teclas de piano mais ou menos cavadas no centro e mais ou menos adelgadas nas extremidades, colocadas sobre dois paus também paralelos, mas em sentido perpendicular a elas.

Com o auxílio de baquetas tocam com perfeição tudo quanto conhecem. O cavado e a grossura destas teclas é que dão as várias notas.

No xilofone e em outros instrumentos que eles fazem com cabaças, arames ou fios, tocam também tudo quanto querem.

\* \* \*

O batuque representa um dos seus maiores divertimentos. Corresponde a um baile. Ali dançam noites inteiras ao som do tambor que se

ouve a grandes distâncias e de uns cânticos tristes e monótonos, que repisam constantemente.

Alguns europeus das classes trabalhadoras mas de baixa categoria, não têm batuques, mas passam as noites nas tabernas a beber, a jogar, e a gastar quanto ganharam. Se se embebedam, provocam desordens, maltratam depois em casa a família, dão maus exemplos aos filhos, tornam-se uns péssimos elementos na sociedade.

Antes o batuque dos negros.

\* \* \*

*Batuque de guerra.* Os pretos, vestidos de guerreiros, emplumados, com os mais extravagantes trajes, empunhando os seus escudos e armas gentílicas, aparecem de lados opostos, em atitude hostil, em marcha guerreira, representando assim um encontro de inimigos que se vão bater.

Ao som da música, batem aquelas dezenas, centenas ou milhares de homens, com os escudos e pés no chão de forma a ouvir-se uma única pancada, avançam, recuam, saltam como acrobatas, seguem em rigorosos alinhamentos e com notável agilidade as diversas fases do combate, manifestam em tudo uma admirável valentia e decisão. Quando nestes batuques entram milhares de pretos, é um espectáculo impressionante e admirável.

\* \* \*

*Machilas e machileiros.* Outro interessante costume africano. Foi no distrito de Quelimane que encontrei os mais perfeitos serviços d'este género.

Há duas espécies de machilas: — as constituídas por uma tábua rasa com estôfo ou almofada, onde o europeu se senta com as pernas estendidas e devidamente encostado; e as formadas por uma lona esticada, onde o europeu se deita.

Umas e outras, são suspensas de um grosso e comprido bambu cujas extremidades se apoiam nos ombros de quatro machileiros (dois atrás e dois à frente). Cada grupo de quatro machileiros constitue uma parra.

Cada viagem exige, geralmente, três parras para com elas poder haver as devidas substituições. Estes machileiros percorrem grandes distâncias num andamento que deve corresponder apròximadamente ao trote de cavalos e tão suave que permite dormir.

Em Quelimane, os pretos machileiros trazem na mão uns pequenos paus com os quais dão sinal de mudar de ombro. Esta mudança é feita com uma tal suavidade e perfeição, que nada incomoda o individuo transportado. Noutras regiões êste sinal é dado com a palma das mãos.

Fazem as marchas sempre a falar ou a cantar a mesma coisa, referindo-se geralmente, na sua língua, ao europeu que levam.

Os machileiros são sempre homens muito robustos, visto êste serviço exigir força e uma notável resistência.

\* \* \*

O prêto tem uma grande facilidade em se orientar e vai para onde deseja sem se enganar.

Com o braço estendido na direcção do Sol, indica as horas correspondente às suas respectivas alturas; e assim pode comunicar compreensivelmente e com a possível precisão, quando se deu ou deve dar qualquer ocorrência.

*(Continua).*

MAJOR ALBERTO CARDOSO MARTINS  
DE MENESES MACEDO (MARGARIDE).

# O CRISTIANISMO EM ALEXANDRE HERCULANO

*(Continuação da página 90)*

## A Igreja e o Protestantismo perante Herculano

**F**IQUE como satisfatoriamente provada a crença do escritor, na divindade de Jesus inclusivé, e continuemos.

Crer em Cristo implica o reconhecimento da Igreja como sua autêntica representante com poder de ligar e desligar na terra o que Deus liga e desliga no Céu; reconhecer a Igreja traz como consequência admitir-se o valor do sacrifício e da oração, e admitir a necessidade de orarmos e de humilharmo-nos é confessar o auxílio divino, a graça concedida por Deus ao pecador para mais facilmente alcançar a vida eterna.

Muito curta é a nossa vida no mundo; é um som na frase de Herculano, ou uma passada do berço ao túmulo, no dizer angustiado de Job.

Não fomos criados para a terra. A nossa permanência nela é um estágio, uma preparação, indispensável mas dolorosa, com destino à felicidade futura.

Fazem-se tantos sacrifícios por nada e para nada... por qualquer coisa que passa como pirilampo em noite escura de verão e ç por que não sofrer e olhar para o alto?

Se assim não sucede, nasce a desesperança.

Ora Herculano sentiu alguma vez desejos de pôr têrmo às contrariedades da vida sem sonho, nem glória, nem ventura, e não o fez. É que a sua formação cristã reagiu contra idéia tão baixa e derrotista, e surgiu em seguida a resignação no sofrimento:

. . . . .

Pensamento infernal! Fugir covarde

Ante o destino iroso?

Lançar-me envolto em maldição celeste

No abysmo tormentoso?

Nunca! Deus poz-me aqui para apurar-me  
Nas lagrimas da terra;  
Guardarei minha estancia atribulada,  
Com meu desejo em guerra.

. . . . .

Passarei minha noite a luz tão meiga.  
Até o amanhecer;  
Até que suba á patria de repouso,  
Onde não ha morrer.

Poucos, mesmo católicos, sentiriam o tal escrúpulo de consciência em condições iguais, e teriam a coragem de se confessarem dignos «do abysmo tormentoso» ao disporem a seu talante da vida própria sem atenção alguma ao dever religioso.

Herculano assim pensava e procedia por viver a sua fé que promete «uma patria de repouso eterno» onde se entra após a velada de purificação que é a vida no mundo.

Para aquêles que não possuem esta crença o prazer e a dor

. . . . . existem, passam,  
Sem porvir, sem passado e sem sentido,

e o suicídio é a garantia da paz niilista, quási sempre.

O cristão digno de tal nome, embora se veja esmagado como grão de centeio entre mós, não desespera nem blasfema; grita e reza, e do céu, que não é surdo à voz da humildade sofredora, choverá o alívio ambicionado. O poeta assim o diz na composição «Mocidade e Morte».

Um jovem, cheio de esperanças no futuro, adocece gravemente; vê próximo o desenlace fatal e não se conforma sofrendo com antecipação o esquecimento da rapariga, sua noiva prometida, que depois será de outro qualquer. Ah! isso é que o enfermo não pode tolerar!

Da bôca sai-lhe a revolta contra Deus nada bondoso que permite o duplo sofrimento físico e moral.

Um anjo, entretanto, desce até ao moribundo e faz-lhe ouvir estas entre outras consolações: Não te importes de morrer!... a vida é ponte de passagem... o mundo pátria estranha! Olha, vê como os marinheiros cantam ao avistarem água e terra da sua Terra; como êles, também tu te aproximás da Pátria; canta, que já se vê o Céu!...

Então a graça vem actuar e completa a missão angélica de cujo fruto são amostra as palavras resignadas e quentes do doente:

«Oh... depois... dize á mesquinha  
Um segredo de doçura:  
Que na patria o amor se apura,  
Que o desterro viu nascer.

Que é o céu a patria nossa;  
Que é o mundo exílio breve;  
Que o morrer é cousa leve;  
Que é «principio», não é «fim»:

Que duas almas que se amaram  
Vão lá ter nova existencia,  
Confundidas n'uma essencia,  
A de um novo cherubim.»

Mudança interior completa: o mundo anteriormente tão risonho e atraente é agora exílio torturante embora breve, deserto que seca e mirra o coração «como a sarça do monte em fins d'estio», e a morte é umbral de vida imperecível em vez de termo escuro de delicioso viver.

Nada importa morrer; saudades não se levam, saudades não se deixam...

«Mocidade e Morte», considerada o registo de certa doença grave do autor é, sem dúvida nenhuma, a confissão de um crente cristão que se reconhece dependente do Criador, necessitado do seu auxílio, e obrigado, mais ou menos, a

Realizar té onde é dado ao homem  
Esse typo ideal  
Que nos legou o Salvador tomando  
Nossa veste mortal.

Mas se precisamos do auxílio divino, da graça, como é de fé, da nossa parte deve corresponder boa vontade que nos leve ao sacrifício, oração e recepção do sacramento da Penitência.

Deus que nos criou sem nós, sem nós não nos salvará.

Somos como marinheiros que nunca chegarão a terra se não remarem, ainda que haja dezenas de faróis a cortarem a escuridão da noite.

Reconhecemos todos, como o jovem da poesia de Herculano, a virtude da religião na vida e na morte; o próprio Mélancton desejava que a mãe morresse abraçada ao Catolicismo.

Para o frade apóstata, Lutero, era um convívio em que o prazer desmedido, pecaminoso, portanto, devia ser o prato único, pois que nada lucrámos com uma vida regrada; o que está escrito está escrito. As obras humanas, boas ou más, são estranhas à sorte que nos espera.

Herculano não pensava dêste modo; reconhecia a conveniência da mortificação em corpo e espírito, por obediência aos preceitos da Igreja — só Ela tem a cura dos males da alma — pela oração, pela penitência, pela confissão:

. . . . . o sacerdote  
Dos remorsos lhe ouviu as amarguras;  
E perdoou-lhe, e consolou-o em nome  
Do que expirando perdoava, o Justo,  
Que entre os humanos não achou piedade.

. . . . .  
. . . . . o burel grosseiro,  
O leito de cortiça, e a fervorosa  
E continua oração foram curando  
Nos corações dos miseros as chagas,  
Que o mundo sabe abrir, mas que não cura.

Esta divergência doutrinária entre protestantes e Herculano vem desenvolvidamente exposta no *Pároco da Aldeia* com páginas e páginas apoloéticas a evidenciarem a superioridade do Catolicismo em relação às múltiplas seitas que, no dizer do novelista, só têm de comum a guerra à Igreja, e que se matariam umas às outras no dia em que a não tivessem pela frente a desviar para si os olhares raivosos de tôdas elas.

O *Pároco da Aldeia* foi escrito na época em que a inteligência do autor se revolvía «na lucta tormentosa das ideias, dos affectos, dos enganços depois da passagem «do fogo fátuo das paixões e esperanças»; nêle quis Herculano recordar e viver, com saúde e deleite, momentos de poesia e religião, de alegria e pureza que fazem do mundo a realidade ideal que nos domina; com êle combate «a irreligiosidade fonte da inquietação e desesperança», o cepticismo causa da «atmosfera pesada e fria que faz tremer a alma sem calor de crença viva»; por êle se reconhece o amor que a alma poética de Herculano dedicava à religião em que nasceu e que considerava a verdadeira, a divina e cuja defesa a alma rude faz nestes termos:

«Creio, creio, oh Nazareno! porque a intensidade do teu viver é um impossivel humano; a victoria da tua doutrina severa, contra a philosophia e o paganismo, um milagre; a gloria do teu nome de suppliciado, maior que todas glorias das mais altas e virtuosas existencias do mundo.»

Se o autor destas linhas considera o Cristianismo como a única religião que nos liga a Deus, também a defende pelas conveniências políticas e sociais d'êles resultantes.

É que a Pátria, êle o reconhece, não é só a terra e o céu; é a comunidade das almas preocupadas com anseios irmãos, com os mesmos deveres, e cujas atenções não devem acusar nunca divergência de qualquer natureza. Só assim será realidade persistente a terra comum aos antepassados e aos nascituros; com uniformidade de ideal advirá coesão de esforços para se assegurar a vida nacional independente: sirva de exemplo a política francesa dos últimos anos.

Mais que a ambição alheia pode o desejo de viver; forte como montanhas de aço é a consciência da dignidade, do respeito, da virtude, sem as quais poderá haver hordas de bárbaros que não agrupamentos merecedores do nome de nações.

Portugal nascido e baptizado sob o Cristianismo tem mantido a integridade e unidade graças à comunhão ideológica de todos os seus filhos. Fomos grandes de grandeza assombrosa para o mundo inteiro, por termos sido cristãos; e pelo Cristianismo praticado ou esquecido se tem pautado sempre a vida nacional.

Herculano viu bem e bem compreendeu como historiador que o nacionalismo português se coaduna exclusivamente com o Cristianismo. Tal é o assunto das «deambulações de patriotismo-religioso» nos capítulos IV e V do *Pároco da Aldeia*.

Vamos ler.

O autor celebra mais uma vez o culto católico que eleva o espírito e seduz o corpo pela poesia de encantamento dos hinos religiosos e pela pompa da liturgia, conjunto em oposição total com a nudez protestante. Falar em Catolicismo e Protestantismo é pôr frente a frente Portugal e Inglaterra.

«Quando os ingleses se rirem de elles terem muito dinheiro e nós pouco,— escreve o nosso romântico — torçamos a orelha e choremos, como creanças pelas barbas abaixo. Quando elles compararem o Strand ou Regent-Street com os arruamentos da nossa cidade baixa, agachemo-nos. Quando perfilarem as suas estradas com as nossas azinhagas reaes, cubramos a cara.

Mas quando compararem as venturas do homem de trabalho inglês com a triste sorte do peão português, risada. Quando opposerem as virtudes e illustração das suas classes ínfimas á

barbaria e estupidez das nossas, duas risadas. Quando encherem as bochechas das suas velhas liberdades do tempo de Ricardo III e de Carlos II, das suas leis de propriedade em particular, e da clareza, simplicidade, e rectidão de todas as suas leis em geral, e nos atirarem á cara o absolutismo dos nossos antigos monarchas, a bruteza da nossa ordenação, a intolerancia dos inquisidores, trinta risadas. Quando, enfim, nos offerecem em escambo das nossas crenças e dos nossos costumes religiosos, os seus costumes e a sua crença, que esboroa há mais de dois séculos em quatrocentas crençasinhas, com os seus nomes muito arrevesadinhos, quatrocentas risadas ou, antes, uma risada só, mas retumbante, macissa, inextinguível, como aquellas famosas gargalhadas dos deuses de Homero. »

E páginas adiante escreve ainda :

« Se isto é assim, qual culto, entre os de todas as parcialidades christãs, será mais efficaz em gerar essa unidade forte do amor patrio que dá, não tanto a vida activa e exterior, como uma vida íntima, escondida, tenaz, que resiste á morte e á dissolução sociaes? Serão essas mil variações do protestantismo que diariamente se vão subdividindo e condemnando umas pelas outras; essas crenças incertas, em que o filho já despreza o culto que o pae seguiu, e o neto desprezará o de ambos ?

Quando e onde não dizemos na mesma cidade e na mesma rua, mas na mesma família, enquanto o marido dorme ao som monotonico do sermão anglicano sublime de trivialidade e tédio a mulher dá representações de Bedlam numa senzala de quakers ou de methodistas, pode acaso dizer-se que ahi a religião é laço que impeça a morte do corpo da republica, não nos dias de ventura e prosperidade exterior, em que é facil conservar pelo orgulho a unidade nacional, mas nas epochas de calamidade e decadencia? Parece-nos pouco provavel.

Ahi, as paixões moraes da familia são apenas habitos humanos e não estão harmonizadas e sanctificadas por se prenderem no céu: o primeiro sopro das paixões ou da desventura as reduzirá a pó.

A historia tambem no-lo diz e a historia não é senão a prophcia do passado. »

É bem significativa a circunstância de Herculano atribuir a Portugal um grau de superioridade em relação à Inglaterra dominadora e rica, superioridade esta filha do Catolicismo professado.

Estará no factor religioso a origem da sua antipatia pelos ingleses que não poupa nas laudas descritivas *De Jersey a Granville?*

Eu bem o creio, pelo menos em parte, e o motivo é a decepção sofrida pelo esteta exilado na loura Albion, distante das festas provincianas a santos e santas, com quadros de côr e som a perdurarem pela vida fora, dos poentes de sangue feridos pelo toque das Avè-Marias, dos domingos portugueses...

«Um dia-sancto; um dia-sancto!...« — escreve Herculano no *Monge de Cister*.

«Assim junctas, estas duas palavras são as mais sonoras, as mais pinturescas, as mais saudosas da nossa lingua; para mim, ao menos.» (...)

(...) «Domingos dos doze annos, em que o meu espirito infante se harmonizava com o hymno eterno da natureza, salvé!

A gloria litteraria, o amor da independencia, talvez, até o orgulho de proceder honesto, todos os meus sonhos de ambição dá-los-hia a troco de me sentir viver convosco, os dias-sanctos; porque os outros, esses, se não eram pallidos, como os de hoje, eram acres, dolorosos, inquietos.

As paixões férvidas e insensatas da mocidade vinham chegando, e como que já sentia rugir a pouca distancia as tempestades que iam agitar e devorar-me os annos mais bellos da vida... Não tenho saudades dess'outros dias. Não tenho. Deixá-los ir.»

Tudo isto êle recordava na protestante Inglaterra que «annulando as pompas e os espectaculos, as formas externas e brilhantes do Catholicismo, matou tudo o que a crença do Calvario tinha de unção, de consolações, de affectos para o commum dos seus sectarios, e converteu a religião numa certa metaphysica nevoenta que foge á comprehensão das almas rudes e vulgares, quebrando todos os esteios a que, nesta vida de tristezas e dores, ellas se encostavam para confiarem no céu...»

É que além da essência religiosa tem o Catolicismo um exterior poético a garantir a sua influência nas almas; isto faltava à terra do deserto — fria e enganadora como a lingua que fala, a unica que nenhum

estranho sabe ler, pátria de homens duros, pesados e maciços que como portugueses temos obrigação de repelir»!

Outros termos saídos da pena de Herculano são igualmente amáveis, como êstes, para os nossos seculares aliados... Assim, ao findar a enumeração dos tripulantes e passageiros do *chasse-marée*, onde viajava, tem o período seguinte:

«Um cão e tres ingleses completavam a collecção dos animaes inclusos entre as quatro taboas da fragil embarcação.» E mais adiante: «nem o cão, nem os tres ingleses tinham proferido, aquelle um só ladro, estes um só grasnido, desde o momento em que saltaram a bordo, na abra de Saint-Hélico».

Linguagem também dura, pesada, maciça, havemos de concordar!

... Repetir-se-á ainda que Herculano não foi católico, que não foi poeta cristão?

Se êle os ouve... levanta-se das cinzas, para quebrar o silêncio sepulcral com as palavras dirigidas por Afonso Henriques ao legado do Papa:

«Ensinar-me a fé?! Tão bem em Portugal como em Roma sabemos, que Christo nasceu da Virgem; tão certo, como vós outros romãos, cremos na Sancta Trindade.»

(Continua).

A. SARAIVA DE CARVALHO.





MÉTODO INTEGRAL, por José Pequito Rebêlo. Edições «Gama». Lisboa, MCMXLII.

Em 1918 publicou o sr. dr. P. R. um folheto dirigido aos «Lavradores portugueses» e denominado *O Método Integral* — solução do problema cerealífero que «pode aspirar a ser considerado a solução do problema agrícola de todas as terras de Portugal». E desde então — já lá vai um quarto de século — sempre se tem vindo a bater pelo emprêgo do seu método, que tem exposto por diversas vezes em teses apresentadas a Congressos da especialidade, em folhetos, em artigos, em ensaios, não só em Portugal como no estrangeiro. Reünido tudo, ou quasi tudo, o que até hoje escreveu sobre o assunto, surgiu o presente volume, elegantemente editado pelas Edições «Gama», e profusamente ilustrado com gráficos e fotografias elucidativas que completam perfeitamente a exposição do Autor.

Nada poderemos dizer sobre o valor da obra porque não queremos repetir a conhecida façanha do sapateiro em frente do quadro de Apeles. Inteiramente leigo no assunto, só por dever de ofício nos referimos à aparição da obra, que, no en-

tanto, apreciaremos sob outro aspecto que não o propriamente agrícola: o doutrinário. Não temos a pretensão — aliás estulta — de apresentar o sr. dr. P. R. ao público português. É ele bem conhecido e pretender apresentá-lo seria, além de estultícia, impertinência. Cremos, porém, que há pouco quem saiba que o Autor é importante lavrador no Alto-Alentejo onde possui extensas propriedades em que tem vindo aplicando os métodos por ele preconizados. Quere dizer: o sr. dr. P. R., ao invés dos propagandistas das várias panaceias, reclamadas universalmente como infalíveis, procurou primeiro assegurar-se praticamente, e nas suas terras, da eficácia dos seus métodos. Uma vez comprovada ela, veio até ao público anunciá-lo. Por aqui se vê bem qual a sua honestidade que pode considerar-se timbre seu próprio, diferindo assim de tantos portugueses que parecem considerar a deshonestidade como virtude à qual recorrem nas emergências mais difíceis como até nas mais comensais.

Escritor doutrinário, o sr. dr. P. R. tem-se batido por uma ordem nova que deve assentar, evidentemente, numa agricultura próspera. Ao abrir há 25 anos o seu folheto acima citado, o Autor es-

---

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

---

crevia: «A nacionalidade, em vésperas de falência, só pode salvar-se pela intensificação da agricultura». Por isso êle se tem batido com uma coragem, uma calma e, sobretudo, uma persistência de louvar e de admirar num país em que tudo fica por acabar, em que se desiste à primeira dificuldade e em que existem umas Capelas Imperfeitas que consideramos o símbolo da preguiça nacional. Fazemos votos por que neste país delicioso, tantas vezes citado em prosa mais ou menos lírica de «essencialmente agrícola», as palavras do sr. dr. P. R. sejam finalmente ouvidas... e seguidas. Exigem-no o nosso patriotismo, o nosso futuro de povo livre e o nosso passado de povo colonizador.



O CONVENTO DE S. FRANCISCO «O NOVO» E O MILAGRE DE 1841 (sic)  
por *Fernando de Aguiar*. Lisboa,  
MCMXLII.

O Autor, madeirense devotado à sua terra, tem vindo publicando há anos diversos estudos respeitantes à história da sua formosa Ilha, alguns dos quais nas páginas desta Revista. O que tem por título aquêlê que encima esta nótula refere-se a um «milagre» que teria ocorrido em 1481 (e não 1841 como passou despercebidamente na capa e na portada): durante a festa do Natal daquele ano o Cristo dum crucifixo, venerado na igreja do Convento de S. Francisco do Funchal, despregou o braço direito mantendo-se com êle pendente até ao outro dia em que voltou a pregar-se na cruz.

O sr. F. de A. refere-se largamente à fundação do convento e aos factos com êle ligados, publicando em apêndice os textos, que «só cautelosamente devem ser utilizados» e que se prendem com o «milagre» e o convento em que êle se deu.

Num prefácio, explica a origem do en-

saio, escrito quando o Autor tinha 15 anos, e faz considerações a respeito da história de Portugal e da da Ilha da Madeira dando-nos a conhecer os seus pontos de vista sobre o assunto. A linguagem tem aqui e ali determinados termos e expressões de ressaibo arcaico que não podem merecer a nossa aprovação nem aumentam o mérito do trabalho.



«JUGUM MEUM», por *João Mendes*,  
S. J. Braga, 1942.

É um pequenino acto lírico em dois quadros e em verso, de que são personagens Jesus adolescente, um escravo e um centurião. O escravo atentara contra o dono e fôra condenado à morte por crucificação. O centurião vem a casa do carpinteiro José para lhe encomendar a cruz. Não o encontrando vai a retirar-se, mas Jesus toma o encargo de a fazer, sob a condição de êle lhe levar a casa o condenado.

A 2.<sup>a</sup> cena é constituída pelo diálogo entre Jesus e o escravo, a quem aquêlê faz aceitar finalmente o suplício como um triunfo. Quando o centurião vem buscar o condenado, estranha a sua alegria supondo-o louco. Jesus, porém, responde-lhe:

Estará louco, sim, mas duma outra loucura:  
Da loucura da cruz. Ela estila doçura  
Se a acarinharm primeiro afagos destas mãos.  
Cortejo triunfal dos meus heróis cristãos!...  
Ei-lo que vai saindo através das idades,  
Vencendo a morte e a dor, cruzando as tempestades!  
Caminhai, caminha, na invisível bonança  
De quem pisas seguro os caminhos da esp'rança!  
Em mim se transfigura a angústia mais amarga  
Que o meu jugo é suave e leve a minha carga!...

Escrito sem preocupações de altos vãos, lê-se, porém, com agrado, pois o verso é fluente e a linguagem é elegante e harmoniosa.

QUANDO O SOL DESFAZ A BRUMA...  
(Romance), por *Estefânia Cabreira*. Domingos Barreira, Editor. Pôrto, 1942.

Este romance é o segundo que a Autora publica, e o primeiro que assina com o seu nome. A sr.<sup>a</sup> D. E. C. é uma distinta compositora que até aqui tem publicado bastantes obras de literatura infantil de colaboração com seu marido o prof. Oliveira Cabral. Passando da música à literatura, a Autora entende que prossegue na sua missão de educar. Isso nos revela este romance através das suas 400 páginas compactas.

Em prefácio à obra de sua Espôsa, o prof. O. C. justifica a publicação deste romance, entrando em considerações não despidiendas «sobre a função social do romance». Partidário da literatura construtiva e educativa, o Prefaciador ataca violentamente a literatura que se compraz em pintar «decadências», escrevendo que a «pintar *decadências* se criou a popularidade de grandes escritores das últimas gerações, dos mais lidos, tais como Eça de Queirós, Abel Botelho e outros». E pergunta: «¿Que resultou da Arte posta ao serviço dessas *decadências*?» E continua, acentuando que é essa literatura que a mocidade no geral procura, recebendo insensivelmente o influxo das idéias deletérias expostas em estilo perfeito e com verdadeira perícia e arte. Passa depois a explicar as intenções da Autora que, diz, «discorda também da pintura das *decadências* e pretende servir o bem-público, delineando, nos seus livros, figuras que devam imitar-se, se não todas em absoluto, pelo menos a quasi totalidade». E acrescenta: «o que ela, porém, nunca criará, são aqueles personagens que, conduzindo a êxitos rendosos de livraria, concorrem para a decadência dos caracteres, mal servem o futuro da nação».

Se não podemos concordar inteiramente com o parecer do distinto Prefaciador quanto a banir-se as *decadências* da literatura

para não contaminar a mocidade (mas a literatura não deve ter em mira exclusivamente os jovens, aliás Deus sabe a onde ela iria ter), temos de concordar que, na realidade, se devem afastar os rapazes e as raparigas de certa literatura que procura espècular com os sentimentos mórbidos do homem. O que, em nosso modesto entender, não deve ser permitido é o espírito comercial dos que, como dizia o Eça na carta famosa a Camilo, escrevem na capa dos seus livros «romance realista» para êle se vender e êles enriquecerem. De outro modo ¿como conhecer as várias obras fundamentais de todas as literaturas se tivéssemos que pôr de parte as que pintam *decadências* e misérias morais e sociais? De resto entendemos que numa obra de imaginação, o romance, por exemplo, se os personagens forem todos criaturas ideais o entrechocar das paixões torna-se frouxo e a narrativa perde o interêsse, sem o autor ter conseguido o fim em vista. Tudo está na maior ou menor solidez da educação moral que o leitor recebeu. Um rapaz, ou uma rapariga, de sólidos princípios morais não se deixará mover pelas aliciantes descrições dum escritor de talento, porque vê bem que o fim deste é condenar os vícios e os defeitos duma civilização decadente. ¿A quem, pois, deverão dirigir-se as obras moralizadoras? Aos outros, decerto. Ora se a obra em si não possuir aquêlê interêsse que faz curvar o leitor sobre ela e levá-la até ao seu têrmo, quere-nos parecer que foi iludida a expectativa do autor. ¿Não será assim?

Mas o romance, cujo título abre esta nótiula, possui interêsse bastante para que o leitor não o ponha de parte, enfastiado. Apesar de longo, e talvez por isso mesmo, desperta o interêsse às primeiras páginas. Decorrendo na sua maior parte nesta província do Minho, e bem perto do lugar onde escrevemos, é, como *A Cidade e as Serras* do Eça, um hino de louvor à vida campezina, que a Autora descreve com carinho e perícia. Escrito em estilo claro,

corrente e fluente, mostra claramente os grandes recursos da sr.<sup>a</sup> D. E. C. Os personagens são todos almas sãs (pois nem a própria Egéria, tão sêca e tão impertigada, deixa de nos revelar, já no final, o que de bom existia no seu íntimo), têm psicologia e individualidade próprias, agindo de acôrdo com a sua natural maneira de ser. Se aqui e ali há, por vezes, ressaibos de linguagem literária (que ocorrem sobretudo nas faixas da Guiomar e da «mãe Aninhas» cuja expressão, apesar do que a Autora diz, nos não parece natural em quem foi sempre educada na aldeia), no geral a maneira como cada um se exprime é natural e corrente. De todos os personagens parecem-nos melhor observados o médico da aldeia, a pequena Maria Lúcia e aquela impertigada Egéria, «tipo» perfeito que honra a Autora.

As descrições, muito numerosas, são bem feitas e têm colorido e vida, como a da festa nocturna em honra do S. Pedro, com um arraial à moda do Minho.

Durante a leitura dêste livro houve um autor que a cada passo nos ocorreu e com quem a Autora mostra ter bastantes afinidades: Júlio Denis. A sr.<sup>a</sup> D. E. C. possui a mesma afectuosidade, a mesma delicadeza, a mesma preocupação moral que o autor de *Uma família inglesa*. Parece-nos que êste é o maior elogio que poderemos fazer-lhe e que podemos esperar que num futuro próximo seja a sr.<sup>a</sup> D. E. C. a sua herdeira espiritual, levantando do chão a pena do grande escritor em que ninguém mais pegou desde que os seus olhos se cerraram.

MEDITAÇÕES DE FÁTIMA, por José Pequito Rebêlo. Edições «Gama». Lisboa, 1942.

Êste pequenino opúsculo contém quatro meditações: «A Cova da Iria», «Os aviadores em Fátima», «A Rainha da Paz e o Deus dos Exércitos», e «Saúde dos Enfermos e Rainha dos Mártires». Nêle se expande o espírito religioso, quasi místico, do Autor em palavras quentes e coloridas, de extraordinário simbolismo e extraordinária devoção. Pousada a pena do técnico, o sr. dr. P. R. empunha a do escritor de raça, cuja prosa elegantíssima e fluida nos faz lamentar que não aborde mais frequentemente estudos diferentes dos agrícolas, por sua própria natureza vedados aos não especialistas. *Meditações de Fátima* ficará a constituir na obra do Autor obra sem par, e dá-lhe lugar de especial relêvo entre os poucos escritores portugueses que escrevem... em português. Nisto está, parece-nos, o seu maior elogio. Êste lhe bastará, supomos nós.



A OBRA DE PEQUITO REBÊLO. Edições «Gama», Ltd.<sup>a</sup>, Lisboa.

Trata-se dum catálogo das obras do distinto escritor e doutrinário, que são apresentadas com o seu sumário. Em breve prefácio se foca a personalidade do sr. dr. P. R. que é definido, com tóda a justiça, como «dedicação integral e constante ao serviço da Pátria».

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

# O PADRE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO

COMPLETAM-SE no dia dois de Outubro dêste ano de 1943, cento e doze anos sôbre a morte do Padre José Agostinho de Macedo, cuja figura bem merecia que, num rasgo de justiça, lhe fôssem prestadas as homenagens a que tem jus, pelo alto lugar que ocupa na história da cultura e das letras portuguesas, pelo valor indiscutível dos seus escritos políticos e pela prodigiosa fecundidade do seu temperamento de poeta, de humanista, de orador e de extremado defensor do idioma que falamos.

Relembremos, pois, embora rapidamente, alguns traços biográficos e certos aspectos mais salientes dêsse polígrafo gigantesco que, no justo parecer do sr. dr. Júlio Dantas, nos legou «o esplendor duma obra imortal, a riqueza duma linguagem forte, saborosa, pitoresca e vernácula, a lição de um mestre que ajudou a modelar, nas suas mãos gloriosas e irreverentes, a maravilhosa jóia que é hoje a língua portuguesa».

O Padre José Agostinho de Macedo nasceu em Beja, no dia 11 de Setembro de 1761, sendo baptizado na freguesia de S. Salvador, a 1 de Outubro do mesmo ano, data que alguns dos seus biógrafos tomaram, erradamente, pela do nascimento. Em vários escritos deixou êle testemunhado o seu orgulho por se poder declarar filho de Beja, a que chamava «Pátria dos Arrais e dos Gouveias», vangloriando-se, ainda, por ser patricio de Jacinto Freire de Andrade e por ter visto a luz do dia na mesma casa em que nascera o historiador de D. João de Castro, segundo refere no *Motim Literário*.

Muito cedo se manifestaram no futuro prègador as faculdades intellectuais que haviam de o immortalizar, como o demonstra êste facto abornado por um contemporâneo seu: assistindo José Agostinho, com a idade de seis para sete anos, a uma festividade a S. Brás, e tendo ouvido, atentamente, o respectivo sermão, de tal modo reteve na memória a seqüência do discurso que, no dia seguinte, o repetia em casa, por palavras suas, com a maior perfeição e elegância, de modo a deixar maravilhadas quantas pessoas o ouviam.

Logo que a idade o permitiu, mandaram-no seus pais para a capital, recomendado a um honrado ourives, protector da família, o qual se desenvolveu na educação do seu esperançoso pupilo. E, uma vez adquiridos os primeiros conhecimentos, matriculou-se, aos onze anos, nas aulas da Congregação do Oratório, onde concluiu preparatórios para a vida monástica, que lhe haviam destinado, vindo a professar na Ordem de Santo Agostinho, no convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, a 15 de Novembro de 1778.

Mas, falho de vocação, porque tivesse abraçado contra-vontade o estado religioso, conforme havia, mais tarde de alegar, foram tristemente aventureiros êsses catorze anos de vida claustral, uma parte dos quais passou em reclusões nos cárceres da Ordem, ou em transferências de convento para convento, tendo, num dêles, em Coimbra, conhecido Fr. José de Santa Rita Durão, o célebre autor do *Caramuru*, que o acolheu com simpatia e o animou nas primeiras tentativas poéticas.

Agravando-se, porém, as manifestações do seu génio insubmisso, não pôde José Agostinho evitar que lhe fôsse aplicada a pena máxima da alçada religiosa, qual era a da sua expulsão perpétua da comunidade, o que veio a dar-se, solenemente, a 18 de Fevereiro de 1792, após sentença conventual. Todavia, os efeitos dessa sentença vieram a caducar em consequência dos recursos que interpusera perante os tribunais civis e a Cúria Romana, que, em 1794, lhe concedia finalmente o desejado breve de secularização, e lhe restituía o exercício das ordens de que, pela sua expulsão, fôra privado.

Tendo prestado tôrmo de obediência, e já liberto de perseguições e castigos, conquistava Macedo a tranqüillidade necessária para se entregar à cultura do seu espírito lucidíssimo. Desvanecia-se o pesadêlo do passado. «Para trás ficaram as loucuras de uma mocidade turbulenta, em revolta com a disciplina monacal», escrevia Teófilo Braga; começava um novo período, «em que êsse temperamento forte — na expressão do mesmo autor — venceu os estímulos que o desvairavam, servindo-se dessa energia para um maior relêvo de carácter. Foi uma nova manifestação da existência, na sua mais intensa actividade pessoal e influxo social».

Durante longos anos exerceu, então, José Agostinho de Macedo o ministério de prêgador, vivendo quasi exclusivamente do produto dos seus sermões, visto que o rendimento das suas obras literárias, o cedia, as mais das vezes, aos editores. Da nomeada que alcançou nesse ramo tão difícil da oratória, faremos uma idéia se atentarmos em que é Inocência quem afirma ter êle chegado a ser «não só escutado com gôsto e

atenção, mas aplaudido como um dos melhores oradores, que então subiam aos púlpitos da capital, e por fim preconizado quasi universalmente por superior a todos êles.» Também Alexandre Herculano se fez eco dêsse renome, quando acentuava que, «Na eloquência do púlpito, a única em Portugal cultivada, só um orador deixou pela estampa monumentos dignos de exame, se atendermos à fama popular que para seu autor grangearam: já se vê que falamos do padre Macedo.»

Em Novembro de 1802, ao ser criada a classe dos prêgadores régios, e tratando-se de prover êsses lugares, logo o nome de José Agostinho figurou à frente dos primeiros nomeados, o que lhe acrescentou a popularidade, «dilatando por tal modo a sua reputação, — registava Inocêncio — que já não tinha, digámo-lo assim, mãos a medir para satisfazer ao desempenho dos sermões que quotidianamente lhe afluíam de tôdas as partes».

Foi, certamente, essa popularidade que nas eleições de 1822 o levou a reunir um grande número de sufrágios em vários distritos do País, nalguns, até, onde não era pessoalmente conhecido, vindo, por fim, e a despeito da galopinagem dos seus adversários, a ser eleito deputado substituto às Côrtes Ordinárias, pelo círculo de Portalegre.

Em 1824, eram-lhe conferidas as atribuições de censor do Ordinário, as quais exerceu durante alguns anos com grande brilho, conforme o ficaram atestando as numerosas e notabilíssimas *censuras e informações*, que constituem, talvez, a parte mais valiosa das suas obras.

Foi sócio correspondente da Academia Tiberina, de Roma, «em que entram só os primeiros literatos da Itália», como dizia numa carta ao Arcebispo de Lacedemónia, e, com o nome poético de Elmiro Tagideo, fez parte da Arcádia de Roma e da Nova Arcádia ou Academia de Belas Artes de Lisboa, de que era sócio, também, Bocage, com quem trocara tremendas sátiras, depois de o ter tido por amigo inseparável. Mas, quando o poeta foi acometido da enfermidade de que havia de morrer, José Agostinho, esquecendo passados ressentimentos, era dos primeiros a acompanhá-lo, dedicando-lhe, depois da morte, um *Epicédio*, considerado até uma das suas melhores poesias.

D. Miguel, que tantas provas dera da sua carinhosa gratidão por José Agostinho de Macedo, investiu-o, em 1830, nas funções de cronista substituto do Reino, para que êle escrevesse a história de Portugal desde o início do reinado de D. João VI até 11 de Julho de 1828, em que os Três Estados reunidos o haviam proclamado Rei.

No dia 19 de Setembro de 1831, quando José Agostinho estava na

sua casa de Pedrouços, redigindo *O Desengano*, viu-se forçado a largar a pena, — aquela pena que êle comparava a uma *bombarda de Diu*, e que só a morte havia de arrebatá-lo, pois o assaltara um ataque repentino de sezões, as quais lhe agravaram os padecimentos de que viria a sucumbir no dia 2 do mês seguinte.

Ainda nessa conjuntura D. Miguel lhe manifestou a sua dedicação, enviando-lhe um dos médicos da real câmara e ordenando, depois da morte, que o seu corpo fôsse transportado num coche da Casa Real para a igreja do convento do Rato, onde os seus restos ficaram depositados em sepultura particular, junto à capela de Santa Teresa de Vila Nova. A chave do féretro foi entregue a El-Rei D. Miguel, que a quis guardar, como homenagem prestada à memória do escritor e dedicado defensor dos seus direitos dinásticos.

O Padre José Agostinho, como já por mais de uma vez o tenho lembrado, continua aguardando que alguém recolha os copiosos materiais acumulados e se resolva a erguer-lhe o monumento literário a que tem direito a sua figura prodigiosa de erudito e lutador.

E' possível que Macedo, como poeta, nunca tivesse atingido as cumiadas que o seu estro ambicionava. Mas, assim mesmo, legou-nos documentos demonstrativos de um engenho pouco vulgar, e que, se nem sempre se harmonizava com a majestade dos seus assuntos preferidos, não deixava, todavia, de traduzir-se com grande brilho e elevação. Sem perfilhar o critério de alguns censores que o consideravam apenas um verzejador monótono, que, como Herculano, só viam montes de gêlo no poema *O Oriente*, e sustentavam que baldadamente buscaremos nas suas obras poéticas uma parcela de beleza, não duvidarei concordar com outro crítico, quando afirmava que o Padre José Agostinho de Macedo não copiava do natural; que o seu talento poético se inspirava de preferência no estudo e no convívio de outros poetas; que não exprimia as suas impressões pessoais; que não sentia com a sua sensibilidade própria nem as comoções afectivas, nem os encantos da natureza.

Lembre-mos, porém, de que Macedo se submetera, inteiramente, aos cânones poéticos do seu tempo, cultivando persistentemente o género didático, êsse género literário que, para Hegel, não devia ser contado entre as formas próprias da arte. Assim mesmo, só quem nunca tiver percorrido as páginas volumosas de *O Gama*, da *Meditação*, da *Viagem estática ao templo da Sabedoria* ou de *O Oriente*, ousará negar que nelas se encontram estâncias de grande valor e beleza, conforme o reconheceram numerosos críticos do poeta, em cujo número figuram alguns nomes

estrangeiros, como Romero Ortiz, Adrien Balbi e Ferdinand Denis. No critério autorizado do sr. dr. Alfredo Pimenta, « Colocado no seu tempo e no seu meio, *O Oriente*, de José Agostinho de Macedo, tem páginas imortais. O verso é perfeitíssimo — quantas vezes marmóreo, como todo o verso dignamente clássico. » Estas estâncias do *Canto VIII* bastarão para confirmar êsse parecer:

« Já das soberbas mesas removiam  
« Atentos Pagens panos preciosos,  
« Com fausto, e pompa oriental ardiam  
« De tódta a parte sândalos cheirosos:  
« Pelo gramineo leito inda jaziam  
« Os Lusitanos nautas valorosos;  
« Quando volvendo o rosto ao forte Gama  
« De Melinde o Monarca assim lhe exclama:

« Feliz navegador, que tens domado  
« A fúria d'Oceano embravecida,  
« A quem parece que se humilha o Fado,  
« E a cujos passos vai Fortuna unida:  
« Pois tem Lusa Nação tão forte brado  
« Feito soar, por armas tão temida,  
« Qu'enche co'a fama de seu nome a Terra,  
« Se a paz concede, se fulmina em guerra.

Admitindo, porém, que os seus trabalhos poéticos fôsem tudo o que em seu desfavor se tem dito, bastaria o labor do humanista e do panfletário para perpetuar a memória de José Agostinho de Macedo. É ler as suas *Censuras*, os *Sermões*, as *Cartas*, os *Pensamentos filosóficos*, o *Motim Literário*, as *Cartas filosóficas a Ático* e tantos outros escritos que compõem a vasta bibliografia do polemista, e ninguém deixará de se render perante a espantosa erudição acumulada nesses volumes tão esquecidos. Recordemos apenas alguns períodos de uma carta incluída na última obra que citei, e estou certo de que os meus leitores lamentarão não a ver reproduzida na íntegra:

Não, eu não posso negar-vos, meu amado Ático, que considerados em si mesmos não sejam bens os que chamamos bens da Fortuna; honras, postos, comandos, riquezas, servos, palácios; porque todos podem contribuir para nosso prazer, e comodidade: mas é preciso advertir, que o maior preço e valia que têm êstes bens lhes são dados por nossa opinião e imaginação, ou fantasia. Sem êstes bens tão pomposos, e esplêndidos pode cada um de nós ser feliz na terra, isto é, gozar daquela tranqüillidade de alma, que é a verdadeira ventura compatível com a mortalidade. É rematada loucura afligir-se a gente, e amargurar-se tanto com a privação dêstes bens. Isto vos parecerá um lugar

comum em Filosofia; mas assim mesmo é a mais importante lição em moral. Não é menos lastimosa loucura nutrir no coração fogosos, mas inúteis desejos de os conseguir. Com uma pequena dose de siso que vos haja tocado em sorte, conhecereis, que nós não devemos fabricar a desventura quando dizemos que buscamos, e inquirimos a felicidade. Entre as máximas do Estoicismo que eu tanto prezo, sempre dei grande valor àquela que tantas vezes repito... «Que a Natureza se contenta com pouco». Serei sempre rico, se com muito pouco me contentar. Com efeito não é preciso muito para saciar a nossa fome e sede: tudo o mais é supérfluo, tudo o mais é filho da opinião. Vós conhecereis esta verdade até no seio da grandeza em que nascestes.

E não limitou José Agostinho de Macedo somente à poesia, às humanidades e à crítica literária o seu esforço produtivo, tão intenso e porfiado que era o pasmo, já, dos contemporâneos. Como sabemos, êsse polígrafo genial, que foi também grande orador sagrado, arremessara-se com violência nas lutas políticas do século, combatendo, arduamente, o bom combate legitimista, o que só havia de lhe acrescentar a glória, por ter sido um dos maiores polemistas de todos os tempos e um autêntico precursor do jornalismo, o «*patriarca do jornalismo lusitano*», na expressão de Oliveira Martins. *O Desengano*, *A Besta esfolada*, *A Tripa virada*, as *Pateadas*, as *Cartas* ao seu amigo Joaquim José Pedro Lopes, e muitos outros panfletos, são testemunhos eloquentes dessa feição literária e das idéias políticas que defendeu. Alguns passos do *Desengano*, que foi o seu testamento político, chegarão para exemplificar essa modalidade de escritor, que tanto o celebrizou:

Que querem os homens neste universal transtorno? Para que são tantas calamidades; vai andando por meio século, sem parar o vendaval de opiniões, de estrépitos, de guerras, de sangue, de mudanças de Dinastias, de formas de Govêrno, de Leis, de costumes, de revoluções? Quererem, e assim o mostram, o puro Rêpublicanismo. Ódio à Realeza, ódio à Nobreza, ódio às Distinções, Condecorações, e a tudo o que fôr grandeza hereditária. Só Povo, e nada mais que Povo, porque no Povo há duas coisas que se não podem unir, e que os reformadores do Mundo dizem que as encontram unidas, e inseparáveis: Soberania, e Obediência passiva. O Povo impera, e é Soberano; o mesmo Povo obedece, e é vassalo. E de quem é o Povo vassalo, quando não é Soberano? Temos a Comédia, é o Amo, e é o criado dêste mesmo Amo. Isto é o que temos constantemente ouvido apregoar. Nova confusão. Há muitos anos que ando metido nestas guerras, em que eu não quero, nem tréguas, nem paz, nem admitirei jamais Capitulações. O meu primeiro dever tem sido conhecer o inimigo com quem pelejo, e conhecer as armas com que êle combate. Todos os grandes Generais dêste grande Exército têm escrito grandes Tratados da sua Tática, e com êles se tem aumentado, e aguerrido tanto o mesmo Exército. Todos os da Seita Enciclopédista eram recrutadores; eu estudei os seus princípios para não combater às cegas, e achei na sua Metafisica o Materialismo, em sua Moral a simples Natureza, em sua História o Cepticismo, em sua Religião a incredulidade, e em

sua Política a batida, e rebatida, inculcada sempre, e teimosamente propagada Democracia. Que confusão de sentimentos! Que querem os homens? Todos os seus Livros eu tenho lido, e talvez se não haja visto mais aturado estudo, e sustentada reflexão, só com uma passageira, e flutuante excepção, eu não encontrei entre todos os Corifeus da igualdade mais que uma Aristocracia arraigada no fundo da alma.

Em conclusão: por qualquer aspecto que encaremos a personalidade do escritor, sempre ela há-de avultar como uma das mais notáveis da nossa história literária, porquanto José Agostinho de Macedo foi brilhante como poeta; como erudito bem serviu a cultura portuguesa; e, como prosador, soube elevar-se a par dos maiores cultores do património glorioso da linguagem, — a par de Vieira e de Camilo, na opinião insuspeita de Teófilo Braga — sabendo, igualmente, como panfletário e doutrinador, interpretar com superior elevação e lucidez o pensamento político nacional.

Infelizmente, dir-se-ia não se haverem ainda desvanecido por completo à volta da sua memória aquelas animosidades que o perseguiram na vida, e continuaram a persegui-lo, impiedosamente, na morte. Tornou-se um lugar comum não falar do Padre José Agostinho, sem se dar primacial importância aos desconcertos do seu viver e sem se tentar, até, transportá-los para o âmbito da sua actividade social. Pois era já tempo de corrigirmos a condenação injusta que os ódios acumulados fizeram desabar sobre o nome deste grande português. Quantos críticos implacáveis das fraquezas do frade graciano não se estariam retratando a si próprios, ao rasgarem com a pena a memória de um escritor que não foi o perverso nem o venal que pretenderam apresentar-nos e que só disse a verdade, ao proclamar, um dia, que, se como homem tinha pecados, como cidadão, não tinha crimes?

Oliveira Martins, que não nutria pelo vulto de Macedo a simpatia manifestada por Teófilo Braga, não se esquivou, todavia, a reconhecer que a sinceridade era o segredo do panfletário miguelista; que «a franqueza foi a sua força, o desinteresse, a origem do seu prestígio». E, tendo-o classificado, no *Portugal contemporâneo*, como «um dos mais fortes cérebros formados em Portugal, e o mais genuíno dos velhos portugueses de raça», afirmava nos *Perfis*, em que tão injusto foi para a memória do escritor, que ele era *Alguém*, acrescentando que «O povo amou-o, sentiu pelos seus nervos, falou pela sua bôca.»

Constitui, portanto, uma obra de justiça, a de reabilitar a memória deste frade rebelde às disciplinas do claustro, mas que, pelo seu vastis-

simo saber e entranhado amor pátrio, foi uma glória das nossas letras e um dos mais conscientes e valiosos defensores da Ordem tradicional. E assim se verá também justificada a confiança que êle mostrava depositar no julgamento dos vindouros, quando escrevia no *Oriente*:

A ti, sòmente a ti, Posteridade,  
Consagro o Canto: em perenal memória,  
Meu nome em ti s'escute, em ti se veja,  
Salvo d'opróbrio, e dos farpões da Inveja.

FERNANDO CAMPOS.



# O CRISTIANISMO EM ALEXANDRE HERCULANO

(Continuação da página 128)

## Liberalismo Religioso

### a) Herculano e a Infalibilidade

O século de Alexandre Herculano propusera-se levar a efeito o grito de liberdade e independências humanas que vinha ecoando desde o século precedente e que gradualmente quebraria barreiras com solidez de muralhas antigas a desafiarem as eras.

O homem *acordava* então para se lembrar de que tinha direitos como o ente «sociedade»; na sua vida queria marcar o sinete da individualidade que o diferenciava da banalidade em série, da fôrma comum.

Pensamentos novos ocupavam os espíritos em busca de aragens renovadas; a paixão, porém, mais de uma vez os desviava e a sombra da morte vinha suprir os anseios de vida feliz.

Em vez de renovação havia perversão.

Este sentido libertário da actividade humana dispersou-se pela religião e literatura como pela política; houve por isso acaloradas disputas entre partidos e escolas e entre adeptos das mesmas crenças. Nelas se envolveu Alexandre Herculano, não movido, aliás, por amor próprio ou irreflexão: honra lhe seja!

Vimos atrás como acreditava e defendia os dogmas católicos que tinham chegado até êle trazidos por gerações sucessivas desde o ensinamento apostólico; acreditava e, na medida do possível, queria racionalmente justificar a sua fé, «lembrado do preceito do Apóstolo S. Pedro segundo o qual devemos estar habilitados a expôr os motivos da nossa crença».

Quando percebia que o humano tentava substituir o divino e passar como tal, ou isso lhe parecia, então não podia deixar de levantar-se em

desacôrdo. Isto se depreende da primeira carta escrita de Vale de Lô-bos a Barros Gomes, em Julho de 1876, sôbre a candente questão da infalibilidade do Papa e da conceição imaculada de Nossa Senhora. Herculano fala desta maneira ao destinatário:

«O christianismo, e especialmente o catholicismo» — repa-re-se na distinção feita — «não temem a razão: precisam della. Ora, é o catholicismo, estribado na razão que me afasta inven-civelmente da nova religião do marianismo e do infallibilismo, heresias recentes, heresias de especulação, e que hão de passar como tem passado centenares de outras; como ha-de passar o protestantismo, consequencia fatal das corrupções de Roma» (...). «O catholicismo é eterno, e não pode haver dous catholi-cismos».

Uma intelligência com as preocupações da do nosso escritor, que se esforçava a todo o custo por fazer o acôrdo da Religião e da política, forçosamente cairia nêste exagêro que para êle o não era — equiparar dogmas definidos a heresias condenadas.

Por que pensaria assim?

A Companhia de Jesus ainda não tinha feito calar tôdas as animosi-dades de que era alvo; considerava-se o maior entrave opôsto à conse-cução do ideal da época, pelo que era atacada como monstro de tentácu-los em tôda a parte a impedir a vida e a sugar o sangue alheio em proveito próprio.

Grande, como na sociedade, era a sua acção dentro da Igreja, e a tal ponto que Herculano chega a identificar a congregação de Santo Inácio e a barca de Pedro, e a considerar igualmente certos os dogmas religio-sos da Imaculada e da Infalibilidade, obras jesuíticas, e o dogma político da direcção dos negócios públicos do reino pelos membros da Com-panhia.

O Cristianismo estava modificado de maneira que, para êle, jesuítismo era o mesmo que Igreja Católica moderna: era em questão de fé o que liberalismo era em assuntos políticos.

Liberalismo e jesuítismo definia-os Herculano na última carta a Oli-veira Martins como «duas betas negras, a tyrannia em nome do ceu e a tyrannia em nome do algarismo».

Pôsto assim e assim considerado o problema, o político adversário dos liberais era o católico inimigo dos filhos de Santo Inácio.

Há nesta atitude de combate algumas reminiscências do ensino recebido no Oratório, não haja dúvidas nenhuma...

Leia-se esta passagem irónica da segunda carta ao referido Barros Gomes:

«Infelizmente, Ex.<sup>ma</sup> Snr., eu fui muito mal educado. Ensinaram-me a ler letra redonda pela versão da bíblia do padre Pereira, refinado herege, como quasi todos os oratorianos, de quem fui depois discípulo. A ler letra de mão aprendi por uma historia evangelica, manuscripta, do bispo do Maranhão, D. Frei Antonio de Padua, que morreu hospede da minha família.

A causa teve maus principios. Conhecia Christo, os apostolos, e discipulos e nem palavra sabia a respeito de S. Vicente de Paulo e de S. Ignacio de Loyola.

Com a idade e com a reflexão, entre os personagens eminentes do Novo Testamento começou a sobressahir um que dia a dia cresceu a meus olhos em sublimidade. Era S. Paulo. S. Paulo tornou-se a final, para mim, o grande vulto do christianismo militante. Foi S. Paulo que me perdeu.

Era elle que escrevia, não a bispos, não a presbyteros, mas aos fieis em geral da Gallogrecia: «ainda quando nós mesmo ou um anjo do ceu vos annuncie um evangelho differente do que nós vos temos annunciado, seja anathema.»

Firmado neste suporte vá de atacar as decisões «forjadas pelos jesuitas» no Concílio do Vaticano que «não passou de um conciliabulo, de uma espécie de latrocinio d'Epheso, que poderia ser fatal ao catholicismo, se o catholicismo não fosse immorredouro como é»; não se acate, por conseguinte, quem apresenta doutrina nova, inventada pelas conveniências de momento, quem vem fazer enxertias na árvore católica...

Herculano, sem ficar por aqui, cita não só S. Paulo intervindo sobre S. Pedro, o primeiro Papa, mas também casos análogos como o de S. Cipriano contra o pontífice Santo Estêvão na questão da validade do baptismo administrado por herejes, de Santo Agostinho apologistas de S. Cipriano, o de Santo Hilário que anematizou o Papa Libório, para não falar de «os setenta annos do seculo X, em que na cadeira de S. Pedro se assentaram sucessivamente os monstros de que fala Baronio, e em que a sé apostolica se atufou num charco de crimes atrozes, de sacrilegios e de substituições».

Onde pára então o dogma da Infalibilidade, se houve Papas disso-

lutos, Papas herejes, Papas censurados pelos bispos e fiéis? Como compreender e explicar tais processos?

Oportuno se torna reconhecer aqui a verdadeira imparcialidade de Herculano, o escrúpulo de homem e de cristão em não querer assoalhar as misérias dos Papas do período referido.

Na *História da Igreja* de V. A. Moehler (tradução francesa pelo abade P. Bilet, tomo II) estão escritos êstes períodos:

«Théodora (concubina do margrave da Toscana, Adalberto) puis ses deux filles, Théodora la jeune et Marocia, placèrent désormais sur le siège de Pierre des hommes qui les égalaient en infamie et en corruption. Sergius III, Jean X, Jean XI et Jean XII figurent parmi ces papes détestables. Les vices seuls frayaient la voie à cet emploi.»

E o que vai ler-se mostra a razão do silêncio do nosso historiador:

«Ma nature répugne absolument à dépeindre de telles horreurs, et on voudra bien m'en dispenser». (...) Ce n'est pas de l'Église que de tels papes sont sortis; ils sont le résultat de l'absence de liberté dans l'Église et d'un parti qui ne s'intéressait qu'à l'Italie! (...) Nous traversons rapidement cette longue période, car elle ne peut rien nous apprendre, sinon quel siècle affreux ce fut que le dixième siècle.»

O autor, contudo, considera excessivo o juízo de Barónio, o historiador dos *Annales ecclesiastici* em doze tomos, para quem o século X foi «d'airain pour sa grossièreté et sa stérilité en toute sorte de bien; de plomb, pour l'abomination du mal qui l'inonde; de ténèbres, pour le manque d'écrivains».

Seja como fôr, o certo é não serem fruto de irreflexão e ânimo leve as razões opostas pelo nosso escritor ao dogma da Infalibilidade. Procedendo como procedeu evidenciou que o não movia rancor ou ódio mas a convicção firme de que o cristianismo da Infalibilidade e da Imaculada não era o mesmo cristianismo anterior ao Concílio do Vaticano.

Com efeito, tem a força da lógica a sua argumentação.

Se — poderia afirmar Herculano — qualquer dogma para ser acreditado como tal tem de assentar explícita ou implicitamente na doutrina revelada e tradicional; se houve, e a História o confirma, Papas herejes e dissolutos, o católico não tem obrigação de aceitar um pretenso dogma

que não se deduz da doutrina admitida universalmente no tempo e no espaço, e que é desmentido pelos exemplos citados.

Alguém escreveu que, se lhe mostrassem estar essa nova doutrina incluída no catecismo ou ensino dos Santos Padres, ele aceitá-la-ia; de contrário, não!

Nesta situação continuava; infelizmente ninguém pôde ou soube mostrar-lhe com clareza a legitimidade do Concílio do Vaticano e, consequentemente, das suas decisões. Não foi possível que Herculano visse que o Papa não era o Geral dos jesuítas, que as definições de fé e moral *ex cathedra* não eram política dos que em 1848 chamava «nojentos netos de Loyola».

Alguma razão tinha Barros Gomes ao afirmar que Herculano trazia um jesuíta encarrapitado no nariz; melhor seria dizer que as pupilas do escritor eram aposento escuro de Santo Inácio, nem sempre ocupado, graças a Deus.

Sim, nem sempre nem só o anti-jesuitismo desembarcado no Minde-lo fêz falar Herculano.

Era o mundo de então, avariado e louco, exigente e pouco crédulo para ser crente, a chamar o divino ao tribunal do juízo particular. Se neste não apareciam os testemunhos requeridos, o juiz era inexorável.

Herculano foi assim quanto ao que ele chamava o néo-catolicismo, as novas heresias, os dogmas, novinhos em folha, da Infalibilidade e da Imaculada. O dogma, segundo ele, crê-se, não se discute; é certeza, não é opinião, e isto desde sempre até nossos dias.

O imaculatismo combateu-o S. Boaventura — que é santo! —; de longe vem a disputa sobre a infalibilidade; onde, por conseguinte, as características dogmáticas?

Aqui neste debate — registámo-lo sem custo — Herculano mostrou-se hábil argumentador, profundo conhecedor da doutrina e sua história, servido pela lógica e coerência de princípios admitidos por todos. Não aceitando a Infalibilidade decretada por um concílio em que os participantes eram na maioria «bispos *in partibus* sem representação de tradição religiosa, abades mitrados, e cardiais diáconos e presbíteros» e onde «88 bispos votaram contra, 70 o fizeram virtualmente e 62 não ousaram falar claro», o nosso dissidente não esgrimiou no ar nem isoladamente. Deixo de lado a reacção estrangeira para citar unicamente o que Fortunato de Almeida conta acerca de Portugal e o Concílio do Vaticano. É em resumo o seguinte:

Pela bula de 29 de Junho de 1868 Pio IX convocou o Concílio para

8 de Dezembro do ano seguinte. Só perto desta data os bispos portugueses deram a respectiva informação aos fiéis, e a maioria d'êles comunicou não poder comparecer por vários motivos. Apesar de tudo, a 14 de Novembro partiam para Roma os bispos D. António de Vasconcelos Pereira de Melo, de Lamego; D. Inácio do Nascimento Morais Cardoso, do Algarve; D. Patrício Xavier de Moura, do Funchal e D. José Luís Alves Feijó, de Cabo Verde.

O *Echo de Roma* dizia assim ao noticiar o facto, estranhando talvez o número, talvez o valor, talvez uma e outra coisa dêses tipos portugueses:

«Mas onde estão os doutores que representem a sciencia de Portugal neste concilio, como fizeram no de Trento os Frei Francisco Foreiro, Diogo de Paiva de Andrade, Melchior Cornelio, Antonio Leitão, Luiz de Sotto-Maior, Antonio de Padua, Pedro Lusitano?... E isto quando os outros prelados se apresentam com numerozo sequito de doutores e ecclesiasticos!»

Os jornais estrangeiros do mês de Fevereiro de 1870, occupando-se dos prelados contrários à infalibilidade, contavam entre êles *três bispos portugueses*, acrescentando-se depois *os bispos portuguezes*. E Fortunato de Almeida fecha o capítulo desta forma: «Em todo o reino de Portugal foi recebida com grande júbilo e muito festejada a noticia da definição dogmatica da infalibilidade pontificia. Notou-se, todavia, que os prelados quasi todos foram remissos mais uma vez em semelhantes demonstrações.»

Por tudo isto concluímos a difficuldade da doutrina e também a razão que assistia a Herculano.

Quando os bispos se portavam como acabamos de ver, não era demais que um leigo lhes seguisse conscientemente os passos.

Mesmo hoje ¿quantos de nós não farão as interrogações que Herculano fazia? O Papa infalível às veses ¿por que não há-de ser sempre infalível? Por que só «quando no exercicio do seu cargo de pastor e de doutor de todos os cristãos, e em virtude da sua suprema autoridade apostólica êle define que uma doutrina sôbre a fé ou os costumes deve ser sustentada pela Igreja universal»?

Infalível permanentemente ou acidentalmente?

Não se pense, porém, que o nosso escritor não reconhecia a supremacia do sucessor de Pedro no govêrno da Igreja Católica; o que êle não tolerava, como atrás ficou exposto, era um papa de encomenda jesuítica, um papa com prerogativas individuais e próprias da Igreja total.

Nisto o político adverso ao absolutismo revelava-se contrário a um absolutismo religioso.

Confusões que caracterizam uma época! Talvez que fora da eferescência política de então, na serenidade da discussão calma e amiga, êle não chegasse às afirmações expostas.

É de notar com que respeito fala do Santo Padre no protesto contra a Concordata de Fevereiro de 1857.

Ouçâma-lo:

«A guerra é com a usurpação estrangeira e com o jesuitismo e ultramontanismo *ad hoc* de certo grupo de reaccionarios, fezes de todos os partidos, mas principalmente das fracções liberaes. O catholicismo, ainda o mais fervoroso, é estranho á contenda. Não se tracta hoje da crença que erdâmos de nossos pais e que devemos transmitir intacta a nossos filhos: tracta-se de manter os limites do sacerdocio e do imperio.

«Acima tambem do debate está o sumo pontifice, o primaz da igreja catholica, o primeiro entre os seus co-episcopos. Impecavel e sancto perante os homens, emquanto espontanea e individualmente não transpõe os limites em que circumscrevem a sua acção as instituições ecclesiasticas, cumpre-nos curvar a cabeça diante d'elle como chefe visivel da igreja, no exercicio das suas legitimas attribuições. O que não somos obrigados a acceitar é os erros e abusos dos seus ministros ou a deslealdade dos nossos; o que não podemos tolerar é a insaciavel ambição de dominio da curia romana, incapaz de se desenganar de que as doutrinas de Gregorio VII acêrca da supremacia politica de Roma sobre os reis e sobre os povos não triumpharão jámais.»

Certo, o significado attribuído por Herculano aos têrmos *impecável* e *santo* não é o literal.

Ao Papa chamamos Santo Padre e todavia não é santo *in stricto sensu*; e impecável não poderá dizer-se senão que é considerado como se o fôsse.

¿Negar-se-á ao trecho transcrito verdade e ortodoxia?

A par disto surge a sombra da sotaina, o mêdo da tirania.

Política muita política...

(Conclui no próximo fascículo).

A. SARAIVA DE CARVALHO.

# COSTUMES E APTIDÕES DOS INDÍGENAS AFRICANOS

*(Continuação de págs. 120)*

**O**S negros, devido à sua falta de inteligência e de cultura, têm uma idéia muito vaga de Deus e da Alma.

Deus é para eles considerado como o criador do Mundo com poderes para tudo fazer, mas indiferente ao culto.

Dizem que a alma é que bate no coração e nas artérias, que respira, que dá brilho aos olhos, que inspira os bons ou maus sentimentos, que se desliga do corpo quando a pessoa morre.

O prêto, em matéria religiosa, é fetichista e profundamente supersticioso. Acredita em toda a espécie de crendices, bruxedos e nos espíritos bons ou maus.

O quimbanda (feiticeiro mor) tem o poder de adivinhar o presente, o passado e o futuro, e, em cada aldeia, nada se resolve sem ser ouvida a sua opinião.

Por influência desses intrujões, de má índole e gananciosos, praticam os maiores crimes, barbaridades e irregularidades, porque o prêto, como é uma perfeita criança, segue o que eles indicam julgando-os com poderes sobrenaturais. Se os indígenas fôsem bem orientados, certamente só praticariam o bem.

\* \* \*

As bruxas (também conhecidas por mulheres de virtude) exercem no europeu inculto e até, por vezes, no civilizado, a mesma acção perigosa que os feiticeiros exercem no negro selvagem. — Talham o ar e o bicho, fazem mizinhas que envenenam, causam doenças ou mortes, rezam com cerimónias variadas, levando esses europeus fracos de espírito, a praticar as mais ridículas irregularidades e até crimes.

Vários escritores que descrevem nos seus livros credices e superstições do nosso povo, consideram o nortenho o mais facilmente atacado pela intrujice.

O pescador da Póvoa de Varzim, — o pòveiro — constitui uma espécie de pequenina nação dentro de Portugal, com os seus costumes, com os seus princípios baseados na sã moral e na justiça, com diversos graus de nobreza e plebe, com Os Homens Bons e de Respeito que premeiam ou castigam o bem ou o mal cometido sempre ao lado da moral e justiça que em tudo predomina, o que dá motivo a serem acatadas, sem a menor relutância, tôdas as suas deliberações e, naturalmente, a ser muitíssimo pouco freqüentada a Casa Grande (Tribunal e Administração).

Foi assim que eu conheci esta boa gente e é assim que Santos Graça a descreve no seu livro intitulado — *O Pòveiro* — no qual trata também, em capítulo especial e muito desenvolvidamente, das suas credices e superstições, ficando-se com a impressão de que as bruxas encontraram ali um ambiente favorável ao exercício da sua profissão.

As grandes emprêsas de pesca, últimamente constituídas, têm as suas traineiras a pescar em todos os mares dos pòveiros e a tôdas as distâncias, suplantando e aniquilando a pesca dos lanchões na qual trabalha a gente de tronco, a nobreza pòveira com os seus Homens de Respeito e de boa formação moral. O exemplo dêstes, os princípios verdadeiramente religiosos e sãos, o carácter que os nobilitava, eram seguidos pelos restantes membros da colmeia menos fidalgos, formando-se assim um povo de tradições honrosas, típicas e simpáticas que honrava o país a que pertencia.

Mas por estes pescadores não poderem lutar com os novos processos usados nas traineiras, foram obrigados a procurar trabalho nessas grandes emprêsas, a desviar-se do seu ambiente restrito mas puro, a entrar em convívio com gente de outros princípios e de outra moral, do que resultou perderem um pouco do que tinham de bom para assim se irem lentamente igualando ao que de mau se conhece. E hoje, se ainda se encontram muitos daqueles costumes tradicionais e dignos de admiração e respeito, outros vão lentamente desaparecendo infelizmente, ficando de pé a superstição que, por ser um mal, tarde ou nunca desaparecerá.

Mas, apesar de tôdas estas circunstâncias, o pòveiro tem mantido, tanto quanto possível, a sua grandeza moral, patriotismo e tradições mesmo longe do seu meio ou do País.

Assim o prova a atitude tomada pelos que ainda há pouco estavam no Brasil a trabalhar com interesse e que, quando intimados a naturali-

zar-se brasileiros sem o que não lhes era permitido continuar naquele país, imediatamente regressaram a Portugal por quererem, acima de tudo, ser portugueses.

E os que, como colonos, seguiram para Pôrto Alexandre, Lourenço Marques e Beira, têm mantido e transmitido aos descendentes os seus tradicionais e são princípios continuando a ser em África o que eram na sua terra natal.

\* \* \*

Há crendices bastante originais entre os indígenas, introduzidas pelos feiticeiros. A consulta dos feitiços é cerimónia notável e que exerce influência na vida do negro.

Os feitiços podem ser constituídos por um bocado de madeira, por um chifre, dente, saco sujo, ou por qualquer outra coisa que eles julguem com o poder de curar doenças, de promover a felicidade ou a riqueza aos seus possuidores, de produzir a morte ou evitá-la.

Basta colocar um feitiço à porta da casa de um inimigo para este morrer imediatamente. E, se isto não suceder, é porque ele tem consigo outro feitiço a defendê-lo.

O gentio teme o poder oculto; e quem o convencer de que o tem, logo o domina absolutamente.

Assim, um nosso distinto e valentíssimo oficial, comandante de um forte sem tropas nem armas, ao ver-se cercado e ameaçado pelo gentio em elevado número, armado e chefiado pelo seu soba, não tendo tempo para pedir reforços nem dispondo de elementos para resistir, conhecedor da psicologia do negro e da sua crendice, resolveu, com muita inteligência e valentia, tentar um estratagema que lhe podia causar a morte se falhasse, mas que era o único que podia dar resultado.

Dirigiu-se desarmado, sem ninguém o acompanhar, ao local onde se encontrava o soba com a sua gente em atitude hostil, e ali, arrogantemente, lhe declarou que o ia prender e a tóda a sua gente, disposto a, no caso de não ser obedecido imediatamente, reduzir a cinzas todos quantos ali se encontravam para o que tinha poderes de Deus.

E, para isto provar, tomou do chão um punhado de terra, amontoou-a e, tocando-lhe com um fósforo aceso, ela imediatamente explodiu. Assim faria arder a terra onde eles se encontravam para todos morrerem queimados num momento.

Foi tal o terror de que se apoderaram, que o soba e todos os seus súbditos, se entregaram imediatamente sem resistência.

Levava o oficial um bom punhado de pólvora, sendo, evidentemente, esta e não a terra, que ardeu.

\* \* \*

O indígena não acredita na morte natural. Esta é sempre atribuída a feitiçaria.

Quando alguém morre, há as costumadas lamúrias e gritos no momento. Depois, encarregam o feiticeiro de descobrir quem matou.

Antigamente, fazia-se o «juramento de Bambe» que consistia em se reunir, solenemente, em local determinado, o povo da aldeia, para o feiticeiro administrar uma bebida de ipecacuanha aos supostos autores da morte, bebida essa que continha doses variáveis conforme ele entendia.

E' claro que aos seus inimigos dava doses que os matava para estes ficarem a ser considerados os assassinos.

Hoje, devido a uma rigorosa fiscalização das autoridades, deixou de se praticar esta criminosa barbaridade, substituindo-se a prova por outra muito cómica:—o feiticeiro manda pendurar o defunto num pau comprido cujas extremidades apoiam nos ombros de dois homens. As pessoas da família do morto, aproximam-se d'ele e perguntam-lhe quem o matou. Depois aparece o feiticeiro que faz a mesma pergunta várias vezes.

A certa altura e de combinação prévia, os homens que sustentam o morto começam a mexer-se, aproximam-se de determinado indivíduo aos pés do qual deixam cair o cadáver, sendo este indivíduo considerado o assassino e, como tal, obrigado a dar à família do morto uma determinada indemnização.

\* \* \*

Quando um rei ou régulo morre, o cadáver é envolvido numa pele de boi preto, mumificado e depois exposto ao ar sobre uma esteira. Ali recebe tôdas as honras fúnebres, sendo em seguida enterrado.

O primeiro verme que sair do seu corpo, em putrefacção, é recolhido com todo o cuidado e respeito, alimentado a leite de vaca e muito bem tratado porque os indígenas julgam que este verme se transformará numa serpente, num leão ou leopardo, e receberá o espírito do rei ou régulo.

\* \* \*

Respeitam o culto dos espíritos julgando que os homens bons e maus, depois da morte, têm o poder de se imiscuir na vida dos fracos mortais, de lhes causarem danos e doenças. Para êsses espíritos convergem tôdas as práticas religiosas. E o culto que lhes prestam consiste em sacrifícios, danças, invocações e remédios supersticiosos.

Os sacrifícios são cruentos e incruentos. Nos primeiros, sacrificam-se as galinhas, cabras, cabritos, bois, e até pessoas em algumas regiões menos fiscalizadas e mais atrasadas.

Os segundos, são constituídos por libações de cerveja indígena. Antes e depois dêstes sacrifícios, há sempre as costumadas danças. Nas invocações, pedem êles para os mortos bons da família lhes serem favoráveis com a sua protecção e para os maus se afastarem.

Os remédios supersticiosos são — a farinha de milho ou de mandioca, a terra branca ou encarnada e o pó de carvão, tendo cada uma destas coisas a sua significação.

\* \* \*

Em algumas destas regiões há ainda antropófagos. Estes, prendem as suas vítimas que, geralmente, são indicadas pelos feiticeiros, mutilam-nas de pernas e braços, para se não poderem mexer, e obrigam-nas a comer exageradamente para engordar.

Se elas percebem o fim que as espera e se negam a comer, dão-lhes bebidas que as enlouquecem, para, neste estado, as obrigarem a comer abundantemente.

Dizem êstes apreciadores de carne humana, que a parte mais saborosa, é a que rodeia as falanges dos dedos — «Mòcôtô».

Há ainda médicos indígenas que, às vezes, usam umas ervas com as quais curam doenças graves.

Os fetichistas consideram os seus fetiches (paus, pedras, chifres, etc.), divindades que adoram.

\* \* \*

Mas há também os que professam o Islamismo, que são maometanos. Estes, concebem apenas uma divindade imaginária — Allah — cumprem rigorosamente todos os preceitos desta religião, têm cerimónias

ou nas igrejas ou à sombra de árvores (como sucede nas festas do Ramadan).

Há diversas dignidades que não podem ser desempenhadas por coxos, mutilados, cegos ou indivíduos de pequena estatura.

Julgam que os prejuízos ou desastres de que são vítimas foram causados pela acção de entes que elles imaginam com determinada configuração.

A criança defeituosa não é abandonada. Se, porém, há a suspeita de que ela teve pacto com o diabo, é morta a tiro.

Os sinais que indicam este pacto são:— excessiva vivacidade no olhar sem encarar as pessoas, excessivo desenvolvimento da caixa craniana com formas irregulares, dificuldades em caminhar aos dois e meio ou três anos, tôdas as manifestações de desarranjo físico ou intelectual.

Havendo a desconfiança, sujeitam a criança a prova antes de ser morta.

Colocam na palhota onde a criança dorme sob o maior segredo, um balaio com uma porção de arroz em pó. Se, de manhã, aparecer a dose diminuída, é sinal de que a criança, à meia noite, fugiu do leito da mãe para ir comer com o pactuante, e, neste caso, tem de ser morta.

O indivíduo que se encarrega de a matar, segue por caminhos tortuosos, munido de uma espingarda e fica escondido no mato à espera da criança que é levada por outro caminho, colocada numa clareira, sentada no chão e bem à vista do matador.

Depois, fica uma pessoa a entreter a criança e o matador, com pontaria certa, dá o tiro, mata-a e retira com todos os outros que a conduziram, no maior silêncio, deixando-a ali à espera que as feras a devorem, certos de que o diabo a guardará antes da alma se volatilizar no espaço.

\* \* \*

No sangue indígena corre o ódio ao branco, por este, violentamente, o privar da absoluta liberdade que gozava e o sujeitar ao domínio português, que lhe impõe deveres e contribuições. E, quando se sente apoiado por uma superioridade numérica, que lhe dê uma certa segurança, revolta-se e procura vingar-se do branco.

O procedimento de alguns europeus que vão para África com o firme propósito de enriquecer em pouco tempo e que, para atingirem este fim, tiram ao gentio o gado que possui e que representa para elle uma grande

riqueza, o obrigam a excessivos trabalhos, pouco ou nada remunerados, o exploram e, por fim, o maltratam, é que dá motivo a muitas revoltas e vinganças.

Se o passado que privou o prêto da sua inteira liberdade ia esquecendo, êstes actos irregulares, mais recentes, avivam ódios.

Sendo o prêto um ente inferior ao branco, tem de receber dêste a educação, da qual depende o seu modo de ser e de proceder.

Nem tirá-lo dos seus tradicionais costumes dando-lhes regalias e comodidades que êle não compreende e com as quais se incomoda, nem, tão pouco, maltratá-lo.

Uns exemplos:

Em 1914, estando eu no Tchiapepe, (sul de Angola) a comandar um esquadrão, vi por ali passar uma coluna de Moximbas montados em bois-cavalos, comandados pelo prêto Dámara, — Orlog — (um contratado por Roçadas para o acompanhar durante a campanha como conhecedor da região) seguindo com aquela gente dois oficiais do nosso Exército.

Disseram-me êstes que, por ordem de Roçadas, iam percorrer aquêles povos, prender uns Cuanhamas e Cuamatos que ali andavam a fomentar revoltas e a apreender o muito gado que êstes ali traziam a pastar.

Seguiram o seu destino. Dias depois regressaram, passando novamente pelo meu acampamento. Traziam com êles milhares de cabeças de gado apreendido e alguns indígenas presos, uns e outros, cuanhamas, segundo me disseram.

Soube, no dia imediato pelo Director da Missão Católica que tinha a sua sede junto do meu bivaque, que êstes moximbas tinham praticado as maiores irregularidades e atrocidades. Mataram prêtos indefesos e pacíficos que estavam nas suas cubatas, o gado, apreendido como de cuanhamas, era afinal da missão católica, do meu esquadrão, de indígenas amigos de Portugal; os prisioneiros eram também prêtos submissos entre os quais se encontravam os pastores do gado da missão e do esquadrão que eu comandava.

Comuniquei estas ocorrências ao Comandante, do que resultou serem entregues os gados aos seus donos, postos os presos em liberdade, verificar-se que o *Orlog* tinha enganado o Comandante e os oficiais, com o fim de receber a percentagem que lhe cabia do gado apreendido. Mas nem se deu a vida aos mortos nem se tirou do espírito do gentio a violência praticada.

E foram estas e outras irregularidades cometidas que predispueram o gentio à revolta depois do sucedido em Naulila.

O pelotão de cavalaria que foi ao Humbe fazer um reconhecimento depois do combate com os alemães, não resistiu ao violento ataque do gentio que matou o seu comandante e muitas praças, fazendo retirar precipitadamente as outras com grandes perdas.

Em 1915, depois da carga de Cavalaria 11, na Mongua, contra o Cuanhama, foi encontrado morto o alferes Damião, sem língua, sem olhos, sem outros órgãos que aqueles prêtos lhe arrancaram antes de o matar. Outras selvagerias idênticas têm sido cometidas, tôdas elas, geralmente, motivadas pelas irregularidades dos brancos. Hoje, felizmente, devido a uma rigorosa fiscalização do Estado, cada vez o branco comete menos abusos.

Quando, porém, o indígena não estiver dominado pelos feiticeiros, fôr bem tratado, bem dirigido por chefes europeus que conheçam bem a sua índole e a forma de o conduzir, manifesta-lhe a sua dedicação, o espírito de sacrifício e uma notável grandeza de alma, tem utilidade, valentia, é um ótimo soldado e um bom auxiliar em tudo.

Em 1914, alguns landins, depois de em Naulila se baterem valentemente com os alemães, ficaram prisioneiros e por êles sentenciados a ser enforcados. Ao chegar o momento da execução, marcharam sós, de cabeça alta para a meterem no laço que os havia de matar sem ser preciso que alguém os empurrasse. E assim morreram, mostrando uma expressão de contentamento por julgarem ter cumprido o seu dever de bons portugueses.

Noutras campanhas, a mesma grandeza de alma se lhes tem notado.

O soldado prêto, principalmente o landim, o macua, namarral, asçari e de várias regiões de homens fortes, quando bem comandado, é de uma notável valentia, não tendo medo à morte, procurando-a, às vezes, certo de que vai em seguida reencarnar noutro corpo na terra em que nasceu. Preocupa-o, com frequência, o medo de ter medo.

Nunca volta as costas ao perigo, desde que o chefe branco o encare também sem temer. Se, porém, o chefe manifesta medo, o prêto classifica-o logo de cobarde e faz-se mais cobarde do que êle dizendo:— branco tem coração de galinha. É sóbrio, forte, resistente, simples, sem ambições nem preocupações, vive com pouco alimento, sujeita-se a um

insignificante pagamento pelos seus serviços, tem grande mobilidade e resistência, marchando para o perigo sem hesitar e com rapidez, num silêncio que permite ouvir-se distintamente o arfar da respiração.

É leal e amigo do seu chefe, pelo qual sacrifica a vida para poupar a dêle, desde que lhe admire o valor.

Dá a cada passo provas de civismo e de abnegação que envergonham o europeu.

Uma sentinela ou graduado indígena cumpre rigorosamente o que os seus superiores ou regulamentos lhe determinarem sem poupar ninguém, seja quem fôr. Um negro com duas divisas no braço, toma um ar de superioridade que impõe o respeito geral.

Este prêto sem instrução nem civilização, leva-nos a ter uma verdadeira admiração pela sua selvageria em face de tantos exemplos notáveis dados e que muito convinha que fôssem seguidos pelos que consideramos civilizados.

O indígena suporta as maiores torturas e castigos, deixa-se retalhar injustamente com chibatadas de cavalo-marinho, nada havendo que o obrigue a denunciar um companheiro.

Estas verdades levam-me a temer que a civilização possa transformar em defeitos, as muitas virtudes que a selvageria lhes dá e conserva.

Há raças indígenas definhadas e raquíticas. Como, geralmente, ao enfraquecimento físico corresponde a fraqueza moral, não tem êstes a grandeza de alma e a valentia que manifestam os fortes e vigorosos.

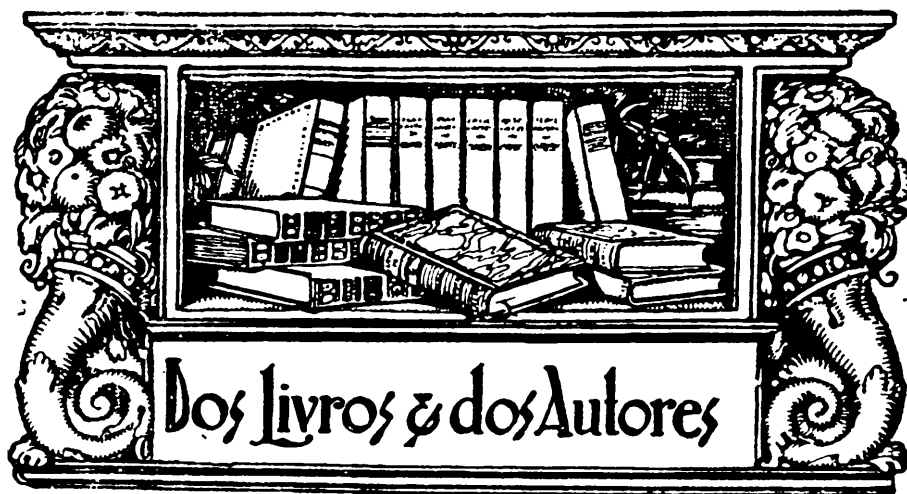
\* \* \*

O General alemão Von-Letow, apenas com quadros brancos, sendo o resto das suas tropas constituído por askaris, combateu desde 1914 até 1918, contra todos os aliados que o cercavam, sem comunicações com o seu país, sem recursos, vivendo do que colhia da terra e apanhava nas unidades inimigas, por meio de assaltos e emboscadas, adquirindo por êstes processos, armas, munições, cavalos, comida, roupas, etc.

Os seus doentes eram tratados com medicamentos conhecidos e fornecidos pelos indígenas e aviados na grande farmácia da flora africana.

*(Conclui no próximo fascículo)*

MAJOR ALBERTO CARDOSO MARTINS  
DE MENESES MACEDO (MARGARIDE).



GLOSSÁRIO DOS TEMPOS, por *António Sardinha*. Edições «Gama». Lisboa, 1942.

Creemos ser êste o penúltimo volume póstumo de ensaios do malogrado António Sardinha. Por publicar fica apenas um volume de versos e a *Correspondência*; publicados estes, estará completa a obra do grande mestre e doutrinário do nacionalismo.

Na história das idéias em Portugal — que urge escrever, porque é uma necessidade das mais instantes para os homens cultos não só portugueses, mas também estrangeiros — a figura do grande ensaísta ocupa um lugar de excepcional relêvo. Desde a «geração de antecipados» que promoveu as conferências do Casino em 1871 até nossos dias, nenhuma outra geração houve tão grande agitadora de idéias como a que entrava na vida prática ao proclamar-se a República em Portugal. Efectivamente, se nem todos os seus componentes militaram, politicamente, nas mesmas fileiras, todos, ou quasi todos, vieram a notar-se pelo ardor combativo do seu ataque ao Liberalismo que não consideravam adaptável ao nosso país e, até mesmo, contrário às nossas instituições e à

nossa índole. Foi essa geração, infelizmente dividida, que originou êsses dois movimentos propagadores de idéias, embora antagónicos, por vezes, mas que não será lícito desconhecer nem ignorar: o *Integralismo Lusitano* e a *Seara Nova*. Ao primeiro pertenceu A. S., e pode dizer-se que foi êle a sua alma. Efectivamente foi pelo I. L. e por êle que Sardinha trabalhou e lutou, numa palavra, viveu. E de tal modo se identificou com êsse movimento — de que aliás nem sequer fôra o organizador — que quando falamos no I. L. imediatamente lhe associamos o nome de A. S.

Nas páginas da *Nação Portuguesa* — que maus fados fizeram desaparecer — e nas da *Monarquia*, deixou A. S. obra variadíssima, de que, à sua morte, mal imaginávamos o volume. De facto, só depois do grande lutador ter desaparecido e os volumes de inéditos começarem a aparecer, ano após ano, se pôde avaliar conscientemente qual era a formidável capacidade do escritor. Quando morreu, A. S. deixou publicados seis volumes de versos, três de ensaios e um estudo na *Questão Ibérica*, e no prelo ficava *Ao ritmo da ampulheta*. Após a sua morte publicaram-se nada menos que treze volumes, dos quais três de versos. Dêsses dez volumes de ensaios en-

---

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

---

contra-se reunido o que o grande mestre escreveu, além do já publicado, nesses anos de actividade febril que vão de 1914 a 1924. Que admirável labor! À leal amizade de Hipólito Raposo, seu companheiro de sempre, e à de Rodrigues Cavalheiro, seu discípulo ilustre, se tem devido a organização dos volumes publicados, e por isso lhes deve estar grata a cultura portuguesa que, de outro modo, ficaria privada de alguns livros de magnífica prosa, excelente doutrina e clarividente visão política.

Prosseguindo naquela missão, as Edições «Gama» lançaram a público este volume há anos já anunciado. Alguns dos ensaios são já antigos, datando do início da acção política de A. S. Mas, se algumas das conclusões do autor não são hoje sustentáveis, e se parte dos seus juízos são expressos com uma vivacidade de linguagem que o mestre hoje não perfilharia, nem por isso este livro perde o seu valor por constituir espécie valiosa para o conhecimento da curva ascensional do espírito de A. S.

Em dado momento o I. L. rompeu com o Senhor D. Manuel II, a quem A. S. se referiu, por vezes, em termos acrimoniosos. Parte dos artigos, agora reunidos neste volume, foram escritos antes do rompimento, o que é necessário ter em conta para se dar o justo valor às palavras do autor. Isto mesmo explicam os Editores numa *Advertência* apensa ao livro.

Apresenta ainda o volume uma fotografia do busto de A. S. inaugurado há poucos anos na sua terra natal e que nos mostra o grande doutrinário em atitude indagadora na sua elegância viril de homem de idéias.



O PAPEL DO PROFESSOR DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA, por *Augusto César Pires de Lima*. Porto, 1942.

O título deste trabalho — que foi uma conferência proferida a convite da Federa-

ção dos Amigos da Escola Primária — diz tudo. Filho dum professor primário, o sr. dr. A. C. P. de L. falou com ciência e com consciência, focando aspectos do problema dignos de ponderação e de meditação. A instrução primária em Portugal nem sempre (até se poderia dizer quasi nunca) teve quem lhe compreendesse o alcance e a projecção. Pode dizer-se que o homem será na vida aquilo que dêle tiverem feito os pais, primeiro, e o professor primário, mais tarde. Daí a extrema acuidade do problema, que se tem procurado resolver, muitas vezes, sob as impressões dum critério demasiado simplista ou demasiado superficial. Como admirar-nos dos erros daí provenientes? Muitos desses erros denuncia-os no seu trabalho o sr. dr. P. de L. e para alguns apresenta fácil remédio. De desejar seria que as palavras de tão ilustre Professor fôsem ouvidas e atendidas de modo a chegar-se, finalmente, à dignificação duma classe e dum grau de ensino por tanta gente ainda incompreendidos e até desprezados por não ver que êle é a pedra angular de tudo o mais.



NEVE SÔBRE O MAR. *Novelas*, por *Joaquim Paço d'Arcos*. Segunda edição. Parceria A. M. Pereira. Lisboa, 1943.

Publicado em fins do ano passado, logo no limiar do actual alcançou este livro a sua 2.<sup>a</sup> edição. Se o gosto do grande público é, tantas vezes, discutível, pelo que, a nosso ver, as reedições sucessivas de uma obra nem sempre estão na razão directa do seu valor intrínseco, a verdade é que as constantes reedições dos livros de J. P. d'A. provam à saciedade que esse gosto não está inteiramente embotado. E ainda bem para o público, e ainda bem para o país, porque nada há como as preferências literárias dum povo para justificarem a sua superioridade ou a sua inferioridade mental.

Se em Portugal houvesse a preocupação de consultar a-miúde a opinião pública em tôdas as circunstâncias em que tal consulta fôsse necessária (tal como na América do Norte se faz freqüentemente), poder-se-ia então avaliar com justeza e com justiça da capacidade compreensiva e intelectual dos portugueses, sem para isso termos de recorrer aos depoimentos, quási sempre falíveis, de estrangeiros ou aos, ainda mais falíveis e sempre suspeitos, dos nacionais.

J. P. d'A., que já tem no seu activo de escritor um livro de novelas — *Amores e Viagens de Pedro Manuel* —, retoma o género em *Neve sôbre o mar*, depois da sua triunfal carreira de romancista, auspiciosamente inaugurada com *Herói derradeiro*. Ele é hoje, com mais dois ou três nomes de cultores do romance, o verdadeiro representante duma tradição que parecia definhar e prestes a extinguir-se ao começar o segundo quartel dêste século. Culto, viajado, conhecedor do homem e do mundo, J. P. d'A. possui tôdas as qualidades requeridas pelo romancista dos tempos que vivemos. Que essas qualidades são também inerentes aos que tentam a novela, prova-o o seu último livro que, nas suas próprias palavras, tem por cenário o « mesmo drama, o drama da guerra que assola os continentes e ergue em tempestade os oceanos », sendo « já um eco do côro imenso de angústias, que o nosso tempo havia de escutar ».

É, pois, mais um *livro sôbre a guerra*, a par de tantos que inundam o mercado? Nada disso. É um *livro do tempo da guerra*, e no qual, apesar de escrito longe dos campos de batalha e de não nos pôr ante a vista o espectáculo terrificante e confrangedor da tremenda luta dos nossos dias, se reflectem muitos dos conflitos morais do nosso tempo levantados pela guerra e que sem ela não existiriam por certo. Lealmente o Autor, logo no limiar da obra, nos previne de que ela não tem as pretensões que poderiam atribuir-se-lhe por

má interpretação das suas palavras acima citadas. Mas, esclarece, « se ao novelista não compete trazer mais lenha para a fogueira em que os corpos e as almas se consomem, se não deve, portanto, escrever uma só palavra de contribuição para a grande tormenta, incumbe-lhe, todavia, não se isolar no tempo e no espaço, não se alhear do mundo que habita e da hora que vive, antes debruçar-se, compadecido, sôbre os sofrimentos que presencia, e ser, na medida que limita o vôo da sua arte, quanto nela lhe couber, o cronista desta época dolorosa e dos pequenos dramas que em conjunto formam o drama universal ». Não é, pois, J. P. d'A. um escritor intemporal e inhumano. Ele compreende o seu tempo e, mais do que isso, sente-o. Porque o *sente* procura, através dos seus livros, deixar gravadas as lutas, as ansiedades, os tormentos, as dúvidas, numa palavra, a inquietação dêste primeiro têrço do nosso inquieto século.

Constituem *Neve sôbre o mar* seis novelas, seis estudos psicológicos de seis almas femininas, tôdas diferentes mas em que o mesmo drama ecoa: Eudóra (uma polaca), Norma (uma intelectual americana), Gretel (uma judia alemã naturalizada pelo casamento), Dolores (uma espanhola fugida à guerra de Espanha), Iowa (uma mestiça, filha de holandês e de javanesa) e Marcelle (uma francesa casada (?) com um banqueiro fugido de Paris). Quere dizer, J. P. d'A. abandonou (provisoriamente?) os estudos psicológicos das lisboetazinhas mal educadas e ambiciosas, movendo-se no meio artificial dessa grande aldeia que é a Capital, para se debruçar curiosa mas respeitosa sobre almas mais puras, mais perversas, ou mais complexas do que aquelas a que até agora tem dedicado a sua atenção. O cenário em que se movem essas seis figuras dispare é o mesmo: a grande República norte-americana, onde o Autor as conheceu, as viu ou as adivinhou. Mas já que profundezas teve de descer a sua introspecção

para nos dar estas seis magníficas novelas, cada uma das quais sintetiza os anseios e as esperanças dum povo, e em que se reflecte profundamente o grandioso drama que tem o mundo por palco!

Com Eudóra assistimos à tragédia pungente da Polónia martirizada; Norma representa a angústia e os anseios dos americanos inconformistas, para os quais não basta o espantoso progresso mecanizado do seu país e para quem algo de mais elevado e nobre existe para além do dia a dia da vida material; e o seu amor por Edgar Poë e pelo seu drama revela suficientemente por que largos horizontes ela ansiava; com Gretel é o grito secular dos judeus perseguidos que ouvimos e sentimos retinir estridentemente em nossa alma; Dolores é uma resignada que, apesar de o ser, resolutamente quebra o último elo a ligá-la ao passado e olha depois confiadamente o futuro; Marcelle é talvez a mais dramática das seis; por detrás dela e através dela é o drama da França que vive, são as angústias de toda uma nação que se ensoberbecu nos tempos de grandeza, que considerava o mundo como fêudo e que não soube ver que dentro de si já ferviam os vermes que lhe preparavam a própria decomposição. De propósito deixamos Iowa para o fim, porque embora na alma desta se debatessem os mesmos ou semelhantes anseios que nas outras cinco, a sua natureza de mestiça perturbante e cálida a torna diferente das cinco almas sofredoras que citamos.

Eis em síntese o que é *Neve sobre o mar*, cujo título expressivo é por sua vez uma síntese de todos os sentimentos que se agitam dentro de nós após a sua leitura. Pela mão do Autor nós deixamos, por umas escassas horas, este recanto tranquilo duma Europa convulsa, atravessamos o Atlântico dum só vôo a bordo desse potente *Clipper*, desembarcamos em Nova Iorque, olhamos Filadélfia, e eis-nos a ouvir ou não da boca de cada heroína o seu próprio drama, que, no fim de contas, é uma pequena faceta

(pungente, embora) do grande drama do nosso tempo.

Desde o *Diário dum Emigrante* que J. P. d'A. parece comprazer-se apenas no estudo das almas femininas. Éle é o romancista, por excelência, da alma da mulher: Sarita, Teresa, Ana Paula, Norma, Mrs. Davenport, Dolores, Paulina, Iowa, Marcelle, quantos não perpassam na sua obra, sorridentes ou não, arrastando o seu drama íntimo como um forçado a sua grilheta... Não sendo exaustivo no seu estudo como Balzac ou Zola (e nisso reside o seu mérito), J. P. d'A. põe ante os nossos olhos corpos vivos, que falam por si, agem por si e sentem por si. Sentimos que não são simples autómatos por detrás dos quais se move o Autor, ou que obedecem às suas insinuações ou às suas ordens. São almas, acima de tudo.

Criador de «tipos», como todos os romancistas com garra, J. P. d'A. conquistou por mérito próprio um lugar no primeiro plano dos nossos escritores, não sendo hoje já dado ignorar-lhe a obra por parte de quem se curvar sobre a nossa literatura actual. Com *Neve sobre o mar* éle apresenta-se-nos senhor absoluto da sua arte, com estilo sóbrio, claro e simples, perfeitamente apto para o fim que tem em vista. Estas novelas são um livro que fica, porque, a par do drama humaníssimo que todos os seus personagens viveram, está vazado num estilo naturalíssimo, como estamos pouco habituados a ver num país em que ainda perdura o culto gongórico da palavra, o amor simbolista pelo vocábulo raro e expressivo.



KYRA KYRALINA, por *Panaït Istrati*.

Tradução de Alexandre Babo. Livraria Latina, editora. Porto, 1943.

P. I. é um autor quasi inteiramente desconhecido em Portugal, apesar das suas obras terem sido escritas em francês, o que

as torna perfeitamente acessíveis ao português médio. Mas P. I. foi um romeno, filho de grego e romena, vagabundo, aventureiro, homem não de sete mas, pelo menos, de catorze ofícios, os mais diferentes, os mais estranhos, os mais baixos, dotado de psique muito especial, conhecedor profundo da vida, no que ela tem de mais elevado e também de mais repelente, céptico e negativista mas, ao mesmo tempo, capaz de se deter sobre um sofrimento para o consolar ou, a menos, para nos inspirar compaixão por ele. Talvez por isto tudo só raros portugueses conhecessem este escritor estranho, de facies mais estranho ainda, que tentou pôr fim à vida numa época de profunda depressão moral e que a tuberculose arrebatou aos 50 anos depois de ter dotado a literatura francesa e o patrimônio espiritual da humanidade com algumas obras primas. A sua vida e a sua obra explicam-se mutuamente, pelo que esta última, embora escrita na língua de Loti e de Anatole, nada tem do equilíbrio tão caro ao gaulês e que é a expressão clara do seu génio.

O ilustre Romain Rolland — pela mão de quem P. I. entrou nas letras —, prefaciando *Kyra Kyralina*, escreveu que ele é «um artista nato, um contista do Oriente, que se deleita e emociona com os seus próprios relatos» depois de lhe ter chamado um «novo Gorki dos países balcânicos». Não se enganou. P. I. é um dos maiores escritores dos nossos dias, não só pela linguagem dinâmica em que são vazadas as suas narrativas, mas também, e sobretudo, pela profunda humanidade das suas figuras.

A Livraria Latina, cuja obra editorial é já importante, escolheu, e muito bem, P. I. para inaugurar a sua «Colecção de Autores Notáveis». A escolha foi auspiciosa, embora a tradução não tenha aquela fluidez e aquela elegância que seriam de esperar em obra de tal tómo. Um pouco mais de cuidado da parte do Tradutor e uma revisão atenta teriam evitado os deslizos que

nela se encontram e a afeiam. Sendo intenção dos Editores, ao publicar esta obra, apresentar um trabalho que «é, acima de tudo, uma obra de arte», como no-lo dizem em a nota com que o volume abre, seria de esperar uma tradução cuidada e sob a qual não transparecesse, a cada passo, a língua original.

*Kyra Kyralina* é, em muitos passos, uma autobiografia, embora devamos desconfiar um pouco da veracidade de muitas das situações que P. I. nos apresenta. Mas é obra admirável, de descritivo e de emoção, em que perpassam essas figuras bem vivas que são Kyra e seu irmão, Dragneid, o protagonista que conta a história dos dois. É todo o misterioso Oriente, naquele ambiente fechado dos fins do século passado: a Roménia, a Turquia, a Ásia Menor. É também uma parte da vida do autor localizada em tempos em que não era ainda nascido. E o encanto da narrativa juntamente com o drama que na obra se debate levam-nos atrás de si irresistivelmente até ao fim. É uma obra prima, embora a muitos espíritos não possam agradar certos meios que P. I. descreve; mas não deixa de ser uma obra prima e das mais belas.

A edição é elegante e muito bem apresentada.



O ISLÃO NA ÍNDIA, por *Eduardo Dias*.  
Livraria Clássica Editora. Lisboa,  
1942.

O Autor dos *Árabes e Muçulmanos* oferece-nos neste opúsculo — o n.º 7 da «Colecção Gládio» — um breve resumo muito claro do movimento do Islamismo e sua difusão na Índia, com particular referência às lutas entre as variadas seitas árabes e muçulmanas no mundo islâmico. Dividido em quatro capítulos: — «A Expansão muçulmana»; «A era portuguesa»; «A penetração britânica»; e «Índia» — a

sereia oriental — constitui um guia muito completo para todos os que quiserem conhecer rapidamente este assunto tão apaixonante, sem terem tempo para o recurso dos grandes tratados.

Escrito em linguagem fluente e elegante, fica muito bem na colecção em que appareceu, devendo antes, pela natureza do assunto, estar compreendido na série III em vez da I, em que saiu. Não seria de mais apensar à obra uma lista bibliográfica dos trabalhos mais importantes hoje existentes sobre tal assunto.



INVOCACIONES, por *Pedro Pérez Clotet*. Cádiz, 1942.

O sr. P. P. C. é um distinto escritor espanhol que conta já no seu activo oito trabalhos, a um dos quais tivemos há tempos ocasião de referir-nos nestas mesmas páginas. São em maioria os livros de versos. Por estas *Invocaciones* podemos fazer uma idéia das capacidades poéticas do Autor e das alturas a que o seu estro sobe. De inspiração poderosa, o sr. P. P. C. nem sempre traduz claramente os seus anseios, que, por vezes, são expressos em linguagem um tanto sibilina que não deixa entrever o seu pensamento. Tanto quanto nos foi dado alcançar, parece-nos que o sr. P. P. C. tem pronunciadas tendências para o misticismo panteista, o que claramente se depreende sobretudo dos dois *Salmos*.



A ESTENOGRAFIA PRÁTICA, por *José Domingues Ramos*. A DACTILOGRAFIA PRÁTICA, pelo mesmo autor. Domingos Barreira, Editor. Porto, 1946 e 1942.

Estes dois trabalhos são naturalmente destinados aos alunos das Escolas Técnicas (elementares e médias), mas qualquer pessoa deles se pode servir vantajosamente

para o estudo individual. Escritas com grande clareza têm a matéria criteriosamente disposta de modo que o estudante seja progressivamente iniciado das dificuldades da matéria.

A *Estenografia* abre com um resumo histórico dos diferentes caracteres, depois do que passa a iniciar o leitor na arte estenográfica. O sistema é o de Marti, adoptado em Portugal, com as modificações introduzidas por outros professores, especialmente o sr. Manuel Joaquim da Costa, de Lisboa, modificações que, diga-se de passagem, não são todas de aceitar. As lições são acompanhadas de exercícios de versão e retroversão, a par de muitas observações tendentes a desfazer todas as dúvidas que possam surgir. Apresenta depois um quadro com as principais abreviaturas mais frequentemente empregadas (*metagrafia*) e termina com uma série de 40 exercícios para ditado, criteriosamente dispostos de modo ao aluno ser obrigado a recorrer a cada passo a todos os sinais estenográficos e adquirir assim a prática necessária no seu emprego.

A *Dactilografia* segue método semelhante. Começa por iniciar o aluno no conhecimento da máquina e das suas principais peças, passa depois ao estudo do teclado (universal e português), segue-se uma série de exercícios para a aprendizagem de todos os sinais e entra por fim na prática, para o que apresenta diversos e numerosos modelos de cartas, circulares, memoranduns, etc., escritos em linguagem sóbria e versando assuntos exclusivamente comerciais, de modo, que ao mesmo tempo que vai fazendo a sua aprendizagem como dactilógrafo, o aluno vai adquirindo e fixando larga cópia de termos e frases de carácter comercial a que na vida prática terá de recorrer a cada passo.

Contém ainda diferentes modelos de documentos em uso no comércio e apresenta alguns modelos de dactilografia artística. Em nossa opinião ambos os volumes em referência preenchem perfeitamente o

fim que seu Autor teve em vista ao escrevê-los. Impressos em excelente papel, são duas obras que, sob o ponto de vista editorial, se impõem pela sua apresentação.



APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DO GOVÉRNO MILITAR DO PÔRTO ATÉ AO SÉCULO XIX, por *Henrique Duarte e Sousa Reis*. Publicações da Câmara Municipal do Pôrto. 1941.

Estes curiosos *Apontamentos* fazem parte do vol. II dos *Apontamentos para a verdadeira História antiga e moderna da Cidade do Pôrto*, que, com outros manuscritos do autor, se encontra na Biblioteca Pública Municipal daquela cidade. E para se avaliar da operosidade de H. D. e S. R. basta dizer-se que são nada menos de 20 as obras manuscritas que ali se encontram, para não falar nas cinco que estão depositadas na biblioteca do Ateneu Comercial do Pôrto.

Amigo de saber, de estudar, de investigar, S. R. reuniu durante muitos anos elementos para a história da cidade onde viveu a maior parte da sua vida (êle era natural da Póvoa de Varzim) e que era a pátria de seus pais. Sem conhecer o Ms., podemos dêle fazer um juízo pelos *Apontamentos* agora benemêritamente publicados pela Câmara Municipal da nossa terra e referentes ao Góvêrno militar da cidade.

S. R. refere-se primeiramente ao Góvêrno Militar em geral, dando-nos a seguir informações sôbre os vários Governadores militares do Pôrto «de que podemos obter notícia». Discreteia depois sôbre a Milícia, num curioso estudo de síntese informativa, acompanhado de desenhos do vestuário e do armamento de alguns homens de armas da Idade Média; fala da organização das milícias, recrutamento dos seus componentes, leis que a regiam, etc.,

e descreve as peças que em várias épocas constituíam o armamento dos homens de guerra.

Em seguida refere-se aos vários aquarteamentos da cidade, por capítulos separados, cuja história faz resumidamente. Por fim fala dos três castelos (do Queijo, da Foz e de Leça), cujas plantas e alçados apresenta.

O volume é enriquecido com preciosas notas dadas em apêndice e devidas ao sr. dr. António Cruz, distintíssimo Director do Gabinete de História da Cidade, notas que completam ou corrigem as indicações e informações do autor dos *Apontamentos*. Um índice analítico facilita as buscas. É o 9.º volume dos «Documentos e Memórias para a História do Pôrto».



O PÔRTO NA RESTAURAÇÃO, por *Fernando Guimarães*. Primeiro tómo (1640-1644). Publicações da Câmara Municipal do Pôrto. 1941.

O sr. F. G., distinto paleógrafo do Gabinete de História da Cidade do Pôrto, reuniu neste 1.º volume todos os documentos existentes no Arquivo da Câmara Municipal e referentes à Restauração de Portugal. Abrange os anos de 1640 a 1644 e é constituído por cartas, alvarás, actas de sessões, etc., a partir do dia 6 de Dezembro de 1640, cuidadosamente transcritos e com as abreviaturas desenvolvidas, e ligados entre si pelos esclarecimentos do organizador, cujas intenções são muito para louvar.

Através destas centenas de documentos perpassa o espírito heróico da cidade que, além do nome, deu a Portugal o melhor do seu sangue e o melhor dos seus bens. Os anseios, as alegrias, os desânimos e as esperanças da cidade e dos seus legítimos representantes, palpitam nestes documentos, sentindo-se vibrar por debaixo da frieza do formulário, que nem sempre podia ser feito com aquela liberdade que o coração pedia.

O sr. F. G. vai esclarecendo passo a passo as dúvidas ou interrogações do leitor, indicando ao mesmo tempo a fonte de onde provém o documento transcrito. No final do volume um índice alfabético facilita a consulta. A obra abre com uma *Nota preliminar* de sr. dr. A. de Magalhães Basto, chefe dos Serviços Culturais da Câmara Municipal do Pôrto. É o 8.º volume da valiosa colecção de « Documentos e Memórias para a História do Pôrto » tão auspiciosamente inaugurada e tão galhardamente continuada.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.



DIANTE DA VIDA, por António Pôrto-Além, 1942.

O problema da angústia encontrou em António Pôrto-Além um intérprete que se interroga numa ânsia compreensiva de explicação. Os seus dois cadernos anteriores, ainda cheios de indecisões, deixaram-nos a esperança de que outros se seguiriam e que o Autor resolveria casos em suspenso.

Lê-se este seu livro *Diante da Vida* (Novos indícios — Confissões) e fica-nos a satisfação de verificar que António Pôrto-Além assentou na jornada que se impôs e que o seu espírito descobriu o rumo que o pode conduzir a bom termo. É preciso frisar, entretanto, que entre o comum das gentes e António Pôrto vai um caminho longo de separação: poucos são os que pensam como o Autor e por isso também reduzido o número dos que aceitam as questões analíticas de *Diante da Vida*.

À imagem dos grandes místicos António Pôrto vive um mundo interior profundo pelo que tem da vida externa uma concepção particular. A sua força tem o fulcro na introspecção, motivo que lhe dá lugar ao poder construtivo que anima o seu livro.

Creio que António Pôrto-Além está a criar aquilo que distingue os homens entre si: a personalidade.

JORGE ANTUNES.



A ENCICLOPÉDICA «EUROPA» — Leipzig, 1943.

Com uma introdução de Joachim von Ribbentrop, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich, acaba de ser publicada, em Leipzig, uma grande obra intitulada *Europa* — verdadeiro manual do desenvolvimento político e cultural do Vêlho Continente. Editou-a o Instituto Alemão para Estudos de Política Externa e escreveram a parte principal 25 personalidades de primeira plana nos domínios da Política, da Economia, da Literatura e da Ciência da Alemanha, da França, da Espanha, da Itália, da Roménia, da Bulgária, da Finlândia, da Hungria, etc. A posição de cada país no quadro do problema europeu, é descrita de maneira clara.

Afirma-se, com força, o carácter de cada grupo nacional e a necessidade de independência das suas nações.

Vem depois o resumo da obra da Europa, no campo do Direito, da Economia, da Música, da Literatura, das Artes Plásticas, da Ciência, do Teatro, do Cinema, dos Desportos, etc. Segue-se-lhe a resenha dos principais acontecimentos europeus desde 1939 a 1943; uma colecção de documentos sobre a colaboração europeia; a descrição da geografia, da história, da economia e da estrutura política de cada Estado, etc.: quadro de uma família de muitos povos, cada um com a sua individualidade própria, mas ligados pelos mesmos laços espirituais.

A interessante obra é acompanhada de esplêndidas fotografias, representando paisagens, cidades, obras de arte e personalidades notáveis.

R. D. V.

# COSTUMES E APTIDÕES DOS INDÍGENAS AFRICANOS

*(Continuação de págs. 156 — Conclusão)*

O prêto selvagem das nossas colónias, cumpre rigorosamente o que se lhe determina sem recalcitrar, é útil, dedicado, sincero, nunca procurando mascarar-se para encobrir a verdade.

A gente metropolitana é rebelde ao cumprimento das leis ou ordens dadas pelas autoridades, contraria tôdas as medidas tomadas pelos governos tendentes a acompanhar-se o progresso, não tem pela verdade o verdadeiro culto.

Sòmente, não sei por que motivo, tem respeito, obediência e até uma natural dedicação pelo polícia sinaleiro, auxiliando-o e substituindo-o sempre que êle falta nos lugares próprios, revelando, assim, uma notável vocação para o desempenho destas funções.

E assim vemos, nos lugares de perigo, pessoas de tôdas as idades, sexos e categorias, de braço estendido, a dar, com lealdade, sinal de passagem ou paragem com o fim de evitar desastres.

É pena que esta verdadeira vocação nacional, despida de hipocrisia, se não manifeste, com a mesma dedicação e utilidade, nas muitas outras funções da vida social.

\* \* \*

Antero de Figueiredo diz num dos seus livros que o homem, freqüentador de salões mundanos e clubes aristocráticos, só no carnaval tapa a cara com uma máscara mais inocente do que a sua, para dizer, frente a frente, o que pensa numa má língua que representa a língua da verdade. E só no terceiro dia, à hora cristã, fatigado de ser verdadeiro umas horas, de novo usa da habitual máscara de todo o ano.

É muito verdadeira esta apreciação. Realmente, a falsidade e a hipocrisia desempenham, na sociedade actual, um importante papel.

Uns, depois de passarem a mais divertida noite num baile ou em qualquer parte onde seja possível expandir alegrias, vestem-se de negro, dão à fisionomia uma fictícia expressão de dor e seguem, acto contínuo, para a igreja com o fim de ouvir missas por alma de um parente próximo que naquele dia de há muitos anos deixara de existir. E, terminados os actos religiosos e os cumprimentos de pesar, logo é esquecido o morto para ser novamente lembrado no mesmo dia do ano seguinte.

Outros, exteriorizam o seu catolicismo dentro das igrejas, ao mesmo tempo que praticam as maiores irregularidades, fazendo da religião um estribo, por meio do qual procuram alcançar situações rendosas e cómodas.

O cristianismo não se presta a fictícias exteriorizações. Exige sacrifícios que nem todos suportam e não traz interêsses pessoais.

Cristo representa a perfeição dos homens. A sua doutrina está fundamentada na sã moral, na verdade, no sacrifício, na lealdade, na abnegação e caridade.

Êstes princípios, por exigirem sacrifícios e abnegação para bem dos outros, só podem ser seguidos por quem fôr impellido para o bem por uma fôrça oculta e natural que, simultâneamente, vá impedir a prática de tudo o que contrarie os preceitos morais estabelecidos por Cristo.

A essa fôrça chama a cartilha, que as crianças decoram sem compreender o significado e alcance das suas palavras, — *A Graça de Deus* —, sem a qual ninguém poderá ser um verdadeiro cristão.

\* \* \*

Nenhum indígena é capaz de praticar tanta falsidade, tanta hipocrisia, de manifestar assim sentimentos diferentes sem uma justificação aceitável.

Quando é religioso e verdadeiramente crente, é respeitador de tudo quanto a sua religião determina.

Se o não é, não finge sê-lo.

Para satisfazer as exigências da sua sociedade, de forma a evitar fingimentos que não pode suportar durante muito tempo, manifesta as suas alegrias e tristezas pela mesma forma, com batuques, danças e libações.

E é muito mais correcto e sério seguir o que o temperamento e sentimentos permitirem ou desejarem, do que manifestar falsamente, o contrário daquilo que a natureza indicar, representando constantemente a mentira neste palco em que vivemos.

\* \* \*

Apresentei as virtudes do prêto quando bem dirigido, bem orientado e bem tratado, assim como mostrei os seus defeitos, crimes e selvagerias quando entregue a si, sem uma boa direcção, desde que o explorem ou maltratem, ou quando dominado pelos feiticeiros.

\* \* \*

Mas o livro — *Páginas de Sangue* — de Sousa Costa, descreve selvagerias praticadas pelos brancos que ultrapassam as dos negros por civilizar.

Nessas *Páginas de Sangue*, se lêem monstruosidades que deixam ficar a mais triste impressão de quem as pratica ou a elas assiste com prazer.

Entre muitas, cito uma descrita a páginas 159 do seu 1.º volume.

João Brandão, o célebre assassino de tempos idos, sendo chefe de uma quadrilha de malfetores protegida pelos políticos, prendeu um indivíduo que não era affecto ao seu partido.

No dia seguinte, appareceu o preso no local escolhido e indicado, entre dois trabuqueiros munidos de uma faca de matar porcos e de um alguidar de barro vidrado, no qual deitaram umas pedrinhas de sal como condimento de sangue destinado a sarrabulho.

Depois de o pobre homem estar estendido e bem seguro sobre um muro, de forma a ficar a cabeça à altura do braço do matador, para este assim lhe poder espetar com facilidade a faca no pescoço, collocaram o alguidar debaixo da garganta da vítima para aparar o sangue que dela saísse, tudo isto se fazendo na presença da mulher e dos filhos que em altos gritos pediam socorro. Mas, uns por medo, outros porque estavam a gozar com o espectáculo, nada diziam nem faziam.

Felizmente, o irmão mais novo de João Brandão, que apesar de não ser bom, não era tão mau como o outro, incomodado com tão repugnante espectáculo, teve a boa lembrança de se fingir insatisfeito com aquella morte, que reputou de pouco torturante, e propôs para no dia seguinte lhe serem arrancados os olhos e língua antes de se matar, o que daria um espectáculo muito mais interessante.

Obtido o deferimento, foi o homem mandado novamente para a prisão, onde esperaria a ordem para a execução conforme ficara estabelecido.

Foi nesta altura que lhe deram fuga para escapar às torturas que o esperavam.

E ¿como se mataram, na célebre noite de 19 de Outubro, Machado dos Santos, Carlos da Maia e outros? Quantos repugnantíssimos crimes se têm praticado em tôdas as revoluções portuguesas, nas de Espanha e durante a guerra em todos os países?

Têm-se observado, infelizmente, as mesmas selvagerias, os mesmos maus instintos e sentimentos, em todos os países, em todos os partidos políticos, em tôdas as raças.

Sousa Costa, na 2.<sup>a</sup> parte do seu livro — *Páginas de Sangue — Bulças, Costas & C.<sup>a</sup>* — de páginas 300 em diante, e *O Século* em alguns seus artigos de Janeiro e Fevereiro de 1934, referem-se a crimes e atentados praticados por extremistas portugueses, os quais mostram muita maldade e péssimos instintos.

\* \* \*

Mostrei como os bons comandos fazem do indígena selvagem um soldado valente, bom, dedicado e com valor. Mostrei que se há indígenas que praticam selvagerias e barbaridades, também há brancos que ainda os excedem quando sentem liberdade, protecção das autoridades e sabem que estas se dispõem a não os castigar com rigor.

A acção do branco como colono, como agricultor, como autoridade, como director de emprêsas coloniais, como um simples turista, muito concorre para valorizar ou desvalorizar o prêto.

Algumas nações estrangeiras pensando convenientemente na necessidade de dar aos homens e mulheres que desejam dedicar-se à vida colonial uma educação apropriada, têm escolas onde sujeitam os alunos a provas práticas, depois de serem obrigados a estudos completos e indispensáveis para poderem exercer no ultramar qualquer cargo.

O periódico *O Lobito*, de 28 de Janeiro de 1939, tratava, no seu artigo de fundo, da preparação que a Alemanha estava a dar a quem se dedicasse à vida colonial, embora não tivesse colónias.

Há na Alemanha duas escolas coloniais: uma destina-se a fazer futuros plantadores e colonos; a outra a ensinar as futuras espôsas dêstes.

Para os rapazes há internatos, sendo externas as raparigas. Procura-se, antes de tudo, dar uma têmpera de aço aos caracteres.

São os alunos submetidos ao isolamento para assim experimentarem os seus efeitos e se manifestarem.

Ali aprendem a fabricar teijolos, telhas, a construir casas coloniais, a

abrir estradas, a lançar pontes, a fazer agricultura tropical e metropolitana, a conduzir automóveis, camiões, motocicletas, barcos a gasolina ou óleos, a manejar armas, trabalhos de serralharia, carpintaria e marcenaria, a mungir vacas, a técnica de explosivos, irrigação e drenagens, bem como a instrução militar.

Estudam, além da agricultura e de tudo quanto se indicou, história e política colonial, geografia, etnografia, contabilidade, línguas indígenas, topografia, electricidade, etc.

E assim, teórica e praticamente, ficam a conhecer tudo quanto é preciso para poderem ser úteis a si, à colónia e ao seu país.

A educação das raparigas é também teórica e prática. Aprendem as línguas indígenas, a cuidar dos doentes e dos recém-nascidos, culinária própria para climas tropicais, costura, fabrico de colchões, a fazer uso das armas, a conduzir automóveis e motocicletas.

Com estes estudos e com boa formação de carácter, poderão estas mulheres ser muito úteis além-mar, quer como espôsas de colonos, porque com estes conhecimentos os podem em tudo auxiliar, quer como educadoras das novas gerações brancas e negras, sob o ponto de vista moral, físico e intelectual.

A Alemanha, apesar de não ter actualmente colónias, está a preparar os seus homens e mulheres para viver bem nos climas tropicais.

A Inglaterra dá, às suas colónias e domínios, os auxílios e recursos necessários para poderem atingir, como atingiram, um elevadíssimo grau de grandeza e de civilização, invejadas por algumas nações da Europa.

Muito convinha que nós preparássemos também os colonos, para assim se poder tirar mais proveito do muito que possuímos no ultramar.

Se, para colonos, tantos conhecimentos são precisos, certamente, muitos mais se devem exigir para as autoridades administrativas que tenham de superintender em todos os trabalhos nas extensas áreas que lhes forem confiadas.

E os funcionários administrativos, mesmo os chefes de pòsto, quando tiverem a seu cargo zonas fronteiriças, precisam de ter, além dos conhecimentos indicados, um tacto especial para evitar ou resolver qualquer possível conflito de fronteira.

\* \* \*

Os administradores das empresas coloniais precisam de conhecer bem a colónia e tudo quanto nela haja, para poderem orientar com competência os diversos trabalhos.

As grandes empresas que prosperam, que dão dividendos, que vivem com desafôgo e com a consideração geral, têm, geralmente, a dirigi-las, na Metrópole, pessoas que conhecem a fundo a vida colonial em todos os seus detalhes e sob todos os aspectos; em África, gerentes ou administradores, muito bem pagos, conhecendo igualmente o meio, o clima e a vida colonial, com valor, categoria e aptidões, para poderem desempenhar bem as suas funções e merecer o respeito e consideração dos prêtos e dos brancos com quem tenham de tratar.

As empresas que nada produzem, que vivem em permanente regime deficitário e com dificuldades, que não têm crédito nem consideração geral, são administradas ou por capitalistas que, por nelas terem dinheiro, exigem um lugar de administração e impõem a sua vontade e orientação, sempre péssima por desconhcerem a vida de África; ou pelos protegidos da política, anichados à força nestas empresas para receber elevados ordenados e as prejudicarem com a sua incompetência, desleixo e má orientação. Para a gerência em África vai, quasi sempre, ou um protegido da política ou quem se prestar a desempenhar aquelas funções por menor preço.

Êstes princípios mal compreendidos, são os que presidem à escolha do gerente, nenhuma importância se dando àquilo que realmente tem valor (competência, conhecimento da colónia, tino administrativo, facilidades de trabalho, honestidade). E o prêto, conhecendo os erros do branco, perde-lhe o respeito.

Ora quem se presta a servir por pequenos ordenados, ou não tem nenhum valor do que resulta não encontrar quem lhe dê mais nem o mesmo, visto nada poder fazer com utilidade, ou não dá importância ao ordenado porque tem o firme propósito de cobrar por suas mãos o que julgar necessário para se pagar como quere.

Uns e outros, só poderão trazer os maiores inconvenientes e prejuízos à empresa que os contratar.

A meu ver, os que, afinal, ficam mais baratos, são positivamente, os competentes e honestos e que, por esta razão têm de ser bem remunerados, porque produzem o que os outros não podem produzir, só ganham o que legalmente se lhes dá e mantêm a superioridade e respeito sobre a gente com quem tiverem de tratar.

\* \* \*

Há milionários (na maior parte americanos) que, por luxo ou interesse, compram, por elevadíssimas importâncias, magníficos cavalos de corrida, de obstáculos ou de escola.

Mas, como, geralmente não são homens de cavalos e têm pelo seu corpo uma certa consideração, entregam estes óptimos animais a equitadores ou *jockeys* para os ensinar, treinar e exhibir, limitando-se a comprá-los e a receber honras, gôzo e proveitos dos prémios ganhos pelos que sabem e são do *métier*.

Os capitalistas desconhecedores do ramo em que empregam os seus dinheiros, deveriam seguir o exemplo citado, limitando-se a exercer uma acção fiscalizadora; e, caso suspeitassem de qualquer irregularidade praticada, chamavam alguém de confiança e valor para os inteirar da verdade.

Se assim quisessem proceder, não perderiam o seu dinheiro nem obrigariam a perder outras pessoas que nessas emprêsas fizeram suprimentos, não haveria tanta retracção de capitais, poder-se-ia desenvolver muita actividade que está parada devido, justamente, a erros que se cometem.

\* \* \*

O prêto é, portanto, bom ou mau, útil ou prejudicial, conforme o procedimento e valor de quem o dirige e orienta, dando-se o mesmo com o europeu.

A diferença que há entre as pessoas das duas côres, é a seguinte: o prêto, no estado de selvagem, não tem aspirações nem ambições. Contenta-se com a sua liberdade, trabalhando pouco e dormindo muito, em manter a vida habitual, em conservar os seus tradicionais costumes na palhota, na comida, no vestuário, nas crenças.

Não pensa em ser branco, nem em ser grande, nem em possuir o que é dos outros. E, como não tem ambições, não precisa de praticar irregularidades como, geralmente, pratica quem as tem.

O branco sem instrução, sem educação e pobre, mas já em contacto com ricos, com civilizados, com remediados, com pessoas que desempenham cargos de categoria e bem remunerados, odeia todos os que vivem em situações desafogadas. De tudo tem inveja, aspira a ser rico, a ser grande, a possuir o que é dos outros, a desempenhar as funções que outros desempenham, sem dar a menor importância ao saber, à educação, à inteligência, à instrução, ao valor, às aptidões naturais, à competência, julgando-se em condições de tudo ser e de tudo poder desempenhar.

Para esta gente, o socialismo resume-se em ficarem os pobres com os haveres dos ricos, para estes assim empobrecerem.

Nesta pequena troca de haveres e de situações, consiste, para eles, a resolução do complicado problema social.

\* \* \*

A propósito, contarei um caso interessante passado há cêrca de cinqüenta anos.

Havia nesse tempo, em Guimarães, um socialista chamado Sabacho, no fundo um bom homem mas com fantasias e idéias da gente da sua categoria.

Como o vissem, um dia, parado em frente da casa de meu Pai e a olhar insistentemente para ela, perguntaram-lhe em que estava a pensar.

Resposta: — Esta casa é a que me vai pertencer quando se partilharem os bens dos ricos como sucederá brevemente. E, sendo minha, terei, naturalmente, de a habitar. Mas, como o Conde de Margaride é um bom homem e nunca fêz mal a ninguém, deixo-o viver nela comigo, comerá à minha mesa, terá um bom quarto com boa cama e com roupa bastante para se agasalhar, dou-lhe a chave da porta para entrar livremente.

Apenas o obrigarei a engraxar as minhas botas, dia sim, dia não, para assim poder manter a minha superioridade.

Meu Pai soube disto, achou-lhe imensa graça e caturrava muito amigavelmente com o Sabacho, sempre que o encontrava.

Êste Sabacho, por ser, como disse, um bom homem, não fazia mal a ninguém e era por tôda a gente estimado. Pena é que os outros que como êste pensam, não sejam dotados da mesma índole.

Já lá vão cinqüenta anos. Neste espaço de tempo tem morrido muito socialista com estas idéias, como tem morrido muita gente rica. E os valores e idéias de cada um têm passado de geração em geração, sem se realizarem aquêles disparatados desejos dos muitos Sabachos bons e maus que vivem espalhados por todo o mundo.

\* \* \*

Nas pessoas possuidoras de dinheiro, com uns vestígios de educação ou instrução, mas sem terem a indispensável preparação para fazer uso útil da sua riqueza, que desprezam e até ridicularizam a moral, existe a mesma ambição dos Sabachos, mas sem revoluções nem barulhos. Preferem o segrêdo e a astúcia com o que, geralmente, vencem e conseguem os seus fins.

Se algum judeu de nomeada tivesse a infelicidade de negociar com

qualquer destes citados habilidosos, ficaria despojado de tudo quanto possuísse, incluindo o fato que trouxesse vestido, e seria, depois, abandonado no meio da rua, para a polícia o prender em seguida com o pretexto de estar assim a ofender a moral pública.

A propósito: — Conta-se que D. José, mostrou ao Marquês de Pombal o desejo de ver reunidos no Terreiro do Paço todos os judeus que houvesse em Portugal. E, para os poder distinguir bem, pediu para eles se apresentarem com um chapéu amarelo na cabeça.

Um dia, o Marquês de Pombal participou ao seu rei que estavam todos os judeus no lugar combinado e com os distintivos indicados de harmonia com os seus desejos.

Vendo D. José, naquele momento, dois chapéus amarelos debaixo do braço do seu ministro, perguntou-lhe para quem se destinavam. Resposta: — Um é para mim e outro para Vossa Majestade.

\* \* \*

Creio que, depois da guerra, se dará em todo o mundo uma notável transformação social.

Tôda a gente deve estar com o maior desejo de viver em paz, sem os conflitos internos nem externos, que tantos prejuízos e incômodos têm causado.

Os excessos de riqueza e de pobreza trazem nos povos um perigoso desequilíbrio, tornando-se indispensável, para sossêgo geral e duradouro, que os Estados tomem providências imediatas no sentido de se reduzirem, tanto quanto possível, os males que incomodam tôda a gente.

É claro que continuará a haver ricos, remediados e pobres, como continuará a haver fortes e fracos, doentes e saudáveis, inteligentes e estúpidos, bons e maus. Umas desigualdades darão, naturalmente, motivo a outras.

Mas se os excessivamente ricos manifestarem um bocadinho de mais inteligência na ostentação da sua grandeza e na protecção à pobreza e ao trabalhador, os pobres e quem trabalha, também logo manifestarão um bocadinho de menos estupidez nas suas invejas, nos seus rancores, nas suas ambições.

Nem tôda a gente tem a indispensável preparação e educação para enriquecer ou empobrecer, para ganhar ou perder.

Nada custa ser valente e honesto quando a segurança individual estiver devidamente garantida ou quando os excessos de rendimento permitam uma vida desafogada. Nos momentos de perigo ou nas situações difíceis é que se define, claramente, o grau de valentia ou de carácter.

O rico precisa de educação e preparação para fazer uso útil da sua riqueza visto ela, ao passo que dá a quem a possui, confortos e regalias, também lhe traz deveres impostos pela situação que ocupar na sociedade.

Só pode suportar com correcção a pobreza ou um sério revez na vida, quem tiver uma boa formação moral, grandeza de alma e notável nobreza de carácter.

\* \* \*

As grandes nações estão a aperfeiçoar planos sociais, com o fim de os pôr em prática logo que se faça a paz, naturalmente para serem seguidos em todo o mundo com as modificações exigidas pelo modo de ser de cada povo.

Esses planos sociais baseiam-se, principalmente, na protecção e amparo ao trabalhador e pobre nos momentos difíceis da sua vida, visto saber-se que eles gastam, geralmente, todo o dinheiro que ganham, por muito que seja e no dia em que o recebem, em inutilidades ou vícios sem procurarem melhorar a situação das suas famílias, por vezes, bastante má.

Sendo assim, nunca podem sentir os aumentos de salário que lhes forem feitos e, conseqüentemente, não reconhecerão nem agradecerão esses benefícios.

Mas o amparo, o auxílio e protecção nas doenças, na velhice, na invalidez, etc., não os deixarão cair na miséria, reduzirão o número dos tuberculosos, de raquíticos, de aleijados e inválidos, concorrerão para o fortalecimento da nossa raça e, conseqüentemente, para o bem do País, com o que toda a gente lucrará.

Oxalá, entre nós, essas modificações a adoptar não dêem motivo à criação de um novo funcionalismo que absorva tudo quanto se destine a socorrer as classes pobres.

\* \* \*

Nos povos africanos e selvagens, não há, como já disse, nem a excessiva riqueza nem a excessiva pobreza. Há entre eles a possível igualdade, todos se socorrem mutuamente sem invejas nem ambições.

Sabemos que se não pode obter entre brancos esta igualdade, nem a mesma forma de viver, visto os meios civilizados e o contacto com pessoas de diversas categorias sociais, a desempenhar variados cargos, darem motivo a invejas, a ambições e irregularidades.

Mas procuremos, antes de mais nada, educar e criar um ambiente onde impere a justiça e a humanidade, e logo haverá o ambicionado e duradouro sossêgo.

MAJOR ALBERTO CARDOSO MARTINS  
DE MENESES MACEDO (MARGARIDE).

---

«Os ministros veem e vão, mas o Rei permanece sempre como centro dos negócios públicos, participando vigilantemente na obra do Governo, num plano superior a qualquer consideração que não seja o bem-estar dos seus povos como um todo único.»

(De um recente artigo do *Times*).

# O CRISTIANISMO EM ALEXANDRE HERCULANO

(Continuação de págs. 147 — Conclusão)

## Liberalismo Religioso

### b) Herculano e o dogma da Imaculada

**R**ELATIVAMENTE ao dogma da Imaculada Conceição, Alexandre Herculano nem é tão extenso nem tão aguerrido como quanto ao infalibilismo. Considera-o igualmente manobra de tática jesuítica da qual saju honrado o sexo fraco que, lisongeadado com tão gentil e nobre dádiva, havia de acorrer agradecido aos confessorários ignacianos! Espanta tal juízo, mas assim o formulou Herculano.

Poderia assaltar-nos a idéia de falta de respeito, senão de blasfêmia, da parte do velho católico para com Nossa Senhora. Enganar-nos-íamos com ela, se lhe déssemos acolhimento.

Herculano reconhece e venera a Virgem como Mãe de Deus feito homem, com cujo sacrifício e morte se tornou verdadeira *Mater dolorosa*, exemplo de resignação de tôdas as mães aflitas; é superior aos anjos e santos, riquíssima de merecimentos, mas não lhe atribuíamos a imaculidade: isso é «heresia do Vaticano», é «dogmática blasfêmia»! Por quê? Porque essa prerrogativa redundaria em detrimento de Cristo e faria supor falta de justiça em Deus! Melhor é reproduzir as palavras do escritor:

«Se a infallibilidade do papa collide com a infallibilidade da Igreja; se é um perigo para esta porque colloca o christianismo em hostilidade com a sociedade moderna; se, emfim, nega o catholicismo porque está em antinomia com a tradição; se, em summa, é um absurdo, o immaculatismo, á luz exclusiva-

mente religiosa, é dez vezes pior, porque envenena a fonte do christianismo, a redempção.

Com o immaculatismo, o sacrificio do Homem-Deus deixa de ser um mysterio tremendo para se converter numa incomprehensivel monstruidade.

O facto de ter morrido a Virgem é inquestionavel. Mas a morte, que é de fé ter entrado no mundo pelo peccado do primeiro homem, imposta a um ente sem macula visivel, seria uma injustiça commetida pela divindade.

Este argumento de S. Boaventura contra a credence sacrilega da immaculada conceição, que começava a surgir, ficou até hoje sem resposta e ficá-lo-ha até ao fim dos seculos. Mas que importa isso aos jesuitas e consocios...?"

...Mais uma vez o jesuíta às cavaleiras no nariz.

Herculano neste caso está parecido com Satan do poema *Job* (2.<sup>a</sup> visão), de Correia de Oliveira, quando confessa:

.....o meu crime afinal foi isto  
Zêlo de orgulho; amor por mim e ao Cristo!

Êle tinha para si que engrandecer a Virgem com o immaculatismo era depreciar Cristo, o que seria absurdo bradando aos céus, e em defesa d'Êle com boa intenção, aliás, erguia Herculano a sua voz sem pensar de forma nenhuma em ferir o respeito devido à Mãe de Deus.

### c) Herculano e os milagres de Lourdes

Ligada com o dogma da Imaculada Conceição anda o aparecimento de Nossa Senhora a Bernardette, em Lourdes.

Desde então essa terra de França tem presenciado inúmeras graças e milagres concedidas e operados por intermédio d'Aquela que veio dizer: «Eu sou a Imaculada Conceição».

Tais prodígios prenderiam a princípio a atenção de muita gente e passariam de bôca em bôca romanceados, com poucos sinais de recomendação. Por isso se falava da «milagraria de Lourdes, do chuveiro de milagres que começam na madona de Acosinon, tornam celebre a virgem de La Salette, e vem cair em catadupas nos frascos de água da

Senhora de Lourdes», milagres «que diferem dos milagres biblicos, attestados por Deus» por serem «attestados pelo papa, que se ressen-te dos seus oitenta e tantos annos e que não foi a Lourdes, e por 60 bispos, grande parte dos quaes são dos de duas consciencias, declarada uma dellas chôcha pelo sancto padre, e que no seu attestado não avisam de qual das duas se serviram a respeito da authencidade dos taes milagres».

Entra depois a parodiar, contando a duas crianças coisas imaginadas que elas acreditam por lhes parecerem narrações bíblicas de que já tinham conhecimento: assim procedem os crentes dos milagres de Lourdes, arremêdo dos milagres de Deus.

Milagres operados pela Virgem de Lourdes e não pela de outra de qualquer lugar?! É mais virtuosa aquela imagem do que outra da mesma Senhora?

Milagres só Deus os faz... a acção dos bemaventurados limita-se a intercederem pelos pecadores junto de Deus...

Assim pensava e assim escrevia em resposta a Barros Gomes, quando êste invocava os milagres de Lourdes na esperança de conseguir alguma coisa de Herculano:

«Desde que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> me certifica de que acredita nos milagres de Lourdes, deve ser esta a minha ultima carta sobre materias de crença. A discussão entre nós, se não se tornou impossivel, tornou-se inutil.»

A clareza das palavras não nos permite supor que Herculano não acreditava nos milagres, ainda que numa das cartas dissesse ao seu correspondente e leal contraditor:

«Christo, que tinha de provar pela magestade dos milagres, na phrase de S. Agostinho, a sua missão divina, quasi que nenhum fez em vinte e cinco annos de vida publica, se os compararmos com os de um semestre de qualquer das diversas mães do salvador. O milagre invade tudo, entra por toda a parte, menos pelas portas das Academias, das escholas superiores e das universidades. A luz desbota-lo-ia.»

E feita referência às romarias e imagens milagrosas, conclue:

«Chamar-se catholicismo a estas orgias reaccionarias!»

Frases como estas não são sinal de incredulidade, mas revelação de um estado de exaltação momentânea.

Informações deturpadas dar-lhe-iam notícia de milagres em série, em edições sucessivas e ininterruptas, como que em forma de reclame. Visto o reduzido número de milagres atribuídos a Cristo em período de tempo bastante longo, os prodígios de Lourdes, confirmados, como já ficou transcrito, por quem não merecia crédito a Herculano, eram postos de lado, relegados «aos curas estúpidos e ignorantes».

A estes e não a todos os milagres se aplicam as palavras: «o milagre invade tudo, entra por toda a parte, menos pelas portas das Academias, das escolas superiores e das universidades».

Herculano não negava nem podia negar a existência do milagre que se não vê em tudo nem em toda a parte, embora com justiça atacasse algum considerado tal indevidamente. Deus, autor da natureza e suas leis, impede que em circunstâncias várias elas exerçam a sua acção, sem dêste modo as destruir.

Inclusivamente em Lourdes tem havido casos não desbotados, antes confirmados, pela luz das Universidades, das escolas superiores, das Academias; e não se afirme também que tais milagres são definição clerical, porquanto antes da Igreja afirmar a sua autenticidade, tem a ciência médica feito as convenientes declarações.

Negar o milagre é ateísmo, é incredulidade; Alexandre Herculano nem era ateu nem incrédulo.

#### **d) Herculano e o Clero**

«Quando Roma, que parece ter jurado nas aras de Jupiter Stator o extermínio do catholicismo, crucifica no seu Index nomes como os de Chateaubriand e Lamartine; nomes como os de Gioberti e Ventura, terei eu, verme que passo à sombra do meu nada, direito de offender-me porque de pulpitos obscuros, n'um canto obscuro da Europa, alguns clérigos maus ou ignorantes lançam sobre mim o vilipêndio das suas palavras?»

É esta uma passagem do desabafo e desforra *Eu e o Clero* provocada pelas acusações dirigidas a Herculano pelo facto de na sua História de Portugal «omittir a fabula do apparecimento de Christo», o decantado milagre de Ourique!

Neste debate, que muito o desgostou, conseguiu êle fazer calar os

adversários que a custo o trouxeram à liça para — tristes dêles! — receberem no rosto o estigma da má fé, da ignorância e também da ingratidão de que estavam possuídos. O clero desta feita não levou a melhor, e até, se Herculano tivesse a pretensão de fazer escândalo, teria cantado em todos os tons a sua retumbante vitória, revelando à luz do sol a categoria intelectual e moral dos padres portugueses que o feriram pelas costas, empoleirados nos púlpitos onde a voz profana do atacado se não podia erguer.

Com longa paciência sofreu os sermões que não são «o meio de refutar erros litterarios, e muito menos de qualificar taes erros como offensas da fé para os transformar em crimes religiosos». Mas quando recebeu ver um púlpito levantado em frente de casa, então se sentiu obrigado a dizer algo de sua justiça. E disse.

Falou, justificou-se e deu a saber em *Eu e o Clero* (ao patriarca de Lisboa), em *Considerações Pacíficas* (ao redactor da *Nação*), em *Solemnia Verba* (ao sr. Magessi Tavares) que não o sectarismo mas o amor da verdade presidia aos seus trabalhos de historiador já que «a verdade fica, e as preocupações passam».

Se tratou o milagre de Ourique de forma original e diferente daquela em que era tido até então, fê-lo aconselhado e dirigido pela ciência histórica em geral, pela História eclesiástica em particular, pela Teologia e pelo amor da Pátria.

Levar-nos-ia longe a análise minuciosa da questão, e por isso só mais duas palavras para terminarmos êste excurso.

Herculano, tanto agora como noutras contingências, preocupa-se em desviar a sua crítica da Igreja e do Papa, que sempre lhe merecem respeito, acatamento e amor por conservarem o depósito da fé que êle professa. Na própria réplica aos ultrajes do clero o polemista poupava muitos membros dignos de admiração, pela virtude e pelo saber.

«A maioria do clero português — escreve nas *Considerações Pacíficas* — não é a maioria do clero catholico: a maioria do clero catholico não constitue por si a igreja de Deus. Bem infeliz seria eu se me visse em opposição com esta; mas confio em que a Providencia me livrará de cair nesse abysmo, não só agora, mas sempre» (...)

«Ao que eu me contrapús foi ás turbas tonsuradas; foi á maioria material e numerica; minoria nos dominios da intellectualidade, das ideas, e dos puros e nobres affectos.

«Faria uma offensa gratuita; praticaria uma brutalidade indesculpavel, estaria em contradicção commigo mesmo, com as minhas opiniões, se assim, sem motivo, sem provocação, tivesse o proposito de maltractar aquell'outra parte do clero.»

E na famosa contraposição às turbas tonsuradas empregou linguagem cáustica, é certo, mas não tanto como a de santos e eminentes eclesiásticos de cujas palavras faz transcrições.

Assim, S. Bernardo em referência ao sacerdócio do seu tempo, diz: «Manou a iniquidade dos anciãos, dos juizes, dos teus vigarios, oh Deus; (...) Oh meu Deus, meu Deus! Os teus maiores perseguidores são os que mais ambicionam a primazia, e exercem na igreja o mando supremo»; igualmente transcreve o que Frei Caetano Brandão escreveu àcerca do clero português do princípio do século XIX: «São aquelles que á força de supplicas importunas, de respeitos humanos, e outros motivos ainda mais vergonhosos, costumam extorquir da curia romana provisões beneficiaes, que mais parecem titulos de contractos de predios rusticos, do que beneficios ecclesiásticos», etc.

Que alegava, pois, Herculano para justificar o seu método de historiador neste ponto de crítica literária e não religiosa?

Que não podia nem devia aceitar a fábula de Ourique, igual a tantas outras nascidas da imaginação e credulidade da Idade Média, porque os documentos invocados eram alguns séculos posteriores à data da batalha, isentos de qualquer valor depois de examinados com imparcialidade e objectividade histórica.

Os historiadores eclesiásticos como Fleury, «o pio e douto Fleury» davam a Herculano preceitos desta natureza: «... as tradições vagas de factos muito antigos, que tarde ou nunca se escreveram, nenhum credito merecem, principalmente repugnando a factos provados. Nem se diga que as historias podem ter-se perdido; porque, dizendo-se isso sem provas, posso também eu afirmar que ellas nunca existiram.»

Insatisfeito ainda com tão valiosa companhia Herculano aproxima-se dos teólogos, e de um dêles Danneumayr recebe esta precaução: «... nem se nos inculquem fabulas sob-color de verdades, nem consideremos como duvidosos, factos absolutamente certos e largamente provados.»

Graças a êstes ensinamentos o milagre de Ourique ficou reduzido à sua importância, e será prova de falso patriotismo, no juízo de Herculano, apresentá-lo como facto educativo ao povo português.

Portugal que êle via em declínio precisava, para se restabelecer e trilhar de novo os caminhos de outrora, tónicos substanciosos e apropriados que não podiam ser substituídos por simples paleativos. Com a alma em fogo bradava à mocidade, numa das cartas, que salvasse a Pátria, se ainda fôsse possível! Tal era o seu desânimo à vista da *república*.

O antídoto preconizado para a decadência, para a podridão social, longe de serem as «falsas lendas religiosas, falsas ou verdadeiras lendas humanas» que dão lisonja às vaidades que o povo não quer e que ao povo não convêm, está no amor ao trabalho e ao sacrifício, no respeito à virtude e à honra alheia, no culto do dever nunca abandonado, na imitação do passado.

«O passado! — dizia em êxtase o polemista. — Quem mais o amou do que eu nesta terra? Quem volveu nunca os olhos com mais saudade para as suas tradições? Mas as tradições de que tenho saudade, mas o passado que eu amo, não o são essas lendas absurdas (...) são as tradições dessa liberdade primitiva, postoque incompleta, filha primogenita do evangelho, que elle gerara para mãe, para abrigo das sociedades da Península.»

Neste sentido de verdade queria Alexandre Herculano a formação da gente portuguesa. A Pátria teria desta maneira esperança nos seus filhos, e êstes orgulho de o serem, sem precisarem de curvar a cabeça perante histórias milagreiras.

«Em vez de inculcar credences ao povo, cumpre inculcar-lhe os principios do christianismo, e as consequencias daquelles principios: cumpre illustra-lo, em vez de o conservar na ignorância; fazer-lhe sentir que a força de praticar grandes e nobres sacrificios, tão recomendados por Jesus, é o caracter que distingue o espirito immortal do homem do instincto que anima as alimarias.

«É preciso convencê-lo de que o patriotismo, de que esse puro e sancto affecto que nos faz abandonar os commodos domesticos, as affeições do coração, e arrostar com a fome, com a sede, com a nudez, com a intemperie das estações, para irmos morrer num campo de batalha, salvando a terra em que dormem nossos maiores, defendendo a cruz do nosso adro, a vida

de nossos paes, a honra de nossas irmãs e mulheres, é a manifestação mais solemne da energia do espirito humano, e da abnegação christã.

« E estas verdades eternas; estas verdades, que, gravadas nos corações do povo, tantas vezes têm salvado as pequenas nações dos intentos ambiciosos dos grandes, donde se deduzem?

« É das invenções dos milagreiros e falsarios, ou das divinas paginas da biblia? »

O clero rejeitava a segunda disjuntiva, a ajuizar pelos seus actos de agravo e injustiça...

Herculano não lhe merecia tal tratamento.

No seu livro de História nem ao menos uma única palavra havia de ofensa à ortodoxia; além disso outro motivo ponderoso reclamava, da classe eclesiástica, agrado e agradecimento espontâneo devidos ao homem que sozinho a defendeu e consolou em dias de perseguição e pobreza.

« Nem uma voz amiga — lembra o escritor — se alevantava nesta terra de Portugal a favor da igreja batida pela tempestade. (...) Na imprensa liberal, revolucionaria, impia, como quizerem chamar-lhe, eu, só eu (...) tive animo para accusar os homens do meu partido d'espoliadores e d'insensatos; para tentar revocá-los á poesia do christianismo, do eterno; aliado da liberdade. »

Eram nesta ocasião serviços esquecidos os que generosamente prestara à Igreja em Portugal. Esquecidos?

Ah! muitas lágrimas caíam dos olhos velhos de monge que rabis-cava trémulos sinais de gratidão, tesouro de Herculano guardado religiosamente para se recordar do bem que fizera e do mal que lhe faziam. Todo se comprazia em reclinar a cabeça nessas relíquias de outros tempos, nelas adormecer e não ouvir o regougo de quem convertera o pão da esmola em pedradas de garoto.

Os padres foram ingratos e injustos, e, por conseguinte, não era demais que o historiador e o crente lhes dissesse como ao sapo e à víbora: — « Babem e mordam; é o seu destino, coitados! »

O poeta da *Harpa do Crente* e do *Eurico* era um idealista com tendências e disposições de solitário, um « peregrino medieval » extraviado na época mesquinha do séc. XIX, fazendo do Padre um conceito próprio e

justo: alma totalmente votada ao serviço do homem perante Deus, com moral irrepreensível, com saber sólido e superior e com a suprema virtude da caridade.

Não seja hipócrita e vingativo como D. João de Ornelas, refreie as paixões que Frei Vasco, o infeliz precito, não domou, estude e ame a sua vocação para não sentir a desgraça de Eurico, sempre digno e nobre, não obstante essa sua grande desgraça.

O Padre não sai canonizado do Sacramento da Ordem. Continua a ser perseguido pelo mundo, pelo demónio, pela carne. E se, não vigiando os três inimigos, esquece a dignidade do cargo para se tornar comerciante, industrial ou político, ai dêle!

Por pouca sorte era destes a maioria do clero português no tempo de Herculano. Um tal espectáculo chocava-o e levava-o a tomar atitudes de mais *papista que o papa...*

O sacerdote digno do nome considerava-o êle o anjo tutelar dos infelizes, como Eurico; o homem de santidade e boas obras, como Frei Lourenço, apaixonado pelo amor do género humano — a paixão que o Evangelho ensina —, de faces amarelecidas e cavadas pelos jejuns e meditações, vigílias e sofrimentos com que ia conquistando o Céu, para quem «tumulto ou inquietação, angustias ou gosos da vida eram (...) o mesmo que para o peregrino o fumozinho da aldeia do valle, onde apenas dormiu uma noite, visto da cumiada da serra que lh'o vai escondendo para sempre»; o Padre admirado por Herculano é o pároco da aldeia que para mais nada vive senão para o bem material e espiritual dos seus fregueses.

Aquêles que assim não são, dispam a batina e deixem crescer o cabelo e esconder a tonsura como escondem o cabeçaço a fim de que no seu físico se não distingam do comum dos homens, como se não diferenciam em virtude.

Ser Padre não é ser *um qualquer*; ser cristão «não é ser nem hypocrita nem fanatico».

Cristão desta têmpera foi Alexandre Herculano, agitado um pouco pelos ventos de então — era grande de mais para os ventos o não sacudirem! — mas sempre de cabeça descoberta diante da Igreja, sua Mãe.

Véspera de S. João de 1940  
Coimbra.

A. SARAIVA DE CARVALHO.

## COUSAS DA MADEIRA

# Credos & Superstições Milagres & Outros Sucedimentos...

(Continuação da pág. 91)

### A Embaixada do Magnífico da Madeira ao filho do Magnífico de Florença

N<sup>O</sup> enriquecimento da Cúria Romana foi o pontificado do culto filho de Lourenço de Médicis notável pelas dádivas com que, de toda a parte, a cristandade de antanho homenageava seu pai espiritual e ainda pelo impulso despendido pela Santidade no aumento e divulgação da cultura antiga.

Mas nem somente nos estudos da antiguidade e nas humanidades João de Médicis, quando em 1513 saíu eleito Papa no Consistório dêsse ano e escolheu o nome de Leão X, mostrou os recursos de que era portador e que tanto esmaltariam o século de Quinhentos até merecer o seu luminoso nome.

Foi Leão X ainda o padrinho carinhoso dos literatos e dos artistas contemporâneos, a quem grandemente protegeu. Viu, é certo, nascer o cisma luterano mas, não obstante isso, nunca deixou, mesmo nessas minúsculas e muito amargurosas horas, de receber com grandes demonstrações de filial carinho a submissa vassalagem de alguns grandes do mundo cristão, o que, de certo modo, serviria de lenitivo à sua enorme dor de Pai.

Em 1514 recebeu a Santidade de Leão X a embaixada do Rei de Portugal, indo pelo Monarca o nobre Tristão da Cunha com luzíssima comitiva, e logo em 1519 sai do Funchal outra sumptuosa enviatura, mimo do *Magnífico* senhor da então florescente vila dêste nome e vassalo do mesmo Senhor D. Manuel I, mui excelente Rei dos portugueses.

Historiemos os acontecimentos...

Era terceiro capitão donatário do Funchal, o honrado Simão Gonçalves da Câmara, secundogénito de João Gonçalves da Câmara, 2.º do nome

e 2.º capitão donatário, e de Dona Maria de Noronha, sua mulher, de quem Simão tomara primitivamente o apelido. Por seu pai era neto do primeiro povoador da Madeira, o rico João Gonçalves — o Zargo por alcunha —, e de sua mulher Dona Constança Rodrigues de Almeida — a dona Capitã —, sendo nado na vila da jurisdição de seu avô, ainda vivo ao tempo, no ano de 1463.

Com a morte do irmão mais velho recebeu por ordem e com mandado de El-Rei o Senhor D. João II, a casa de seus maiores e o governo da Capitania, para o que teve de mudar o apelido materno Noronha no de Câmara, concedido por D. Afonso V, a seu pai, com o fim de perpetuar a descoberta de uma gruta de lobos marinhos no lugar que mais tarde se viria a chamar de Câmara de Lobos.

Certamente que Simão Gonçalves, tomando conhecimento da grandiosa embaixada mandada a Roma pela venturosa e Real Majestade de D. Manuel, e na qual ia o pontifical mais rico « de sua qualidade, que de memória de homens nunca se vira » (1) concebera a idéia de obsequiar o glorioso sucessor de Pedro para, do mesmo passo, com mostrar seu poderio de nobre senhor da Ilha, conseguir também honrarias maiores para seu filho D. Manuel de Noronha da Câmara, o mesmo que mais tarde veio a ser Bispo de Lamego, e então andava em serviço de Leão X, de quem chegou a ser secretário.

Dêste modo aprontou e despachou, em 1515, a mais sumptuosa embaixada que para vassalo era possível. Para embaixador escolheu e enviou ao honrado João de Leiria, o qual, como secretário da legação, levou o cônego da Sé do Funchal, Vicente Martins, homem letrado e latinista de merecimento que, em bem estudado discurso composto em latim, apresentou à Santidade de Leão X o embaixador e a submissa vassalagem de Simão Gonçalves. Todos vestidos à antiga portuguesa, mereceram louvor no mundo diplomático de então por tão excelente apresentação e bem ajuizado parecer como se houveram perante o culto Soberano Pontífice.

O académico Henrique Henriques de Noronha, por nós já tantas vezes citado nestas notas, dá-nos nas suas *Memórias* (2) pormenorizada

(1) Damião de Góis. *Chronica de D. Manuel*.

(2) *Memórias Ecclesiásticas e Seculares para a composição da história*. Ano de 1722.

O genealogista e memorialista H. H. de Noronha foi académico supranumerário na Academia Real da História Portuguesa sendo, segundo Diogo Barbosa Machado, *excellent investigator das Antiguidades*.

exposição do que foi tão preciosa menagem, tributo de Simão Gonçalves o qual acrescentado às valorosas acções *de q. estão cheas as Historias do seu tempo, lhe grangearão o renome de Magnífico*, e o de « defensor das praças de Africa », com o qual El-Rei já o havia honrado, aumenta ainda mais prosápia ao orgulhoso senhor.

Constava a embaixada, no dizer de Noronha *« de hum ferozo, e bem ajeazado Cavallo Percico, ao qual luvava de redea hum gentil homem, e alto Mouro, com Marlotas de Ouro bem adreçado, e entre as mais couzas de que se compunha hia o Sacro Palacio todo figurado em Asucar, com nova, e curioza invençam armado: nelle se vião os Cardeaes da altura de hum homem, cada hum da mesma materia compostos, e adornados; conduzia esta fabrica bem acondicionada em calxões, hum João de Leiria seo gentil homem, q. pella prudencia, e feroza disposição do corpo, enchia grandem.<sup>ta</sup> o lugar de embaixador, a tempo de m.<sup>tos</sup> creados, vestidos de veludo preto à Portuguesa, e por Secretario da Embaixada hum Capitular da Seé, natural do Algarve chamado Vicente Martins, o qual com m.<sup>ta</sup> elegancia dispos a falla »* <sup>(1)</sup>

Foi verdadeiramente de acontecimento a entrada, em Roma, de tão rico cortejo, não se sabendo o que nêle mais se admirar — se a novidade do mimo, ou a galantaria da prenda, ou a riqueza do arranjo e distribuição da compostura e das côres.

Ao discurso que Vicente Martins urdiu em bom latim, respondeu-lhe Sua Santidade *com grâdes expreções de agradecim.<sup>to</sup> rompendo em particulares louvores do Capitão, pois parecia a offerta mais de Rey, q. de vassallo, e engrandecendolhe os merecim.<sup>tos</sup> de seo filho, lhe promettia fazêllo grande na Igreja de Deus*, o que Leão X certamente fizera a não ter morrido passados dois escassos anos sôbre o successo.

---

<sup>(1)</sup> Confronte-se com o cronista das Ilhas:

*« alem de hum cavallo persio de muito preço, que levava de cabresto hum mourisco muito gentil homem e alto de corpo, vestido em huma marmota de girões de seda, levou mais muitos mimos e brincos da ilha de conservas, e o Sacro Palacio todo feito de assucar, e os cardiaes todos feitos de alfenim, dourados a partes, o que lhes dava muita graça, e feitos de estatura de um homem.*

*E tudo foi metido em caixas, embrulhado em algodão, com que forão mui seguros e sem quebrar até dentro de Roma: cousa que, por ser a primeira que desta sorte ali se vio, a estimou muito o Papa, e cada huma peça per si foi vista pelos Cardiaes e Senhores Romanos, sendo muito o artifcio, por ser feito de assucar e muito mais louvava o Capitão, que tal lhe mandou, largando muitas palavras perante todos, em louvor delle ».*

Vide Gaspar Fructuozo em *Saúdades da Terra*.

Não se esqueceu este Papa de agraciar com particulares honras tanto a João de Leiria como ao cônego secretário, os quais mereceram dois benefícios simples e uma cadeira de cônego na Sé de Coimbra. E outras mais mercês pontifícias couberam ainda aos restantes membros da enviatura de Simão Gonçalves.

O Senhor D. Manuel é que, segundo nos parece, não teria levado a bem tamanha ostentação em um seu vassalo pelo que, melindrando-se, o teria chamado à côrte para castigo, mandando-o para o Algarve.

Estranharemos hoje a singularidade da lembrança do Capitão Simão Gonçalves, mas, se olharmos ao desenvolvimento que então havia alcançado a indústria açucareira indígena que permitiu ao « Magnífico » não só fabricar com tão grande perfeição figuras da altura de um homem, mas ainda esmerar este trabalho com uma execução tão acabada que tôda a fábrica chegou a Roma sem a mais ligeira beliscadura, não deixaremos de apreciar e aplaudir a excentricidade quási *americana* do engenhoso Capitão-donatário.

Estimaram em tanto os antigos a oferta de aquê

...Capitão q. o tempo chama Magnifico,  
nas obras e na fama... (1)

que Manuel Thomaz, por não poder calar tal acontecimento, o immortalizou em versos admiráveis na sua *Insulana*,

Em larga proza, e numeroza Rhima  
quizera descrevello, e decantallo,  
mas da pintura esta grandeza fria,  
pois se mostra ser muda Poesia.

Será de tal valor, preço, e estima  
o presente real, e alto regalo,  
que dirá o Sol q. a May Igreja anima  
parecer mais de Rey q. de Vassalo.

(*Insulana*, liv. 6 oit. 131).

(*Continua*).

FERNANDO DE AGUIAR.

---

(1) Manuel Thomaz em *Insulana*. Amberg 1635.

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1843

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

## Julho

**Dia 1** — São doadas à Santa Casa da Misericórdia, por José Joaquim da Silva Pinheiro, duas moradas de casas, por detrás da igreja de S. Paio, para a fundação de um Asilo de inválidos.

**Dia 26** — Por meio de bando, a Câmara Municipal convidou os habitantes a pôrem luminárias durante 3 noites, em sinal de regozijo por, no dia 21, a Rainha ter dado à luz, na cidade de Lisboa, uma princesa (Maria Ana). «As luminárias nas 3 noites foram poucas e de pouca duração. Tal era o desgosto em que se achavam os povos!...». (P. L.).

**Dia 31** — Houve repiques de sinos à aurora, ao meio dia e à noite pelo aniversário da dádiva da Carta Constitucional por D. Pedro e também por ser dia de anos da Imperatriz D. Amélia, viúva de D. Pedro e mãe da Rainha.

## Agosto

Nada houve digno de registo.

## Setembro

**Dia 11** — Foi feita uma escritura pela qual a Ordem 3.<sup>a</sup> de S. Domingos escamba

com a Câmara as vertentes da água que nascia e se depositava na pòça que servia para lavagens no seu hospital, por uma porção de terreno da cêrca do extinto convento, a fim de quadrar o que da mesma cêrca havia comprado à Fazenda Nacional e que ia ser transformado em jardim para aformoseamento do hospital.

Este escambo foi autorizado pelo conselho de distrito, em 9 dèste mês. Pouco tempo depois e com o mesmo fim foi adquirido um pedaço de terreno da quinta do Proposto, de Fortunato Cardoso de Meneses Barreto.

**Dia 23** — É mudada do convento de S. Francisco para o de S. Domingos, por êste pertencer à Câmara, a secretaria da administração do concelho de Guimarães. (P. L.).

**Dia 25** — Vindo de Braga, onde foi sagrar o Arcebispo D. Pedro Paulo, chega a esta vila o Bispo resignatário de Cabo Verde, D. Fr. Jerónimo do Barco, que fôra frade no Convento de Santo António dos Capuchos, desta vila. Hospedou-se em casa de Domingos Cardoso de Macedo. À sua chegada repicaram os sinos em tôdas as tôrres. Demorou-se até ao dia 6 de Novembro, em que foi para Oliveira, onde esteve alguns dias, seguindo depois para o Pôrto. (P. L.).

## Outubro

**Dia 4** — O Bispo de Cabo Verde foi assistir à festa que na sua capela os 3.<sup>os</sup> franciscanos fizeram ao seu Patriarca. À tarde também foi assistir às vésperas e sermão, com a assistência de 2 cônegos da Colegiada. Tanto à saída como à entrada tocaram os diferentes sinos das tôrres da vila. (P. L.).

**Dia 12** — Foi êste o primeiro dia em que começou a chover, depois do verão, que principiou muito tarde neste ano, mas sendo tão quente que adiantou muito as colheitas do milho, que foram abundantes e de grande rendimento. O vinho foi pouco e serôdio, pois antes do principio dêste mês não se colheu nenhum.

**Dia 15** — O Bispo de Cabo Verde, D. Fr. Jerónimo do Barco, confere, no oratório da casa de Domingos Cardoso de Macedo, de quem era hóspede, ordens a quarenta e tantos ordinandos. Assistiram dois cônegos da Colegiada, vários eclesiásticos e senhoras. (P. L.).

**Dia 18** — O Bispo de Cabo Verde foi ministrar o Crisma à igreja da Colegiada, O Cabido veio esperá-lo à porta principal, estando o Chantre de capa de asperges e com um Santo Cristo que deu a beijar ao Bispo. Depois de ter feito uma breve oração, de joelhos, logo que entrou a porta da igreja, foi-lhe entregue o hissope, com o qual aspergiu o Chantre e Cabido, dirigindo-se, depois, para a capela do SS. Sacramento, sem pálio, cantando o *Te Deum Laudamus*. Feita uma breve oração, foi conduzido à capela-mor onde estava uma cadeira, sem docel, da parte do evangelho, tendo a ladeá-lo dois cônegos dos mais dignos. Ali esteve até ao fim do *Te Deum Laudamus*, dizendo a oração o Chantre, que estava de capa, do lado da epístola. Acabado o *Te Deum* principiou o Bispo a paramentar-se de pontifical e depois de para-

mentado fêz uma breve prática aos que iam receber o sacramento do Crisma, que foi administrado a bastantes fieis.

Findo o Crisma, foi o Bispo acompanhado pelo Cabido até à sége que o conduziu a casa. (P. L.).

**Dia 22** — O Bispo de Cabo Verde foi ministrar o Crisma à igreja de S. Domingos, estando à sua espera a Ordem Terceira que o recebeu debaixo de pálio e lhe pôs cadeira com docel. A igreja estava ricamente adornada, havendo música e sermão antes do Crisma. A Ordem Terceira tinha convidado confessores e foi tanta a afluência que quando o Bispo estava a ministrar o Sacramento foram atropeladas algumas pessoas. O número de confirmados excedeu dois mil. À entrada e saída do Bispo deram-se girândolas de fogo e repicaram os sinos. Tanto a recepção ao Bispo como o acto de Confirmação foram feitos com a maior grandeza e asseio, não sendo muito ordinário nestes actos. (P. L.).

**Dia 25** — Pelo Bispo de Cabo Verde foi administrado na igreja de S. Francisco o sacramento da Confirmação. O Bispo foi recebido pela Ordem Terceira, sem pálio mas com tôdas as honras que lhe eram devidas e com as quais ficou muito satisfeito. Antes de administrar o Santo Sacramento prêgou uma homília alusiva ao acto, derramando, por várias vezes, copiosas lágrimas. A cerimónia principiou às 10 horas da manhã e acabou às Trindades, ficando ainda algumas pessoas por confirmar, por não haver tempo. O padrinho dos confirmados, em geral, foi o beneficiado de S. Gens e antigo vigário de S. Paio desta vila, Manuel Lopes Martins de Macedo, e madrinhas as senhoras Baronesas de Pombeiro e a Condessa de Basto. (L. P.).

**Dia 29** — Houve repiques em tôdas as tôrres da vila, ao romper da aurora, ao meio dia e à noite, em comemoração do aniversário do Senhor D. Fernando. (P. L.).

**Dia 31** — O Bispo de Cabo Verde administra o Sacramento do Crisma nos conventos do Carmo, de Santa Clara, Madre-de-Deus e no recolhimento do Anjo a algumas religiosas que estavam por confirmar, bem como a outras pessoas. (P. L.). O Abade de Tagilde, Oliveira Guimarães, na *Revista de Guimarães*, vol. IX, pág. 207, dá este acto, por apontamentos de António Joaquim de Almeida Gouveia (o Rôto) como realizado pelo Arcebispo D. Pedro Paulo. O informador já delirava. Êste erro foi repetido em efeméride publicada no jornal braguês *O Correio do Minho*.

### Novembro

**Dia 3** — O Bispo Titular de Cabo Verde foi retribuir a visita que a Câmara lhe tinha feito quando S. Ex.<sup>a</sup> chegou a esta vila. Da Câmara, e com a mesma intenção, foi à Collegiada, à Ordem Terceira de S. Francisco e seguiu para as Dominicas onde crismou as religiosas e seculares que desejaram receber o Santo Sacramento. Dali seguiu para a Ordem Terceira de S. Domingos onde o receberam com grande distinção, proclamando-o Irmão Terceiro, queimando-se muitos foguetes, tanto à entrada como à saída. O Bispo visitou, também, os hospitais das duas Ordens Terceiras. (P. L.).

**Dia 6** — Saiu desta Vila em direcção a Oliveira, o Bispo de Cabo Verde. Seguiu numa sege e foi acompanhado, até S. Lazaro, pelo ex-capitão-mor Domingos Cardoso, de quem tinha sido hóspede, e pelos cônegos Pinheiro e Lobo que iam numa liteira. Durante o tempo em que esteve aqui, o Bispo recebeu os maiores obséquios dos habitantes, pelo que se retirou bastante penhorado. (P. L.).

**Dia 26** — O Administrador do Concelho comunica à Ordem Terceira de S. Domingos que, por portaria régia de 13 do corrente, lhe foi concedido o uso do sino grande do extinto mosteiro da mesma invocação. (Quebrou em 1885).

### Dezembro

**Dia 6** — Lê-se na *Revista Ilustrada Lisbonense* redigida por António Feliciano de Castilho, o seguinte: — «*Mascarada Histórica* — A festa de S. Nicolau em Guimarães é popular e antiga na terra. Êste ano foi ainda mais luzida do que nos precedentes. A dança dos mascarados, principalmente, esteve muito para ver: entre outras figuras appareceu nela uma representando um egresso a pedir esmola aos ricos que herdaram todos os seus bens, estando êle ainda vivo! O pensamento foi aplaudido geralmente.»

**Dia 8** — Morreu o Padre João Veloso, capelão do Hospital da Misericórdia. «Foi depositado no dia seguinte na igreja da Misericórdia onde se lhe fêz o officio de corpo presente, e de tarde foi conduzido para o Campo Santo onde se lhe fêz o officio de sepultura. Por disposição testamentária, o seu cadáver foi acompanhado da igreja da Misericórdia para o Campo Santo, por 200 pobres, aos quaes mandou dar 40 reis a cada um. O entêrro ficou a cargo da Ordem Terceira de S. Francisco, de que era Irmão. Foi soldado do Batalhão de Caçadores n.º 12, de que desertou para se ordenar, o que fêz em Lisboa, vindo, depois, a ser um eclesiástico de muita virtude. Morreu de 40 anos de idade, pouco mais ou menos». (P. L.).

**Dia 21** — A Câmara representa à Rainha pedindo a conservação da Carta Constitucional e de tôdas as excelências e prerogativas da Corôa, concedidas a esta Câmara.

**Dia 27** — «Morreu no Cano Francisco Alves, cunhado da Rosa do Cano e parente dos Castros. Morreu de uma apoplexia». (P. L.). A Rosa do Cano veio a ser Marquesa de Lindoso.

Em todo êste mês houve grande frio sêco e registaram-se muitas mortes, principalmente nesta vila. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.



AS NOITES CLARAS, por *Johan Bojer*.  
Tradução portuguesa de Rachel  
Bastos. Livraria Tavares Martins.  
Pôrto, 1943.

Salvante uma deplorável tradução dos *Espectros* de Ibsen, nada conhecemos em português da literatura norueguesa. Por isso foi com simpatia que recebemos e lemos este romance que, por iniciativa de António Ferro, director da colecção «Contemporâneos», a livraria Tavares Martins editou em elegante volume ilustrado com sugestiva carta.

Abre a obra com uma carta do Autor aos leitores portugueses, na qual recorda a viagem que há anos fez ao nosso País, que percorreu de automóvel e de cujos monumentos colheu «impressões inesquecíveis». Referindo-se propriamente ao seu romance — o seu nome original é *Liv.* — o sr. J. B. informa-nos de que, ao regressar ao seu país, após longos anos passados no estrangeiro, nêle encontrou uma vida nova: «a vida da juventude, a vida ao ar livre, a vida do desporto — uma vida sã e alegre». Tendo-se alimentado, como todos os da sua geração, com a leitura das obras de Ibsen e Zola — onde a vida aparece sob um aspecto brutal e duro e o homem é simples

máquina a mover-se ao sabor das paixões ou duma ancestralidade monstruosa — o sr. J. B. não encontrou nêles mais nada além de «sombrias interrogações, penosas verdades, uma vida sem primavera, sem paisagens floridas, sem o bem-estar que deriva da harmonia entre o corpo e a alma». E perguntou a si próprio «se a literatura não teria, muitas vezes, caluniado a vida». Tal foi o sentimento que o impulsionou a escrever *As Noites claras*.

«Noites claras» são as da antiga Cristianã, o Oslo actual, capital dessa martirizada Noruega, noites durante as quais a lua arranca vibrações de luz aos píncaros gelados dos Alpes escandinavos, em cujos vales envelhecem sossegadamente os abetos de folhas negras e esguias. Em Cristianã decorre a acção do romance, na qual a paisagem estranha do país dos Vikings tem grande parte.

Astrid Riis, filha dum velho capitão reforinado, ama Reidar Bang, filho dum general, antigo camarada de promoção de seu pai. A sorte quis, porém, que Bang ultrapassasse rapidamente o seu camarada Riis, e desde então este último vive num ódio permanente a esse camarada que, todavia, lhe vota sincera estima. E a vida de Astrid decorre entre a rabugice do pai, constantemente

---

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

---

mostrando o seu ódio irracional, e as necessidades duma vida de trabalho esgotante, apenas entrecortada, aqui e ali, por breves excursões à montanha ou passeios em companhia de Inga, a irmã do seu apaixonado.

Astrid, porém, é ativa, e não quer manifestar o seu amor a Reidar, que a ama bem sinceramente e desejaria poder fazer dela sua mulher. Colhida entre o dever ao pai e a chamada do coração, Astrid prepara-se para sacrificar-se. Holth, homem quarentão, casado, professor e, para mais, pai de filhos, um daqueles indivíduos cuja mocidade, tendo passado despercebida, ressuscita para logo morrer, afeiçoa-se à rapariga. E um dia, num passeio mais longo, durante o qual desde a natureza até ao tempo tudo conspirou contra ela, Astrid entrega-se-lhe tendo na retina a imagem de Reidar.

Vem o arrependimento a que daí a pouco se segue o casamento com Reidar, preparado algum tanto precipitadamente pela própria família Bang, ignorante, todavia, da queda de Astrid. Mas o seu crime persegue-a. O marido ama-a, tudo tem sem de nada carecer, mas dentro de si há uma voz a acusá-la, até que, obsecada pela imagem da mãe — outrora amante de Bang, seu sogro, a qual se suicidara — se suicida também, sem Reidar saber quais teriam sido as determinantes do seu acto de loucura.

Romance moderno, emotivo e vibrante, está cheio de apêlos à vida pura e simples e à natureza, fonte de toda a energia. As figuras são bem observadas e movem-se com equilíbrio no decurso da acção. Astrid, figura central, tem nervos e vibração; embora lembre vagamente um personagem de Ibsen — Hedda Gabler, por exemplo —, não pode dizer-se que Ibsen influísse directamente no Autor, apesar do que nos diz na carta aos leitores portugueses. As descrições da paisagem norueguesa, em especial nos primeiros capítulos, são magníficas.

A tradução peca por falta de autonomia; a distinta Tradutora prendeu-se dema-

siado ao original, pelo que certos passos, os diálogos principalmente, não têm a vida que seria de esperar.



EXCERPTOS DA «NOVA FLORESTA» do  
P.<sup>o</sup> Manuel Bernardes. Editora Educação Nacional, Lda. Porto, 1942.

Este volume é o 5.<sup>o</sup> da colecção «Autores Clássicos» que a Editora Educação Nacional edita há poucos anos e o sr. dr. Mário Gonçalves Viana organiza e dirige. Há pouco tempo tivemos ocasião de nos referirmos ao volume anterior, também do P.<sup>o</sup> Manuel Bernardes, *Páginas Escolhidas*, pelo que nos parece ocioso repetir o que então dissemos. Todavia não deixaremos de acentuar que o volume (constituído exclusivamente por excertos da *Nova Floresta*) está criteriosamente organizado, com as matérias dispostas de modo acessível, acompanhadas de profusas anotações (históricas, mitológicas, filológicas, semânticas, etc.), as quais muito ajudarão o leitor menos culto a interpretar o texto deste admirável escritor que (desculpem-no-lo os idólatras do autor da *História do Futuro*) reputamos em muitos pontos superior ao P.<sup>o</sup> António Vieira. É na *Nova Floresta* que melhor se expande o génio narrativo de Bernardes, e os numerosos excertos coligidos pelo sr. dr. M. G. V. dão-no-lo perfeitamente a conhecer, sobretudo a magnífica história de S. Filemon e Santo Ariano.

O volume abre por um substancioso e erudito «Ensaio histórico-crítico sobre o P.<sup>o</sup> Manuel Bernardes» em que o Anotador estuda o clássico, o psicólogo, o crítico de costumes, o místico e o moralista. É peça perfeita, e juntamente com a introdução do volume anterior constitui um estudo completíssimo acerca da obra e da figura do ilustre Oratoriano.

EMBALO. *Poemeto por Fausto José.*  
1942.

Este poemeto foi todo escrito em louvor do filho do Autor, e em todo êle perpassa a ternura paterna que o inspirou. Versos por vezes harmoniosos, quasi sempre melodiosos, sempre sentidos, não obedecem aos cânones clássicos da poesia, nem isso se exige nestes tempos em que os poetas, ao que se diz, atiraram às urtigas as antigas asas emprestadas e passaram a voar com as suas próprias. Lêem-se com agrado, com tanto mais agrado quanto o Autor procura, e consegue, ser natural, o que em poesia é já muito. E é nessa naturalidade, e na leveza que dos versos se depreende, que reside o grande mérito desta obra.

A edição, em ótimo papel, é muito elegante.



COELHOS, pelo *Dr. A. Jacinto Ferreira.*  
Edições «Gama». Lisboa, 1942.

As funções de crítico literário dum jornal ou duma revista colocam-no por vezes em situações bastante embaraçosas. Tal é o caso de êle ser obrigado, pela força das circunstâncias, a dar o seu parecer sobre obras absolutamente fora dos seus conhecimentos. Assim nos encontramos agora obrigados a falar... de coelhos. Neste ponto, e com conhecimento de causa, apenas poderemos dizer (sem com isso querermos convencer ninguém) que a carne dêles é deliciosa. No mais, achámo-los uns animaizinhos engraçados e vivos, embora de aspecto melancólico, como quem vive perpétuamente apreensivo acerca da hora em que terá de ser morto, esfolado, cozinhado e comido...

Fora de graça, sempre diremos que o livro do sr. dr. A. J. F. está escrito com clareza, com as matérias dispostas metódicamente e de maneira acessível, fornecendo ensinamentos preciosos a todos os que, levados pela dura necessidade dos duros dias

que vivemos, queiram dedicar-se à criação desse gracioso animal de carne saborosíssima. O coelho é estudado no volume, como produtor de carne, de peles e de pêlo; fala-se do seu alojamento, da sua reprodução, das criações, da sua alimentação, da higiene do seu alojamento, das doenças que o atacam (do aparelho digestivo, do aparelho respiratório, do sistema nervoso, dos órgãos genitais, da pele, dos órgãos dos sentidos e do sangue).

Como se vê trata-se de obra completa sobre o assunto. Acompanham-na muitas gravuras elucidativas. A edição é muito elegante e cuidada. Constitui o 1.º volume da colecção «Agora» das Edições «Gama».



ANTERO DE QUENTAL. *INFANCIA E JUVENTUDE*, por *António Ramos de Almeida.* Livraria «Latina» Editora. Pôrto, 1943. 2 ops.

O recente centenário do nascimento do grande poeta dos *Sonetos* fêz aparecer uma quantidade muito razoável de obras, de mérito muito desigual, aliás, a versarem a sua vida e a sua obra. Por isso o sr. A. R. A. escreveu este trabalho que a livraria «Latina» incluiu nos «Cadernos Azuis» por ela editados e pelo sr. Manuel de Azevedo dirigidos.

Na introdução «Ao leitor» explica o Autor que o seu trabalho «não é uma tese porque fugiu a criar em torno do grande poeta dos *Sonetos* mais uma teoria mistificadora». Parece-nos este juízo demasiado dogmático, porquanto lendo-o, o leitor prevenido pode imaginar que tudo quanto até hoje sobre Antero se escreveu (e nem tanto é) não passa de «teorias mistificadoras», juízo falso ainda com a agravante de colocar ao mesmo nível o que de bom e construtivo se escreveu a respeito do poeta, com o que de mau e destrutivo foi publicado. Esta introdução, escrita em tom um

pouco fora das normas da humildade que devem ter sempre presentes os que se servem duma pena, nada aumenta ao valor do trabalho, que passa a constituir espécie digna de consulta na bibliografia anterior.

Falsearíamos a verdade se dissessemos aos nossos escassos leitores que o trabalho do sr. A. R. A. traz quaisquer dados para a solução da incógnita que se chamou Antero de Quental, até mesmo porque se limita a estudar a vida do grande poeta até à viagem que empreendeu, na sua juventude, à América do Norte. Em nosso modesto entender parece-nos mais uma interpretação pessoal da vida e da obra de Antero, pois é sempre à luz das suas idéias e do que poderemos chamar a sua filosofia que o Autor se refere àquela e estuda esta. Poderíamos iniciar já a crítica objectiva deste seu trabalho, mas talvez emitíssemos juízos antecipados, ao que queremos fugir. Promete-nos para breve o sr. A. R. A. a continuação dos dois cadernos agora publicados: *Antero de Quental — apogeu e morte*. Reservaremos para então os nossos desprezíveis comentários, assim como as considerações que nos sugeriu a leitura desta obra.

Um reparo nos merece, desde já, a edição: é que nos parece pouco prático dividir em dois cadernos o que poderia facilmente ser editado em um único, embora mais volumoso e mais caro do que os restantes cadernos da colecção.



FOLHAS DISPERSAS, por *Costa Júnior*.  
Ações. Cidade de Angra do Heroísmo, 1943.

Nas palavras proemiais do Autor este livrinho são «fóllhas dispersas dum simples ramo verde de esperança que não chegou a florir por ter sido gerado num campo onde o humus do pensamento não conseguia transmitir aquela seiva vivificante que torna

as flores espirituais admiradas pelos olhares sequiosos de beleza». Esta amostra diz-nos já algo das intenções e estilo do sr. C. J., que abre o seu livro com o elogio da sua terra natal — Angra do Heroísmo.

Constituem o voluminho vários solilóquios do Autor, sobre temas diversos, divagações semi-românticas, que no entanto nos revelam os recursos da sua alma e a sua ânsia de beleza e dum mundo melhor.

A edição, em excelente papel, é muito cuidada.



HERÓIS SEM NOME, por *Artur Tojal*.  
Edição da Editorial Meio Dia. Porto, 1940.

Pequenina colecção de cinco curtas novelas, a que o Autor comunica sentimento, e que tem por tema assuntos tristes da vida de sempre. Como em *Desespêro*, a que tivemos ocasião de referir-nos nesta secção, este folheto é nerpassado por uma visão trágica da vida que, ao que parece, constitui uma inclinação natural no sr. A. T. Todavia seria para desejar (e o próprio Autor o reconhece, por certo) que o sr. A. T. procurasse dar um pouco mais de vida à sua forma que carece de personalidade, embora, por vezes, procure um ineditismo de desconselhar (v. g. «curvas caprichosas estigmatizando (?) lubricidade *fragantil*», pág. 15).

O sr. A. T. tem qualidades; o que importa é não as perverter lançando-se na busca do inédito para cair no incompreensível.



ALBERTO SAMPAIO E A SUA OBRA, por  
*Feliciano Ramos*. Guimarães, 1942.

Guimarães celebrou o ano passado o 1.º centenário do nascimento do glorioso autor das *Vilas do Norte de Portugal*, facto a que se associaram muitas institui-

ções culturais do nosso País. Pela pena do seu Reitor, que era então o sr. dr. Feliciano Ramos, se associou também o nosso Liceu a essas comemorações. O presente opúsculo é constituído por êsse contributo. Em breve síntese, o sr. dr. F. R. passa em revista a vida e a obra do historiador ilustre, que foi Alberto Sampaio que, como muito bem escreve logo de entrada o Autor, foi «pela afectividade, pela estrutura intelectual e pela cultura, um escritor que depende da província que lhe foi berço, que procede da época em que veio ao mundo e se enquadra no agregado social a que pertence». Não se esquece o sr. dr. F. R. de acentuar a influência de Taine sobre o grande historiador, influência que se fez sentir sobre quasi todos os grandes escritores portugueses da segunda metade do século passado levando-os por vezes a conclusões apressadas e falsas. E esclarece: «Em abôdo desta suposição vem o seu temperamento de camponês e de minhoto, a sua inteligência objectiva e inclinada ao naturalismo, a relativa indiferença pelos valores morais no estudo do causalismo histórico, e a sensibilidade lusiada que psicológicamente o singulariza.»

Depois passa em breve revista a vida plácida de Alberto Sampaio a quem os bens próprios herdados puseram ao abrigo das contingências da vida permitindo-lhe repartir o seu tempo pelos cuidados do govêrno das suas propriedades e pelo estudo, cuidadosa e conscientemente feito, sem pressas que afectassem o valor intrínseco da sua obra.

Vem depois o capítulo sobre a «Irradiação da amizade», em que o sr. dr. F. R. acentua a afectividade do escritor que «sempre se afirmou um destes homens que compreenderam e sentiram o conforto moral da amizade» (pág. 11). Possuidor dum temperamento afectuoso (que, em nosso modesto entender, se pode descobrir no olhar suave que nos mostra o seu retrato mais conhecido e o sr. dr. F. R. reproduz neste

seu trabalho), Alberto Sampaio não só deixava cair êsse affecto sobre os amigos, mas também «abrangia em cheio a nossa terra de Entre-Douro e Minho, ia caudalosamente para a histórica cidade de Guimarães». E continua:

«Romancistas e poetas evocaram, nos últimos tempos, os encantos do Minho, mas nunca escritor algum moderno quis tanto como Alberto Sampaio a êste velho solar da Pátria» (pág. 12).

E documenta todo o capítulo com passos das cartas do historiador para alguns dos seus amigos, e que deixam transparecer claramente a cândida e afectuosa alma de Sampaio.

No 3.º capítulo passa o Autor em revista, embora resumidamente, algumas das interpretações históricas do grande historiador vimaranense, não se esquecendo de chamar particularmente a atenção do leitor para o escrúpulo de Sampaio que «na re-  
tauração do passado assumiu um aspecto sério. O rigor científico absorvia-o com inalterável constância, e, para apurar a verdade, entregava-se aos mais árduos trabalhos de investigação, pondo simultaneamente à prova a sua dignidade pessoal e a sua disciplina critica».

E continua:

«Várias circunstâncias e coincidências se combinaram para fazer dêle um historiador perfeito. Era, em primeiro lugar, um homem de bem e dessa qualidade fala a sua honrosíssima vida e o testemunho fiel dos que mais de perto com êle trataram; era modesto, sereno e desapaixonado; conhecia o meio geográfico em que decorreram os sucessos que iria relatar; por outro lado, a feição da sua inteligência chamava-o à narração do facto positivo e das verdades concretas, que expunha com simplicidade e desafecção. Nas suas deduções, nem sempre é indiscutível, mas é sempre elegante, luminoso e claro, como se fôsse, pelo sangue, um gaulês de raça» (pág. 16).

No final do capítulo compara as teses

de Oliveira Martins com as de Sampaio para concluir que este não perfilhou as novas concepções históricas daquele expendidas em *Os Filhos de D. João I*, livro que marca o início da fase construtiva do historiador.

Embora forçosamente incompleto, este opúsculo não deixa de constituir espécie valiosa entre os que se escreveram para evocar a memória do grande vimaranense, dando em breve resumo um rápido conspecto da vida e da obra de Alberto Sampaio, escrito com elegância e com devoção.



UM HOMEM «SÉCULO XX», por *João Paulo Freire (Mário)*. Domingos Barreira — Editor. Porto, 1942.

O Autor subintitula o seu livro «novela psicológica ao veio do tempo...» O herói é um semi-analfabeto, desprovido do mais elementar escrúpulo, e que, filho de sapateiro, deixa ao morrer o melhor de 75.000 contos. A novela não é mais do que o «*curriculum vitae* dum homem Século XX», cujas mazelas são postas a nu com uma crueza fotográfica em linguagem corrente e, por vezes, contundente.

A par deste homem século XX — Simplício Ferreira Canto, de nome — perpassa, um pouco esbatido, «outro com idéias Século XIX» — o Dr. Adalberto Ferreira —, irmão daquele, mas cuja vida é a perfeita antítese do outro. Embora filhos dos mesmos pais, são totalmente antagónicos na maneira de ser, de sentir, de pensar e de agir. O primeiro é um «tipo» a que não é muito difícil encontrar outro semelhante: ambicioso, grosseiro, fundamentalmente desonesto, sensual, cruel, esperto e cheio de vícios; é o homem Século XX. O outro é modesto, delicado, honesto, inteligente e bom, vivendo mais para os outros do que para si mesmo. Ambos do mesmo sangue,

por efeito da diferente educação recebida seguem rumos diversos e opostos.

O Autor procurou estigmatizar no «tipo» do Comendador Simplício todos os que, filhos deste século vertiginoso e imoral, conseguem guindar-se a situações de destaque sem atenderem aos meios empregados para tal. Não sendo propriamente uma novela, hemos de concordar que o assunto dava um grande romance de tese, ao que o Autor se quis eximir. Se as suas idéias nem sempre podem ser aceitas sem discussão (Serão de facto os homens deste século *todos* do «tipo» do Comendador Simplício? Seriam os homens do século XIX *todos* do «tipo» do dr. Adalberto?) não podemos deixar de concordar que a figura do Comendador está bem observada, perdendo apenas em ser focada ao correr da pena sem aquela análise detida que tal «tipo» requeria. Mas sai-se da leitura do livro com a alma suja pela convivência forçada com as figuras da obra, em que há unicamente três — o dr. Adalberto, Natércia e D. Mariana — que se salvam do lodaçal constituído pelas restantes.

Parece-nos que o Autor exagerou as tintas, carregando demasiado a côr; se nos grandes aglomerados humanos são relativamente frequentes os Simplícios, os Malpiques, as Cêlitas e quejandos, a grande massa anónima que trabalha e sofre em silêncio (embora por vezes mantenha latente dentro de si a revolta) conserva a pureza de coração que, nos dizeres do Evangelho, leva à presença de Deus. *Um homem «século XX»* é um panfleto e uma «pochade» em que transparece o profundo ódio do sr. J. P. F. por uma sociedade corrupta, cujas obras são dos vários Simplícios, é certo, mas que, felizmente, não domina o País. Aplaudamos o Autor pelas suas intenções, que são generosas.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

# ÍNDICE DO XIX VOLUME

## TEXTO:

|                                                                                                                                                                                            | PÁGS. |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Noivado Real — Documentos para a história — <i>Abílio Coelho</i> . . . . .                                                                                                                 | 5     |
| Perfil de António Sardinha — <i>Rodrigues Cavalheiro</i> . . . . .                                                                                                                         | 9     |
| Teófilo Braga — <i>Alfredo Pimenta</i> . . . . .                                                                                                                                           | 14    |
| Cousas da Madeira — Cremos & Superstições, Milagres & Outros Sucédimentos —<br><i>Fernando de Aguiar</i> . . . . . 20, 91 e                                                                | 185   |
| Romagem de Saúde — <i>Redacção</i> . . . . .                                                                                                                                               | 33    |
| José Francisco da Silva Júnior — <i>Redacção</i> . . . . .                                                                                                                                 | 36    |
| Longe de nós... perto de nós — <i>Rolão Prêto</i> . . . . .                                                                                                                                | 40    |
| Epitáfio dum heroe humilde — <i>Alberto de Monsaraz</i> . . . . .                                                                                                                          | 42    |
| Uma conferência de Pequito Rebêlo em Braga (Em memória de José Francisco da<br>Silva Júnior) — <i>José Perrão</i> . . . . .                                                                | 45    |
| Discurso pronunciado por António Corrêa d'Oliveira Guimarães, por ocasião da<br>homenagem-póstuma prestada a José Francisco da Silva Júnior, pelos seus<br>companheiros e amigos . . . . . | 48    |
| Luís de Sommer — <i>Conde de Alvellos</i> . . . . .                                                                                                                                        | 69    |
| Recordando Luís de Sommer — <i>José Perrão</i> . . . . .                                                                                                                                   | 72    |
| Os Duques de Bragança — <i>Abílio Coelho</i> . . . . .                                                                                                                                     | 74    |
| Cristianismo-Comunismo — <i>F. Teixeira de Queirós</i> . . . . .                                                                                                                           | 76    |
| O Cristianismo em Alexandre Herculano — <i>A. Saraiva de Carvalho</i> 84, 121, 141 e                                                                                                       | 176   |
| Velharias Vimaraneses (1843) — <i>João Lopes de Faria</i> . . . . . 96 e                                                                                                                   | 189   |
| O Príncipe Perfeito — <i>Abílio Coelho</i> . . . . .                                                                                                                                       | 101   |
| Esclarecendo — <i>Alfredo Pimenta</i> . . . . .                                                                                                                                            | 107   |
| Costumes e aptidões dos indígenas africanos — <i>Major Alberto Cardoso Martins</i><br><i>de Meneses Macedo (Margaride)</i> . . . . . 111, 148 e                                            | 165   |
| O Padre José Agostinho de Macedo — <i>Fernando Campos</i> . . . . .                                                                                                                        | 133   |

## Dos Livros & dos Autores:

|                                                                                                                    |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <i>Epopeia Vulgar Dum Pobre Diabo</i> , por Azinhal Abêlho. . . . .                                                | 25 |
| <i>Calcanhar do Mundo</i> , por Vergílio Godinho . . . . .                                                         | 26 |
| <i>A Guerra da Restauração em Valença</i> , por José da Mota Lopes. . . . .                                        | 28 |
| <i>Livro de Contos</i> , pelo Conde de Aurora . . . . .                                                            | 28 |
| <i>África de Sangue, do Oiro e da Morte</i> , por Norberto Gonzaga . . . . .                                       | 29 |
| <i>Memória Económico-Política sobre a liberdade do comércio dos grãos</i> ,<br>por José Acúrsio das Neves. . . . . | 29 |
| <i>Breves notas ao soneto «Alma minha gentil»...</i> , por Alfredo Pimenta. . . . .                                | 29 |

|                                                                                                                                | PÁGS. |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| <i>Tratado de Versificação Portuguesa</i> , por Amorim de Carvalho . . . . .                                                   | 30    |
| <i>A expressão da liberdade em Antero e os Vencidos da Vida</i> , por Feliciano Ramos . . . . .                                | 31    |
| <i>As mil e uma noites</i> . . . . .                                                                                           | 32    |
| <i>Pelos Caminhos da Vida e dentro do Coração</i> , por Campos Teixeira . . . . .                                              | 64    |
| <i>Poetas do século XVIII</i> . . . . .                                                                                        | 64    |
| <i>Palmeirim de Inglaterra</i> , por Francisco Morais . . . . .                                                                | 65    |
| <i>A arte de pensar</i> , por Mário Gonçalves Viana . . . . .                                                                  | 65    |
| <i>Ibero-Amerikanisches Archiv</i> . . . . .                                                                                   | 66    |
| <i>1640, Richelieu e o Duque de Bragança</i> , por Rodrigues Cavalheiro . . . . .                                              | 66    |
| <i>Biblioteca de Algebeira</i> . . . . .                                                                                       | 67    |
| <i>O Clípeo</i> , por Arminda Fortes . . . . .                                                                                 | 68    |
| <i>Descobrimos ilhas descobertas</i> , por Hipólito Raposo . . . . .                                                           | 99    |
| <i>Mestre e Precursor</i> , por A. Luiz Vaz . . . . .                                                                          | 99    |
| <i>Na feira dos Mitos</i> , por António Sardinha . . . . .                                                                     | 100   |
| <i>Método Integral</i> , por José Pequito Rebêlo . . . . .                                                                     | 129   |
| <i>O Convento de S. Francisco «o Novo» e o milagre de 1841</i> , por Fernando de Aguiar . . . . .                              | 130   |
| <i>«Jugum Meum»</i> , por João Mendes S. J. . . . .                                                                            | 130   |
| <i>Quando o Sol desfaz a bruma...</i> , por Estefânia Cabreira . . . . .                                                       | 131   |
| <i>Meditações de Fátima</i> , por José Pequito Rebêlo . . . . .                                                                | 132   |
| <i>A obra de Pequito Rebêlo</i> , Edições «Gama» . . . . .                                                                     | 132   |
| <i>Glossário dos tempos</i> , por António Sardinha . . . . .                                                                   | 157   |
| <i>O Papel do Professor da Instrução Primária</i> , por Augusto César Pires de Lima . . . . .                                  | 158   |
| <i>Neve sobre o mar</i> , por Joaquim Paço d'Arcos . . . . .                                                                   | 158   |
| <i>Kira Kuralina</i> , por Panaft Istrati . . . . .                                                                            | 160   |
| <i>O Islão na Índia</i> , por Eduardo Dias . . . . .                                                                           | 161   |
| <i>Invocaciones</i> , por Pedro Pérez Clotet . . . . .                                                                         | 162   |
| <i>A Estenografia Prática e A Dactilografia Prática</i> , por José Domingues Ramos . . . . .                                   | 162   |
| <i>Apostamentos para a história do Governo Militar do Pôrto até ao século XIX</i> , por Henrique Duarte e Sousa Reis . . . . . | 163   |
| <i>O Pôrto na Restauração</i> , por Fernando Guimarães . . . . .                                                               | 163   |
| <i>Diante da Vida</i> , por António Pôrto-Além . . . . .                                                                       | 164   |
| <i>A Enciclopédia «Europa»</i> . . . . .                                                                                       | 164   |
| <i>As noites claras</i> , por Johan Bojer . . . . .                                                                            | 192   |
| <i>Excerptos da «Nova Floresta» do P.º Manuel Bernardes</i> . . . . .                                                          | 193   |
| <i>Embalo</i> , por Fausto José . . . . .                                                                                      | 194   |
| <i>Coelhos</i> , pelo Dr. Jacinto Ferreira . . . . .                                                                           | 194   |
| <i>Antero de Quental. Infância e Juventude</i> , por António Ramos de Almeida . . . . .                                        | 194   |
| <i>Fólias dispersas</i> , por Costa Júnior . . . . .                                                                           | 195   |
| <i>Heróis sem nome</i> , por Artur Tojal . . . . .                                                                             | 195   |
| <i>Alberto Sampaio e a sua obra</i> , por Feliciano Ramos . . . . .                                                            | 196   |
| <i>Um homem «século XX»</i> , por João Paulo Freire . . . . .                                                                  | 197   |

**Ilustrações:**

|                                                                                                                                            | PÁGS.  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| S. S. M. M. o Senhor D. Duarte Nuno e a Senhora Dona Maria Francisca .                                                                     | 4-A    |
| S. S. M. M. à porta dos Jerónimos . . . . .                                                                                                | 4-B    |
| José Francisco da Silva Júnior . . . . .                                                                                                   | 32-A   |
| O sr. dr. Luiz de Almeida Braga, discursando junto da campa de José Francisco da Silva Júnior, no cemitério de Agramonte, no Pôrto . . . . | 32-B   |
| Aspecto parcial da homenagem póstuma a José Francisco da Silva Júnior .                                                                    | 32-E   |
| O Senhor Dom Duarte com Luís de Sommer . . . . .                                                                                           | 68-A   |
| O Senhor Dom Duarte, quando da sua passagem por Roma . . . . .                                                                             | 100-A  |
| O Senhor Dom Duarte e a Senhora Infanta D. Filipa, no Palácio Fronteira.                                                                   | 100-A. |
| O Senhor Dom Duarte observando as ruínas da igreja do Carmo. . . .                                                                         | 100-B  |

**Índice dos autores:**

|                                                               |                    |          |
|---------------------------------------------------------------|--------------------|----------|
| A. Saraiva de Carvalho . . . . .                              | 84, 121, 141 e     | 176      |
| Abílio Coelho . . . . .                                       | 5, 74 e            | 101      |
| Alberto Cardoso Martins de Meneses Macedo (Margaride)—Major . | 111, 148 e         | 165      |
| Alberto de Monsaraz. . . . .                                  |                    | 42-42'   |
| Alfredo Pimenta . . . . .                                     | 14 e               | 107      |
| António Álvaro Dória . . . . .                                | 26, 64, 129, 157 e | 192      |
| António Corrêa d'Oliveira Guimarães. . . . .                  |                    | 48 4S    |
| Conde de Alvellos. . . . .                                    |                    | 69 59    |
| Fernando de Aguiar . . . . .                                  | 20, 91 e           | 185      |
| Fernando Campos. . . . .                                      |                    | 133, 33, |
| F. Teixeira de Queirós . . . . .                              |                    | 76 76    |
| João Lopes de Faria . . . . .                                 | 96 e               | 189      |
| Jorge Antunes . . . . .                                       | 25, 99 e           | 164      |
| José Ferrão. . . . .                                          | 45 e               | 72'      |
| Rodrigues Cavalheiro. . . . .                                 |                    | 9        |
| R. D. V. . . . .                                              |                    | 164      |
| Rolão Preto. . . . .                                          |                    | 4 4C     |

